

ITINERÁRIOS DE PESQUISAS EM HISTÓRIAS CONECTADAS

Organizador: Lyndon de Araújo Santos



Lyndon de Araújo Santos
(Organizador)

ITINENÁRIOS DE PESQUISAS EM HISTÓRIAS
CONECTADAS

São Luís

EDUFMA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

Vice-Reitor

Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



EDUFMA

EDITORA DA UFMA

Diretor

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Luís Henrique Serra

Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni

Prof. Dr. André da Silva Freires

Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante

Prof^a. Dra. Diana Rocha da Silva

Prof^a. Dra. Gisélia Brito dos Santos

Prof. Dr. Marcus Túlio Borowiski Lavarda

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães

Prof^a. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues

Prof. Dr. João Batista Garcia

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas

Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Copyright © 2023 by EDUFMA

Revisão

Lyndon de Araújo Santos

Projeto Gráfico

Adeilso Nascimento da Silva

Capa

Adeilso Nascimento da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Itinerários de pesquisas em histórias conectadas [recurso eletrônico] / Lyndon de Araújo Santos (Organizador). — São Luís: EDUFMA, 2023.
250 p.: il.

Modo de acesso: World Wide Web

<<https://www.edufma.ufma.br/>>

ISBN: 978-65-5363-208-0

1. Histórias conectadas – Pesquisas. 2. História política. 3. Linguagens. 4. Religiosidades. I. Santos, Lyndon de Araújo.

CDD 907.2

CDU 930:001.891

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Marcia Cristina da Cruz Pereira CRB 13 / 418

Criado no Brasil [2023]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | Editora da UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga CEP: 65080-805 |
São Luís | MA | Brasil Telefone: (98) 3272-8157
www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	VII
PREFÁCIO	X
CAPÍTULO 1	12
O FILME 12 ANOS DE ESCRAVIDÃO: uma perspectiva da história global e conexões atlânticas no século XIX Jean Paulo Nascimento Silva	
CAPÍTULO 2	28
RESISTÊNCIA ESCRAVA NO MARANHÃO: fugas e formação de quilombos nas páginas do jornal o conciliador do Maranhão (1821-1823) Leonardo Barbosa Barros	
CAPÍTULO 3	43
O ALERTA NO JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO CONTRA O JESUITISMO DOS BISPOS ULTRAMONTANOS: Dom Vital e o Non Possumus diante do Supremo Tribunal (1874) Lucas Rafael Cordeiro Meneses	
CAPÍTULO 4	61
A PARTICIPAÇÃO DA CIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO RACISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XIX Alissoney dos Reis Diniz	
CAPÍTULO 5	75
CONTRA COMUNISTAS E MERETRIZES: o pânico moral na imprensa cratense em meados do século XX Ravenna Rodrigues Cardoso	
CAPÍTULO 6	89
“GUIADOS PELA FÉ”: o turismo religioso como opção de desenvolvimento econômico em Santana do Cariri/CE Tatiana Olegário da Silva	
CAPÍTULO 7	105
“MEU AVÔ LÁ NO CONGO FOI REI BANTU, MAS AQUI SOU REI DO MARACATU”: trajetórias dos escravizados no novo mundo e a relação com a cultura popular canavieira de Pernambuco Welleson de Barros Ferreira	
CAPÍTULO 8	117
ENTRE O PEDIDO E O RECEBIDO: promessas e ex-votos na devoção a São José de Ribamar – MA Karla Larissa da Silva de Jesus	

CAPÍTULO 9	133
IDENTIDADES E MEMÓRIAS A PARTIR DO CONTO OLHOS D'ÁGUA DE CONCEIÇÃO EVARISTO Elisandra Cantanhede Ribeiro	
CAPÍTULO 10	148
O CAHIS LAGOA AMARELA: história da militância estudantil na UFMA (1997-2002) Ana Beatriz Ferreira de Oliveira	
CAPÍTULO 11	163
A TERRA COMO UTOPIA: memória, luta e solidariedade em um assentamento rural na região de Buriticupu – Maranhão Darlene Rodrigues Area Silva	
CAPÍTULO 12	178
AS CARTAS DE HOMENS DE NEGÓCIOS: a constituição de um corpus documental para a história econômica do Brasil Colonial Patrício Noé da Fonseca	
CAPÍTULO 13	198
A CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS NA DÉCADA DE 1980 COMO UM PROBLEMA HISTÓRICO E ECONÔMICO: uma revisão bibliográfica necessária Laura Santos Botelho	
CAPÍTULO 14	214
PARA CASA DE FAMÍLIA: o serviço doméstico de cozinheira em São Luís no final do século XIX Janaina Carla Cantanhede	
CAPÍTULO 15	230
A VILA DE ÍNDIOS DE VINHAIS E A PRODUÇÃO DE ARROZ: trabalho e protagonismo indígena na Capitania do Maranhão (1770 – 1780) Francisco Alves de Sousa Neto	
SOBRE OS AUTORES	247

APRESENTAÇÃO

A singularidade do presente livro em forma de e-book está situada na natureza dos seus autores e de suas autoras, bem como na sua abordagem.

São mestrandos e mestrandas do PPGHIS-UFMA que, ousando avançar em suas pesquisas ainda embrionárias, produziram artigos com uma significativa diversidade temática e uma preocupação acurada para com as fontes. Daí o título trazer *itinerários de pesquisas*, ou seja, percursos traçados até aqui que demonstram o estágio da formação desses historiadores e historiadoras, desde o contexto acadêmico e historiográfico do norte e nordeste do Brasil, particularmente do Maranhão. São itinerários que já demonstram a apropriação de uma linguagem e de um olhar próprios que detém o modo como os historiadores tratam o vivido humano.

A abordagem é a da história conectada ou da história global, área de concentração do Programa de Pós-Graduação em História da UFMA, *História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes*, segundo a sua autodescrição:

Estudo da circulação oceânica de ideias, pessoas, mercadorias, conhecimentos, crenças, tendências políticas e econômicas entre o norte do Brasil, território da Amazônia Legal, a Europa, o Caribe, as Guianas e a África, entre os séculos XV e XXI. Trata-se não só de análises comparadas entre espaços e territórios das duas margens do oceano, na sua zona equatorial, mas de histórias conectadas, processos de hibridização, intercâmbios culturais e trocas variadas entre as partes envolvidas. Privilegiam-se aqui os processos diaspóricos, os conflitos e as relações transfronteiriças. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, c2022)¹

Todo objeto histórico está conectado a múltiplas redes de relações e de sentidos, e situado em processos de circulações de ideias, de pessoas, de artefatos, de produtos, de culturas. Cabe a(o) historiador(a) detectá-las e descrevê-las a partir de instrumentais analíticos oriundos dos aportes teóricos e metodológicos, próprios da história como saber instituído. Como área de concentração ampla e inclusiva, a história conectada exige que se estabeleça, permanentemente o movimento entre o micro e o macro, entre o local e o global. Deste modo, os textos aqui reunidos primaram por esse enquadramento e olhar.

A história conectada vem se apresentando como promissora para novas pesquisas historiográficas, além de caracterizar uma identidade do nosso Programa. Não sem razão, o PPGHIS tem, a cada seleção de ingresso, atraído pesquisadores de diferentes estados do país, interessados e identificados com sua proposta teórica e metodológica.

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Programa de Pós-Graduação em História. Apresentação. [São Luís]: UFMA, c2022. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=1114. Acesso em: 16 out. 2022.

Assim, o que temos aqui são resultados de itinerários em construção de novos pesquisadores e pesquisadoras. Parte deles teve o privilégio de receber como alunos ao cursarem a disciplina *Seminário de Pesquisa* no segundo semestre de 2021, ligada à Linha de Pesquisa *Linguagens, Religiosidades e Culturas*. Outra parte, cursou a mesma disciplina ligada à Linha de Pesquisa *Poderes, Políticas e Sociabilidades*, com o Prof. Victor de Oliveira Pinto Coelho.

As discussões feitas no âmbito do método histórico e suas possibilidades heurísticas de aplicação e análise, estiveram voltadas ao enfrentamento crítico dos seus projetos de pesquisa e dos seus objetos de estudo, um exercício fundamental para a continuidade das pesquisas visando a escrita da dissertação. Isto porque, as duas linhas de pesquisa procuram delimitar as direções a serem adotadas ante os objetos estudados, em distintas temporalidades e lugares.

Seus 15 capítulos trazem uma significativa diversidade temática, a qual traduz o atual estado da pesquisa historiográfica no PPGHIS, bem como o tratamento rigoroso para com uma pluralidade de materiais extraídos das fontes, tais como a filmografia, os jornais, as cartas, a oralidade, os monumentos, os objetos e símbolos sagrados, as manifestações artísticas culturais, a literatura etc.

Como temáticas, então, temos a escravidão como regime econômico, político e social, e as resistências dos escravizados; a leitura da Igreja Católica no Oitocentos a partir do jesuitismo dos bispos ultramontanos; a relação entre o discurso científico e o racismo no Oitocentos; a questão de gênero analisada nas falas condenatórias a comunistas e meretrizes na cidade do Crato, Ceará; o turismo religioso em Santana do Cariri, também no Ceará, e o maracatu em Pernambuco, relacionado aos conflitos de classe e à cultura popular; as formas de devoção a São José de Ribamar no Maranhão; a literatura de Conceição Evaristo e a militância estudantil na UFMA; os conflitos de terra em Buriticupu, no interior do Maranhão, à luz da utopia da terra; a demarcação de documentação para a escrita da história econômica no Brasil colonial; as mulheres cozinheiras e seus serviços domésticos em São Luís no Oitocentos e o trabalho indígena na Capitania do Maranhão no Setecentos.

O desejo que temos como Programa de Pós-Graduação em História da UFMA, com esta publicação, é que os itinerários aqui descritos avancem e produzam cada vez mais escritos históricos com qualidade. A experiência de ter um trabalho publicado permite, por um lado, ver a si mesmo como produtor(a) de uma escrita histórica própria, a qual ajuda na construção de uma autoestima acadêmica; por outro, registra tão somente um momento – ou um retrato – da formação pessoal como historiadores e historiadoras, além de contribuir para o adensamento do debate histórico e historiográfico, o que, certamente, essa publicação trará.

Lyndon de Araújo Santos
Professor Titular do DEHIS e do PPGHIS da UFMA

PREFÁCIO

O conhecimento histórico é fruto de uma operação institucional que sistematiza um conjunto de questões e interesses temáticos, dando-lhes coerência metodológica e teórica. Com o tempo, é normal que determinadas formas de abordagem e um conjunto de problemas e temas de pesquisa passem de sua fase de cristalização – isto é, sua consolidação como marco de produção de conhecimento sistemático – para um certo esgotamento. Daí a importância que tem, na historiografia – como na ciência em geral – os debates, questionamentos e até mesmo as polêmicas teóricas e historiográficas, que de uma forma ou de outra, gerando debates ou, por vezes, conflitos de vaidade, acabam por promover uma renovação das questões e das próprias perspectivas conceituais e teóricas.

Ainda vivemos o impacto da renovação e de uma desconfiança confusa em torno de novos campos na historiografia tais como o da história global e o das histórias conectadas. No caso do primeiro, desconfianças sobre o “lugar de fala” de uma narrativa focada nos processos de globalização. No caso das segundas, o caráter essencialmente radical do questionamento dos marcos tradicionais da história nacional para a análise de diversos tipos de fenômenos históricos, além do questionamento da própria narrativa eurocêntrica tradicional, que tem a Europa como uma espécie de centro irradiador da modernidade. Esses são um dos vários aspectos do debate atual, constituindo alguns pontos metateóricos atuais – metateoria enquanto espaço de autorreflexão dos profissionais da área, ou seja, a reflexão necessária sobre os princípios e fundamentos da produção historiográfica.

A presente obra, em seus vários capítulos, possibilitará ao leitor perceber como a articulação de temas específicos e focos locais se enriquecem na medida em que trabalham com o jogo de escalas entre o local e o global, na medida em que a ideia de conexões enriquece o entendimento do processo histórico para além dos marcos nacionais. As fronteiras são artifícios que ganham realidade em situações específicas, na realidade histórica, dependendo de objetivos políticos e econômicos, quando podem ser firmadas ou relativizadas; também no conhecimento histórico, as fronteiras são artifícios que por muito tempo impediram uma análise mais focada nos fluxos (comerciais, ideológicos, sociais) para além das fronteiras nacionais. Através da renovação da perspectiva sobre o conhecimento histórico para além das fronteiras nacionais, estabelecidas nas sociedades e na historiografia no século XIX, renova-se a própria atividade da história comparada – não mais uma comparação entre dois polos pré-estabelecidos, mas a comparação como estímulo ao levantamento de questões que deixam de ser unilaterais. Não mais a comparação como forma de se reafirmar hierarquias, por exemplo entre um polo

“moderno” e outro “atrasado” ou entre “completo” e “incompleto”. As próprias noções de centro e periferia são revistas sob novos ângulos, sem que se deva promover a inocência de desconsiderar a realidade históricas de centros de poder que se constituem como centro exatamente pelos mecanismos de poder. Mas, mesmo nesse caso, não se considera mais os fluxos (mais uma vez: econômicos, ideológicos, sociais...) sobre a perspectiva da via de mão única, já que mesmo as formas de pensar do “centro” se influenciadas e se apropriam do universo simbólico distinto. Como já havia sido colocado pelos intelectuais do campo pós-colonial, a cultura é um “entrelugar”, e a manutenção da cultura enquanto um *corpus* coerente de significados e valores depende, ela mesma, de mecanismos sociais de reprodução. No caso da história econômica, e se pensarmos no “momento” da aurora da modernidade, não há mais como se pensar no renascimento das cidades europeias (um tema clássico da historiografia do século passado a respeito do tema) desconsiderando que tais cidades se conectavam com rotas comerciais mediterrâneas que trespassavam três continentes, e qualquer ideia de “centro” é completamente artificial. Enfim, os textos que constituem a presente coletânea permitirão vislumbrar os ganhos que tais perspectivas já trazem para o conhecimento também sobre história do Brasil ou do Maranhão.

Por fim, a presente obra é mais um passo na consolidação do próprio Programa de Pós-Graduação em História da UFMA, que em 2019 abriu sua primeira turma de doutorado e que, com sua nova área de concentração – Histórias e Conexões Atlânticas: culturas e poderes –, conseguiu promover a junção do reconhecimento das pesquisas e do trabalho que já vinha sendo realizado com a renovação metateórica permitida ao assumirmos a apropriação dos campos das histórias conectadas, da história global e da renovação da pesquisa comparada. Que os leitores possam conferir, através dos capítulos deste livro, o resultado de nosso esforço profissional e do talento e dedicação de nossos discentes.

Victor de O. P. Coelho

CAPÍTULO 1

O FILME 12 ANOS DE ESCRAVIDÃO: uma perspectiva da história global e conexões atlânticas no século XIX

Jean Paulo Nascimento Silva

1 INTRODUÇÃO

Existem muitas maneiras de se analisar a história das relações de escravização de africanos e de afro-americanos no Novo Mundo. A construção dissertativa aqui proposta busca analisar essas relações, tendo como fonte a obra cinematográfica *12 Anos de Escravidão*, lançada em 2013, cujo enredo fora escrito por John Ridley e dirigido por Steve MacQueen, inspirado em um livro auto biográfico de Solomon Northup publicado inicialmente em 1853 e traduzido para o público brasileiro em 2014.

O filme apresenta representações fortes de violência na sociedade escravista norte-americana, com cenas de enforcamentos, estupros e chicotadas que eram atos comuns numa sociedade marcada pela violência dos senhores contra seus escravos. A obra está baseada em fatos reais, tendo como personagem central Solomon Northup (1808-1863), uma pessoa negra, nascida livre nos Estados Unidos da América, que fora envolvida em uma meticulosa trama de traição em que o mesmo, depois de embriagado, fora traficada como escravo no ano de 1841, em um contexto poucos anos antes da Guerra Civil (1861-1865) nos Estados Unidos da América.

Mas, antes de iniciarmos nossa problemática principal, faz-se necessário apontar a importância do cinema como uma fonte de grande valor para o historiador. O uso do cinema como fonte histórica é um importante avanço da história enquanto ciência, possibilitando uma maior problematização do passado, abrindo caminho para um enriquecimento e uma melhor e maior ampliação das possibilidades de fontes. Ao se trabalhar com cinema, o historiador deve ter atenção e cuidado considerando a característica de representação que a fonte compreende. O cinema trabalha com o real e o ficcional, o que, no entanto, não invalida seu uso na pesquisa histórica, sendo sua utilização na história cada vez mais frequente. “O filme é abordado não como uma obra de arte, porém como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas [...]” (FERRO, 2010, p. 32). A obra fílmica propõe ao historiador um esforço de investigar o não-visível, captar o que é real em uma construção que tem uma narrativa construída por um roteirista. O historiador tem o papel de questionar o roteiro, sabendo que o cineasta sofreu por vezes influências culturais, políticas e da indústria cultural. Portanto,

essas projeções devem ser analisadas se influenciaram ou não o filme. O historiador deve também “[...] analisar no filme principalmente a narrativa, o cenário, o texto, as relações do filme com o que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime [...]” (FERRO, 2010, p. 32).

A riqueza de temáticas a serem abordadas em *12 Anos de Escravidão* reflete o rico material que a obra apresenta para análise. O período representado no filme é o longínquo recorte de 1841 a 1853, que precede a Guerra Civil (1861-1865). O enredo apresenta diversas abordagens que envolveram as relações de senhores e escravos, a história real de contrabando de Solomon Northup, um homem livre vendido como escravo no Sul dos Estados Unidos da América, deixando muitos caminhos de discussão a serem percorridos. Não se pode deixar de fazer uma ligação com o tempo de lançamento da obra que é 2013, pois a história na sua condição de ciência contribui com investigações de rupturas e permanências na sociedade norte americana. O filme foi gerador de intensos debates na sociedade à época de seu lançamento, onde é possível perceber nas críticas de cinema especializada que aqueceu um tema muito discutido, foi o racismo, sendo este um péssimo exemplo de continuidades do escravismo, sobre esses debates a época que envolveu a crítica especializada de cinema, Salgado (2013) menciona que,

[...] faz tanto tempo que era de se esperar que o racismo não fosse um problema ainda tão presente em nossa sociedade. É claro que melhorou, como mostra a eleição de um afrodescendente para o posto de presidente dos EUA, mas situações como [...] do negro agredido, despido e acorrentado em um poste no Rio de Janeiro, mostram porque trata-se de um filme muito atual. [...].

Objetivo aqui não é lançar uma análise de forma aprofundada do racismo, mas justificar o uso do filme como fonte. Partindo de uma crítica especializada é importante observar que “[...] a crítica não se limita somente ao filme, integra-o no mundo que o rodeia e com o qual se comunica necessariamente [...]” (FERRO, 2010, p. 32). Os Estados Unidos tinham em 2013 o seu primeiro presidente negro que, no corrido ano, estava dando início ao seu segundo mandato, momento importante para as afirmações de raça para os norte-americanos. E passos importantes foram dados para tomada de consciência do movimento negro dentro e fora dos EUA.

Voltando atenção ao filme e, conseqüentemente, à questão a ser problematizada que perpassa pela análise da escravização de africano-americanos e sua relação imbricada com a demanda internacional de matéria-prima para a produção industrial no século XIX, do conseqüente reauecimento do tráfico de pessoas neste período em análise, em especial na porção Sul dos EUA, e da brutal violência contra os cativos desse trabalho forçado², guiado por

² A violência era ato comum, praticado contra os escravizados, como alerta (MINTZ; PRICE, 2003), visto que essa violência vinha desde o início do tráfico de escravizados: “Eles eram acorrentados uns aos outros em

uma investigação dos fatores geradores dessas relações escravistas pretende-se alcançar uma análise do contexto escravista norte-americano, no século XIX e, para alcançar tal proposta, será necessário ter por base os instrumentos teóricos pertinentes ao assunto, apresentados na disciplina *Escravidão de Africano-Americanos na perspectiva Global* do professor Dr. Luiz Alberto Alves Couceiro. Sendo assim, o estudo é realizado a partir de uma análise focada em cenas pontuais que envolvem o contexto do violento e desumano tráfico de pessoas para fins de escravização e buscando mostrar uma relação desses atos com uma demanda internacional ligada ao capitalismo industrial no século XIX, permitindo uma discussão do tema apoiada em bibliografia especializada.

2 O CARÁTER CRIMINOSO DO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS NO SÉCULO XIX NOS ESTADOS UNIDOS

O longa-metragem tem uma trama emocionante e busca com riqueza de detalhes representar as relações do mundo escravista norte-americano no século XIX, com foco no contrabando de pessoas escravizadas e as relações entre os senhores e seus escravos. Um ponto chave para a construção do trabalho está no início do filme, com a prática criminosa cometida contra o personagem central da trama, que é o contrabando e tráfico de pessoas escravizadas em solo norte-americano. Em *O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858*, obra de autoria de Dale T. Graden, podemos identificar esse caráter criminoso do tráfico de pessoas dentro e fora dos Estados Unidos, sabendo que o tema central de sua discussão é a participação dos EUA no tráfico internacional de escravos que envolvia Brasil, África, Caribe e empresários americanos que, graças ao poderio da indústria naval norte-americana, passaram a protagonizar esse tipo de relações comerciais. Nessa obra, conseguimos extrair como o comércio de pessoas com fins escravistas era importante para empresários estadunidenses pois envolvia desde a construção de barcos para venda e aluguel no tráfico de escravos até a própria comercialização de escravizados, o que fazia com que esses empresários e muitos donos de fazendas infringissem as leis contra o tráfico negreiro. Segundo Graden (2007, p. 9),

Apesar da existência de uma lei federal nos Estados Unidos, de 1807, proibindo o comércio de escravos para aquele país e declarando a participação no comércio negreiro um crime federal, a partir de 1 de janeiro de 1808, empresários norte-americanos investiram consideravelmente neste negócio ultramarino.

comboios amontoados nos calabouços úmidos das feitorias, espremidos entre os conveses de navios fétidos, frequentemente separados de seus grupos de parentescos ou suas tribos [...]” (MINTZ; PRICE, 2003, p. 65).

Na construção desse artigo, é pertinente o entendimento inicial das condutas delituosas praticadas por “empresários norte-americanos” no tráfico de pessoas escravizadas pelo Atlântico, no século XIX. Já nos próximos parágrafos, buscar-se-á uma análise do filme como fonte, possibilitando a problematização de momentos pontuais da obra cinematográfica, buscando conexões com obras que trabalhem uma perspectiva em História Global³, o campo de estudo da mesma segundo Marquese (2019, p. 16):

[...] não pode ser apenas geográfica ou mascarar conflitos e contradições, sob o risco de se equiparar à já puída ideologia da globalização. Faz-se necessário construir uma perspectiva que seja capaz de contemplar diferentes dimensões temporais e espaciais, variando escalas de observação, articulando estruturas e eventos e evitando, ao mesmo tempo, o etnocentrismo e determinismos de ordens variadas.

É sobre essa ótica de análise guiada pela perspectiva de investigação em História Global que se passará a analisar o filme *12 Anos de Escravidão* e se pretende evidenciar a riqueza dessa temática e a necessidade de cada vez mais se pesquisar sobre a escravidão e sua ligação ao mundo globalizado e capitalista do século XIX.

3 O FILME “12 ANOS DE ESCRAVIDÃO” E UMA ANALISE EM HISTÓRIA GLOBAL

O premiado filme teve 9 (nove) indicações ao Oscar no ano de 2014, foi protagonizado pelo ator Chiwetel Ejiofor, que interpreta Solomon Northup. Ele era um homem negro livre que ganhava a vida como músico violinista e realizava apresentações em Saratoga, um Distrito pertencente a Nova York, cidade pertencente à porção Norte dos Estados Unidos e fortemente marcada por um envolvimento com contrabando de pessoas: “Nova York, em especial, ficaria famosa como o grande centro de contrabando negreiro na segunda metade da década de 1850 [...]” (MARQUES, 2016, p. 49).

Naquela localidade, o músico vivia com a esposa e filhos. No decorrer da trama, ele recebe uma proposta de emprego temporário em Washington. Seduzido pela proposta de um bom dinheiro, o mesmo aceita a oferta de trabalho. Não sabia ele o triste desenrolar dessa viagem que, a priori, render-lhe-ia uma boa remuneração. Assim que a viagem chega a seu termo, após uma apresentação, Northup, levado pela emoção do momento, aceita bebida dos

³ A discussão atual sobre a história global procura responder, em grande parte, ao distanciamento entre as demandas do tempo presente e a maneira como as experiências humanas vêm sendo narradas, descritas e interpretadas pelas correntes historiográficas dominantes. A reordenação geopolítica e econômica que se seguiu ao término da Guerra Fria, as lutas emancipatórias de diferentes grupos ao redor do planeta, a revolução nas formas de comunicação trazida pela disseminação da internet, a magnitude das crises recentes do capitalismo mundial, os fluxos internacionais de trabalho e de capital e a correspondente tensão entre a abertura e o fechamento de fronteiras são fatores que pressionam para a construção de uma abordagem historiográfica mais abrangente (MARQUESE, 2019).

negociantes de sua viagem. Isso seria o início de uma triste história para um homem negro livre, que é jogado a própria sorte na vida de escravidão.

A partir deste evento no filme, o homem livre se torna uma mercadoria nas mãos dos traficantes de escravos, passando a ser propriedade de James Burch, um importante traficante de escravos para as colônias do Sul dos Estados Unidos da América. Neste momento, os estados sulistas tinham, nas plantações de algodão e no trabalho-escravo, suas principais atividades econômicas⁴.

Solomon chega a essa situação graças à ação de dois homens que são apresentados a ele como Srs. Hamilton e Brown, os mesmos contam sobre os encantos das apresentações dos circos e propõem a Solomon a quantia de 43 dólares por duas semanas de serviços em Washington. O músico relata que esse valor seria maior que todas as suas economias. Esses dois homens juntamente com o Sr. Burch foram peças-chaves para o tráfico de pessoas nos EUA, sequestrando negros livres nos Estados do Norte e levando para a comercialização destes como escravizados nos Estados do Sul.

Tendo o caso de tráfico como escravizado de Solomon Northup como fonte a partir do filme *12 Anos de escravidão* é possível através de um olhar historiográfico preocupado e cuidadoso com a investigação das fontes, a identificação de outra importante fonte para a investigação e compreensão desse caso, que são os processos- crimes que serão ajuizados por Solomon Northup contra James Burch e os Srs. Hamilton e Brown, apresentados na cena final do filme, em forma de notas lidas pelo narrador. Mesmo não tendo o acesso aos processos físicos, fica claro no filme a citação de que os mesmos existiram, e sobre o uso dos processos-crimes como fontes para pesquisa histórica.

No artigo de 2005, *Acusações Atlânticas: o Caso dos Escravos num Navio Fantasma – Rio de Janeiro, 1861*, Luiz Alberto Couceiro alerta para a importância do mesmo como fonte para se acessar parte possível do passado: “Uma das muitas e variadas maneiras de conhecermos histórias de relações entre escravos, livres e libertos no Império do Brasil é através dos relatos contidos nos processos criminais.” (COUCEIRO, 2005, p. 58). Obviamente que Couceiro está voltando a atenção para o Brasil mas, a intenção aqui é apoiada no autor citado, em demonstrar a importância do instituto dos processos-crimes como fonte de acesso à informação específica no caso do personagem central de *12 Anos de Escravidão*, que foi vítima do tráfico de pessoas com finalidade escravista e levou tal conduta criminosa a juízo, sendo instaurado um processo

⁴ Para aprofundar nessa discussão, ver essa relação em detalhes na obra *Segunda Escravidão*, escrita por Dale Tomich: “A mão-de-obra escrava fornecia mão-de-obra barata suficiente para sustentar a sua expansão. Escravidão e algodão caminhavam de mãos dadas através do mapa do Sul [...]” (TOMICH, 2011, p. 93).

contra o crime que ele havia sido vítima. Ponto importante apresentado pelo mesmo autor é de que:

Tais fontes não contêm aquilo que foi realmente dito, a ‘verdade positiva’. São narrativas transcritas por membros da burocracia imperial, traduzindo as palavras dos depoentes para a linguagem jurídica de então. Entretanto, o dialeto social das relações entre pessoas e grupos pode ser em parte conhecido através da linguagem jurídica inquisitorial, investigativa, fruto da tentativa de arrancar a verdade policial do interior dos potencialmente criminosos, até que fosse provado o contrário. (COUCEIRO, 2005, p. 58).

Como alerta de Couceiro, a análise das relações sociais e grupos pode ser conhecida pela linguagem contida nos processos e, alargando esse pensamento, nos resultados desses processos. No caso específico de Solomon nos EUA, este fora uma das poucas vítimas de tráfico que recuperou sua liberdade da escravidão. Ele processou os responsáveis por seu sequestro e os levou a julgamento, mas impossibilitado de testemunhar contra brancos na capital do país, ele perdeu o processo contra o comerciante de escravos, James Burch, e, após um longo processo, em Nova York, seus aliciadores, Hamilton e Brown, também evitaram a condenação.

As relações sociais entre brancos e negros podem ser acessadas, em parte, através do processo-crime. Há também outras problemáticas que poderiam ser discutidas, como o fato de os homens brancos não terem sido condenados, mas seria uma outra proposta de trabalho que não a nossa, nesse momento. O centro da questão aqui é que, pelo exemplo da investigação de Couceiro (2005), podemos identificar a importância dos processos-crimes para se investigar as relações de tráficos de pessoas pelo Atlântico.

Em se tratando de ‘acontecimentos hemisféricos’, como o tráfico internacional de escravos, havia intensa comunicação entre os sujeitos envolvidos, desde autoridades preocupadas em reprimir tal atividade, outras preocupadas em lucrar com a mesma e até mesmo marinheiros, os próprios escravos e senhores de muitas plantations (COUCEIRO, 2005. p. 60).

Sabemos que o momento específico do tráfico internacional de escravos no século XIX passou a ser uma questão problemática internacionalmente. Na obra, *Um Último Triângulo Notório: Contrabandistas Portugueses, Senhores Cubanos e Portos Norte-Americanos na Fase Final do Tráfico Transatlântico de Escravos, 1850-1867*, escrita por Leonardo Marques, em 2016, o autor faz um esforço importante para analisar o momento de crise do comércio de escravos, que tem agora uma forte fiscalização britânica contra sua prática e uma pressão para que legislações nos países escravagistas fossem implantadas e se fizessem valer, bem como identifica que mesmo com pressão de autoridades legais fora e dentro dos Estados Unidos, o país e, principalmente, Nova York passa a atuar como protagonista do contrabando de escravos, dividindo esse protagonismo com Lisboa.

Acerca desse momento, “[...] não foram poucos os esforços dos promotores distritais de Boston e Nova York, respectivamente B. F. Hallett e John McKeon, para condenar traficantes e impedir a partida de navios negreiros de seus estados [...]” (MARQUES, 2016, p. 64). O caso específico de Solomon é de tráfico interestadual nos EUA, o que não impossibilita a análise desse caso por esse prisma, pois o tráfico interestadual dentro dos Estados Unidos, ou o tráfico interprovincial no Brasil, foram braços importantes de um complexo corpo de contrabando de pessoas escravizadas na segunda metade do século XIX.

Busca-se aqui uma tentativa de conhecer essa problemática mais a fundo e, partindo de um caso específico, apresentado no filme aqui em análise, pretende-se problematizar o entendimento sobre uma prática criminosa que era comum na costa atlântica. Sobre essa rede internacional de relações de tráfico de pessoas, a cidade de Nova York como já visto era peça-chave sendo importante entreposto comercial que ligava Brasil, Cuba, EUA: “Estas transações comerciais eram bem conhecidas nos Estados Unidos. No final dos anos 1850, deputados de Nova York denunciavam que navios saíam do porto desta cidade com destino a Cuba, preparados para executar a transação que descrevemos [...]” (COUCEIRO, 2005. p. 73). O autor descreve como ocorriam as práticas desse tráfico, onde os navios que iriam traficar escravizados ilegalmente e, para dar um caráter de comércio legal, carregavam os navios com carga de açúcar ou algodão, por exemplo, para forjar um caráter lícito à navegação. Isso era uma estratégia para fugir da fiscalização britânica e norte-americana e, conseqüentemente, alimentar o tráfico de escravos pelo Atlântico.

Fazendo uma análise comparativa, observa-se que no caso retratado no filme, fica claro a partir das discussões suscitadas pelos autores aqui analisados, que o tráfico de pessoas escravizadas nos EUA se trata de um fragmento de uma rede complexa e organizada de comércio de pessoas escravizadas que atingia as principais regiões produtoras banhadas pelo Atlântico, no século XIX.

Outro ponto de análise interessante é a questão da violência na (des)construção da identidade de afro-americanos escravizados: Solomon tem seus documentos surrupiados, o que comprovariam sua origem de Nova York e sua condição de homem livre, mas ele tem sua identidade desfeita com a construção de que ele seria um negro fujão da Geórgia. Ao insistir em reafirmar-se homem livre, o mesmo passa por brutal espancamento, durante o qual seu espancador, contrariamente, insiste em lhe imputar a pecha de “negro fujão” da Geórgia, Solomon geme de dor.

Sobre as identidades africano-americanas, buscamos aportes no texto *Restauração, Reinvenção e Recordação: Recuperando Identidades sob a Escravização na África e Face à*

Escravidão no Brasil, de Joseph C. Miller, que aborda de forma especulativa as experiências dos africanos que, “[...] por sua escravização, conectaram a África à América, e a América à África, durante a época do comércio de escravos [...]” (MILLER, 2011, p. 17). Como descrito na cena acima, há um esforço por parte do traficante de desconstruir a antiga identidade de Solomon de homem livre para construir uma nova identidade de escravo na figura posteriormente nomeada de Plat: “Talvez nenhum outro contexto histórico seja mais favorável do que a escravidão na destruição ou manipulação das identidades dos outros, e, portanto, com maior tendência à má interpretação do ‘ser’, de ambos os lados [...]” (MILLER, 2011, p. 20).

Na continuação desta cena, novamente fica evidente a crueldade do traficante de escravos, perguntando a Solomon se ele era escravo. Ainda atordoado com tudo que está acontecendo ele diz que “não era escravo”, novamente é agredido agora com um chicote que parece ser mais eficiente em causar dor no ato da tortura. O agressor só para de açoitá-lo quando está cansado de tal ato. Ao final da cena, Solomon Northup, em uma pequena janela com barras de ferro, grita por socorro, o que revela a sua condição de prisioneiro. A câmera se abre e, ao fundo, vemos uma cidade com inúmeras chaminés soltando fumaças, revelando cenário de um local que possui indústrias.

As cenas iniciais se passam no Norte dos Estados Unidos. Partindo desse ponto, há suposição das chaminés serem de atividade fabril e o desenrolar é o tráfico do Norte para o Sul. O transporte é feito por meio de embarcação. No decorrer das cenas, suas roupas são trocadas após a surra. A camisa estava rasgada, ensanguentada. Solomon Northup aceita a nova camisa sem se dar conta que entregava uma roupa de homem livre e vestia a camisa de um escravizado.

Antes de a embarcação partir com destino ao Sul, um prisioneiro chamado de Clémence é salvo por seu dono, graças a documentos que comprovam que ele estava ali fruto de tráfico de pessoas e na presença de um procurador de justiça, ele é solto.

No decorrer da trama, Solomon vive rememorando seus tempos de homem livre, onde sempre aparece bem-vestido e participando de uma sociedade organizada e guiada pelas relações capitalistas, como na cena em que ele entra em uma loja para comprar uma bolsa para a esposa.

Chegando ao Sul, Solomon recebe um novo nome, passando a ser denominado de Plat. Aqui se percebe como ocorria a tentativa de (re)construção das identidades dessas pessoas que sofriam com o tráfico de pessoas escravizadas. Plat (Solomon Northup), agora é uma mercadoria que vai ser vendido para o senhor Willian Ford, em uma exposição de pessoas escravizadas, onde a idade, a aparência, os dotes físicos, intelectuais serão determinantes para

um bom valor na negociação. Na cena fica claro o lucrativo negócio de escravos, caracterizando sua faceta e ligação ao capitalismo⁵.

Sempre que se referir ao personagem central, na dissertação do artigo, optará pelo nome de Solomon, pois em momento nenhum ele esquece sua origem livre, é obvio que para sobreviver responde por Plat, mas a vida anterior de Solomon nunca sai de sua memória⁵. Então, Solomon passa a ser escravizado em uma fazenda de algodão no estado da Louisiana, por 12 anos, o que ocorreu para alimentar a demanda escravista do Sul dos Estados Unidos da América que necessitava e incentivava o tráfico de escravizados para atender a demanda internacional de algodão para as indústrias têxteis.

Na condição de escravizado, Solomon mostra inteligência para a atividade de navegação, ganhando com essa habilidade a confiança do senhor Ford ao mesmo tempo em que adquire a inveja do marceneiro mestre da fazenda, John Tibeats, que passa a persegui-lo. Em uma atividade laboral de construção de uma casa, Tibeats implica com Solomon que, carregado de confiança, responde ao marceneiro. Isso leva uma disputa física entre os dois, Solomon acaba por tomar o chicote e açoitar Tibeats, ou seja, o homem branco e livre, que em vingança com mais dois comparsas torturam Solomon, que é salvo pelo feitor da fazenda o Sr. Chapin, homem fiel ao Senhor da fazenda, Willian Ford. A cena que segue é de total crueldade onde Solomon fica por horas suspenso amarrado pelo pescoço, mantendo-se vivo apenas se segurando nas pontas dos pés, enquanto os demais membros da fazenda voltam a vida normal em uma demonstração de total familiaridade com aquele cruel ato.

Neste momento da obra se desenrola uma parte importante do filme, quando o Sr. Ford, mesmo reconhecendo a excepcionalidade de Solomon e sua condição de homem livre, não o liberta. O motivo era o econômico da relação de senhor e escravizado, e o capital entrou em jogo. Acerca deste caráter comercial, o artigo intitulado *O Atlântico Escravista Açúcar, Escravos e Engenhos*, de autoria de Joseph C. Miller (2011), apresenta que: “O tráfico e a escravidão eram, afinal, emprego e negócio para as pessoas envolvidas, e algumas delas tinham recursos econômicos significativos em jogo [...]” (MILLER, 2011. p. 12), pois com dinheiro

⁵ Para aprofundar estudos sobre o tema é de fundamental importância a leitura do livro de 1944 intitulado *Capitalismo e Escravidão*, obra escrita por Eric Willians que em seu livro clássico é um dos primeiros historiadores a levantar uma relação entre o comércio escravista com o capitalismo, para ele a escravidão não foi um fato acidental da história econômica moderna, não foi uma relação marginal. A escravidão foi sim uma engrenagem importantíssima nos primeiros momentos do capitalismo e um gerador importante de acúmulo de capital para Inglaterra.

⁵ Com objetivo de analisar as relações da cultura Afro-americanas, Sidney W. Mintz e Richard Price contribuem em alerta sobre a resistência praticada pelos africanos em solo americano “[...] higienizados por um sistema desumanizante, que os via como seres sem rosto e essencialmente intercambiáveis.” (MINTZ; PRICE, 2003, p. 65). No entanto, sabemos que, mesmo nessas circunstâncias completamente abjetas, essas pessoas não eram simples vítimas passivas.

em cena, Ford alega que não poderia ficar no prejuízo e repassa a nota promissória de Solomon Northup para outro fazendeiro, o durão chamado Edwin Epps, um homem agressivo e preocupado apenas com rendimentos dos escravos na fazenda de algodão e se inicia uma nova trajetória na vida de escravizado de Solomon.

Na segunda fazenda, algo bem interessante fica evidente, o caráter civilizador do homem branco que é representado como homem de Deus. Várias são as cenas em que Senhor Epps está com a bíblia e faz ensinamentos a seus escravos. O filme se passa na segunda metade do século XIX, bem à frente do início da colonização do Novo Mundo, mas esse gancho de sempre colocar o homem branco como o civilizador, parece uma retomada da missão que os europeus usaram como “justificativa” para colonizar a América.

Sidney W. Mintz e Richard Price, no texto *O Nascimento da Cultura Afro-Americana, uma Perspectiva Antropológica*, que foi traduzido para o português, em 2003, faz uma análise cultural dos povos afro-americanos de onde podemos conectar o enredo do filme à bibliografia especializada: “[...] a colonização no Novo Mundo, dentro dos moldes institucionais, foi uma empreitada europeia; a escravidão foi um recurso primordial para garantir a mão-de-obra necessária para consolidar essa colonização [...]” (MINTZ; PRICE, 2003, p. 21).

Sabendo que o filme retrata um período posterior a colonização, busca-se com essa ligação ao pensamento de Mintz e Price, analisar as evidências nos recortes do filme que levam apresentar esse lado civilizador, que mesmo em recorte temporal diferente, lembra o momento de colonização. O homem branco com a bíblia na mão pregando aos seus escravos palavras de ensinamento e de ordem parece querer representar o “fardo do homem branco”.

Nas plantações, músicas cristãs são cantadas, mesmo local em que os escravos devem conviver diariamente com violência, um aparato importante, mas paradoxal do homem branco para manter a escravidão, “Embora a obrigação de ‘civilizar’ os escravos fosse comumente percebida como real – e até, vez por outra, como um requisito moral [...]” (MINTZ; PRICE, 2003, p. 23).

Uma cena que envolve música que chama bastante atenção é o momento em que a canção cantada é *Roll Jordan Roll*, escrita por Charles Wesley, em 1700 que foi adotada pelos escravos, e bastante difundida no século XIX na região Sul dos EUA, pois em sua letra, há invocações de espiritualidade, devido sua origem cristã, como se observa na expressa menção ao rio Jordão.

Existe uma obra histórica que investiga as relações escravistas nos EUA no século XIX, de mesmo nome escrita por Eugene Genovese; nesta obra o foco é o paternalismo sulista e as relações de senhores e escravos, onde para ele esse paternalismo “[...] surgiu da necessidade de

disciplinar e justificar moralmente um sistema de exploração [...]”. Percebe-se que o cineasta se preocupou em investigar as manifestações culturais escravistas no século XIX, e possibilita com a observação dessa cena específica, um ponto de análise e aproximação entre as visões de Mintz e Price (2003) com os pensamentos de Genovese em sua obra *Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made* de 1974.

As cenas de violência são constantes. Em uma específica, a Senhora, mulher do Sr. Epps, manda Solomon ao mercado para fazer compras. Durante o percurso, ele passa por um local onde dois negros seriam enforcados. Ele passa ileso devido ao colar de identificação de propriedade da fazenda do senhor Epps. Outros exemplos de atos de violência podem ser vistos nas ações da Senhora contra a escrava Patsey, que também é vítima de estupros do senhor da fazenda. Patsey, então, pede para Solomon que tire sua vida, é um pedido tão sincero que parece um pedido de liberdade, contra aquela humilhante situação. Solomon se recusa e o que se percebe no desenrolar da trama é uma proximidade de amizade entre ambos. Para Miller (2011, p. 21):

Dor e morte não poderiam ser evitados, mas poder-se-ia buscar consolo na companhia uns dos outros. As pessoas, portanto, construíram identidades de um tipo social primário – e as identidades africanas que os escravos haviam perdido na captura e remoção forçada para as Américas eram pensáveis e mantidas por meio da conexão com os outros, certamente significativas e com o propósito de estruturar uma interpretação coerente daquilo que fizeram em escala continental e durante os múltiplos séculos aqui considerados.

Percebida a proximidade entre os dois personagens escravizados, o Senhor Epps, em ato proposital, obriga Plat “Solomon” a castigar Patsey. O motivo é banal: a escrava que por sinal era a mais lucrativa da fazenda, diariamente, estuprada pelo senhor e castigada por sua dona, tinha ido a fazenda vizinha pedir um pedaço de sabonete para não ficar fedendo. A cena é fortíssima. Parece ser a mais forte do filme, tanto pelo ato de violência brutal do açoite em abrir a carne, quanto e, principalmente, por forçar duas pessoas que estavam em uma mesma condição de escravizados e unindo esforços para sobreviver, dia após dia, às péssimas condições em que se encontravam. Epps provoca, com esse ato, repulsa a todos os envolvidos na cena, representando seu papel de proprietário e mostra o lugar de vulnerabilidade dos escravizados, visto que:

[...] para o escravizado, a sobrevivência significava, para além do sentido meramente físico, uma reconstrução constante de novas conexões na sucessão de circunstâncias transitórias às quais a maioria foi compelida, um esforço recorrente de encontrar seus lugares próprios e de pertencer, de alguma forma, a algum lugar (MILLER, 2011, p. 22).

Na cena final, Solomon é reconhecido como homem livre e levado embora da fazenda por seu amigo, o Senhor Parker. Na saída da fazenda, há um abraço de Solomon e Patsay; era

uma despedida e, parafraseando Miller (2011), era uma reconstrução de novas conexões: os personagens iriam viver distantes, Solomon recuperaria sua liberdade, voltando a sua casa para o seio de sua família, voltava ao lugar em que ele sempre pertenceu e nunca saíra de suas memórias e Patsy permaneceria em sua condição de escrava no lugar de dor, sofrimento, abusos e agora sem a pessoa que ela buscava consolo e tinha se aproximado.

Buscando aprofundar a análise da bibliografia especializada abordada no artigo, foquemos agora em cenas que chamem atenção quanto aos cultivos praticados nas fazendas: a propriedade do Senhor Epps se dedica ao plantio de algodão e essa fazenda específica vai sofrer com pragas. Devido ao caráter comercial, os escravos serão arrendados e usados no trabalho de uma fazenda vizinha. O cultivo agora é de cana-de-açúcar, sendo essa fazenda a mesma de abertura do filme, onde um feitor ensina como se cortar cana para o plantio. A questão central aqui que chama atenção e conversa com a bibliografia proposta para a construção do presente artigo são os produtos cultivados, o “algodão” e a “cana-de-açúcar”, esses dois produtos que tiveram forte aquecimento com a revolução industrial.

A produção do algodão foi responsável pelo reaquecimento da escravidão nos EUA, “[...] a crescente demanda industrial de algodão, a nova matéria-prima por excelência, reviveu a escravidão nos Estados Unidos [...]” (TOMICH, 2011, p. 92). A região Sul passou a ser o principal destino de escravizados e local da empreitada agrícola para produção de algodão: “Entre 1780 e meados do século XIX, o consumo anual de algodão pelas fábricas britânicas aumentou de duas mil para 250 mil toneladas [...]” (TOMICH, 2011. p. 92).

Aprofundado esse debate Tomich (2011, p. 83) apresenta:

No decurso do século XIX a escravidão expandiu-se numa escala maciça exatamente nessas áreas relativamente atrasadas para atender a crescente demanda mundial de algodão, café e açúcar. Ao mesmo tempo, os antigos centros de produção escravistas declinaram. Esse segundo ciclo de escravidão iniciou-se com o advento da hegemonia britânica e declinou com o desafio que lhe foi lançado quando a preeminência econômica e política dos Estados Unidos aumentou no Hemisfério Ocidental e as depressões das décadas de 1870 1880 redundaram em crises nos mercados coloniais.

Percebe-se que a construção do filme tem uma preocupação com os fatos históricos e abre caminho para discutirmos de forma ampla o contexto do capitalismo e sua relação com a escravidão o que, para Tomich, na obra *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*, traz em seu terceiro capítulo, intitulado de *Segunda Escravidão, uma reflexão da escravidão no século XIX*, onde: “[...] o advento da hegemonia britânica e a Revolução Industrial na Grã-Bretanha reestruturaram a divisão mundial do trabalho e estimularam a expansão material da economia mundial [...]” (TOMICH, 2011, p. 87.), tem

nessa obra uma análise que a escravidão moderna se distingue da escravidão antiga que era por aprisionamento de guerra, fora um instituto comum aos povos antigos.

A escravidão moderna teria dois momentos: o primeiro, no período da colonização e sendo importante para se efetivar a exploração das riquezas nas Américas, mas não era ela o principal fator econômico do mercantilismo; já o segundo momento, ambientado no século XIX, tem uma relação imbricada com o capitalismo e a revolução industrial, pois a demanda de açúcar e café na nova dieta afetada pelo ritmo acelerado dos trabalhos nas fábricas e também nas plantations, fez o consumo desses produtos aumentarem muito, bem como o algodão ser matéria-prima para a indústria têxtil, reaquecerão a escravidão de pessoas como algo altamente lucrativo e uma das peças centrais do capitalismo no século XIX.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrando na análise final da trama que encaminha a libertação de Solomon, entra em cena dois personagens brancos: um, o traidor; o outro, o benfeitor; dois estereótipos espelho de uma sociedade marcada pela divisão de opiniões quanto à condição dos negros escravizados, uma representação alegórica do Sul na figura traidora de Armsby e outra do benfeitor abolicionista, na figura de Bass que representaria os ideários do Norte, mesmo sabendo que sua origem era do Canadá, objetivo aqui é apontar de forma alegórica os contrastes ideológicos de figuras do Sul e do Norte dos Estados Unidos, em período prévio a Guerra Civil norte-americana.

Armsby, homem de pele branca um ex-feitor que envolvido no álcool se torna trabalhador assalariado na colheita, desabafa com Solomon que o horror de açoitar um outro ser humano o levará àquele caminho do vício. Ele descreve que perdeu o sonho da riqueza haja visto que o lucro só ia para os donos das plantações.

Armsby se torna a chave para Solomon recuperar a liberdade. O escravo oferece dinheiro que ganhara na fazenda de cana-de-açúcar tocando violino. O pedido era para que Armsby envie uma carta a seus amigos no Norte contando sua condição de escravizado, pelos correios de Marksville, porém Solomon é traído por Armsby, onde se vira obrigado a queimar a carta que havia escrito, o que demonstra, neste ato, uma representação do Sul preocupado em explorar e lucrar com os negros escravizados.

Já Bass, entra na história como marceneiro, onde em um diálogo com Sr. Epps sobre a péssima condição de trabalho dos negros, Bass se mostra totalmente contra a escravidão, indaga que direito Epps teria para fazer o que fazia? Epps responde: “que eram sua propriedade e que

ele tinha pagado por eles”, sempre ficando evidente o caráter capitalista da escravidão. Sempre há um pano de fundo religioso no filme: Bass pergunta a Epps, qual a diferença entre um branco e um negro aos olhos de Deus? Nesse momento, Solomon escuta atento o diálogo entre os dois homens brancos. Há também um diálogo sobre injustiça e ajuste de contas dentro da nação contra a injustiça da escravidão, obviamente a Guerra Civil (1861-1865) viria alguns anos na frente, como ensina Rebecca J. Scott na sua obra: *Construção, Transposição e Ruptura da Linha de Cor na Louisiana e Cuba*: “Na primavera de 1862, forças do Norte ocuparam a cidade confederada Nova Orleans e começaram abrir caminho subindo o rio Mississippi [...]”. Comandados por tropas do Norte, o ideário de liberdade de escravos, defendido pelos políticos do Norte iria vencer na Guerra que dividiu os EUA: “Dentro de poucos meses, quase todas as principais paróquias produtoras de açúcar da Louisiana estavam sob controle da União [...]” (SCOTT, 1995, p. 113)

Em meio aos acontecimentos de aparecimento de Bass na fazenda e sua coragem de questionar o caráter escravista do dono dos escravos, teve o castigo a Patsay, em que Solomon foi obrigado a açoitá-la, cena que parágrafos acima fora descrita ser a mais forte do filme.

Após o castigo em Patsay, Solomon se encoraja para contar sua história ao senhor Bass, a quem ele observava há alguns dias. Mesmo com medo de uma nova traição, ele pede ajuda. A esperança de Northup está nos seus documentos de homem livre que se encontram no Norte, mesmo sendo letrado, culto isso também tinha sido tirado dele, pois caso contasse que sabia ler e escrever, certamente seria morto.

Bass cumpre a promessa e envia as cartas ao senhor Parker, amigo de Solomon Northup, que com ajuda do xerife vai a fazenda e reconhece “Plat” como Solomon Northup, um homem livre.

Então, voltando atenção para uma análise histórica do filme *12 Anos de Escravidão*, que tem uma complexidade e uma intenção de chocar as visões sobre um mundo escravista norte-americano do século XIX, permeado pelo caráter comercial de pessoas escravizadas e, no filme, há uma chamada de atenção para a prática criminosa de se escravizar negros livres no Norte e traficarem os mesmos para o Sul.

O presente texto histórico lançou o desafio de olhar para uma obra cinematográfica que tem suas limitações, mas aqui possibilitou uma análise em história global, apoiado em autores como Couceiro (2005) que, ao apresentar o instituto do processo-crime como fonte para se acessar parte do passado, contribui no alargamento do entendimento sobre as práticas delituosas que alimentavam o tráfico de pessoas pelo Atlântico. Couceiro (2005) pesquisa sobre questões

envolvendo embarcações no Império Brasileiro, para complementar o entendimento sobre essas práticas nos EUA.

Foi utilizado Graden que apresentou a pesquisa informações sobre o esforço internacional de pressão contra o tráfico de pessoas desde 1808 em solo norte-americano, ambos os autores levaram à pesquisa o conhecimento do papel central que Nova York desempenhou no tráfico de pessoas escravizadas no século XIX. Timoch (2011) e Marques (2016) muito contribuíram em apresentar o entendimento sobre a ligação entre capitalismo e a crescente participação dos EUA no tráfico de escravos.

Com base em Miller, buscou-se construir um entendimento acerca das ações de reconstrução e desconstrução das identidades dos escravizados, muito por vezes aliada ao uso da violência, seja ela física ou mental. Já Mintz e Price, em seus estudos antropológicos, apresentaram a possibilidade de observar algumas cenas em que o homem branco é apresentado como ocivilizador.

O uso dos autores aqui estudados é uma possibilidade de analisar a obra cinematográfica por meio de visões de conexões escravistas. Mesmo que o filme trate de tráfico dentro dos Estados Unidos, a bibliografia especializada em perspectiva global de escravização de africanos-americanos, apresenta ser o caso de Solomon uma parte de um complexo jogo de tráfico de escravizados, alimentada pela atividade de escravidão, ligada a uma rede capitalista de comércio e uma estreita relação com o aumento da demanda mundial de matérias-primas para a indústria no século XIX. O objetivo aqui fora analisar a obra cinematográfica de 2013 que teve inspiração no relato autobiográfico, publicado depois da libertação de Northup, em 1853, onde aqui se mostrou uma fonte valiosa por colocar argumentos historiográficos em pontos de aproximação, possibilitando uma análise em perspectiva de história global e conectada.

REFERÊNCIAS

- COUCEIRO, Luiz Alberto. Acusações Atlânticas: o caso dos escravos num navio fantasma – Rio de Janeiro, 1861. **Revista de História**, [s. l.], n. 152, p. 57-77, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i152p57-77. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18997>. Acesso em: 26 set. 2022.
- FERRO. Marc. **História e Cinema**. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- GENOVESE, Eugene. **Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made**. New York: Vintage Book, 1974.
- GRADEN, D. O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil (1840-1858), **Afro-Ásia**, Salvador, n. 35, p. 9-35, 2007. DOI: 10.9771/aa.v0i35.21125. Disponível em:

- <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21125>. Acesso em: 26 set. 2022.
- MARQUES, Leonardo. Um último triângulo notório: contrabandistas portugueses, senhores cubanos e portos norte-americanos na fase final do tráfico transatlântico de escravos, 1850-1867. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 53, p. 45-83, 2016. DOI: 10.9771/aa.v0i53.22472. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/22472>. Acesso em: 26 set. 2022.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A História Global da Escravidão atlântica: balanço e perspectivas. **Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 14-41, jan./abr., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019v26n41p14>. Acesso em: 26 set. 2022.
- MCQUEEN, Steve. **12 anos de escravidão**. Estados Unidos da América: Buena Vista, 2013.
- MILLER, Joseph C. Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil. **Revista de História**, [s. l.], n. 164, p. 17-64, jan./jun. 2011. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i164p17-64. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19188>. Acesso em: 26 set. 2022.
- MINTZ, Sidney, W.; PRINCE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- NORTHUP, Solomon. **12 anos de escravidão**. Tradução de Caroline Chang. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. Disponível em: 26 set. 2022.
- SALGADO, Lucas. 12 Anos de Escravidão por Lucas Salgado. **Adorocinema**, 2013. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-196885/criticas-adorocinema/>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- SCOTT, Rebeca J. Construção, Transposição e Ruptura da Linha de cor na Lousiana e Cuba. **Estudos Afro-asiáticos**, n. 27, p. 111-136, abr. 1995.
- TOMICCH, Dale W. A segunda escravidão. *In: Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EDUSP, 2011. p. 81-97.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CAPÍTULO 2

RESISTÊNCIA ESCRAVA NO MARANHÃO: fugas e formação de quilombos nas páginas do jornal o conciliador do Maranhão (1821-1823)

Leonardo Barbosa Barros

1 INTRODUÇÃO

Os escravizados tiveram um papel importante na conquista das suas liberdades, pois não aceitaram de forma passiva a opressão do sistema escravista brasileiro. Essa resistência pode ser vista nas notícias e nos anúncios de fugas e formação de quilombos no jornal *O Conciliador do Maranhão*, que circulou na província do Maranhão entre os anos de 1821 à 1823 e trouxe elementos e detalhes da sociedade maranhense do início do século XIX.

De acordo com Pinheiro (2016), *O Conciliador do Maranhão* foi o primeiro jornal maranhense, circulando entre 15 de abril de 1821 e 23 de julho de 1823, o periódico pautava os debates públicos na província se tornando palco de lutas políticas no período em que circulava. Segundo a pesquisadora, o jornal publicava notícias da Corte, a saída e entrada de navios, eventos culturais, carta dos leitores, além dos anúncios de venda, compra, leilão e fugas de escravizados. Nesse sentido, entende-se que o jornal traz informações importantes sobre a sociedade maranhense da época.

No Maranhão do início do século XIX, os escravizados eram a principal força de trabalho nas lavouras de monocultura de algodão, arroz e cana de açúcar, para exportação e que geravam riqueza para a província. Mas, essa riqueza ficava nas mãos de pequenos grupos, como os negociantes de escravos, os comerciantes e latifundiários. De acordo com Pinheiro (2016), a sociedade maranhense no início do século XIX era dividida em três classes: os senhores, os escravos e os pobres livres. Nesse sentido, os senhores faziam parte do topo da pirâmide social, em sua maioria eram grandes proprietários de terra, militares, funcionários públicos, negociantes e comerciantes.

Assim, a classe dominante era enriquecida com a exploração da mão de obra escrava nas lavouras, de algodão, arroz e cana de açúcar, esse modelo econômico fez com que o Maranhão no início do século XIX se torna-se a quinta maior economia do Brasil. Mas, não só nas lavouras os escravizados estavam presentes, eles podiam ser vistos nos centros urbanos como na cidade de São Luís trabalhando nas mais diversas atividades, principalmente como escravos de ganho ou escravos de aluguel.

De acordo com Pereira (2021), os escravos de ganho geralmente não tinham um ofício e por isso realizavam qualquer tarefa que fossem mandados ou vendiam produtos nas ruas da cidade, e ao final do dia eram obrigados a darem a maior parte do que ganhavam aos senhores, já os cativos ficavam com a pequena parte que utilizavam para comprar comida, roupas, pagar moradia e até comprar sua liberdade por meio da carta de alforria.

As ruas de São Luís no início do século XIX, era o cenário urbano onde podia-se ver os cativos nos mais diferentes espaços, vendendo, negociando, carregando mercadorias para os navios, limpando as ruas e caçadas, guiando carroças, construindo pontes e edifícios. Como Santos (2015) afirma, os escravizados garantiam a funcionalidade da vida cotidiana, nas vilas e cidades, fazendo tarefas domésticas, como amas-de-leite, conduzindo carroças, transportando mercadorias, abastecendo as casas senhoriais de água e capim, etc.

Silva (2014, p. 35), explica as principais atividades exercidas pelos escravizados nas ruas de São Luís:

[...] esses escravos estavam desse modo circulando pela cidade, ao exercerem funções domésticas, ou serem escravos de ganho ou aluguel, podiam circular com uma relativa liberdade pela cidade; esses cativos, muitas vezes, podiam tecer redes de solidariedade e estabelecer canais de comunicação para, a partir disso, exercerem uma relativa autonomia e se reunirem, uma vez ou outra, para fazer batuques, sambas, rezar para seus deuses, etc.

Nesse sentido, nas ruas de São Luís ocorriam as lutas dos cativos pela sua liberdade. Como explica Gomes (2017), a presença de escravizados modificou o cotidiano das cidades brasileiras, que se tornaram espaços de negociação, barganha, conflitos e lutas, pois as relações entre senhores e escravos podiam ser de solidariedade e boa convivência, mas também podiam ser conflituosas e tensas, o que fazia construir e desconstruir o tecido social em que essas relações eram estabelecidas.

Assim, os escravizados construíram suas liberdades através de luta e resistência, como as fugas, os furtos, roubos, assassinatos e insurreições. Mas, os senhores e o Estado reprimiam a rebeldia escrava com as leis, os códigos de postura e os castigos físicos, mas a repressão não seria suficiente para evitar a rebeldia escrava. Como se pode ver no jornal *Conciliador do Maranhão* no próximo tópico.

2 FUGAS DE ESCRAVIZADOS NO JORNAL O CONCILIADOR DO MARANHÃO

As fugas de escravizados eram comuns no século XIX, em alguns casos, eles fugiam para os quilombos, outras províncias, ou grandes centros urbanos onde podiam se passar por livres dificultando a captura. Pela lógica escravista, as fugas eram uma forma de resistência,

que faziam com que os cativos construíssem suas liberdades, se contrapondo ao sistema de exploração. De acordo com Almeida e Silva (2009), as fugas eram uma das formas de resistência mais utilizadas pelos cativos, elas poderiam ser realizadas de forma individual ou em grupo, os escravizados ganhavam normalmente as matas onde ficavam os quilombos, mas também podiam ir para as cidades.

Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 117-118), explicam os principais motivos das fugas de escravos:

Os cativos fugiam por vários motivos e para muitos destinos. Castigo, trabalho excessivo, pouco tempo para o lazer, desagregação familiar, impossibilidade de ter a própria roça e, é óbvio, o simples desejo de liberdade eram as razões mais frequentes que os levavam a escapar dos senhores. Por vezes os cativos se ausentavam apenas por tempo suficiente para pressionar o senhor a negociar melhores condições de trabalho, moradia e alimentação, para convencê-lo a dispensar um malvado feitor, a manter na mesma fazenda uma família escrava, a cumprir acordos já firmados ou até para conseguir ser vendido a outro senhor. [...] Fugir era perigoso, difícil e, geralmente, dependia da solidariedade de outros escravos, libertos e livres. Era preciso alguém que pudesse facilitar a fuga, fornecer abrigo, alimentação e trabalho para não levantar suspeitas. Os escravos podiam buscar refúgio em fazendas, povoados e cidades, onde podiam misturar-se aos negros livres e libertos, mas também recorriam aos quilombos.

Ao analisar os anúncios de fugas de escravizados, pode-se ter informações importantes sobre os senhores e os cativos. De acordo com Câmara (2013), os anúncios de fugas nos jornais traziam as características dos escravos como profissão, sexo, cor, idade, origem, sinais no corpo e o nome do proprietário, para facilitar a identificação dos cativos. Esses detalhes podem ser percebidos no anúncio de 25 de janeiro de 1823 no jornal *O Conciliador do Maranhão*. Manoel Pereira da Luz, Feitor de uma das Fazendas do Tenente Coronel de Cavalaria Romualdo Antônio Franco de Sá¹, relatou a fuga do escravo Serafim e foi descrito como sendo de nação Cacheo, alto, corpulento, marcas de bexigas². No anúncio pode-se perceber a figura do feitor que era responsável por administrar a fazenda, vigiar e punir os escravizados, não era raro essa função ser realizada por ex-escravos.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), o feitor era responsável por cuidar da disciplina dos escravos e muitas vezes essa função era exercida por um escravo ou negro livre, mulheres poderiam ser feitoras, supervisionando outras mulheres. Na maioria das vezes recebia salário e tinha privilégios no cargo de supervisão, assim os senhores hierarquizavam a mão-de-obra e buscavam a colaboração de membros dos cativos. Couceiro (2003), explica como era escolhido os feitores nas fazendas para cuidar da mão de obra escrava:

[...] era de responsabilidade do feitor, homem de confiança do administrador, que não

¹ Vice-presidente da província do Maranhão, exercendo a presidência interinamente de 27 a 28 de fevereiro de 1828.

² Marcas da doença causada pelo vírus da varíola.

era escolhido pelo seu grau de crueldade no trato com os escravos, mas por sua competência em desenvolver um código moral de castigos sem que a produção da fazenda fosse estagnada, ainda mais nos dias de ausência do senhor. Portanto, havia uma relação moral, em permanente tensão, é bem verdade, entre o administrador e o feitor, e entre o feitor e os escravos, entendidos como um grupo de trabalhadores e moradores da fazenda com relações sociais além das de trabalho (COUCEIRO, 2003, p. 45).

Outra questão a ser percebida no anúncio é que o dono da fazenda era um Tenente Coronel da Cavalaria, muito conhecido na cidade de São Luís na época, pois além de militar foi político, assim fazia parte da classe dominante do Maranhão. Já Serafim, o cativo que fugiu, era de Nação Cacheo, que era uma Região da África e uma colônia portuguesa de onde vinha grande parte dos cativos para o Maranhão. Outro aspecto que o anúncio traz é que o cativo tinha marcas de “bexigas”, que era uma doença comum em escravizados devido as péssimas condições de higiene que viviam, da falta de uma alimentação rica em nutrientes e dos lugares insalubres que eram obrigados a viverem.

O anúncio relatava que a fuga foi facilitada por um domador de cavalos chamado de “cabra”, que estava ensinando ao cativo o ofício, muitos senhores contratavam ou forneciam seus cativos para que aprendessem algum ofício, para que pudessem usufruir ou alugar o trabalho do seu cativo. No relato do feito observa-se que ele enfatizava o roubo do seu cavalo, nesse período os animais como cavalos e burros eram tão valiosos quanto os escravos, no final oferece uma recompensa para quem capturar o cativo:

Manoel Pereira da Luz, Feitor de uma das Fazendas de lavoura do Tenente Coronel de Cavalaria Romualdo Antônio Franco de Sá, sita no distrito de Pericumã, participa a este seu Patrão que no meado do mês de Dezembro próximo pretérito lhe fugira daquela sua Fazenda de nominada Buenos aires, hum seu escravo preto Chamado Serafim, de nação Cacheo, alto e corpulento, com marcas de bexigas pela cara; acompanhado de um cafos, ou cabra chamado' Calisto, filho do Sertão, que por aquela vizinhança apareceu com a introdução de ensinado.' de cavalos ; e este dito cabra foi quem seduziu este escravo para a, fuga facilitando-lhe os caminhos e entradas com ele para o Sertão, raptando para esta fugida um cavalo melado do dito feitor, e o dito preto levou um seu cavala alazão que havia comprado em potro a sen senhor: roga a todos os Srs. De Fazenda, e comandante de todos os Distritos desta província, que destes nomeados fugitivos tiverem notícias os fação prender com segurança a bem do serviço Nacional, e os fação remeter a cadeia desta cidade; ou avisando a seu Sr. Para o mandar buscar, e este se obriga a satisfazer qualquer despesa que se fizer com esta diligência. (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1823, p. 4).

O anúncio de 23 de fevereiro de 1822 no jornal *O Conciliador do Maranhão* relatava a fuga de quatro escravos pertencentes a Guilherme Wellstood³, a fuga ocorreu na Vila de Viana, onde hoje é a cidade Viana. O anúncio falava que os escravizados possuíam marcas de ferro quente no peito, que era uma forma de identificar o cativo em caso de fuga, mas, também uma forma de humilhar e torturar o fugitivo. As marcas (MF), (QR) e (MRF) nos peitos e no braço

³ Senhor de engenho e capitão da galera inglesa George.

dos escravos, essas marcas de ferro quente normalmente eram as iniciais dos nomes dos donos ou dos antigos donos e que este escravo provavelmente era reincidente na fuga. Segundo Freyre (2012), as marcas com ferro quente deformavam o corpo e a alma do cativo.

A fuga possivelmente ocorreu devido à brutalidade de como os cativos eram tratados, exemplificada nas marcas de ferro quente nos corpos dos cativos e demonstram as crueldades que os senhores de escravos faziam com os escravizados. A prática de marcar os cativos com ferro quente só seria proibida com o *Código Criminal do Império*, em 1842.

De acordo com o anúncio, os cativos foram comprados da *Companhia Antônio José Meirelles, Ferreira e Companhia*⁴. Essa companhia era conhecida devido a prática do tráfico negreiro e pertencia ao comendador e negociante Antônio José de Meirelles, que além de comercializar africanos no Atlântico também exportava também algodão maranhense para a Inglaterra principalmente para a cidade de Liverpool onde o comendador mantinha negócios. Segundo Cutrim (2017), Antônio José de Meirelles possuía negócios em diversos lugares no mundo, navegando também para a costa da África comprando e vendendo escravos, durante a década de 1820. Além da Inglaterra, as embarcações de Meirelles também se espalharam em outras regiões como Lisboa, Porto, Gibraltar e Havre de Grace. Era grande a quantidade de viagens feitas dos navios do negociante com destino à costa africana, como Angola, Benguela, Cabinda, Molembo e S. Tomé.

Da Fazenda denomina Comarca no distrito da Villa de Vianna, pertencente a Guilherme Westwood, fugirão 4 escravos em 18 de Novembro de 1821, de nomes, Manoel Jorge, de idade de 29 anos, marca MF (ligada) __peito esquerdo. Bonifácio, de 32 anos, marca MF (ligada) peito esquerdo. Gonçalves, de 26 anos, marca MF (ligada) no peito Esquerdo; QR (idem) peito direito. Luiz, de 29 anos, marca QR (ligada) no peito direito, ou MRF (idem) no Braço direito. Todos estes foram comprados a Antônio José Meirelles, Ferreira e Companhia. Se alguém souber de algum destes Escravos, e os poder mandar pegar e remeter a á dita fazenda, ou avisar a seus administradores, que prontamente satisfarão todas as despesas. Supõem-se que os ditos Escravos existirão à beira. dos Rios Miariam, ou Itapecuru (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1822, p. 4).

O anúncio de 07 de agosto de 1822 no *Conciliador do Maranhão* evidencia que os escravos fugitivos eram presos pela polícia e devolvidos aos seus “donos”, assim o Estado trabalhava para a manutenção da escravidão. O texto conta a prisão de Antônio que era escravo de Domingos Simões e morador da vila de Caxias (hoje cidade de Caxias palco da revolta popular conhecida como Balaiada em 1839).

Pela Secretaria do Governo desta Província se faz público, que na Cadeia desta Cidade existe prezo desde o dia 5 do corrente o negro Antônio escravo de Domingos Simões, morador na Villa, de Caxias, o qual negro se encontrou fugido: e será entregue por

⁴ Meirelles foi um dos homens de negócio atuantes na região do Maranhão ao longo do século XIX. Suas interações mercantis com outras localidades no ultramar (CUTRIM, 2017).

Ordem do Governo a seu legitimo senhor, ou a seu procurador legalmente constituído.
(O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1822, p. 4).

O próximo anúncio de 28 de agosto de 1822 relata a fuga de Luiz, que já estava há cerca de seis meses desaparecido. Ele pertencia à D. Ana Maria da Conceição, que pedia por “obsequio” e rogava dizendo que pagava por toda a despesa de quem capturasse o cativo fugitivo. Encontra-se no anúncio a data estimada da fuga, o local de onde partiu e o nome do escravo. Nesse anúncio, verificam-se as características do escravo fugitivo, chamado de “crioulo” que é o nome dado ao escravo nascido no Brasil. Segundo a descrição no anúncio, o escravizado era baixo, grosso, de boa aparência, jovem e que anda com uma carta de alforria, tentando se deslocar para outra província.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), as alforrias podiam ser “gratuitas” quando eram concedidas em retribuição aos “bons serviços” ou à fidelidade ao senhor. Mas, para conseguir poderia demorar anos ou até décadas, geralmente até a morte do dono ou de sua esposa. Senhores idosos frequentemente recorriam a este expediente para garantir amparo até a morte. Outra forma de conseguir a alforria era por meio de pagamento. Com a carta de alforria o indivíduo deixava de ser escravo passava a ser chamado liberto ou forro.

Para Pereira (2007), a concessão da carta de alforria era um indício de readaptação dos proprietários rurais em face das fugas, dos quilombos e das insurreições escravas. No anúncio, a proprietária do cativo que fugiu não sabia especificar a idade, provavelmente porque o escravo não tinha registro civil. No anúncio falava-se também o nome do antigo proprietário, o capitão João Luiz Pereira de Figueredo Almeida, esse anúncio é interessante pela riqueza de detalhes:

Pela primeira vez, tomo a liberdade de incomodar a V. exigindo o obséquio de pelo seu Periódico fazer público; que fugira desta Villa, ha cinco para. seis meses, um escravo crioulo, - baixo grosso, e bem figurado, de idade pouco mais ou menos de vinte cinco anos, cujo escravo e seu legitimo nome Luiz-. pertencente a D. Ana Maria da Conceição compra feita ao capitão João Luiz Pereira, de Figueredo Almeida, - e como fisicamente sei que o mencionado escravo anda nessa Cidade a título de forro, e com desígnio de transportar-se a para outra província. Rogo por isso o publicar dessa fuga, a fita descendo prezo, ser entregue no Senhor Manoel Antônio Rodrigues Vale para-pronta-satisfação de toda a despesa: favo? este pelo qual serei sumamente grato, honra de confessar' que com todo o respeito Sou de V. atento venerador e criado-Hermenegildo da Costa Nunes Caxias 4 de agosto de 1822. (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1822, p. 6).

O anúncio de fuga 23 de outubro de 1822, no *Conciliador do Maranhão* do Capitão Mauricio Fernandes Alves traz detalhes sobre o escravo mulato Rafael, que relata que ele era carpinteiro e tinham por volta de 48 anos, era alto, sem barba, pouco cabelo, um corte na virilha, marcas de castigos de chicote, cicatriz no dedo do pé. A promessa era para quem devolvesse o escravo teria todas as despesas pagas. Nesse caso, as marcas de violência que Rafael sofrera no cativo eram mais visíveis:

O Capitão Mauricio Fernandes Alves pertencia a todos os Srs. Que no primeiro de abril de 1821, lhe fugira da sua fazenda do Turyassú um escravo mulato, de nome Rafael, oficial de carpina, de idade de 48 anos pouco mais ou menos, alto, cara lisa de barba, cabelo pouco duro com uma ruptura nas virilhas que lhe desse, marca antiga de açoutes nas nádegas, pernas um tanto arqueadas, em um dos dedos grandes dos pés umas cicatrizes de golpe. Roga a qualquer Sr. Que deles tenham noticia lhe faça o favor de lho mandar prezo, e avisarem para esta cidade aos Srs. José Antônio Pereira, e José Lopes de Lemos, que dos mesmos Srs. Receberão toda e qualquer despesa que tenha feito. (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1822, p. 6).

No anúncio de 01 de janeiro de 1823, o Padre João Gomes dos Santos relatou algumas características do escravo, como a de que ele era retinto, mulato, originário da província da Bahia, tinha o ofício de sapateiro, idade por volta de 34 anos, era alto, bonito e dedos dos pés e das mãos compridos, marcas de castigos nas nádegas. O anúncio, mostra uma esperteza do cativo, pois o padre afirma que Hypólito negociou o título de forro, talvez soubesse ler e escrever, algo raro para um cativo, já que a educação era mais restrita as classes mais ricas. A prática de se passar por forro era algo relativamente comum, pois muitos cativos fugiam das fazendas e se escondiam na multidão nas cidades se passando por forro.

O padre João Gomes dos Santos era proprietário do cativo, pois a Igreja Católica dava apoio a escravidão de negros. De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), a sociedade escravista contou com o apoio da Igreja Católica para inculcar nos cativos paciência e humildade como virtudes desejáveis. Essa era uma forma de controlar ideologicamente os escravizados, tentando naturalizar a sua condição de submissão e evitar que os escravizados se revoltassem ou fizessem rebeliões.

Percebe-se que a escravidão era naturalizada e difundida, pois não somente as pessoas ricas possuíam escravos, mas também outras camadas da sociedade. Nesse sentido, possuir os escravos representava ascensão e prestígio social, e também poderia ser considerado um investimento lucrativo, já que podiam ser revendidos a preços maiores ou apresentados como pagamento de dívidas (FARIAS, 2013).

Albuquerque e Fraga Filho (2006), afirmam que possuir escravos não era privilégio dos grandes senhores ou de pessoas ricas das cidades. No século XIX, a propriedade escrava estava disseminada entre as diversas camadas da sociedade, inclusive pobres e remediados. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes e pequenos lavradores investiam em escravos. Até ex-escravos possuíam escravos. Por isso, não eram apenas os grandes senhores que tinham interesse na manutenção da escravidão.

No anúncio o padre comenta sobre uma marca nas nádegas do fugitivo devido aos castigos e maus tratos sofridos. As marcas de castigos ou de nação poderiam ser um empecilho

durante a fuga, pois por meio delas o cativo poderia ser identificado. Freyre (2012) explica sobre os castigos e as marcas na identificação de escravos fugidos:

Pelo que não nos devem horrorizar demasiadamente, nos escravos fugidos, marcas nas nádegas de castigo ou sinais de punições; lubambos nos pés; correntes nos pés. Tais castigos faziam parte da rotina de todo um complexo sistema de relações de escravos com seus senhores; e de escravos novos ou boçais com escravos antigos ou ladinos. (FREYRE, 2012, p. 37).

No anúncio, o padre disse que o fugitivo provavelmente foi para a província do Pará e ofereceu uma boa recompensa de cinquenta mil réis, o que mostra certo apego do padre ao seu escravo. O anúncio traz referências sobre as feições e as qualidades profissionais:

Do Distrito de Alcântara, decorrendo o ano de mil oitocentos e oito, fugiu do Padre João Gomes dos Santos, ao presente assistente na Cidade do Maranhão, um escravo, negro retinto, crioulo da Bahia, oficial de sapateiro, de idade, que deve ter agora trinta e quatro anos, chamava-se Hypólito, alto, boa presença, dedos dos pés e das mãos compridos, com mais ou menos marca nas nádegas, resulta de castigo: nos anos de mil oitocentos e quatorze, e quinze, negociou em aguardente na Ribeira do Tury, a título de ferro, e pelo mesmo tempo evadindo-se a uma diligencia em Cabelo de velha, cessarão as notícias: acredita-se, passara para o Distrito do Pará; a pessoa que c entregar. Prezo a seu Sr. receberá de prêmio cinquenta mil réis, e sendo conduzido de fora do Estado. (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1823, p. 5).

No anúncio do dia 4 de junho de 1823, no jornal *O Conciliador do Maranhão*, o capitão do mato que era uma espécie de serviçal de uma fazenda ou feitoria encarregado da captura de escravos fugitivos, para devolvê-los aos donos mediante o pagamento de recompensa, era comum negros alforriados prestarem esse tipo de serviço. “Este nome talvez que em Portugal produza diversa ideia da Personagem: Capitães de mato são os que exploram as matas para prenderem os escravos fugidos [...]”. (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1823, p. 1).

Nos anúncios analisados no jornal *O Conciliador do Maranhão* entre os anos de 1821 a 1823, verificou-se que as fugas eram publicadas no jornal, na seção de avisos que continha a descrição dos cativos e às vezes a promessa de recompensa para quem os devolvessem. Também apareceram características físicas como idade, aparência e profissão, em alguns casos citavam-se os nomes dos proprietários que ofereciam gratificações, o que demonstra o interesse em recuperar o cativo. Assim, quanto maiores as qualidades do escravo fugitivo, como ofício e juventude, maiores eram as recompensas pela captura, porque capturar um escravo jovem, ainda seria um bom negócio para os proprietários, pois se o escravo tivesse uma longa vida laborativa, renderia muitos lucros ao seu senhor. Mattos (2013, p. 4), explica a função dos anúncios de fugas:

O escravo, através dos anúncios de fuga, era retratado para fins de identificação pragmática. Era uma propriedade que precisava ser resgatada porque representava perdas materiais ao seu dono. Nesse sentido, quanto mais minuciosa fosse a sua descrição, mas facilmente o escravo poderia ser localizado, restituindo ao proprietário, o bem perdido. Assim, marcas físicas peculiares, podendo estar relacionadas, ou não,

a deformidades, doenças, maus-tratos ou sinais de origem, faziam quase sempre parte desses anúncios.

O governo também organizava expedições militares para capturar os escravos fugitivos, para extinguir quilombo e reprimir insurreições. Nesse sentido, os senhores e o Estado se uniam para manutenção da escravidão. O governo da província do Maranhão organizava expedições militares para destruir quilombos, reprimir rebeliões de escravos e até capturar cativos fugitivos. Já os proprietários de escravizados fugitivos como visto nos anúncios prometiam recompensa para quem capturassem seu escravo fugido.

3 FORMAÇÕES DE QUILOMBOS NO MARANHÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Até os dias atuais no Maranhão existe uma alta concentração de quilombos devido principalmente a grande quantidade de escravizados foram trazidos por meio do tráfico negreiro para as lavouras de cana de açúcar, algodão e arroz. Quando os escravizados fugiam muitos deles adentravam as matas para ficarem longe da vigilância dos senhores e do Estado.

Segundo Fiabani (2009), no Maranhão, os escravizados estavam presentes, nas fazendas de algodão e de arroz e, posteriormente nas plantações de cana – de açúcar e na década de 1820 o Maranhão possuía cerca de 55% dos cativos do império.

De acordo com Fausto (2006), os quilombos eram estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e tinha a organização social semelhante às africanas, onde eles podiam praticar sua religião e sua cultura.

No Brasil a palavra quilombo era empregada para se referir ao esconderijo, aldeia, cidade ou conjunto de povoações que abrigavam escravos fugidos. Segundo Pereira (2007), os quilombos eram refúgios de negros que fugiam da repressão, sendo formados em locais de mais difícil acesso, para impedir a localização de quem tentava capturá-los e quem vivia nos quilombos contava com a solidariedade de outros escravos com fornecimento de informações, de alimentos e de apoio nas fugas e revoltas. O pesquisador afirma que a palavra quilombo deriva da palavra africana *lumbu* e *kilumbu*. Nas línguas africanas quimbundo, quicongo e unbundo, a palavra *lumbo* significava muro, paliçada. Já na língua *umbundo* significava uma associação guerreira.

Já segundo Assunção (1996), os quilombos possuíam uma rede de informações com muitos comerciantes locais que lucravam com as trocas de produtos agrícolas, por produtos que não eram produzidos nos quilombos. Nesse sentido, os quilombolas não viviam totalmente isolados da sociedade. Ainda segundo o autor, os quilombos não recebiam somente escravizados que fugiam, mas também negros libertos, indígenas e pessoas negras que devido

a da falta de apoio do Estado, a difícil vida na sociedade maranhense ou até mesmo pessoas com problemas com a justiça buscavam refúgios nos quilombos. Pereira (2007, p. 64) explica como era a vida nos quilombos:

No quilombo, a economia se baseava na divisão de sexual do trabalho. Aos homens, cabiam as tarefas de defesa do quilombo, de extração de ouros nas minas, o rapto de mulheres e o abastecimento do quilombo, de outros alimentos, como peixe e a carne obtidos por meio da caça e do furto de gado. As mulheres adultas, eram reservadas as tarefas da roça, isto é, o plantio e a colheita de mandioca e de arroz, bem como a produção de farinha. Por fim, as lides de domésticas de tecer panos, fazer roupa, cozinhar, cuidar de crianças e criar galinhas e porcos.

No ofício publicado no jornal *O Conciliador do Maranhão* em 30 de abril de 1823, de João Francisco Leal⁵ e do Coronel Antônio de Sales Nunes Belfort⁶ falava sobre boatos na capital de insurreições escravas. O texto relata uma insubordinação no interior de Coroatá, o comandante do distrito como repressão prendeu os dois escravos que foram os líderes do movimento, os escravizados Francisco Xavier de Macedo e Pedro Carlos. O texto comentou sobre essa insubordinação que tinha ideias de alforria. O texto também aborda a questão da formação de quilombos em Itapecuru-Mirim, onde foram presos 9 escravos de senhores diferentes.

Segundo Assunção (1996), os escravizados no Maranhão se concentravam nas fazendas de algodão e arroz, mais tarde também de açúcar, situados nos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré e na baixada ocidental. Os quilombos se estabeleceram nas cabeceiras dos rios, nas zonas não ocupadas pela grande lavoura. Assim houve um crescimento de quilombos no século XIX no Maranhão às vésperas da independência.

José Ribeiro, sita no interior de Coroatá levantaram-se contra a recepção d'hum Feitor mandado por seu Sr. paia administra-los, e por esta ocasião se disse que tal insubordinação tinha outro fira incendiário d'exemplificar ideias d'Alforria; porém não foi mais- do que reincidência de tal procedimento respectivo ao mesmo Feitor, que outrora não quisera admitir os mesmos escravos: o Comandante Parcial daquele Distrito pôs em sossego a Fazenda, e remete-me presos dois escravos cabeças da desordem, e um tal Francisco Xavier de Macedo indiciado de ter influído tia mesma, os quase entreguei ao Juiz Territorial com a respectiva parte cie culpa. Mandeí prender no dia 25) do dito mês um tal Pedro Carlos por notícias, e informações de sua péssima conduta, e o entreguei ao Juiz Territorial para seu respectivo sumario. O Gentio repetiu em dias últimos do mesmo mês os seus costumados insultos em algumas Fazendas sitas no interior do Coroatá. Doe-se em um quilombo dos negros fugidos no distrito parcial de Cantanhede, onde se fez a preza de nove escravos de diferentes senhores. Quartel da Villa d'Itapecuru Mirim 12 d'Abril. (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1823, p. 3).

As comunidades quilombolas ainda podem ser encontradas na baixada maranhense, região onde ficavam as grandes lavouras de algodão, arroz e cana de açúcar. Segundo Almeida

⁵ Ouvidor geral, procurador da Coroa e da Fazenda, do Maranhão (WEHLING; WEHLING, 2020).

⁶ Militar e político brasileiro, presidente das províncias do Maranhão, de 2 a 5 de junho de 1824, e do Ceará, de 4 de fevereiro de 1826 a 2 de janeiro de 1829 (GALVES, 2010).

e Silva (2009), o Maranhão é um dos estados brasileiros que possui maior número de comunidades negras rurais reconhecidas ou em vias de serem reconhecidas como comunidades remanescentes de quilombo, elas ficam localizadas principalmente nas regiões da Baixada ocidental maranhense e no litoral norte. Fiabani (2009), destaca algumas regiões do Maranhão que foram construídos quilombos:

No Maranhão, constituíram-se vários quilombos. Destacamos os quilombos de São Bendito do Céu, Limoeiro e São Sebastião, no vale do Turiaçu; o quilombo de Lagoa Amarela, em Chapadinha, além de muitos quilombos menores, sobretudo nas regiões dos vales do Turiaçu e do Itapecuru, nas matas de Codó, do Mearim e na Baixada Maranhense. Pequenos grupos de quilombolas instavam-se nas proximidades das fazendas apropriando-se de víveres de que necessitavam. Os cativos ‘colaboravam’ com os mocambeiros. (FIABANI, 2009, p. 2).

Almeida e Silva (2009, p. 5), enumeram várias cidades do Maranhão que possuem quilombos nos dias atuais, uma delas é Coroatá:

Coroatá, Jenipapo, Cumum, Guaramanduiua, São José dos Pretos, Santa Luzia, Caratiua, Largo do Sapateiro, São Vicente, Jutaizal, Santa Rita, Macajubal, Porto da Cabeceira, Monte Alegre ou Bela Alegria, Porto de Baixo, Cajaranza, Vila Nova, Prata e Entre Rios, totalizando 20 comunidades.

Os quilombos como pode-se ver, eram lugares em que não só os cativos que fugiam tinham um lugar de refúgio e proteção, mas também indígenas e foragidos da justiça, achavam abrigo nesses lugares. Nesse sentido, eles eram lugares de solidariedade onde um ajudava ao outro, os quilombolas viviam em comunidade, plantavam, caçavam, pescavam. Mas os senhores e as autoridades públicas tinham medo e receio dos quilombos, pois esses lugares eram uma forma de insubordinação escrava, as autoridades públicas então organizavam milícias e grupos armados para destruírem os quilombos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os anúncios e notícias de fugas e formação de quilombos no Maranhão noticiadas nas páginas do jornal, entende-se que essas ações fizeram parte da luta contra o sistema escravista e contra a opressão que os cativos sofriam. Uma forte expressão dessa resistência foram os quilombos que podem ser vistos até os dias de hoje no Maranhão. Nessas comunidades criou-se um ambiente de solidariedade e de pertencimento a uma identidade coletiva. Assim, os quilombolas compartilhavam e compartilham a cultura, a memória coletiva e o modo de viver.

Já os anúncios de fugas são de grande importância para conhecer os escravizados que viviam no Maranhão do século XIX, pois traziam as características dos cativos e a descrição das marcas de chicotes e do ferro quente em seus corpos. Também pode-se ver as características

físicas como ser magro ou “corpulento”, baixo ou alto baixo, retinto ou crioulo, “boçal” ou ladino. Também características psicológicas como ser falante, esperto ou calado. As doenças sofridas pelos cativos como a rubéola que deixava marcas na pele dessas pessoas e eram mencionadas para identificar os cativos quando fugiam, essas doenças eram em decorrência das péssimas condições em que essas pessoas viviam. Assim os anúncios de fugas tinham a função de facilitar a captura, por esse motivo traziam muitos detalhes sobre o fugitivo.

Por fim, percebe-se que o jornal *O Conciliador* como um órgão do governo possuía uma postura de defesa dos interesses políticos do governador, seus assinantes, colaboradores e leitores, que em sua grande maioria faziam parte da classe dominante maranhense, proprietárias de escravizados e que se beneficiava da exploração da mão de obra dos cativos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: Fundação Palmares, 2006.
- ALMEIDA, M. C. P. de.; SILVA, Rosalia de Jesus Castro da. **Os “novos quilombos”**: estudo histórico sobre o processo de identidade das comunidades remanescentes de quilombos da Baixada e do Litoral norte do Estado do Maranhão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_4977e8545f70e5dfab2294d0eb702d6b.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.
- ASSUNÇÃO, M. R. Quilombos maranhenses. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos (org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 434.
- BATISTA, C. da S. A escravidão urbana em duas cidades do século XIX: Santo Antônio do Paraibuna e Rio de Janeiro. In: COLÓQUIO DO LAHES: MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA HISTÓRIA SOCIAL, 2., 2008, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: Clío Edições, 2008. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a5.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- CÂMARA, J.C. **Escravos em fuga**: histórias de escravidão e liberdade no Paraná Provincial (1854-1888). 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História, Memória e Imagem) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- CÓDIGO de direito canônico. Trad. de J. A. da Silva Marques. 4. ed. Lisboa: Editorial Apostolado da Oração – Braga, 1983. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.
- COUCEIRO, L. A. A disparada do burro e a cartilha do feitor: lógicas morais na construção de redes de sociabilidade entre escravos e livres em fazendas do Sudeste, 1860-1888. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 41-82, 2003. DOI: 10.1590/S0034-77012003000100002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27173>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- CUTRIM, L. M. S. **A alma do negócio**: a trajetória do negociante Antônio José Meirelles no

- Maranhão (c. 1820 - 1832). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13869/Dissert-luisa-moraes-silva-cutrim.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- FARIAS, J. B. De escrava a Dona: a trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX. **Locus (UFJF)**, [s. l.], v. 35, p. 13-42, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/download/20607/11022/82422>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12. ed. 1.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/boris-fausto-historia-do-brasil.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.
- FIABANI, A. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. **Estudios Históricos**, [s. l.], v. 2, p. 1-18, ago. 2009. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/edicion_2/adelmir_fabiani.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.
- FREYRE, G. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. (Brasiliana, v. 370. Série Estudos e Pesquisas, 14). Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/419/1/370%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.
- GALVES, M. C. “**Ao público sincero e imparcial**”: Imprensa e independência na província do Maranhão (1821-1826). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1199.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.
- GOMES, D. F. **Burlar a lei e zombar da ordem**: estratégias de resistência do sujeito escravizado em São Luís, década de 1870. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2017.
- GRINBERG, K. Castigos Físicos e Legislação. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos (comp.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. p. 144.
- MATTOS, Débora Michels. Nas páginas dos jornais, peculiares experiências de vida: saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina da segunda metade do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., Natal. **Anais [...]**, Natal: ANPUH, 2013. p. 1-20. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372278793_ARQUIVO_Naspaginasdosjornais,peculiaresexperienciasdevida,Anpuh2013,TEXTOREVISADO.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.
- MATTOS, H.; GRINBERG, Keila. Código penal escravista e estado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos (comp.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. p. 163.
- O CONCILIADOR DO MARANHÃO. São Luís: [S. n.], 1821-1823. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/conciliador-maranhao/749524>. Acesso em: 26 set. 2022.
- PEREIRA, J. de J. A rebeldia do trabalho em tempos de escravidão: nuances da experiência do maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, v. 8, p. 197-215, 2021. Disponível em: <http://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/view/274>. Acesso em: 27 set. 2022.
- PEREIRA, J. de J. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do**

Maranhão na década de 1880. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006.

PINHEIRO, R. A. Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, a. 29, n. 49, p. 43-64. 2007. Trabalho apresentado no GT de Jornalismo, no V Encontro Nacional de História da Mídia, 2007, São Paulo.

Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/download/760/770>. Acesso em: 21 jan. 2022.

PINHEIRO, R. A. **O Conciliador e o início do jornalismo maranhense no século XIX.**

2016. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em:

https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6968/2/TES_ROSEANE_ARCANJO_PINHEIRO_COMPLETO.pdf Acesso em: 21 jan. 2022.

RIBEIRO, A. P. G. **A imprensa da independência e do primeiro reinado:** engajamento e mercado. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0199-1.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

RIBEIRO, A. V. **O tráfico Atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador (c. 1678 – c. 1830).** Rio de Janeiro: UFRJ: PPGHIS, 2005.

RIBEIRO, A. V.; SILVA, D. D. O tráfico de escravos africanos: novos horizontes. **Revista Tempo**, Niterói, v. 23, n. 2, p. 1, maio/ago. 2017. Apresentação do dossiê sob o mesmo nome. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/sW4gvxsV7wT3KkYKXZqXB5d/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

SANTOS, André Carlos dos. Senhores: vítimas de seus escravos. *In*: CARAVANA 25 ANOS DA ANPUH PERNAMBUCO, 2015, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANPUH, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_jIfOXk74NqTmJmUXlJb1hCbDQ/view. Acesso em: 7 set. 2019.

SANTOS, C. A. C. **A imprensa maranhense no pós-abolição:** representações do termo liberto no jornal Pacotilha (1888-1908). 2021. Dissertação (Mestrado em História: Poderes, Políticas e Sociabilidades) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

SANTOS, E. M. **Resistência Escrava:** as fugas de escravos em São João del Rei na Última Década de Escravidão no Brasil. 2004. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História) – Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2004.

Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/monografias/resistencia.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

SCHWARCZ, L. M. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Régia Agostinho da. Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX. **Revista de História da UEG**, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 30-51, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/230328769.pdf>. Acesso: 21 mar. 2022.

SOARES, C. E. L.; GOMES, F. dos S. “Com um pé sobre um vulcão”: africanos minas, identidades e repressão antiafricana no Rio de Janeiro (830-1840). **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 335-378, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/XK7DhKTTMhDMz3VVv6LRKsq/?lang=pt>. Acesso em: 21

jan. 2022.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. Poder e justiça no Maranhão colonial da magistratura monocrática ao tribunal da relação. **Revista Interdisciplinar do Direito**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 99-138, 2020. DOI: 10.24859/RID.2020v18n2.925. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/925>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CAPÍTULO 3

O ALERTA NO JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO CONTRA O JESUITISMO DOS BISPOS ULTRAMONTANOS: Dom Vital e o Non Possumus diante do Supremo Tribunal (1874)

Lucas Rafael Cordeiro Meneses

1 INDICANDO POSIÇÕES: concílio(s), ultramontanismo/romanização e companhia de Jesus

O Concílio Vaticano I (1869-1870), convocado pelo papa Pio IX, desponta com protagonismo importante para as pretensões de análises e discussões que aqui pretendemos intentar. As reformulações, especificamente, acerca da Infalibilidade Papal e a estruturação de melhores delimitações para a sucessão apostólica, foram elementos centrais para uma maior organização e confluência da Igreja Católica, principalmente porque, até então, o Concílio tridentino não havia dado “[...] ao papado todos os instrumentos necessários para levar a cabo uma maior centralização da Igreja em torno do pontífice [...]” (SANTIROCCHI, 2015b, p. 68).

O Concílio de Trento (1545-1563), de todo modo cumpriu um papel crucial dando à Igreja fôlego para responder ao movimento de Reforma Protestante, além de, num período não menos turbulento para a Igreja Católica, deliberar decisões importantes também respondendo às transformações trazidas no bojo da modernidade. Mesmo localizado num período consideravelmente anterior em relação ao recorte temporal estudado aqui, a década de 70 do século XIX, a reunião conciliar tridentina concentra aportes necessários para alcançarmos compreensões fundamentais atinentes aos posicionamentos dos atores aqui evidenciados, considerando que o Vaticano I, três séculos depois, atuou sob o signo tridentino retomando questões não concluídas naquela ocasião¹.

Ao analisarmos os periódicos coetâneos à década de 70 do século XIX como fonte/objeto², os debates sobre o dogma da infalibilidade papal pululam com facilidade. Como adendo, o estabelecimento do novo dogma, além de servir como mecanismo de centralização incorporado pelo papa, pode ser visto como resposta ao conciliarismo surgido ainda no século

¹ Para um maior aprofundamento acerca das interligações entre os concílios, ver: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização.

² LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153. O jornal mesmo servindo de fonte para se construir uma história por meio da imprensa também consegue fornecer bases enquanto objeto de estudo para tentar captar como diversos grupos imprimiram visões significativas sobre seus mais variados anseios.

XV que em linhas gerais “[...] queria o Concílio universal acima do papa e com poderes para depô-lo [...]” (AQUINO, 2021, p. 401). Em diversas discussões dos jornais da época (1874, especificamente), o debate ganhou força e duras críticas foram dirigidas a essa nova deliberação, visto como ato impensado, intolerável e descabido por parte de Roma, diametralmente contrário à ideia do “[...] liberalismo oitocentista, ligado principalmente ao constitucionalismo e a soberania nacional [...]” (SANTIROCCHI, 2015a, p. 483), o novo preceito estava “[...] em guerra aberta com o mundo atual no tocante a sua organização política [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, p. 1, n. 261, 1874). A infalibilidade papal figurou como arquétipo oposto ao movimento moderno e suas vertentes, a saber a descentralização política, racionalização econômica e secularização do ocidente pós-reforma protestante.

Enquanto a Igreja buscava maior centralização, por outro lado a existência de tendências que se colocaram favorecedoras de “[...] autonomias (principalmente de autoridade e disciplinar) nacionais dentro da Igreja Católica, também sobreviveram, o maior exemplo disso foi o galicanismo³ francês [...]” (SANTIROCCHI, 2015b, p. 68), que estimulou Roma cada vez mais a buscar maior capacidade de confluência entre seus quadros. Mesmo que não necessariamente anticlerical, movimentos como o galicanismo trazem em seu cerne tendências de laicidade ao pregar um movimento de maior protagonismo do Estado, ou seja, uma “[...] afirmação da neutralidade do Estado frente aos grupos religiosos e a exclusão da religião da esfera pública [...]” (RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 69) e, mesmo que não se efetivasse a total exclusão da religião, surgiram alguns elementos de clero nacional, ou mesmo o reformismo pombalino que estimulou a ascensão dos oratorianos para o lugar dos inacianos “[...] na medida em que o oratório demonstrava maior afinidade com os parâmetros do pensar iluminista europeu [...]” (SIQUEIRA, 2009, p. 41).

Os conceitos, como o de laicidade e secularização, mesmo que por vezes vistos como sinônimos precisam ser diferenciados e verificados diante de cada contexto histórico. Nesse sentido, a secularização, por sua vez, está intimamente ligada a modernidade citada anteriormente e representa “[...] o declínio da religião, pela perda de sua posição axial e pela autonomização das diversas esferas da vida social da tutela e controle da hierocracia [...]” (RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 61). O laicismo, braço da laicidade, por seu turno, é uma forma violenta e combativa de laicidade que procura extirpar a religião da vida social, e suas diversas formas em diversos contextos. Esses elementos da modernidade não anulam a

³ Doutrina que surge dentro do próprio catolicismo, porém com tendências nacionais bem como favorecimento do Estado em detrimento da autoridade eclesiástica. Para considerações mais aprofundadas ver: Santirocchi (2015).

possibilidade de existência de “[...] um projeto de modernidade católico que, concorrendo ou reagindo aos projetos dos governos imperiais, terminou por contribuir para a separação entre as duas instituições, mesmo se isso não fosse o seu objetivo [...]” (SANTIROCCHI, 2017, p. 170).

E em reforço, concordando com Ranquetat Junior (2008, p. 67):

[...] diante do fortalecimento do anticlericalismo e do laicismo, o catolicismo se radicaliza e reforça suas posturas tradicionalistas. A Igreja Católica combate o processo de secularização, o racionalismo e à perda de influência e espaço na esfera pública, não se conformando com o enfraquecimento de sua hegemonia.

Diante de tal quadro de mudanças de paradigmas⁴ em cada contexto histórico se observou reações específicas. Podemos voltar a citar o exemplo do galicanismo na França e o Pombalismo em Portugal, ou ainda, em reforço, “[...] a unificação completa da Itália [que] implica o desaparecimento dos domínios territoriais do papa, os Estados pontificais [...]” (HERMET, 1996, p. 146). No Brasil, a reação à secularização por parte de parcela do clero foi intensa e desencadeou a Questão Religiosa (1872-1875) e a futura separação entre Estado e Igreja Católica.

A trajetória de um desses personagens do clero brasileiro, que assumiu protagonismo importante durante os embates citados acima será tratada neste artigo. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, ordenado bispo de Olinda, diocese que à época correspondia o território onde hoje se encontram os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e partes de Sergipe e de Minas Gerais (CNBB NE2, 2022), também “[...] observou igualmente in loco o grande confronto que havia entre a Igreja e a Maçonaria na França e no continente europeu, não perdendo de vista a igreja galicana que era uma espécie de igreja estatal francesa [...]” (MEDEIROS; GILENO, 2018, p. 89).

Esses elementos, quando colocados, se impõem com importância ímpar para a compreensão do cenário político, como componentes dos desentendimentos religiosos que atravessaram o século XIX, e teve a Questão Religiosa (1872-1875) como momento ápice no qual todas as posições que não dialogavam mais entraram em “vias de fato”, considerando aqui o prelado pernambucano como um dos protagonistas da Questão. Como já frisado acima, o galicanismo atravessa a vida do frei Vital, moldando-o como sacerdote e futuro bispo ciente de que, por um lado, quais posições eram mais hostis ao seu próprio *modus operandi*, por outro lado, transformando-o num combatente contra o laicismo na acepção dada acima por Ranquetat

⁴ O termo, na acepção dada por Thomas Kuhn, foi utilizado para a sua análise dos processos formativos e transformativos das teorias científicas (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 147). Segundo Kuhn (1998, p. 29), “[...] alguns exemplos aceitos na prática científica real [...] proporcionam modelos dos quais brotam tradições coerentes e específicas da pesquisa científica.”. Para nossa análise, utilizamos o conceito para exemplificar uma série de modelos tradicionais de pensamento e conduta que sofreram mudanças drásticas com o advento do moderno.

Júnior (2008). O mesmo também passou a ter ciência que a conduta galicana “[...] se contrapunha ao ultramontanismo, que defendia uma maior autoridade pontifícia e universalização da Igreja, combatendo as tendências nacionais [...]” (SANTIROCCHI, 2015b, p. 68), posição pela qual o bispo esteve devotado.

Para além desses subsídios, o conceito de ultramontanismo também necessita de considerações, vide a própria longevidade da concepção. O mesmo sofreu diversas reformulações, ganhou sinônimos e diante de cada contexto ganhou nuances diferentes, mesmo que tênues. Dentre suas diversas (re)formulações ao longo de vários períodos, partirmos de uma primeira compreensão que,

[...] no século XVII, o ultramontanismo foi associado àqueles que defendiam a superioridade dos papas sobre os reis e os Concílios, mesmo em questões temporais. Neste período, a Companhia de Jesus foi fortemente identificada com o ultramontanismo. (SANTIROCCHI, 2010, p. 24).

Além disso, a ideia de romanização, também muito associado ao ultramontanismo, foi utilizado na “[...] década de 1870 no Brasil para criticar a reforma eclesial em andamento e defender os interesses da maçonaria e do regalismo [...]” (SANTIROCCHI, 2010, p. 32). Para além das interpretações e contribuições do autor citado acima, Eliana Lúcia Colussi entende que “[...] a política de romanização católica implementada a partir do papado de Pio IX tentou reverter o quadro do catolicismo mundial no embate direto com o liberalismo e com a maçonaria [...]” (COLUSSI, 1998, p. 342), ou seja, mesmo que com outra nomenclatura há o entendimento que havia uma reação católica em curso.

Ainda nesse ínterim, pondo em debate outras visões sobre esse processo de reestruturação, Santos (2004), menciona as perspectivas de Eduardo Hoornaert segundo as quais a marcha empreendida pelo catolicismo foi vista pelo povo como uma estruturação advinda de uma igreja dos brancos e que:

[...] a romanização também incluiu a ‘europeização’ da instituição eclesiástica. A acentuada autoconsciência da ‘santidade’ fazia com que a Igreja, respaldada pelo Syllabus, construísse a dicotomia entre ela e o mundo e se visse perseguida pelas forças do ‘inferno’ [...] (SANTOS, 2004, p. 101).

Em todas essas interpretações, há a ideia concorde que o processo ultramontano/romanizador representou tanto uma reação da igreja às tendências liberais e de secularização, quando não ao laicismo, mas também um processo de estruturação e centralização na figura do papa em Roma.

Acreditamos, no entanto, que é preciso ponderar que, enquanto conceito, a romanização foi cunhada pelo teólogo alemão Joseph Von Dollinger na obra *O papa e o concílio*, traduzida no Brasil por Rui Barbosa e com incentivo inicial de “[...] Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), o grão-mestre maçom do Grande Oriente do Vale dos Beneditinos (RJ), que procurou

oferecendo-lhe a cifra de 50 contos de reis e a promessa de adquirir 1500 exemplares da obra para a sua loja maçônica, se ele a publicasse [...]” (SANTIROCCHI, 2010, p. 27). Nesta mesma obra o autor afirmava que o intuito dos ultramontanos era romanizar cada uma das igrejas, o que não deixou de estabelecer uma sinonímia entre os conceitos que perdura por longo tempo na historiografia. Reafirmando, o conceito se tornou “[...] simplista por supervalorizar um aspecto ao ponto de torná-lo o todo, também está demasiadamente dependente das posições políticas e sociais dos períodos históricos em que foi elaborado [...]” (SANTIROCCHI, 2010, p. 32), a própria ideia de que os ultramontanos pretendiam romanizar todas as igrejas pressupõe uma organização homogênea e estática que se mantém com o mesmo objetivo, quando sabemos que historicamente isso não é possível⁵.

Acresce-se a isso a concepção que o “[...] conceito de romanização, que tende a favorecer a interpretação de que a reforma católica iniciada no século XIX, tenha sido um movimento de mão única, que partia da Santa Sé e era cumprido pelos bispos [...]”, (SANTIROCCHI, 2010, p. 31), fator que não se sustenta quando verificamos as diversas formas de atuação dos prelados. Por último, Barata (apud CASTRO, 2006, p. 9), considera que a passagem da igreja católica pelo caminho romanizado significou que a:

[...] reação católico-conservadora contra as ideias liberais e cientificistas se traduzia na negação da liberdade de consciência e de cultos, na defesa da monarquia como a melhor forma de governo, na defesa da cidadania como privilégio dos católicos e na negação da educação laica.

O argumento em certa medida também pode ser reconsiderado ao passo que “[...] ao contrário do que possa aparecer, com a leitura da historiografia sobre a romanização, a participação dos fiéis foi intensa e fundamental para o ultramontanismo [...]” (SANTIROCCHI, 2015a, p. 251), bem como intelectuais diversos que em vários âmbitos das ciências renovaram bases de pensamento⁶, estruturando o caráter teórico da disputa entre ultramontanos e a Coroa.

O debate colocado acima tenta cumprir dois papéis. Se por um lado expomos, ainda que sucintamente, as argumentações historiográficas acerca dos conceitos chave em análise aqui, por outro explicita características posicionais adotadas pelo personagem que discutiremos, as

⁵ Veyne (1998, p. 254), refletindo sob a ideia de prática advinda de Foucault sintetiza que “[...] as coisas não passam das objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência não as concebe [...]”, ou seja, o próprio Foucault considera que os objetos são dados historicamente e por isso não lhes escapam a discursividade que lhe compôs através de um saber-poder, de tecnologias de poder, que para ele se situam no discurso.

⁶ Dentre tantos outros podemos citar José Soriano de Souza (1833-1895), paraibano, cursou filosofia em Lovaina após ter cursado medicina no Rio de Janeiro. Dentre tantas obras, inclusive divulgadoras do pensamento tomista no Brasil, também escreveu as Considerações sobre a Igreja e o Estado, sob o ponto de vista jurídico, filosófico e religioso (1874), no qual defendia a importância da lei natural enquanto base para a lei civil (CAMPOS, 1998).

disputas políticas em cena e, por fim, discordâncias que fizeram eclodir a Questão Religiosa e seus desdobramentos.

Como anunciamos no título deste tópico, a companhia de Jesus (1540)⁷ também ocupa lugar preponderante nos debates do período, está bastante imbricada neste processo e carece de ao menos uma breve contextualização. Enquanto ordem religiosa, nasceu com “[...] propósito geral de defender o catolicismo romano numa época de crise [...]” (FRANCO, 2007, p. 9), qual seja, o surgimento da Reforma Protestante. Sendo uma ordem fundada na época em que a Igreja empreendia a contrarreforma, emergiu também como aderente à filosofia escolástica⁸, um dos principais instrumentos do processo de reação empreendido por Roma e bastante favorecida pela característica militares de Santo Inácio, que deu a ordem a alcunha de soldados de cristo.

A ordem de Santo Inácio exerceu protagonismo claro em vários momentos históricos, isso decorrente de sua atuação nos mais diversos lugares e em meio aos mais diversos tipos de cultura. A já comentada “[...] inspiração em companhias militares, deu aos jesuítas características tais como o desejo de conquista, de crescimento expansão e ganho de território [...]” (MEDEIROS, 2022, p. 47). Nesse ímpeto expansionista a Companhia de Jesus não se furtou de utilizar o ensino, fosse nas Universidades ou na missão além muros acadêmicos para seus intentos, em síntese, “[...] na Europa, procuravam reforçar o catolicismo por meio do ensino. Nas conquistas ultramarinas ibéricas, procuravam expandi-lo pela catequese [...]” (VAINFAS, 2012, p. 15). Tal característica proporcionou à ordem grande hegemonia em diversos locais o que não a eximiu de ser combatida pelos monopólios que exerceu.

A título de exemplificação, na capitania Paraíba, por desentendimentos políticos no que dizia respeito a utilização dos nativos como mão-de-obra, lidos como “[...] combativos defensores dos direitos dos índios [...]” (ALDEN, 1970, p. 32), os padres invocaram a revolta por parte dos colonos que por sua vez enfrentavam dificuldades iniciais de adquirir escravizados como mão de obra e enxergavam os nativos como primeira oportunidade para sanar essa deficiência, para os jesuítas os autóctones “[...] seriam inocentes que pecavam por ignorância da verdade cristã [...]” (VAINFAS, 2012, p. 30), devendo ser catequizados. Segundo Medeiros (2017, p. 54) esses desentendimentos desencadearam o “[...] processo de expulsão dos jesuítas, em 1593, pelo então governador Feliciano Coelho [...]”. No Maranhão, a tentativa de “acertar

⁷ A fundação da Ordem data de 1534, mas é reconhecida pelo Papa em 1540, por intermédio da Bula *Regimini militantes Ecclesiae* (Franco, 2007).

⁸ A filosofia escolástica pode ser definida como a conciliação entre “[...] a sabedoria antiga e o dogma cristão [...]” (AQUINO, 2021, p. 235), já segundo Japiassú e Marcondes (2001, p. 65), foi a “[...] tentativa de conciliar os dogmas da fé cristã e as verdades reveladas nas Sagradas Escrituras com as doutrinas filosóficas clássicas [...]”, principalmente o platonismo e aristotelismo. Ao ser confrontada pelo pensamento moderno a escolástica passou a possuir um sentido pejorativo, designando o pensamento dogmático, tradicional e formalista.

contas com os jesuítas” durante a revolta dos irmãos Beckman (1684-1685), também segue as mesmas linhas conflituosas da ainda capitania paraibana, alguns revoltosos creditaram aos jesuítas “[...] a principal responsabilidade pela emissão da proibição régia de 1680, que impedia a escravização dos índios [...]” (SCHWARCZ, 2015, p. 136).

O ponto de maior inflexão, ao menos no tocante a alta posição dos envolvidos, se deu com o Marquês de Pombal, que viu com temeridade os pretensos planos dos missionários na criação de um Estado paralelo que conflitaria com os interesses de centralização empreendidos pelo Marquês. Sebastião José de Carvalho e Melo, em reação, empreendeu também uma série de formulações literárias nas quais houve a construção de um perfil “jesuíta” que atuava em favor, de forma homogênea, do obscurantismo e da tomada de poder. Em resumo, comungamos da análise que a presença dos padres “[...] entre as esferas do poder como confessores, técnicos, sábios ou conselheiros, foi lida como o fruto de uma ambição cujo limite não era menos que o universo inteiro [...]” (FRANCO, 2004, p. 412). Ainda segundo o mesmo historiador, a campanha anti jesuítica, de fato, tem raízes bem sedimentadas no século XVIII, quando foi publicada a primeira obra sob os auspícios pombalinos, e que se dedicam a apresentar as “[...] obstruções levantadas pelo poder dos jesuítas [...]” (FRANCO, 2005, p. 249), à realização das demarcações dos Tratados dos Limites.

Além do acima exposto, a defesa da Igreja Católica Romana nos moldes tridentinos elevou-os como maiores representantes do ultramontanismo, ambos os conceitos passaram a ser quase sinônimos, ou seja, “[...] durante o decorrer do século XIX, os eclesiásticos ou leigos católicos opositores do liberalismo e do regalismo no Brasil, eram chamados pejorativamente pelos seus adversários de “ultramontanos” e “jesuítas” (ou jesuítas disfarçados) [...]” (SANTIROCCHI, 2010, p. 24).

De forma linear, a Ordem foi combatida a ponto de ser expulsa de Portugal em 1759, suprimida em 1773 através de Breve expedido pelo Papa Clemente XIV (ASSUNÇÃO, 2009), passando por diversos percalços só conseguindo consolidar um retorno ao território brasileiro quando atravessaram a fronteira e chegaram ao sul do país no início da década de 1840 (DOMINGOS, 2014), carregando o estigma do “jesuitismo” e de estarem comprometidos com o mito do complô. Como já comentado, em torno do nome jesuíta foi-se criando uma série de representações com o objetivo de atrelá-los ao conciliábulo. A mitologia do complô, fruto dos estudos de José Eduardo Franco, principalmente aqueles relacionados aos Catecismos Anti jesuíticos produzidos em grande medida com aval do Marquês de Pombal, em linhas gerais, se refere ao processo de antagonismo à Companhia de Jesus, forma pejorativa de acusar condutas católicas mais condizentes com o ultramontanismo. Ao nos debruçarmos sobre os jornais

investigados, termos como *jesuitada*, *jesuitas*, *loyolanos*, *filhos de Loyola*, aparecem com frequência quando o objetivo era, em meio aos embates da Questão Religiosa, atacar os bispos e suas condutas, ou mesmo qualquer ordenação vinda de Roma, especialmente as instruções contemporâneas avalizadas pelo recente concílio Vaticano I. Em caráter ilustrativo, na edição nº 260 do *Diário do Maranhão*, se referindo à atuação dos prelados perante os maçons, o jornal se indaga: “Quem havia de supor, que no vosso peito vasaria o exm. bispo diocesano todos os sentimentos em relação a maçonaria a quem passastes diploma de seita anticristã, ímpia e antissocial por obra e graça do jesuitismo!⁹ [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 260, p. 1).

Esse panorama com as diversas nuances dá conta do contexto político, elementos para os conflitos e a atualização de conceitos como ferramenta de combate político. Historicizar o processo de reutilização do conceito parte do pressuposto que “[...] de fato não existem tais conceitos atemporais, mas somente a variedade de conceitos diferentes que existiram em diferentes sociedades [...]” (SKINNER, 2017, p. 41), ou seja, os conceitos possuem uma certa base similar, porém, diante dos contextos trazem nuances que precisam ser analisadas.

2 A QUESTÃO VITAL NO JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO

Após o percurso teórico exposto acima, posto com o intuito de identificar os elementos de crítica às posições católicas, a forma com que os conceitos “jesuitismo”, “ultramontanismo” e “romanismo” foram utilizados a fim de criticar de forma pejorativa as posições da Igreja, partimos para a análise mais detida aos jornais e os artigos veiculados nos periódicos que se empenharam em repercutir a “Questão Vital”¹⁰, o processo de julgamento do prelado e alguns desdobramentos relativos ao processo.

Como já destacado, as fontes primárias da pesquisa são os jornais do período contemporâneos à Questão Religiosa (1872-1875). Para analisa-los é preciso um trato metodológico cuidadoso, olhando-os como fontes, nas quais iremos nos basear para entender as articulações de ideias políticas em um determinado período, mas também como objeto de estudo. Diante dessa conduta, temos ciência de que não existe neutralidade nos escritos e que em todo o período os periódicos atuaram de diversas formas, em diferentes perspectivas a

⁹ O trecho se refere a um comentário a carta do vigário de S. Benedito, Luiz Raimundo da Silva Brito ao bispo do Pará, publicada no [jornal] *Lidador* de 12 de março. Nesta o vigário conclama “guerra de morte a maçonaria de Caxias”, além de indicar que toda as críticas à maçonaria eram articuladas pelos jesuítas.

¹⁰ Artigo publicado na edição n. 132 do dia 10 de janeiro de 1874, se dedica de forma longa em debater o julgamento do bispo D. Vital diante do Supremo Tribunal de Justiça.

dependem de influências que não são estáticas sendo, em suma, buscar perceber a “[...] intencionalidade em todo o seu processo de construção [...]” (ARAÚJO, 2008, p. 10). A intensa atividade período no século XIX pode nos indicar a percepção de como os conceitos, ideias e ideais foram sendo reconstruídos, usados e reformulados, ao passo que “[...] imprensa e nação brasileira são praticamente simultâneas. A palavra impressa circulava e ajudava a delinear identidades culturais e política [...]” (MOREL, 2003, p. 7-8), sendo necessário, claro, um mergulho denso nos mesmos.

O jornal *Diário do Maranhão*, fonte primária consultada para este trabalho, esteve em atividade de 1855 a 1911. Dentre os arquivos disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, meio pelo qual consultamos os exemplares do periódico, estão disponíveis os anos de 1874 e 1875, ou seja, os dois primeiros anos da Questão Religiosa. Os anos de 1872 e 1873 não estão disponíveis. Ao menos no ano de 1874, ano consultado, o jornal era publicado “[...] todos os dias de manhã exceto às segundas-feiras e dia seguinte a santificado ou feriado [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 126, p. 1), informação divulgada no seu frontispício. Mesmo consultando apenas um ano dentre aqueles disponíveis, devido sua publicação durante seis dias da semana, com quatro páginas e por vezes alguns complementos, a consulta perpassou por um total de 297 edições que renderam bastante material, considerando a assiduidade do jornal e a necessidade de diálogo com diversas notícias de outras províncias através de outros jornais e até correspondentes para manter periodicidade.

O periódico foi fundado por José Maria Correia de Frias, confirmação que vinha ao final de cada 4ª folha do jornal com a assinatura “typ. do FRIAS, imp. por A. J. de Barros Lima”. Segundo Ramos (2017, p. 33), ele “[...] gerenciava uma tipografia quando se tornou seu próprio patrão [...]” e foi o fundador da Associação Tipográfica Maranhense, em 1857. Além disso, ainda segundo Ramos (2017, p. 33), José Maria Correia Frias,

[...] nasceu em Lisboa em 2/11/1828 e faleceu em São Luís em 29/1/1903, dirigiu por largos anos o *Diário do Maranhão*, jornal do comércio, lavoura e indústria, foi membro eminente da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, em São Luís do Maranhão, tendo sido um dos mais importantes editores/tipógrafos brasileiro, editando vários livros didáticos.

Marcelo Cheche Galves, ao analisar a atividade de homens de imprensa no Maranhão da primeira metade do século XIX, sustenta que estar por mais de dois anos à frente de um jornal já se caracterizava uma “[...] longevidade admirável para os parâmetros da imprensa brasileira da época [...]” (GALVES, 2010, p. 86). A conexão pessoal do mesmo com a

*Sociedade Humanitária 1º de Dezembro*¹¹, já evidenciada acima e também percebida em vários números do jornal como, por exemplo, a edição nº 202 de 5 de abril de 1874 na qual são publicados “[...] artigos dos estatutos para conhecimento dos portugueses sócios e não sócios [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 202, p. 2), seguindo com a assinatura do próprio Frias, na época 1º secretário.

Essa ligação pode ser influente ao considerarmos a importância da sociedade Humanitária em sua trajetória devido seu grau de adesão. Mesmo havendo pesquisas ainda restritas sobre o associativismo português no Maranhão (MAGALHÃES, 2017), a conexão sugere a possibilidade de afinidades e conexões com a intelectualidade portuguesa, mas principalmente com a comunidade lusitana¹². Não sem razão, o jornal se dedicava também em denunciar a perseguição antilusitana em diversas províncias. Dentre as denúncias publicadas figurava um artigo transcrito do jornal *O Globo - Órgão da Agencia Americana Telegraphica dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria, do Rio de Janeiro (RJ)*, no qual queixavam-se que “[...] o administrador e outros empregados da Boa Nova, órgão de S. Ex. Revm., andaram introduzindo por debaixo das portas, na cidade do Pará, aquela tremenda, aconselhando proclamação o morticínio dos portugueses [...]” (O GLOBO, 1874, p. 2), publicado no dia 9 de outubro enquanto o *Diário* transcreveu o mesmo artigo na edição nº. 376, de 3 de novembro do mesmo ano. Esta delação se referia ao bispo D. Antônio Macedo Costa, também preso junto com D. Vital, por incorrer nas mesmas ações contra a maçonaria. Quanto nos referimos a questões intelectuais, Siqueira (2009, p. 39) nos indica que “[...] a ilustração na era Josefina e pombalina seria implementada por meio de duas marcas distintivas e essenciais: do pedagogismo alimentado pelo reformismo e mediante a centralização de poder fiador das políticas mercantilistas.”.

Neste caso, o pedagogismo alimentado pelo referido reformismo diz respeito a substituição do legado deixado pela atuação dos jesuítas enquanto educadores. Esta ação teve como símbolo máximo a Universidade de Coimbra, “[...] principal instituição portuguesa na

¹¹ Segundo Magalhães (2017, p. 5), a Sociedade foi “[...] fundada em 1862, atendia ou tinha como sócios grande parte dos portugueses que lá viviam, contava em 1881 com 699 sócios [...]”. No número 129 do dia 6 de janeiro de 1874, página 2, do Diário do Maranhão, o relatório da *Real Sociedade* apresentava um balanço detalhado sobre receitas de mensalidades, rendimentos do bazar de 1872, juros dentre outros, bem como as despesas com o hospital ou com desvalidos. No texto, ainda encontramos que “[...] em 30 de novembro de 1872 devia a sociedade 12:750\$000, e hoje, tendo feito todos os gastos do ano, deve 9:465\$000 [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, p. 2). Por fim concluímos que se tratava de uma associação com fins filantrópicos.

¹² Um maior aprofundamento para essa questão pode ser encontrado a partir da tese *O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830/1870*, nesta há uma válida discussão acerca da ideia de grupos étnicos e o processo de construção de identidade, dentre os vários elementos “[...] a questão do local de nascimento é apenas o primeiro ponto para a construção da identidade desse grupo étnico em relação aos demais [...]” (CÂMARA, 2013, p. 123).

divulgação da cultura iluminista após as reformas pombalinas de 1772 [...]” (SANTIROCCHI, 2015a, p. 54), antes vista como estando entregue à “[...] estreiteza do saber contido nos livros dos jesuítas e seus apaniguados, sempre com o propósito de cumprir o ‘plano’ capcioso da Companhia de Jesus [...]” (FRANCO, 2007, p. 84).

Esse percurso pode apontar balizas que ajudaram a moldar a linha editorial seguida pelo jornal. Podemos acreditar que a condução do jornal por parte de José Maria Correia Frias e sua ligação com a comunidade lusitana, bem como a defesa da mesma contra os ataques de bispos ultramontanos e jesuítas, podiam influenciar os diversos alertas contra o perigo dos que estavam “[...] realizando o preceito de Loyola [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 255, p. 2).

Lançando luzes para o que o jornal tratou por “Questão Vital”, chagamos à edição de janeiro 10 de janeiro de 1874. Neste artigo o objetivo maior foi a discussão das repercussões do julgamento do referido Bispo de Olinda, como esse acontecimento se delineou, além de lançarem mão dos conceitos já elencados, como ultramontanismo associado às jesuitadas do prelado. É importante frisar o artigo foi publicado na destacada Secção Geral, coluna que em frequentes ocasiões estava presente nas primeiras colunas da primeira folha do periódico, remetendo a uma importância considerável.

Segundo Medeiros e Gileno (2018), Dom vital, ao ser preso deveria ser encaminhado até o Rio de Janeiro para assistir ao julgamento e defender-se. O deslocamento, que se deu por mar, contou com uma escala em Salvador no dia 8 de janeiro, depois de ter saído entre os dias 5 e 6 do mesmo mês do Recife. Neste destino, conta-se das manifestações em apoio ao prelado, acontecimento também relatado pelo periódico, com aparente descontentamento, relatando que “[...] a população rural já se reúne para garantir o vigário contra o governo maçom [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 132, p. 1). O governo citado, o gabinete 7 de março de 1871, tinha como Presidente do Conselho de Ministros o Visconde do Rio Branco, o que para alguns era motivo de conflito de interesses “[...] pelo fato do Presidente do Conselho de um Império Católico ser ao mesmo tempo Grão-mestre da maçonaria [...]” (SANTIROCCHI, 2015a, p. 438). Esse detalhe também não passa incólume para o texto em questão, creditando ao mesmo a acusação de incoerência e indecisão, “[...] em pleno reinado dos filhos de Loyola [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 132, p. 1), trecho que nos sugere forte insatisfação dos tipógrafos à inabilidade do governo ou mesmo à falta de uma ação mais enérgica, que dava margens para o controle dos inicianos em várias frentes. Soma-se a isso, a insinuação de que o Visconde do Rio Branco, a quem se dirigiam por Paranhos, estaria utilizando-se dos jesuítas para questões diplomáticas e que ao menos fosse franco, pois “[...] se throno e altar se amam,

porque não se casam logo [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 132, p. 1), tentativa de insinuação que Paranhos não estaria tão contrário ao altar, como deveria.

Ainda em 1873, ano anterior à publicação da Coluna, a irmandade do S. Sacramento, havia conseguido a aprovação do recurso à Coroa no qual solicitava a revogação da interdição expedida por Dom Vital à mesma. Em 12 de junho de 1873, o Ministro João Alfredo intimou o prelado a suspender as penalidades, ato “[...] acolhido pela maçonaria como uma vitória. Todavia as manifestações foram limitadas, devido a uma circular do Grão-mestre Rio Branco às lojas subalternas [...]” (SANTIROCCHI, 2015a, p. 439). Mesmo este detalhe não estando evidente no jornal, podemos crer que posicionamentos como esses por parte do Rio Branco tenham pesado e influenciado na percepção sobre comprometimento do Presidente do Conselho no combate ao jesuitismo e ao ultramontanismo do bispo.

O jornal, na edição nº 150, do dia 31 de janeiro de 1874, transcreveu artigo do jornal católico *O Apostolo*¹³ (RJ) de 4 de janeiro do mesmo ano, edição 2, que dava conta de um ofício do arcebispo da arquidiocese da Bahia e Primaz do Brasil – o conde de São Salvador D. Manuel Joaquim – pedindo que o governo dividisse com ele o martírio do Bispo pernambucano. A esta solicitação o *Diário do Maranhão* respondia que o “[...] frei Vital não foi processado pela publicação do breve sem *placet*, mas estava processado por não haver querido cumprir o provimento do recurso interposto pelas irmandades [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 150, p. 2). Nesse caso, convocava que D. Manoel fizesse o mesmo imitando a desobediência de D. Vital, que o governo realizaria assim o seu pio desejo. O exemplo ilustra bem como os desdobramentos do caso foram vistos, comentados e explicados pelos textos do jornal, além do diálogo assíduo com outros periódicos.

Antes de retomar propriamente ao artigo sobre a postura do bispo, cabe referenciar também que o recurso à coroa foi interposto em 28 de janeiro de 1873, com base no Decreto nº 1.911, de 28 de março de 1857. O artigo 2º deste mesmo decreto negava o recurso nos dois seguintes casos: “§ 1º Do procedimento dos Prelados Regulares – *intra claustrum* – contra seus subditos em materia correccional.”, e no “§ 2º Das suspensões e interdictos que os Bispos, extrajudicialmente ou – *ex-informata conscientia* – impoem aos Clerigos para sua emenda e correcção.” (COLECÇÃO..., 1857, t. 20, pt. 2, p. 103), ou seja, até então era reconhecida a autoridade dos bispos em condenar de própria consciência, sem ouvir o réu.

¹³ Jornal religioso consagrado aos interesses da religião e da sociedade, sob os auspícios do bispo diocesano na época Dom Pedro Maria de Lacerda, cuja suspensão do Padre Almeida Martins por discurso em evento maçônico comemorativo pela lei do Ventre Livre, é considerada estopim da Questão Religiosa.

Na edição 301 do agosto de 1874, o jornal anunciou que o deputado Pereira da Silva havia apresentado um projeto já remetido às comissões de Justiça civil e criminal para darem seu parecer. Neste, logo o Art. 1º recomendava serem “- revogados os art. 2 e parágrafos do dec. n. 1911 de 28 de março de 1857, reestabelecido o recurso a coroa por qualquer procedimento dos prelados regulares contra os seus súditos, ainda em matéria correcional e de suspensões e interditos que os bispos judicial ou extrajudicialmente impuserem aos clérigos [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 301, p. 3), havia ainda a reafirmação da ideia de que os prelados eram funcionários públicos e as leis, se não estavam concatenadas a este padrão, foram ao menos sofrendo tentativa de modificação de acordo com a necessidade.

Retomando ainda ao escrito sobre a “Questão Vital” são recorrentes as menções à arrogância e à audácia do bispo ao ousar permanecer calado em julgamento por não “[...] reconhecer a competência do Tribunal [...]” (MEDEIROS; GILENO, 2018, p. 98), levando-os a questionar se não “[...] já faz perder a paciência esse escarneo diário do jesuíta ao bom senso? Pois o transgredir as leis de um paiz pode ser nunca assumpto *puramente espiritual* [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 132, p. 1, grifo do autor). A crítica contundente à não submissão do Bispo ao julgamento considerada um ultraje partindo da premissa que os prelados eram funcionários do Estado, pelas regras do padroado que se “[...] tornou o maior empecilho ao desenvolvimento da Igreja no Brasil e origem de todos os conflitos entre os poderes seculares e espirituais durante o século XIX [...]” (SANTIROCCHI, 2012, p. 3).

Algumas edições após a publicação deste artigo em crítica a conduta do bispo diante do Supremo Tribunal, o jornal publica outro texto que caminha na mesma lógica de comentar a derrota do prelado. O bispo que havia respondido ao tribunal o emblemático “NON POSSUMUS”, recebeu do tribunal o equivalente a um POSSUMOS como resposta, com isso o Tribunal teria cumprido o seu dever, condenando o *Syllabus* e Pio IX, além disso a constituição política tinha sido salva, as pretensões romanas condenadas e as ordens de sumo pontífice, que chegam sem beneplácito, como faz questão de frisar o texto, foram julgadas sem efeito. Os bispos, únicos culpados por todos os acontecimentos, estavam imbuídos do objetivo de constituir um estado dentro do estado, libertar-se dos deveres de cidadãos brasileiros por considerarem-se superiores. Acusando-os como ultramontanos, destacam que por isso eles não tinham pátria, almejavam enredar almas para submetê-las aos caprichos de Roma. Queriam adeptos a Pio IX, sacrificando pátria, família, direitos e liberdade, agindo pela “[...] intriga, enredo, sofisma [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 137, p. 3).

Já comentamos anteriormente que a infalibilidade papal também se fez presente quando o objetivo era tecer críticas aos encaminhamentos da Igreja e de seus representantes durante o

período, considerando a recente aprovação do dogma (1870) no Concílio Vaticano I. Citado por três vezes, no primeiro caso, o silêncio de Dom Vital foi atrelado aos “[...] deveres novíssimos, da fornada da infalibilidade [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 132, p. 1), menção clara a mudança de conduta dos novos bispos, em contraposição a prelados incapazes de causar rugas como os atuais, sugestionando que a instituição do Concílio Vaticano I era responsável por uma nova fornada de bispos rebeldes, não mais obedientes as leis, que dava margem para o jornal abrir a matéria questionando: “O que pretende o ultramontanismo no Brasil?” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 132, p. 1).

Mais adiante, reforçando a conexão do bispo com a infalibilidade, o texto continuava afirmando, de forma aparentemente irônica, que “[...] uma espécie de lua que reflecte a luz do sol infalível [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, n. 132, p. 1), para se referir a posição central e preponderante do bispo de Roma. Além disso, é bastante aceitável que esta analogia tenha sido inspirada num livro escrito pelo próprio prelado que tem por título *O Bispo de Olinda e seus acusadores no tribunal do bom senso ou exame* do aviso de 27 de setembro e da denúncia de 10 de outubro, e reflexões acerca das relações entre Igreja e o Estado, escrito em 1873, no qual para o prelado, de fato “O sol representaria o poder eclesiástico; a lua, o poder civil; e a terra, a humanidade [...]” (MARTINS, 2001, p. 7). No artigo do Diário o sol passava a ser o poder exclusivo do papa, agora atrelado à infalibilidade centrada no trono de Pedro, a lua, por sua vez, passa a ser os bispos ou ao menos dom Vital que agem de acordo com os novos raios.

Ainda analisando a mesma matéria, dois outros fatos são interessantes de nota. O primeiro diz respeito ao comentário da ação de Dom Vital em dissolver as irmandades religiosas pela presença de maçons em seus quadros. Como também já dissemos em ocasião anterior, a experiência do ainda Frei Vital ao estudar na França o fez ter contato com o galicanismo, muito influente naquele país. Este movimento esteve atrelado também a vertente maçônica francesa por vezes mais anticlerical que a vertente inglesa. Em complemento a vasta documentação eclesiástica, dentre elas “[...] 11 encíclicas, 53 cartas breves, 33 alocuções e discursos, 19 documentos de cúria [...]” (SILVA, 2007, p. 98) condenatórias da maçonaria, também foram preponderantes para moldá-lo como combatente ferrenho da Ordem secreta, condição lembrada também no jornal, levando-os a afirmar, no entanto, que o mesmo não poderia impedir que essas pessoas ouvissem missa, provavelmente baseados na ideia de que o sacerdote não tinha poder para tal, além disso:

[...] o direito de nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos, que eram uma concessão dada pela Sé Apostólica, por meio de bulas aos reis portugueses e ao grão-mestrado da Ordem de Cristo, passaram a ser considerados **como direito constitucional do Poder Executivo e unilateralmente estabelecido, sem prévia**

discussão ou Concorda com a Santa Sé. (SANTIROCCHI, 2015a, p. 62, grifo nosso).

Não bastasse isso, a Bula *Preaeclara Portugalliae*¹⁴, concedida pela Santa Sé à casa reinante do Brasil, dando-lhe os mesmos direitos da Coroa Portuguesa – padroado real e grão-mestrado da Ordem de Cristo – não teve parecer positivo dos deputados para receber o *placet* do imperador¹⁵, com isso nenhum documento e determinação da Santa Sé era considerado aceitável no país, decisão extensiva às determinações que condenavam a maçonaria.

Em outro ponto, encontramos algumas acusações do bispo atreladas ao jesuitismo ou às *jesuitadas*, estas, como já relatado, se tornaram um conceito político usado para explicar um determinado tipo de conduta. Citado diretamente por quatro vezes, e indiretamente uma vez como já transcrevemos acima – *filhos de Loyola* – chama-nos atenção que o prelado, de carisma franciscano, recebeu de maneira incisiva a pecha de jesuíta, ilustrando bem a ideia de que o termo passou a ser mais um estilo de conduta que propriamente a adesão a uma ordem regular. Nesse exemplo, as *jesuitadas* eram atreladas, como já sustentamos, ao ultramontanismo, bem como a desobediência às Leis do país ao insistir em não responder civilmente por questões estritamente espirituais, não aceitar a maçonaria e por fim sustentar-se na infalibilidade.

Em conclusão, entendemos que diante da escalada da reforma ultramontana, principalmente a interdição e posterior reforma das irmandades que insistissem a manter em seus quadros os membros maçons, os jornais mantiveram forte atividade na luta teórico-política, deixando claras as posições defendidas e figurando na vanguarda da exposição dos acontecimentos, o que nos confirma ainda mais que a “[...] circulação das informações impressas ampliou o espaço público de discussão política [...]” (GALVES, 2010, p. 78). O ponto central analisado é a utilização nestes debates, dos conceitos, os usos e mesmo os abusos destes, de forma pejorativa e detratora, homogeneizando as posições, condutas e representa um modo de ler as ações reformadoras empreendidas pela Igreja Católica.

REFERÊNCIAS

¹⁴ Dom Pedro I mandou a Roma o Enviado Extraordinário Mons. Francisco Correia Vidigal, este tinha a responsabilidade conseguir uma concordata com a Santa Sé, na qual reconhecesse os direitos do novo Imperador além de reconhecer a Independência. Não houve concordata, mas a Santa Sé concedeu a Bula com o reconhecimento dos direitos acima citados, no entanto, ao ser analisada na Câmara, a mesma não recebeu aval positivo por representar sujeições incompatíveis com a soberania nacional.

¹⁵ A constituição de 1824, além de conceder unilateralmente o padroado ao Imperador, também instituiu o *placet* ou beneplácito imperial, ou seja, a possibilidade de autorizar ou não a aplicabilidade dos documentos papais no país.

ALDEN, Dauril. Aspectos econômicos da expulsão dos Jesuítas do Brasil: notícia preliminar. *In*: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. **Conflito e continuidade na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de, 1949-. **História da Igreja – Idade Média**. 5. ed. Lorena: Cléofas, 2021.

ARAÚJO, Roni César Andrade de. **Das margens do ipiranga ao estreito dos mosquitos: o Maranhão e a independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei**. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: o cotidiano da Administração dos bens divinos**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870**. Recife: Ed. Universitária da UPFE, 2013.

CARVALHO, Roberto Sousa. **A atividade editorial em São Luís do Maranhão: memórias do passado, realidade presente**. Dissertação (Mestrado em Estudos Editoriais) – Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 2011.

CASTRO, Giane de Souza. A cruz e o compasso: as relações entre igreja católica e maçonaria no contexto do ultramontanismo em Juiz de Fora. **Revista Sacrelegens**, [s. l.], v. 3, n.1, 2006. Disponível em: www.sacrelegens.ufjf.br. Acesso em: 3 out. 2022.

CNBB NE2. **Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878), o “servo de Deus”**: m jovem bispo a caminho dos altares. Recife, 5 ago. 2022. Disponível em: <https://cnbbne2.org.br/dom-vital-maria-goncalves-de-oliveira-1844-1878-o-servo-de-deus-um-jovem-bispo-a-caminho-dos-altares/>. Acesso em: 5 out. 2022.

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1857. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, t. 20, pt. 2, 1857. p. 103. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao5.html. Acesso em: 9 out. 2022.

COLUSSI, Eliane Lucia. **Plantando ramos de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. 1998. 492 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís: Typ. do Frias, 1855-1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=706698>. Acesso em: 6 out. 2022.

DOMINGOS, Simone Tiago. **Política e religião: repercussões da polêmica sobre o retorno dos jesuítas ao Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1870)**. Campinas, SP: [s. n.], 2014.

FOUCALT, Michel, 1926-1984. **A verdade e as formas jurídicas**. (tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porta de Abreu Novaes et al. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002. 160 p.

FRANCO, José Eduardo. **Jesuítas e inquisição: cumplicidade e confrontações**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 133 p.

FRANCO, José Eduardo. Os catecismos antijesuíticos pombalinos: as obras fundadoras do antijesuitismo do Marquês de Pombal. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, [s. l.], ano 4, n. 7/8, p. 247-268, 2005.

GALVES, M. C. **“Ao público sincero e imparcial”**: Imprensa e independência na província do Maranhão (1821-1826). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal

Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1199.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Ensaio sobre imigração e associativismo português no Maranhão (1862-1917)**: o caso da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: ANPUH, 2017.

MARTINS, Karla Denise. **O sol e a lua em tempo de eclipse**: a reforma católica e as questões políticas na província do Grão-Pará (1863-1878). Campinas, SP: [S. n.], 2001.

MEDEIROS, Rodrigo Dantas de; GILENO, Carlos Henrique. Dom Vital: a questão religiosa, a crise político-social na província pernambucana e suas consequências durante o segundo reinado. **Revista Idealogando**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 88-109, 2018. E-ISSN: 2526-3552.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/article/download/238001/Medeiros%26Gileno#:~:text=A%20Quest%C3%A3o%20Religiosa%20contribuiu%20para,Dom%20Pedro%20II%20e%20do>. Acesso em: 27 set. 2022.

MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O APOSTOLO: Periódico consagrado aos interesses da religião e da sociedade. Rio de Janeiro: Tipografia do Apostolo, 1866-1901. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&Pesq=ma%C3%A7onaria&pagfis=2580>. Acesso em: 6 out. 2022.

O GLOBO: órgão da Agencia Americana Telegraphica, dedicado aos interesses do commercio, da lavoura e da industria. Rio de Janeiro, RJ: Typographia do globo, 1874-.

Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/globo/369381>. Acesso em: 6 out. 2022

RAIMUNDO, Mariana de Matos Ponte. **Concílio Vaticano I (1869-1870)**: textos e contextos, tradição e representação. 2019. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/10263/1/marianadematosponteraimundo.pdf>. Acesso em: 2022.

RAMOS, Danielle de Cássia Afonso. **Revista de Instrução e Educação**: um olhar sobre a instrução pública e a educação no Maranhão do século XIX. 2017. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2017. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19056/1/2017_DanielledeCassiaAfonsoRamos.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

RANQUETAT JÚNIOR, C. A. Laicidade, laicismo e secularização, definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Tempo da Ciência**, [s. l.], v.15, n. 30, p. 59-72, 2008.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. **Revista Reflexão**, v. 42, n. 2, 2017, jul./dez. p. 169-181. DOI: 10.24220/2447-6803v42n2a3999. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/3999>. Acesso em: 27 set. 2022.

- SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015a.
- SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, [s. l.], v. 2, n. 2, ago./dez. 2010. ISSN:1984-6150. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/temporalidades. Acesso em: 27 set. 2022.
- SANTIROCHI, Ítalo Domingos. **Ela está no meio de nós: a Santa Sé e sua tentativa de recuperação de autoridade no Brasil Imperial**. In: ENCONTRO REGIONAL (ANPUH MG), 18., 2012, Mariana. **Anais [...]**. Mariana: ANPUH MG, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340203778_ARQUIVO_Elaesta nomeiodenos.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.
- SANTIROCHI, Ítalo Domingos. Reformas da Igreja em contraposição: o pombalismo luso e o ultramontanismo brasileiro (séculos XVIII e XIX). **Itinerante: Revista de História y Religión**, [s. l.], n. 5, p. 65-90, 2015b. ISSN: 22505377. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6340164>. Acesso em: 27 set. 2022.
- SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira**. 2004. 339 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103180>. Acesso em: 27 set. 2022.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Augusto César Acioly Paz. **Pedreiros do mal: maçonaria x Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912)**. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-143/e034pedreiros-do-male034--maconaria-x-igreja-catolica-em-pernambuco-1900-1912>. Acesso em: 27 set. 2022.
- SIQUEIRA, Antônio Jorge de. **Os padres e a teologia da ilustração: Pernambuco 1817**. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2009. 268 p.
- SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na história das ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399. jan./abr. 2017. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. I, cap. 4, p. 57-89. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/2175180309202017358/6760/31774>. Acesso em: 27 set. 2022.
- VAINFAS, Ronaldo. Soldados de Cristo: em defesa da Igreja Católica acuada pela Reforma Protestante, os jesuítas ganham o mundo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 81, p. 14-18, Jun. 2012.
- VEYNE, Paul Marie, 1930. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998. 285 p.

CAPÍTULO 4

A PARTICIPAÇÃO DA CIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO RACISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XIX

Alissoney dos Reis Diniz

1 INTRODUÇÃO

A metodologia da História Conectada foi proposta pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, como uma rejeição à ideia binária de demarcações geográficas e culturais, onde prevalecia a confecção de histórias fechadas, desconexas uma região com a outra. Esse modelo era muito utilizado pelos estudos comparados que delimitavam fronteiras, marcos geográficos como Europa e Ásia, estimulavam a confecção de histórias euro-centradas, perdendo de vista a conexão entre as diferentes esferas. Subrahmanyam então propõe uma metodologia na qual se privilegia a interdisciplinaridade e os estudos transfronteiriços, onde é essencial o enfoque na circulação de bens, pessoas, ideias, entre outros fatores (CHATERJEE, 2018). Para Subrahmanyam (1997) a conexão entre os diferentes polos não deveria gerar comparação paralela que desembocaria na produção de historiografias que focavam na diferença e na ideia de superioridade e inferioridade entre um polo e outro.

Uma ramificação da História Conectada é a perspectiva da História Transnacional, que tem como foco o intercâmbio de diferentes sociedades, sobretudo após a Revolução Industrial que possibilitou uma maior integração entre as nações no mundo moderno. A História Transnacional visa estudar as redes, instituições, ideais, crenças, práticas, costumes que ultrapassam o marco das nações, buscando analisar a incorporação ou dissolução desses fatores nos espaços nacionais através de um olhar conectado, integralizado, coexistindo o local, regional e global. Para as historiadoras Curthoys e Lake (2005), a História Transnacional pode ser definida como o estudo das maneiras pelas quais vidas e eventos passados foram transformados ou moldados através de redes que transcendem as fronteiras do Estado-Nação, procurando entender fatores que extrapolam as fronteiras nacionais interrogando, situando, deslocando a própria história nacional. Portanto, é uma superação do modelo rígido da perspectiva da história nacional que por muitas vezes apresenta um viés confinado em seu próprio espaço. Nesse sentido a perspectiva Transnacional busca analisar os eventos através de um olhar multifocado enfatizando a fluidez, a conexão e a relação. Exigindo que o historiador vá além da estrutura nacional, explorando conexões entre povos, sociedades e eventos que usualmente são pensados como distintos e separados (CURTHOYS; LAKE, 2005).

Dito isto, buscaremos compreender o processo da fundamentação racismo “científico”¹ europeu e sua introdução e reformulação em terras brasileiras durante o século XIX, através do olhar Transnacional. Nesse momento específico da História, o racismo foi considerado científico, ou seja, buscou-se através do discurso científico a prerrogativa de que a sociedade humana era constituída por diversas raças e entre elas havia um grau hierárquico, tendo como o auge dessa linha de classificação a raça branca. Foi nesse período da história que se validou “cientificamente” a inferioridade de negros, indígenas, e a formação dessa pseudociência. Nossa principal preocupação é demonstrar, assim, como se deu a interconexão dessas teorias entre os estudiosos europeus e a elite intelectual brasileira, focando no trânsito dessas ideias e teorias que institucionalizaram, através da ciência, a noção de inferioridade de indivíduos miscigenados, levando em conta a dissolução e reconstrução dessas teorias vindas da Europa pelos racistas “científicos” brasileiros. Não procuramos aqui fazer simples comparações entre dois polos, mas sim conectá-los analisando seus impactos na própria estrutura nacional brasileira, permitindo um olhar que não priorize a universalização do racismo “científico”, mas, sim, centrado na sua singularidade.

Nesse sentido, a partir dessa problemática, o objetivo desse texto é compreender as bases que levaram a construção daquilo que ficou conhecido como *racismo científico*, ou seja, as teorias pseudocientíficas que buscavam justificar a hierarquização entre as raças pautada no determinismo biológico e também a sua introdução e aceitação em terras brasileiras, visto que o racismo “científico” foi basilar no que tange aos ideais de raça que vigoram até a atualidade na mentalidade social do brasileiro, como aponta a antropóloga e historiadora Schwarcz (1995), afirmando que o racismo contemporâneo faz, em certa medida, uma espécie de projeção racional das ideias racistas das teorias raciais.

Dessa maneira, para que possamos compreender o *racismo científico*, devemos entender a priori o conceito de raça que aqui utilizaremos. A raça no presente capítulo aparecerá como uma categoria analítica que está em consonância com políticas transacionais e reapropriações nacionais, visando imprimir na sociedade a ideia de superioridade branca. Para Zimmerman (2010), raça é uma das categorias mais importante de organização transnacionais, uma vez que o próprio conceito foi socialmente construído. Dessa forma, raça é um conjunto de lógicas ligadas às práticas transnacionais específicas. Trata-se de uma maneira de pensar e de agir que está relacionada a três lógicas sobrepostas: uma lógica geopolítica da soberania branca; uma

¹ O uso das aspas para nos referirmos ao científico é devido entendermos que o racismo “científico” se configurou como uma pseudociência, portanto não podemos nomear ou colocar no mesmo patamar da ciência de fato. Entretanto, entendemos que por muito tempo essa pseudociência foi considerada ciência.

lógica político-econômica de especificidade racial; uma lógica de parentesco. Essas lógicas estão entrelaçadas e constituintes de práticas de soberania política, exploração econômica e sexualidade.

Dessa maneira, entendemos que a noção de raça formulada pelo racismo científico na Europa foi gestada com o intuito de justificar a exploração do Sul Global. No que diz respeito ao Brasil essas teorias foram reformuladas com o objetivo de cristalizar ainda mais a subalternidade de indivíduos negros, indígenas e mestiços entranhadas na discussão da abolição da escravização no século XIX. Portanto, o racismo de base discursiva dita científica foi também uma nova forma de opressão e sustentação de uma estrutura vigente, tanto internacional como nacional.

Portanto, para cumprir nossos objetivos, nossa arguição dar-se-á em duas instâncias: Em primeiro lugar, analisaremos a construções das teorias raciais e suas bases teológicas no seu lócus de nascimento, a Europa. Em segundo lugar, discutiremos a introdução das teorias raciais no Brasil, num momento em que elas entram em declínio na Europa. Levaremos em consideração a situação estrutural da academia do país à época, assim como o objetivo que a introdução dessas teorias buscava alcançar em um país escravista, marcadamente separado pela cor. Ter o aval científico de uma afirmação é validar e ter essa afirmação enquanto fato, é o constructo da verdade.

A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar, salvo aquelas inseridas nas instituições em que a ciência é produzida. Isso menos por uma questão de capacidade, e mais por uma questão de autoridade. É da natureza da ciência produzir um discurso autorizado sobre a verdade (ALMEIDA, 2019, p. 45).

Dessa maneira, almejamos alcançar a utilização de um fato dito científico e sua utilização na sociedade, a fim de que estruturas de poder já existentes permanecessem. Com isso, pretendemos explicar como o racismo “científico” foi construído e como ele nos afetou e nos afeta, uma vez que até os dias atuais se tem a falsa ideia de que o negro é um indivíduo inferior ao branco ou um potencial criminoso. Tais ideias têm sua base fundamentada nas teorias do racismo “científico” em que o branco europeu por meio da ciência buscou classificar e inferiorizar as outras nações.

O fato é que, mesmo que essas ideias tenham vindo do velho mundo, elas encontraram solo fértil no Brasil, país este que se via em processo de modernização e da tentativa do branqueamento. Dito isto, nos ataremos aqui ao século XIX, período em que a ciência positiva do racismo “científico” nasceu e uma época em que essas ideias chegaram ao Brasil, sobretudo no último quartel do século.

2 O RACISMO CIENTÍFICO NA EUROPA

Lançadas as bases do movimento Iluminista durante os séculos XVII e XVIII, a sociedade europeia e as ciências passaram por grandes transformações. A visão de mundo baseada na teologia e no teocentrismo foram alteradas pela visão do enaltecimento da razão e do conhecimento científico que o homem poderia adquirir. Essa reviravolta cultural no âmbito europeu levou ao estabelecimento de diversas áreas do conhecimento humano para além da filosofia.

No século XVIII, têm-se o desenvolvimento da química, da anatomia comparativa, da fisiologia, da biologia, da geologia e da história natural como ciências que definiram novas estruturas do pensamento, que acabaram por mudar a visão dos seres humanos da época. A criação cristã incorporou relatos de povos e reinos complexos mais antigos que os hebreus, os quais foram descobertos através da arqueologia. A geologia alterou a escala temporal revelando a existência de fósseis, colocando os seres humanos num espectro temporal mais vasto. A própria visão do universo e da posição que a terra ocupa nele foi modificada (BETHENCOURT, 2018). Nesse sentido, com o desenvolvimento da ciência, os conceitos bíblicos e a temporalidade bíblica foram aos poucos sendo sobrepostas por teorias científicas que modificaram a maneira de pensar do ser humano, especificamente o europeu. A partir da ciência, os humanos passaram a se entender e compreender o mundo ao seu redor.

Entre as ciências derivadas do século XVIII, a etnologia teve papel fundamental na discussão sobre a classificação dos seres humanos. Pesquisadores como Lineu e Buffon foram um dos principais cientistas desse período, que objetivavam elencar diferentes graus civilizatórios a partir da noção de raça. Seus trabalhos estavam pautados na ideia da “grande cadeia dos seres”, onde espécies e subespécies foram organizadas num sistema hierárquico, no qual era considerado o grau de importância do nível de existência do maior para o menor. Se as subespécies de animais e de flora cabiam numa escala de criação, era natural assumir que algumas raças humanas eram superiores a outras (CURTIN, 1960).

Os etnólogos baseavam-se em estereótipos e classificavam o *Homo Sapiens* em escalas hierárquicas. Tais estereótipos eram tidos como naturais e inerentes à natureza de cada tipo de humano. Dessa forma, a etnologia buscou fomentar seu objeto de estudo ampliando suas bases metodológicas. Com isso, já não bastava mais classificar ou diferenciar fenotipicamente os europeus dos não-europeus, mas sim criar categorias como grau de inteligência, hábitos e comportamentos baseados no fenótipo e na região geográfica. Comparavam-se esqueletos e crânios humanos com estruturas ósseas de símios. Isso fez com que fossem criados graus de

diferenciação e proximidade dos humanos aos macacos. Tal padrão construiu a noção de raça, adquirindo um significado científico que buscava delimitar a essência de cada tipo de humano, tanto física quanto psicológica. Em suma, acreditava-se que as capacidades morais e intelectuais estavam ligadas à aparência física (BETHENCOURT, 2018).

Com o passar do tempo, já no final do século XVIII, a ideia da “grande cadeia dos seres” foi caindo em desuso e, em conjunto com essa leva de ideias “científicas”, não estava excluído um pensamento interligado ao cristianismo. No início do século XIX, já estavam em discussão as ideias monogenistas e poligenistas. Os monogenistas acreditavam que Deus criou todas as raças a partir de um tipo único. Os poligenistas acreditavam que Deus criou cada tipo de raça em ato separado (CURTIN, 1960). Nessa discussão, o poligenismo desafiou radicalmente a narrativa cristã da criação, trazendo à baila a hierarquia natural entre as “raças” humanas através da divisão natural da humanidade, enquanto o monogenismo se opôs à interpretação literal de Gênesis, sem desafiar o caráter único da humanidade (BETHENCOURT, 2018).

Com a publicação do livro *A Origem das Espécies* de Charles Darwin, em 1859, os estudos da biologia repercutiram dentro das ciências que se dedicavam a compreender o homem, como a etnologia, a antropologia, a história natural e a filosofia. Entre as ideias de Darwin, estava a crença em mundo vivo que se transformava. Nessa teoria, macacos e homens são ramos diferentes de uma mesma espécie (mamíferos), tendo todos o mesmo ancestral comum, o processo de mutação é lento e gradual e a engrenagem da mudança é a seleção natural (BOLSANELLO, 1996).

Nesse período, os “cientistas raciais” passaram a demonstrar através da teoria da seleção natural, que o que difere a capacidade de organização civilizacional humana devia ser relacionado às diferenças biológicas entre as raças. Os biólogos começaram a colocar os europeus no topo da escala evolutiva, dando como certo que a conquista histórica estava intimamente ligada ao fenótipo, ou seja, raça e cultura estavam relacionadas intrinsecamente. Esse tipo de pensamento levou a conclusões que consideravam os brancos superiores aos não-brancos. Dessa maneira, a história e os processos de mudanças históricos estavam sob liderança das nações brancas e dentre as raças brancas seria o topo da escala a linhagem “mais dura” dentre os tipos europeus (MAZRUI, 1968).

Esse tipo de pensamento, levou os norte-americanos, por exemplo, a justificar o extermínio indígena como uma forma natural de seleção natural. Os indígenas da América do Norte deveriam sucumbir em relação a raça considerada superior, os brancos. O mesmo tipo de lógica encontra-se também no Império Britânico, onde os povos indígenas da Nova Zelândia e da Austrália eram julgados sob a mesma ótica, assim como as colônias da África do Sul e das

Antilhas (CURTIN, 1960). Contudo o caso inglês, é bem complexo, em um lado estão aqueles que compartilham da teoria das raças pautado no darwinismo social, e por outro há aqueles que defendem que a benevolência, onde as raças superiores devem ajudar as raças inferiores.

Em meados do século XIX, também foi lançado o livro *Races of Man* de Robert Knox. Neste livro, Knox afirmava que a raça era o motor da história. Escreve ele: “Raça é tudo: literatura, ciência, arte, em uma palavra a civilização depende dela.” (KNOX, 1850 apud DRESCHER, 1990, p. 440). Sendo as raças imutáveis e inalteráveis elas representavam hereditariedade, assim como resultado dos efeitos do solo e do clima. Knox buscava demonstrar que as raças da Europa se diferiam entre si, assim como os diferentes tipos de negros ou indígenas. Em seu trabalho, Knox apresentou profundo desprezo por sujeitos de raças mistas, afirmando que seres híbridos na natureza eram inférteis e acabavam por desaparecer, dessa forma ele afirmava que indivíduos de raça mista teriam o mesmo destino (BETHENCOURT, 2018).

Outro pensador que foi basilar no desenvolvimento do racismo “científico” foi Arthur de Gobineau que, em 1853, publicou a obra *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Hanna Arendt considerou o livro de Gobineau uma obra pessimista, tendo ele um interesse grande no declínio das civilizações. Para a autora, Gobineau tentou prever o desaparecimento do homem da face da terra, sendo a hibridização de raças o motivo crucial para o desaparecimento da raça humana (ARENDRT, 1991).

Nessa obra, Gobineau aferiu que a mistura das raças foi o que levou à degeneração e ao enfraquecimento das populações desde a Antiguidade. Apesar de não se considerar de uma vertente poligenista ou monogenista, possuía interesse no conceito de ambientes específicos para a localização das espécies. Em seu trabalho, Gobineau apresentou o sistema de três raças básicas, sendo elas, branca, negra e amarela. Essas raças seriam, para ele, consideradas puras e originais. Gobineau defendia a ideia de que os brancos haviam experimentado um desenvolvimento isolado e afirmava que existia uma antipatia natural entre as raças e que elas competiam entre si. Entretanto, sua obra apresentou a ideia de decadência da civilização através da hibridização das raças. Gobineau repercutiu diversos estereótipos raciais tanto físicos quanto intelectuais entre as raças. Para ele, a história do mundo envolvia miscigenação constante dos povos, com os elementos mais capazes dando o impulso inicial até serem incorporados pelos elementos mais baixos que levava ao declínio de uma sociedade. Segundo ele, a mistura de raças facilitava a difusão da civilização ao passo que continha as sementes para a degeneração, ou seja, as raças superiores passariam o advento civilizatório para as raças inferiores, entretanto as raças superiores estariam também submetidas nos padrões mais baixos advindos das raças

inferiores. Caracterizava as raças originais da seguinte maneira: os negros eram classificados a partir da ideia da bestialidade, sendo comparados com símios, eram dominados pelas paixões e pelos sentidos, humor instável, covardes e assassinos. A raça amarela era caracterizada por ser apática, baixo vigor físico, gula. A raça branca era caracterizada pela inteligência, perseverança, gosto pela ordem (BETHENCOURT, 2018).

Mais um pensador que devemos mencionar como basilar nas teorias raciais foi o filósofo Herbert Spencer, o primeiro a cunhar a famosa frase “sobrevivência do mais apto”. Herbert Spencer foi um filósofo fortemente influenciado pelos princípios darwinistas². Spencer sustentava a ideia de que a evolução biológica poderia ser aplicável às sociedades humanas, ele argumentava que as sociedades humanas operam de acordo com os princípios da seleção natural, um estado regido pela aptidão e competição e evoluem de um estado indiferenciado e primitivo para um estado de diferenciação e progresso. Para Spencer, as raças consideradas fracas ou mal equipadas para competir não deveriam receber um impulso artificial para mantê-los na competição da seleção natural. Spencer acreditava que a competição racial era a chave para o progresso social, pois implicava na superação de seres fracos, ou seja, os menos adaptados pelos mais forte, ou seja, os mais adaptados (DENNIS, 1995).

Aqui contrapõe-se às ideias de declínio de Gobineau. Enquanto Gobineau vê na troca entre raças inferiores e superiores uma forma de difusão da civilização, assim como a fonte de seu declínio, Spencer baseado em uma ideologia liberal individualista defendia que as raças inferiores não recebessem impulso artificial das superiores. Para Gobineau, a humanidade estava fadada ao declínio, ao desaparecimento humano, pois a mestiçagem de indivíduos geraria seres fracos que acabariam desaparecendo com o tempo, ou seja, a humanidade, no pensamento de Gobineau, estava fadada ao fracasso, enquanto para Spencer, a seleção natural organizaria as raças superiores e o destino das raças inferiores era desaparecer.

Vale salientar que a lógica racista desses pensadores enraizada na noção de supremacia europeia e inferioridade dos não europeus foi sustentada também pelo Imperialismo Britânico. A Inglaterra teve papel fundamental na incorporação das teorias racistas assim como se beneficiou da escravidão, principal fenômeno causado pelo racismo.

Nesse sentido, o argumento social darwinista foi utilizado para validar a estrutura institucional já existente. A competição racial foi projetada para provar a superioridade europeia e branca norte-americana sobre africanos, nativos americanos, asiáticos e latino-americanos.

² Embora Darwin se concentre apenas em espécies de animais e plantas, seus escritos foram fundamentais no desenvolvimento do racismo “científico”. Darwin influenciou inclusive Karl Marx e Engels, onde um compreendia a evolução como o motor, o outro compreendia a luta de classe como força motriz.

Em concomitância a esse projeto, era importante provar os méritos do capitalismo, do imperialismo e da escravidão. Os aspectos materiais dessa dominação precederam as bases científicas que serviam de justificativa para sustentar a supremacia europeia (DENNIS, 1995). A escravidão foi essencial para a construção do capital inglês. O motivo da escravidão foi racismo, e não o racismo sua consequência, a abolição da escravidão é fruto principalmente de bases econômicas, em contrastes com bases morais (WILLIAMS, 1975).

Tendo a Inglaterra posses no Caribe e nas Índias Orientais, por que se deveu o uso de escravizados vindos da África? O historiador inglês Eltis (2000) explica que com o surgimento de uma ideologia europeia de se destacarem como *insider*, ou seja, fazendo parte de um mesmo mundo compartilhando as mesmas ideias, a escravização de europeus se tornou impossível, fator que lhes permitiu a escravização de não-europeus. O custo do transporte de escravos asiáticos seria antieconômico, além disso o emprego de escravizados advindos da Ásia para as Américas daria mais prejuízo do que lucro, sendo assim restou somente a África.

Numa perspectiva europeia, a mão-de-obra africana e sua troca por mercadorias fazia com que excedesse um capital essencial à reorganização do sistema capitalista da produção na Europa. Em contrapartida, os escravizados nas Américas se tornariam uma garantia financeira, já que estes eram considerados como bens. Ademais, as potências europeias poderiam utilizar escravos africanos sem a pena da moralidade. Sobre a questão da moralidade e escravidão, Blackburn (2002, p. 29) afirma que

Os processos de trocas elaborados e competitivos, que fizeram com que esses diferentes bens chegassem ao mercado, ajudaram a ocultar as condições de sua produção e a minimizar o senso de responsabilidade social ou moral de todos os envolvidos. Desta forma, o fazendeiro ou mercador podia dizer a si mesmo: se eu me recusar a comprar um escravo, outra pessoa vai comprá-lo.

Devido ao amplo uso da mão-de-obra escravizada africana que serviu para a produção de *commodities*³ a fim de atender o capital inglês, o Brasil, no século XIX, se constituiu como um país mestiço. Devido a essa situação, as elites brasileiras praticaram a estratégia do branqueamento da população, quando imigrantes europeus foram trazidos para trabalhar em solo brasileiro no intuito de clarear a pele dos seus habitantes. Essa estratégia marcadamente racista teve como base o racismo “científico”, que discutiremos detalhadamente a seguir.

O racismo enquanto fenômeno histórico antecede a sua “cientificação”, em outras palavras, as teorias raciais foram formuladas em um momento posterior tendo a estrutura ou

³ O termo *commodities* pode ser definido como um produto primário de exportação, menos industrializado e produzido em grande quantidade, sendo uma de suas principais características sua dinâmica de comercialização, por ser uma das principais trocas comerciais entre países. Destacam-se *commodities* agrícolas como café, tabaco, açúcar, cacau e *commodities* minerais como prata e ouro (VITORETTO, 2013). No caso brasileiro no período estudado trata-se de açúcar, café e algodão.

noção de raça já preexistente. O que o dito racismo científico influenciou foi a justificativa científica, em um período que a ciência ganha importância com o advento do Iluminismo. Essas teorias raciais aportaram no Brasil em um momento oportuno para as elites locais, em finais do século XIX.

3 A INCORPORAÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL

As primeiras instituições científicas brasileiras foram fundadas pela Corte Portuguesa em 1808 e 1810, com a chegada da Família Real ao Brasil. Durante essa época foram criadas a Real Academia Militar, a Biblioteca Nacional e duas Faculdades de Medicina, uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia. Até antes da Independência do Brasil, em 1822, os advogados e juristas eram formados em colégios jesuítas e outras instituições da Igreja Católica, enquanto os indivíduos da elite eram mandados ao exterior, em especial Portugal, na Universidade de Coimbra, para realizar seus estudos. Após a fase embrionária da institucionalização das ciências no Brasil, também se faziam presentes inúmeros pesquisadores naturalistas estrangeiros que realizavam expedições com a finalidade de catalogar a fauna e a flora brasileira. Descreviam e forneciam uma caracterização da biodiversidade do Brasil em termos da botânica, zoologia e geologia (ARTEAGA, 2017).

Já durante o século XIX a institucionalização científica se encontrava incipiente, mesmo quando comparados a outros países da América Latina. A formação de novos cientistas brasileiros acontecia na França ou em Portugal. Os mecanismos de financiamento de pesquisas eram precários. Segundo Arteaga (2017, p. 6, tradução nossa), “[...] durante a maior parte do século XIX, as duas únicas escolas médicas brasileiras necessitavam de professores qualificados para diferentes disciplinas científicas [...]”. Entretanto, apesar dessa situação o século XIX foi marcado pela recepção de teorias advindas da ciência europeia. O uso que se fazia das teorias recebidas da Europa era específico e buscava atender os interesses de uma elite intelectual, o mister não era aplicar correntes teóricas coerentes e rigorosas, mas com seu aporte no Brasil essas teorias ganharam novas feições ao serem mesclados com tradições intelectuais nativas (COSTA, 2006). Ademais vale salientar que no Brasil entre os intelectuais havia leitores da língua francesa, inglesa e alemã. Contudo, devido à proximidade linguística, as teorias de raça francesa foram uma das que mais se destacaram, sendo elas as principais fontes para as correntes do estudo racial brasileiro. Não à toa, Gobineau era muito lido e inclusive chegou a visitar o Brasil. Entre outros estudiosos famosos que eram lidos com avidez pelos intelectuais

brasileiros podemos citar: Spencer, Huxley, Vogt, Büchner, Agassiz, Morton, Knot e Gliddon, Lombroso, Garofalo e Enrico Ferri (ARTEAGA, 2017).

O próprio imperador Dom Pedro II buscava especialistas brancos europeus para liderar as instituições científicas do país. A presença de teóricos alemães, franceses, ingleses e americanos era significativa. Essa massiva presença de cientistas estrangeiros despertou interesse em um fenômeno antropológico que até então só ocorria no Brasil, verificou-se a miscigenação da sociedade brasileira, um exemplo inédito (ARTEAGA, 2017). Todavia a constatação de que o Brasil era uma nação mestiça, entre os cientistas brasileiros era motivo de um dilema que devia ser solucionado pelos pensadores brasileiros. Assumir que o Brasil era mestiço, era assumir que a nação brasileira era inferior às demais.

Para Schwarcz (1995), a saída encontrada por esses pensadores foi a adoção do ideário científico, mas sem a rigidez científica. Aceitava-se a ideia da diferenciação essencial entre as raças, entretanto não se condenava com tanta veemência a mestiçagem. Portanto, oscilavam entre a recepção da adoção desse ideário e a verificação de que o Brasil era uma nação de seres inferiores. De acordo com Ortiz (1986), as teorias raciais que aportaram no Brasil, no século XIX, já caíram em desuso e perderam espaço na Europa com a substituição de raça pela noção de cultura, a partir de uma escola de pensamento alemão. Nesse sentido, os intelectuais brasileiros fizeram uma seleção enviesada dessas teorias para atender demandas internas.

O historiador Sérgio Costa identificou três questões em disputas entre os intelectuais do racismo brasileiro: a primeira seria o debate entorno da hierarquização social da sociedade, no qual argumentava-se que grupos humanos não brancos eram biologicamente inferiores, ou se eram outros parâmetros que não fosse a raça que definia as possibilidades de desenvolvimento, como exemplo do ambiente e entorno social. A segunda referia-se ao debate da união entre as diferentes raças humanas, se aventava a possibilidade da miscigenação ser um risco a civilização brasileira, ou uma nova possibilidade de desenvolvimento para a nação. O terceiro tratava da discussão da evolução biológica e sua conexão com o progresso social (COSTA, 2006).

Em conjunto às teorias raciais, foi muito difundida no Brasil a tese do branqueamento que aparecia como solução para a cura da “doença” da miscigenação. Aceita pela maior parte da elite brasileira, era uma teoria peculiar ao Brasil. Baseava-se na presunção da superioridade do branco pelo uso dos argumentos das capacidades inatas de cada raça. As principais linhas teóricas que sustentavam esse pensamento consistiam na ideia de que a população negra iria diminuir progressivamente em relação a branca. Acreditavam que os negros tinham a taxa de natalidade mais baixa e maior incidências a doenças e não eram organizados socialmente. Outra

linha do branqueamento via na miscigenação entre as raças uma tendência progressiva ao clareamento da tez humana, devido considerarem o gene branco como mais forte e porque era tido natural que os indivíduos buscassem elementos de cores mais claras para se relacionar (SKIDMORE, 1976).

Segundo Schwarcz (1996), os pesquisadores do racismo científico utilizavam as teorias raciais para atingir objetivos próprios de um ideal de civilização que tinha como base a civilização europeia, isso fez com que o conceito de raça fosse negociado entre as diferentes escolas que defendiam a ideia do racismo científico. A autora detectou pelo menos duas disciplinas que definiriam o rumo do racismo científico no Brasil, sendo elas a medicina e o direito.

Para a Escola do Direito alicerçados em um ideal de nação civilizada, se sentiam com a missão de através do exercício da lei unificar o território nacional e constituir uma nação de fato, nos moldes europeus. Despontaram duas proeminentes escolas do Direito: a de Recife e a de São Paulo. Enquanto Recife se embasava num modelo determinista através dos ideais germânicos das determinações das raças e a defesa da mestiçagem moral e física como elemento de uma unidade nacional, em São Paulo dominava um liberalismo de fachada, onde as teorias raciais cumpriam o papel de selecionar a cidadania apenas para os indivíduos das elites (SCHWARCZ, 1996).

No âmbito da Medicina despontaram duas escolas: a baiana e a carioca. Enquanto os intelectuais da Faculdade de Medicina da Bahia se preocuparam com a criminologia através dos traços psíquicos de raças tidas como potenciais criminosos, o Rio de Janeiro se ateve às questões da higiene pública e da epidemiologia, muito conectadas à noção de que negros não possuíam organização social. Durante esse período, a compreensão de doença foi ampliada, agora não eram consideradas apenas as doenças físicas, mas também as mentais. A partir dessa noção, entraram em cena os estudos da mente do criminoso através da ideia de que algumas raças possuíam a tendência à degeneração. Esse ideal advinha da escola de criminologia italiana que foi bastante aceita na Escola de Medicina da Bahia. As teses de Cesare Lombroso eram muito discutidas e um dos expoentes dessa escola de pensamento do racismo “científico” brasileiro foi o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (SCHWARCZ, 1996).

O médico maranhense radicado na Bahia buscou na raça o seu objeto de estudo, a fim de afirmar que o problema do Brasil não estava nas raças puras, mas sim nas mestiças. Nos índios e negros seria possível prever uma responsabilidade atenuada, entretanto os mestiços possuíam a característica degenerativa, resultado da hibridização entre as raças (SCHWARCZ, 2006).

Para Nina Rodrigues, só os mestiços “superiores”, leia-se, mestiços de tez clara, poderiam atingir a capacidade intelectual e civilizacional dos brancos puros. Já os mestiços de tez escura eram propensos à degeneração biológica e mental. As teses de Rodrigues implicavam também no Direito e na cidadania, para o médico os negros puros, índios puros e mestiços inferiores não deveriam ser considerados iguais em termos legais e deveriam ser julgados sob diferentes códigos penais ou civis (ARTEAGA, 2017). Dessa maneira, os traços lombrosianos eram aplicados àqueles considerados mestiços a fim de encontrar a essência dessa degeneração racial, atrelados a vícios como a embriaguez, a inferioridade intelectual como a alienação, e traços morais como a violência e amoralidade (SCHWARCZ, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a partir do percurso histórico do racismo “científico” que fizemos nesse artigo, fica evidente a contribuição da ciência ao racismo contemporâneo. Intelectuais do mundo ocidental buscavam na diferenciação justificar a hegemonia sobre outros povos. O racismo “científico” serviu muito bem seu propósito, relegou as raças consideradas inferiores à subalternidade em sociedades em que a estratificação social era notória.

No caso brasileiro, as teorias raciais serviram não só para relegar negros e índios à subalternidade, mas também se constituíram como um projeto nacional de civilização, em que o Brasil, se espelhando nos moldes de civilidade e de modernidade europeias, tentou reformular essas teorias a fim de provar ao ocidente que o Brasil teria uma cura para a doença da mestiçagem. A pseudociência do racismo científico formulou no imaginário popular visões estereotipadas de indivíduos negros, indígenas e mestiços, sendo uma das bases para o racismo contemporâneo. Dessa maneira, refletir sobre o racismo “científico” é refletir sobre a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARENDRT, Hannah. **As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- ARTEAGA, Juanma Sanchez. Biological discourses on human races and scientific racism in Brazil (1832–1911). **Journal of the history of biology**, n. 50, v. 2. p. 267-314, maio 2017. DOI: 10.1007/s10739-016-9445-8. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27216739/>. Acesso em: 1 out. 2022.

- BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BLACKBURN, Robin. **A Construção do escravismo no novo mundo: do barroco ao moderno (1492-1800)**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003.
- BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo Social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 12, p. 156-165. 1996.
- COSTA, Sérgio. O racismo científico e sua recepção no Brasil. *In: Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 187-194.
- CURTHOYS, Ann; LAKE, Marilyn. Defining transnational history. *In: Connected worlds: History in Transnational Perspective*. Canberra: ANU Press, 2005.
- CURTIN, P. D. “Scientific” racism and the British Theory of Empire. **Journal of the Historical Society of Nigeria**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 40-51, dez. 1960. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41970819>. Acesso em: 1 out. 2022.
- DENNIS, Rutledge, M. Social Darwinism, Scientific Racism, and the Metaphysics of Race. **The Journal of Negro Education**, [s. l.], v. 64, n. 3, p. 243-252, verão 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/2967206>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2967206>. Acesso em: 1 out. 2022.
- ELTIS, David. **The Rise of African Slavery in the Americas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- MAZRUI, Ali A. From Social Darwinism to Current Theories of Modernization: a tradition of analysis. **World Politics**, Cambridge, v. 2, n. 1, p. 69-83, out. 1968. DOI: 10.2307/2009746. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/from-social-darwinism-to-current-theories-of-modernization-a-tradition-of-analysis/1FCDBFD9CFB966AEA2E2A1927C3E3E0C>. Acesso em: 1 out. 2022.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- SCHWARCZ, Lilia. **Nomeando as diferenças: a construção da idéia de raça no Brasil**. In: VILLAS BOAS, Glaucia; GONÇALVES, Marco Antonio (org.). **O Brasil na Virada do Século: o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Quando a Desigualdade é Diferença: reflexões sobre antropologia criminal e mestiçagem na obra de Nina Rodrigues. **Gazeta Médica da Bahia**, [s. l.], v. 76, p. 47-53, 2006. Supl. 2. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/306/295>. Acesso em: 1 out. 2022.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paz e Terra, 1976.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern eurasia. **Modern Asian Studies**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 735-762, jul. 1997. DOI: 10.1017/S0026749X00017133. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/modern-asian-studies/article/abs/connected-histories-notes-towards-a-reconfiguration-of-early-modern-eurasia/1994952F5EFC854AFA7CF0D7DB6A88925#>. Acesso em: 1 out. 2022.
- VITTORETTO, Bruno Novelino. Café e o surgimento do mercado de commodities no século XIX. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, 2013. DOI: 10.18264/REP. Disponível em:

[https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/4/cafeacute-e-o-surgimento-do-mercado-de-commodities-no-seacuteculo-xix#:~:text=Com%20isso%2C%20o%20caf%C3%A9%20foi,261\)](https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/4/cafeacute-e-o-surgimento-do-mercado-de-commodities-no-seacuteculo-xix#:~:text=Com%20isso%2C%20o%20caf%C3%A9%20foi,261)). Acesso em: 2 out. 2022.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução: Carlos Neyfeld. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.

ZIMMERMAN, Andrew. Three Logics of Race: theory and exception in the transnational history of empire. **New Global Studies**, v. 4, n. 1, p. 1-11, ago. 2010. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/bpj/nglost/v4y2010i1p11n9.html>. Acesso em: 2 out. 2022.

CAPÍTULO 5

CONTRA COMUNISTAS E MERETRIZES: o pânico moral na imprensa cratense em meados do século XX

Ravenna Rodrigues Cardoso

1 INTRODUÇÃO

O CRAJUBAR¹, em especial a cidade do Crato, é apresentado pela historiografia tradicional- de escritores do ICC por exemplo-, como sendo uma das cidades pioneiras no seu desenvolvimento cultural, social e econômico, mormente se comparado a outros municípios circunvizinhos. Então, por esse motivo e por grande entusiasmo da elite local, houve tentativas de mudanças no que diz respeito à estrutura urbanística da cidade, o que afetou direta e indiretamente os pontos onde se praticava a venalidade do corpo – prostituição – e o tecido social como um todo. Partimos do pressuposto de que há uma relação econômica no exercício da prostituição que, nesse caso, interfere e/ou se sobrepõe à organização do espaço, tendo em vista que está inserida nele, bem como do aspecto mais geral das relações de trabalho no mundo capitalista, com a utilização do corpo e da sua força.

Entre as tentativas de intensificar e consolidar a modernização da cidade, estava o processo higienizador de segregar os prostíbulos, retirando-os do centro da cidade, realocando a zona de meretrício para “o outro lado da linha” do trem, afastando a “respeitável sociedade cratense” do contato com tais sujeitos. O projeto modernizador, que apresentava uma face excludente e higienista, representava não apenas o isolamento, mas também o total abandono dos poderes públicos dos espaços de meretrício. De acordo com o historiador Iarê Lucas Andrade, “[...] a área da linha do trem pra lá não recebia nenhuma assistência dos responsáveis pela limpeza, saneamento, iluminação, calçamento ou qualquer outro benefício [...]” (ANDRADE, 2000, p. 115), visto que o meretrício era tratado por parte dos que pensavam essa modernização como um “cancro social”. Logo, “[...] o controle da prostituição estava atrelado à necessidade de conhecer suas práticas e restringir o campo de atuação do meretrício na cidade [...]” (GUEDES, 2002, p. 58).

As pautas higienistas sobre a prostituição durante o período de desenvolvimento urbano de algumas cidades brasileiras, foram representadas como uma espécie de vetor de males,

¹ Essa denominação se dá pela junção dos três municípios que formam a região metropolitana do Cariri, para fins administrativos do governo do Estado, sendo essa denominação recente em relação ao recorte temporal da pesquisa.

percebidos por alguns especialistas desses campos do saber, como um desvio moral e patológico. Na mesma esteira dos inimigos da sociedade estavam os bêbados, os vadios, as mulheres meretrizes e os comunistas. Através do pânico moral a imprensa apresentava esses sujeitos como inimigos da sociedade cratense.

O conceito de pânico moral² desenvolvido pelo sociólogo Stanley Cohen é a mais adequada para a forma que nos apropriamos aqui. A ideia central desse mecanismo centra-se em difundir o medo no corpo social, através de meios de comunicação dos mais diversos. Coloca-se em evidência uma batalha a ser travada, com polos do bem e do mal e que tem que visar uma resolução baseada na eliminação do problema – que geralmente são grupos sociais marginalizados – isso implica também no reforço das formas punitivas atuantes no meio social. Cohen explica que “[...] uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários [...]” (COHEN, 1972, p. 9).

A necessidade de manter o controle sobre os sujeitos que representavam perigo para a ordem social foi debatido desde sempre no Brasil. Entretanto, no período pós-abolição, esse parece ter se intensificado. Tanto os controles dos sujeitos como o do território, sempre se fizeram presentes no pensamento e na prática das elites brasileiras.

Partindo do pensamento de que quem tem o controle do território também tem certo domínio sobre o que nele está disposto, podemos pensar nas relações de poder que foram acionadas na tentativa de controlar e organizar determinados espaços dentro do território da cidade do Crato, sobretudo no que diz respeito ao meretrício se fazer presente em locais de empreendimento urbanos entendidos como “modernos”. De acordo com o historiador Dias (2016, p. 61):

A região do Cariri apresenta interessantes particularidades tanto nos seus aspectos naturais quanto na sua formação histórica. O meio ambiente caririense é atípico em relação a quase totalidade do interior nordestino, comumente chamado sertão, devido ao seu clima semiárido, solo geralmente pobre e vegetação de caatinga. A natureza caririense, no entanto, seria diferenciada por ser dotada de fontes perenes de água, solos férteis, vegetação diversificada e clima ameno.

Em uma localidade na qual as condições geográficas se apresentam de forma distinta do padrão do sertão, a elite local que detinha o poder do território, visto que proprietários das terras, era a mais interessada em tentar fazer prosperar a região. Dentro desse contexto, obviamente, os locais do centro da cidade que recebiam cinemas, bancos, ferrovias e afins, não poderiam contar com a presença de pessoas que eram consideradas “classes perigosas”, e é justamente nesse grupo social em que as prostitutas se inseriam. Para Cortez (2000, p. 14) “[...] outro

² A título de elucidação essa atividade comercial ainda ocorre dias de segunda-feira.

elemento importante de mudança foi a aceleração do processo de urbanização, propiciado pelo êxodo rural, o que tornou o tecido social da cidade muito mais complexo [...]”.

Usaremos como fonte para a análise os jornais *O município*, *A Ação* e *Écos da semana: órgão da união dos estudantes de Crato*, periódicos que circularam em meados do século XX. Nos concentraremos nos aspectos relacionadas às mudanças sociais no contexto de reformas urbanísticas na cidade.

O presente capítulo está dividido em dois momentos. No primeiro tópico tentamos contextualizar a localidade e discutir sobre aspectos da economia local, onde apresentaremos alguns discursos dos periódicos no tocante aos aspectos econômicos da região, sobretudo a circulação de pessoas e mercadorias na movimentação do comércio.

No segundo momento, iremos analisar a construção de inimigos comuns nas narrativas dos articulistas dos jornais. Sendo os sujeitos aqui mencionados as meretrizes e as ideologias, neste caso, relativas ao comunismo, vistos como danosas tanto para a propriedade como para a sadia moralidade cidadina por parte da imprensa.

O discurso do jornal é de caráter anticomunista. Igreja Católica foi responsável por produzir e fazer circular narrativas que aparentemente enxergavam no comunismo e na prostituição, os inimigos comuns a serem combatidos.

2 A CIDADE: economia local, comerciantes e comerciáveis

As feiras públicas de cidades interioranas representavam e ainda representam, um movimento econômico para aqueles que deles fazem uso, seja como comerciante ou como consumidores. Os dias que são estabelecidos para esse câmbio econômico, geralmente lotam a área da cidade que é destinada para essas atividades. No caso do Crato, a feira pública ocorria nos dias de segunda-feira. Comercializam-se itens geralmente de produção agrícola, roupas e animais. Também era no ambiente da feira pública que as meretrizes da cidade se faziam notar.

A presença dessas mulheres nesses espaços de negócios, gerava incômodo e era motivo de preocupação, pois, se havia a presença das mulheres públicas, não era conveniente que as moças de “boas famílias” andassem nesses mesmos locais. José Pinheiro de Menezes escreveu que “[...] negócios, paqueras, roubos e brigas se misturavam nesse conjunto. Elementos vindos das mais diversas localidades eram espalhados ao longo das ruas em pequenas barracas para serem vendidos.” (MENEZES. 1918, p. 161).

Podemos perceber que, assim como nos relatos de época redigidos por Menezes, a questão das “paqueras” no aglomerado de pessoas presentes na feira, era alvo de preocupação

por parte de alguns dos escritores do jornal. Em uma matéria do jornal *A Ação* (1941, p. 1, grifo nosso), que estava intitulada de *moça não é mercadoria* o articulista dizia:

As feiras públicas têm, na sua história, um papel importantíssimo. Nas idades mais recuadas, elas serviram de berço a formidáveis movimentos comerciais e econômicos. [...] Aqui e ali, nessa ou naquela data, puseram em prova a evolução das instituições humanas, concretizadas nas transformações políticas, sociais e econômicas dos povos. Os grandes empórios comerciais foram sempre centros de grandes feiras. [...] **Em Crato, as feiras públicas revelam, aos olhos dos visitantes, as largas possibilidades do município.** Quem quer que nos visite, numa **segunda-feira**, não deixará de levar positivas afirmações da lavoura e da vida econômica e comercial da “*canaan cearense*”. Tudo fala da grandeza fertilizante da zona do Cariri. Tudo nos faz convencer da superioridade do Crato sobre as demais cidades do Sul do Estado. [...] Uma cousa, porém, me causou **repugnância** e que eu a julgo **deprimente aos nossos costumes: é ver perambulando, pelas ruas, sem nenhum título de negócio, inúmeras senhoritas, até de boas famílias, confundindo-se com a população e, o que é pior, muitas vezes assimilando-lhes os modos.**

Os articulistas sempre buscavam enfatizar os aspectos naturais da localidade como um fator de distinção regional, o que tornava o Crato uma “enorme potência” comercial e de desenvolvimento. Lembramos que essa ideia fez e faz parte da narrativa local para afirmar essa suposta superioridade atribuída à região. A construção dos ideais que circulam na memória de muitos cratenses na atualidade é fruto desse processo de exaltação de certa superioridade local enfatizada pelos entusiastas que pensavam o Crato como cidade da cultura e centro irradiador de civilização no interior cearense. Era e é bastante comum lermos e ouvirmos que “tudo nos faz convencer da superioridade do Crato sobre as demais cidades do Sul do Estado”. Essa é uma máxima que vez ou outra é evocada, sobretudo pelas pessoas da elite que tentam demarcar e manter viva a narrativa de que a região teve seus tempos áureos. A elite saudosista, em grande parte herdeira da que construiu a ideia, crê e evoca esse passado de glória sobretudo em datas comemorativas.

Os aspectos econômicos da cidade eram destacados em escritos de época, pela elite intelectual e econômica cidadina. José Figueiredo Filho³, por exemplo, em sua obra *Cidade do Crato* elencou os pontos comerciais que existentes à época.

Possui a cidade: 17 lojas de tecido, 155 mercearias, 18 armazéns de cereais e rapadoras, 8 farmácias, 8 padarias, sendo estas quase todas movimentadas a motor, 12 alfaiatarias, 2 oficinas de vulcanização, 12 de concertos de automóvel, 3 postos de gasolina, duas fábricas de mosaico, 3 oficinas de rádio, 4 relojarias, 11 carpintarias, 4 fotos, 2 colchoaria, 2 ourivesarias, 1 niquelaria, um de douramento elétrico, 1 de marmorite, 4 tipografias movidas a motor, 4 torrefações de café, 1 fábrica de doces, 2 selarias, 3 ateliers, 2 fábricas de manteiga, 1 curtume e uma fábrica de gelo. (FIGUEIREDO FILHO, 1955, p. 64).

³ Vale ressaltar que José Figueiredo Filho era da elite cratense. É tido como importante intelectual na cidade, sendo ele um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri-ICC. Órgão criado pela elite intelectual cujo um dos principais objetivos é exaltar a cultura e o povo dessa região. O pai dele, José Alves de Figueiredo, foi prefeito do Crato no início do século XX.

Para além do comércio que se refere à feira pública em si, trouxemos esses dados que foram escritos à época para situar um pouco da dinâmica econômica através de dados do período. Porém, ressaltando que esses números são produtos de uma pessoa da elite que sempre exaltou as características da região.

Podemos perceber no periódico citado acima, no que concerne a circulação dos sujeitos nesses espaços destinados ao comércio de variados itens, a presença feminina como uma questão pública. Percebemos que se configura como de ordem pública, por se fazer presente no debate que circulava na imprensa. Segundo a historiadora Rago (2004, p. 34),

As mulheres não tinham direito à vida pública, o que significava a impossibilidade não apenas do acesso aos negócios, aos cargos públicos e de direção, à cultura e a educação, como também a do desfrute da sociabilidade dos bares, restaurantes, cafés e de determinados espaços de lazer ou prazer, pelo menos nas mesmas condições que os homens.

Portanto, pode-se notar que os espaços destinados ao comércio eram normalizados sobretudo, para o sujeito masculino, com ou sem “títulos de negócios”, visto que para a circulação de mulheres era necessário no mínimo “título de negócio” que justificasse sua aparição em feiras públicas. É nítida a preocupação de que as moças não se confundam com a “populância” para não “assimilar seus modos”.

É válido pensar no demarcador social implicado nesse trecho, pois ao atentar para o problema que as senhoritas de “boa família” iriam se misturar aos outros populares, denota uma preocupação com um tipo específico de mulheres, que provavelmente são as de condições financeiras melhores. Em contrapartida, essa “populância” subentende-se que podem ser pessoas das camadas mais populares, incluindo as meretrizes, tendo em vista que nesses espaços também estarão para comércio o corpo da prostituta. São nas feiras públicas que elas também vão se fazer presentes.

O título da matéria *moça não é mercadoria* é evocado, e é possível crer que a alusão seja ao seu oposto, pois a mulher pública frequenta esses espaços. E a título de negócios, comercializando o próprio corpo. No interior de uma sociedade que dividiu os sujeitos humanos em variados aspectos, a sexualidade feminina também foi dividida. Podemos crer que parte dessa divisão esteve na criação dos valores moralizantes, que coloca em campos distintos a sexualidade feminina, com o objetivo de proteger a propriedade privada a partir da família monogâmica.

A sociedade capitalista tem como principal fundamento e sustentação das relações humanas desiguais a venda e a compra da força de trabalho. A realização do trabalho é considerada, dentro dessa lógica, como mercadoria. Partindo desse pressuposto a atividade da venalidade do corpo preserva então esse aspecto, embora assuma uma forma diferente de

mercantilização. Na sociedade capitalista o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver, e a mesma situação é operacionalizada na prática da prostituição. Não podemos deixar de lado o fato de que mesmo condenando, as instituições burguesas fazem uso dela até mesmo para manutenção da propriedade privada. No ambiente das feiras públicas essa presença feminina estava a título de “negócios”.

Os dias de venda e compra de mercadorias na feira da cidade, eram também um momento de sociabilidade, visto que estavam presentes os comerciantes tanto locais como os das regiões circunvizinhas. O trânsito de pessoas e de mercadorias que constituíam essas relações notadamente, foi importante para a movimentação econômica da época. Conforme Andrade (2000, p. 17), “[...] durante as primeiras décadas do século XX, a cidade do Crato afirma-se como um dos principais centros urbanos do interior do Estado o Ceará [...]”.

Figura 1 – A feira do Crato-CE.



Fonte: Acervo do DHDPG Cúria Diocesana (1950).

Esse registro fotográfico da feira pública foi feito quando essa ocorria ocupando partes da chamada “Rua Grande”, atualmente denominada de Doutor Miguel Lima Verde. A feira da cidade era reconhecida como uma das maiores da região. Como é notório na imagem, a rua da feira se transformava em um aglomerado de pessoas para comercialização de itens alimentícios e outros. Mesmo antes da inauguração da malha ferroviária que ajudou no aumento do escoamento de pessoas e de mercadorias para esse dia de negócios, e fomentando um fluxo econômico que já era relativamente intensa. Com a praticidade oferecida pelo transporte ferroviário esse cenário sofreu significativas alterações. De acordo com Cortez (2008, p. 50),

O trem mexia com o Crato, mas na segunda-feira ele o transformava. Trazia o que havia fora da cidade para o seu interior. A “urbs cariense” se transformava em lugar múltiplo, cosmopolita. Pessoas de outras regiões e estados se misturavam aos habitantes locais num grande aglomerado [...] quando a máquina ferroviária chegava a estação era abarrotada de pessoas e toda a cidade era tomada por uma dinâmica diferente. Os viajantes que chegavam à cidade se espalhavam por entre ruas e becos em diversos edifícios residenciais e comerciais.

Espaço de sociabilidades e de negócios, as feiras transformavam a cidade interiorana em palco de oportunidades das mais diversas. Tanto para os comerciantes locais como para os que vinham de fora à procura de negociações. Quando Cortez (2008, p. 50) afirma que “O trem mexia com o Crato [...]”, não se restringe apenas ao comércio realizado na área da feira propriamente dita. Eram movimentados muitos outros espaços, como as pensões, as pousadas, os hotéis, os bares etc. É válido atentarmos para o fato de que era exatamente em razão desse maior fluxo de pessoas circulando na cidade em dias de feira que a prática do meretrício se fazia presente de forma mais acentuada. Não podemos deixar de fora a questão de que a zona de prostituição tinha maior concentração nas adjacências do ambiente de comércio dos feirantes. E é exatamente por esse motivo que pessoas da elite local vão fazer uso dos jornais para empreender uma campanha que tinha como finalidade remover as prostitutas de áreas centrais da cidade. Na cartografia a seguir, podemos começar a apontar reflexões sobre essa questão:

Figura 2 – Cartografia da região central do Crato⁴.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A partir das mudanças urbanísticas, a classe dominante que era a maior interessada em higienizar o centro da cidade, iniciou uma espécie de “perseguição” para remover da parte central os bordéis. Para Schorske (1989, p. 34), “[...] a cidade, no formato em que a encontramos, passou por diversas transformações, cujas concepções perpassam desde o seu entendimento como cidade virtude, até a percepção de cidade vício.”.

⁴ Idealizado por: CARDOSO, Ravenna. Feito por: DANTAS, Leopoldina (2021).

Devemos ter em mente que com a dominação do sistema capitalista e conseqüentemente o aparecimento de cidades “modernizadas” e indústrias, o processo de urbanização se manifesta de forma acirrada e gera inúmeros conflitos sociais e de interesses: “[...] a história das cidades e o processo de urbanização são permeados de transformações econômicas as quais plasmam na produção do espaço [...]” (EGLER, 1998, p. 71).

No caso do Crato, a presença de mulheres prostitutas demandou um certo empenho, movimentando inclusive o poder judiciário, visto que as ações da promotoria pública eram direcionadas para esse tipo de espaço. Para auxiliarmos na compreensão dessas disputas, Elias e Scotson (2000, p. 22) apontam que,

O grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características ‘ruins’ de sua posição ‘pior’ – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se moldar em seu setor exemplar, mais ‘nômico’ ou normativo – na minoria de seus ‘melhores’ membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta o grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é ‘bom’ e que o outro é ‘ruim’.

A cartografia apresentada na figura 2, representando o centro da cidade, demarca alguns espaços que se fazem centrais para essas problemáticas. Um exemplo disso é que houve uma tentativa de realocar toda a atividade do meretrício para “o outro lado da linha férrea” com vistas a que o centro da cidade e os recursos ali disponíveis ficassem acessíveis para a classe dominante e sem a circulação de populares tidos como “desordeiros”.

Os estudantes e articulistas do jornal *Écos da Semana* manifestavam queixas a respeito da presença e da conduta das chamadas “meretrizes”, e que fazia coro com as publicações de outros jornais locais, como o *A Ação* e *O município*. Em um artigo intitulado *Onde Anda A Polícia?*, os jovens faziam um apelo para que os agentes da lei usassem o poder que detinham para preservar as famílias da cidade. A matéria relata que,

Esta é a nossa pergunta, no instante em que a **patifaria do baixo meretrício do Barro Vermelho toma proporções absurdas num ultraje direto á dignidade das famílias cratenses**. Dará a nossa polícia informe, da noitada genuinamente escandaloso de sábado, dia 15, onde expressões de cunho totalmente pornográfico, **rompiam as caladas da noite, penetrando de cheio nos Lares onde não predomina o sarcasmo crônica da ralé venérea dos lupanares?** (ÉCOS DA SEMANA, 1949, p. 1, grifo nosso).

Ao apelarem para as autoridades e evocarem os aspectos da dignidade das famílias, os enunciados aí acionados as colocam em campos opostos, os quais as autoridades funcionariam como mediador, protegendo a honra dessas pessoas contra a “conduta ultrajante da ralé do baixo meretrício”. Ao apelar para a intervenção policial notadamente denota uma prerrogativa de um espaço social que teria de ser protegido, um espaço habitado pelos estabelecidos que teriam direito a proteção e a reivindicar direitos.

É nesse ponto que podemos pensar em uma relação de estabelecidos e *outsiders*, pois ao criarem uma representação de oposição entre ordem e desordem, os grupos da “ordem” ou os “estabelecidos” que concentram poder, conseguem ter vantagens no processo de dominação e exclusão.

Destacamos também alguns pontos que se tornaram motivos de disputa, como as áreas próximas aos colégios católicos, as igrejas, as praças e serviços como os do cinema. Esses recursos, seguindo a lógica dos estabelecidos, eram para ser de uso das pessoas de “boa conduta”, da qual as mulheres prostitutas não faziam parte. Para os autores, “[...] um grupo de estabelecidos só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído [...]” (ELIAS; SCOTSON, p. 24).

Dessa forma, podemos analisar como o grupo solidamente estabelecido como a elite cratense, criou e fez circular no cotidiano citadino narrativas que demarcavam o lugar dos “bons” e dos “ruins”. Com forte apelo a questão da moralidade. Porém, como alerta-nos Secco e Ferreira (2016, p. 78), [...] as várias formas de sujeição não apagam a “econômica”. Somam-se a ela.

Levando em conta que os maiores alvos foram as mulheres prostitutas e os comunistas podemos pensar além da questão moral, pois eram grupos economicamente desfavorecidos, ao menos no que tange às mulheres. Quanto aos comunistas, também podemos encarar facilmente no aspecto econômico de proteção a propriedade da qual esse grupo poderia ser uma ameaça. Esses aparentemente eram os maiores inimigos a se combater.

3 “O PLANO INTERNACIONAL DO COMUNISMO PROMOVE A DISSOLUÇÃO DOS COSTUMES”: a criação dos inimigos da sociedade cratense na imprensa

De caráter extremamente conservador, os periódicos que circularam na cidade do Crato nos idos de 1940 e 1950, discutiam os assuntos que para eles eram entendidos como elementar para a conservação das “tradições”, sobretudo para a religião. Conforme Sobierai (2016, p. 9),

A Igreja Católica se constituiu como um forte combatente ao comunismo, já que as ideias ligadas ao marxismo eram condenadas pela Igreja porque alteravam profundamente os costumes cristãos. Ideias como o divórcio, aborto e desvinculação do Estado à Igreja resultaram em ações incisivas por parte da Igreja com o objetivo de combater a disseminação do comunismo entre seus fiéis.

Podemos identificar os grupos que para eles, eram tidos como inimigos dos costumes, as práticas que poderiam levar a desordem social. Nessa esteira são mais frequentes a sexualidade das mulheres, sendo apresentado uma dicotomia, o modelo de mulher “sadio” e a

“depravada”. Bem como a questão “ideológica” que concentrava suas críticas se sustentando com um discurso anticomunista.

Era denunciado como sendo inimigos que agiam contra a propriedade e contra os costumes. Os setores mais conservadores da sociedade cratense tentavam a todo custo, por meio da imprensa se “resguardar” contra o comunismo e prostituição. Encontramos por exemplo matérias em que citavam os dois inimigos acima citados como agindo em conjunto. Eles chamavam atenção para que,

O simples fato de **rameiras e vadias se nivelarem nas cadeiras do cinema com nossas honradas famílias** já denuncia o zelo dos empresários cinematográficos locais pela moral familiar. Bem como a insensibilidade moral de quantos se acomodam a esse desditoso conluio. [...] O cinema em vez de ser entre nós uma escola superior de formação social, nunca dissociada da moral, passa a ser uma escola de perversão. Aliás, a cinematografia que importamos e com que brindamos o nosso público está inteiramente **calcada no plano de bolchevisação do mundo**. [...] **O plano internacional do comunismo promove a dissolução dos costumes para, arrancando ao povo os seus melhores sentimentos, degradá-lo até a escravidão.** (A AÇÃO, 1948, p. 4, grifo nosso).

Essa matéria foi escrita em uma coluna fixa do jornal, intitulada *Alfinetadas*, essa coluna era direcionada às críticas sociais, e era escrita pelo Padre Pedro Rocha de Oliveira. Notadamente, o incômodo com a presença das “rameiras e vadias” frequentando os mesmos espaços que as famílias honradas sempre estava presente na sua coluna. Porém, esse também começa a fazer uma crítica à indústria cinematográfica. Para o clero esse domínio do “bolchevismo” iria tornar a humanidade escrava do Estado. Tendo em vista que dentro do que eles entendiam como sendo comunismo esse tinha como objetivo uma organização social e econômica baseada na propriedade coletiva ao invés da propriedade privada. Além desse aspecto mais voltado para o econômico havia a preocupação com os costumes.

As forças religiosas pretendiam mostrar que, ao contrário das promessas de igualdade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o regime bolchevista ofereceria, no plano concreto, miséria, exploração, destruição dos laços familiares, degradação da mulher e ‘devassidão’. (PEREIRA, 2010, p. 57).

Essa crença na destruição dos laços familiares e na “devassidão” feminina se fazem notar na matéria do jornal. A insatisfação do Padre além da presença dessas mulheres no cinema era com o filme que estava sendo exibido, chamado de “GILDA”. Para ele, o filme era corrosivo moralmente. É nítida insatisfação atribuindo isso a um plano de que ele chama de “bolchevisação” e “comunismo”, alertando para que teriam um propósito de dissolução dos costumes. O anticomunismo nos periódicos católicos se fez presente no Brasil desde o começo do século XX. Sobretudo após 1917. Sobre essa questão Rodeghero (2003, p. 45) nos diz que,

No final do século XIX e início do XX a Igreja Católica patrocinou uma intensa campanha anticomunista, haja vista que essa instituição se posicionava contrária aos projetos do mundo moderno, incluindo o comunismo porque este auxiliava o processo de laicização dos Estados e a secularização das sociedades ocidentais.

Obviamente a existência de ideias que vão contra o que é pregado pela igreja é visto como ameaça. O medo de perder poderio fez com quem a imprensa católica – e não apenas ela – construísse uma imagem do comunismo e dos comunistas como inimigo da sociedade e que precisava ser combatido. A imagem que segue é da Igreja da Sé, a matriz da cidade.

Figura 3 – Catedral de Nossa senhora da Penha na cidade do Crato.



Fonte: Acervo DHDPG. Cúria Diocesana (1948).

A imagem acima é o registro de uma celebração religiosa na Igreja de Nossa senhora da Penha. Na faixa, estendida atrás do altar estava escrito a frase “*não queremos o comunismo*”. Levando em conta o fato de essa ser a principal paróquia da cidade isso nos é útil para que possamos pensar no empenho da diocese em fazer a população de Crato acreditar que isso seria um inimigo ofensivo. Se atentarmos para o fato de que o catolicismo exercia forte influência sob as pessoas, uma manifestação pública dessas poderia inculcar diversas ideias e imagens deturpadas do que seria o comunismo. Isso em conjunto com a grande circulação de matérias que chamavam atenção para o suposto risco, criava um certo temor sobre o que estariam tentando combater.

Em um texto do jornal *O município*, um artigo escrito pelo agricultor José Pedralino, cujo título era *Vendo e Sentindo*, ele manifestava sua insatisfação e preocupação dizendo que:

Fico cada vez mais convencido que o Brasil vai atravessando uma das quadras mais perigosas de sua História. [...] **O comunismo ateu, bárbaro e perverso, como um cancro mortífero, vai corroendo e degenerando o organismo da Pátria.** [...] Por toda parte ele se manifesta, patentemente nos falados comícios Pro Paz com seus acervos de injurias e desrespeitos as autoridades constituídas. [...] A cada passo nos deparamos com **indivíduos que, apesar de não confessarem abertamente comunistas, no entanto demonstram que os são pelas suas atitudes, já elogiando o regime bolchevista,** já lançando os maiores impropérios contra nosso governo. (O MUNICÍPIO, 1949, p. 6, grifo nosso).

A preocupação manifestada no texto é fundamentada em aspectos que colocam sempre o comunismo como algo que leva consigo inúmeras adjetivações entendidas como negativas.

As palavras de ordem que os anticomunistas usam para escrever sobre o assunto são sempre as que lhe atribuem negatividade. Ao relatar que os indivíduos não “confessam” ser comunistas, mas agir como se fossem, denota fator de incomodo e medo, obviamente. Durante muitas edições dos periódicos aqui mencionados esse assunto foi constante. Por isso optamos por demonstrar e problematizar, a partir da análise desses jornais quem eram construídos como inimigos do clero e possivelmente se espalhando como sendo potencial inimigo da população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, as dinâmicas sociais carregam consigo inúmeras tensões. As relações sociais em todos os níveis são permeadas de conflitos, as instituições mais tradicionais das sociedades sempre construíram inimigos a ser combatido, assim como também evocam sua missão para o bem de todos e a garantia dos direitos.

Partindo disso, podemos crer que a tentativa de controle da sexualidade feminina é apenas uma das faces do capitalismo e do patriarcado, ambas se alimentam de estruturas opressoras. De forma similar podemos enxergar também a questão de classe. É possível perceber, por meio da análise histórica, que a prostituição é um fenômeno que encontra raiz na sociedade de classes. Assim como em períodos que antecedem o capitalismo a prostituição se configurava como alternativa de sobrevivência para muitas mulheres.

As narrativas que visam frear perigo à propriedade privada, por exemplo, despertam nas instituições mais tradicionais um certo receio, e é exatamente com vistas a preservar o *status quo* tanto da relação de classes como da dominação masculina que emanam práticas de controle e de proteção contra os supostos “inimigos da ordem”. Por esse motivo, problematizar aspectos sociais e econômicos se mostram elementares para o entendimento e mudanças nas e das relações humanas.

REFERÊNCIAS

A AÇÃO. [S. l.: s. n.], 25, abr. 1948.

A AÇÃO. [S. l.: s. n.], 27, abr. 1941.

ANDRADE, Iarê Lucas de. **Da linha do trem pra lá: o discurso sobre a prostituição na cidade de Crato (1940/1960)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BAUTZ, Diego Kauê. Prostituição, propriedade e legalidade: uma análise do conto leão-de-chácara, de João Antônio. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 27, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/palimpsesto.2018.38372>. Disponível:

<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/viewFile/38372/27031>. Acesso em: 5 de out de 2021.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. London: Mac Gibbon and Kee, 1972.

CORTEZ, Ana Isabel R. Parente. **Memórias descarrilhadas: o trem na cidade do Crato**. 2008. 245 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2845#:~:text=Resumo%3A,enredos%20para%20fora%20dos%20trilhos>. Acesso em: 2 out. 2022.

CORTEZ, Antônia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://cariridasantigas.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Otonite.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

DIAS, Carlos Rafael. Representações e identidades do Cariri Cearense. *In*: MENESES, Sônia (org.). **Cariri, Cariris: outros olhares sobre um lugar (in)comum**. Recife: Imprima, 2016.

ÉCOS DA SEMANA. [*S. l.: s. n.*], 23 jan. 1949.

EGLER, Tamara Tânia Cohen. Ciberespaço: novas formas de interação social. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 1998. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44231/33780>. Acesso em: 2 out. 2022.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FIGUEIREDO FILHO, José. **Cidade do Crato**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

GUEDES, Mardônio. Pelas ruas e pensões: o meretrício em Fortaleza (1930-1940). *In*: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (org.). **Fortaleza: História e Cotidiano: Fundação Demócrito Rocha**, 2002.

MENEZES, José Pinheiro B de. Notas colhidas e observações feitas por um amigo da terra em setembro de 1915. Município do Crato. **Rev. do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 32, 1918. Trimensal. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1918/1918-MunicipiodoCrato.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

O MUNICÍPIO. [*S. l.: s. n.*], 23 out. 1949.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. **“Guardai-vos dos falsos profetas”**: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2010. Disponível em:

<https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/marcoantoniomachado.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade (1890-1930)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: UPF, 2003.

SCHORSKE, Carl, E. A cidade segundo o pensamento europeu - de Voltaire a Splengler. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano 9, n. 27, p. 47-57, 1989.

SECCO, Lincon; FERREIRA, Fernando Sarti. Ciclos econômicos e conflitos sociais. **Revista de Economia Política e História Econômica**, n. 36, p. 61-78, ago. 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1TTCWFs-_hshhyLuk5sYL0olnJyGN7b3I/view. Acesso em: 2 out. 2022.

SOBIERAI, Daniela. **O Anticomunismo Católico e suas representações no jornal Correio Riograndense no ano de 1945**. 2016. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1537/1/SOBIERAI.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

CAPÍTULO 6

“GUIADOS PELA FÉ”: o turismo religioso como opção de desenvolvimento econômico em Santana do Cariri/CE

Tatiana Olegário da Silva

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Santana do Cariri está localizada na região Sul do Ceará e atrai inúmeros visitantes durante o ano, por conta de seus belos pontos turísticos, tais como o *Pontal da Santa Cruz*, um dos mais importantes pontos da localidade, sendo considerado por parte da população um “belíssimo” patrimônio natural do município; o *Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens*, reconhecido como patrimônio cultural desta cidade; e a *Euroville Medieval*, propriedade particular com obras arquitetônicas europeias.

Entretanto, desde o ano de 2004, a devoção religiosa local tem ganhado bastante visibilidade e atualmente, para além da visitação aos pontos turísticos, a cidade tem atraído milhares de pessoas de diversos locais do país que vêm para venerar a “heroína da castidade”, Benigna Cardoso da Silva, tema desta proposta de trabalho.

Benigna Cardoso da Silva, nasceu na cidade de Santana do Cariri e ficou órfã de pai e mãe muito cedo, sendo adotada pelas irmãs Maria Rosa Sisnando Leite e Honorina Sisnando. Ao ser adotada, Benigna foi morar com sua família no Sítio Oiti dos Cirineus, zona Rural da cidade e hoje, considerado bairro Inhumas.

Durante a adolescência, a jovem começou sofrer assédio por parte de seu colega de classe, Raul Alves Ribeiro. Então, em um certo dia, ao fazer as atividades corriqueiras na época, pegar água de um poço para levar para sua casa, Raul abordou Benigna querendo ter relações sexuais. Ela não aceitou, foi estuprada e assassinada, após dizer que iria contar o ocorrido para suas tias. Esse fato ocorreu no dia 24 de outubro de 1941, Benigna tinha recém completados treze anos e Raul dezessete anos de idade.

O fato causou comoção na cidade e regiões circunvizinhas e a jovem, a partir de então, tornou-se para as pessoas sinônimo de fé e esperança em dias melhores, ganhando o título de *santinha* e *heroína da castidade*, pois o padre da época, Cristiano Coelho, escreveu essas palavras no livro de batismo.

Com o passar dos anos, as pessoas começaram a pedir bênçãos a Benigna. No entanto, de 1941 até 2004, a devoção era restrita à localidade, poucas pessoas de outros estados conheciam a história e boa parte das graças alcançadas ocorriam com devotos do próprio lugar.

Entretanto, através de uma graça alcançada pelo devoto Ary Gomes, no ano de 2004 iniciou-se a primeira romaria à Benigna e, desde então, o número de devotos aumentou a cada ano.

Diante disso, percebemos que a Igreja Católica e o poder público local começaram a incentivar a devoção apenas a partir do ano de 2004, uma vez que se teve consciência que, de fato, as romarias poderiam atrair o turismo religiosos e possibilitar maior visibilidade e lucro para a cidade. Assim, houve um grande incentivo a essa devoção e, com o passar dos anos, essa história vem alcançando grande repercussão. Como consequência, em 2019, o Papa Francisco autorizou a beatificação de Benigna, sendo esta considerada a primeira beata do Ceará e tornando-se conhecida não apenas no estado, mas em todo o país.

Perante o exposto a questão que se coloca é, de que maneira os comerciantes da cidade de Santana do Cariri se preparam para receber o fluxo de romeiros que tende a aumentar a cada ano por conta da devoção à Benigna? Como essas romarias influenciam no comércio e economia local? Levando em conta que essa ainda é uma devoção recente e que a presente pesquisa está em curso, resultando em parte dos debates que serão abordados na dissertação de mestrado, não buscamos resultados concretos, mas projeções, considerando os movimentos breves como influenciador da economia.

Buscamos abordar também a importância do turismo religioso como uma opção de desenvolvimento econômico para a cidade de Santana do Cariri, observando algumas mudanças e impactos na própria geografia da cidade, uma vez que ao longo dos anos, a medida que a devoção aumenta a cidade muda de configurações com símbolos, monumentos que representam Benigna, adaptando-se assim, os interesses dos devotos que visitam.

Destarte, a fim de compreendermos se houve mudanças na economia local desde o início das romarias aos dias atuais, buscamos trabalhar com amostras, uma vez que concordamos com Cardoso (1987, p. 335), ao destacar que “[...] razões de custos e de tempo nos impedem de estudar todos os casos, forçando-nos a nos contentarmos com o exame de uma parte, apenas, através daquilo que as estatísticas denominam de amostragem [...]”. Por tais razões, tornou-se inviável uma pesquisa extremamente densa, em vista disso, achamos pertinente a partir de uma determinada fonte composta de formulários, montar o perfil de como os comerciantes locais enxergam a romaria, se preparam para elas e como que a peregrinação influencia na economia desses comerciantes.

Desta maneira, utilizamos como fontes de informações, as respostas de *vinte e um* comerciantes, adquiridas através da plataforma de questionários *google forms*. Tais retornos foram analisados por meio do método de análise descritiva, onde buscamos observar as projeções que esses vendedores dispõem com relação às romarias, assim como verificar a

maneira que estas peregrinações influenciam nos comércios, no que se refere a maior porcentagem de vendas, estoques de produtos em dias que antecedem a romaria, se estes comerciantes se preparam para a quantidade de pessoas que chegam em Santana no dia 24 de outubro. Esses questionamentos nos permitem perceber como os comerciantes estão se preparando para o fluxo de pessoas que visitam a localidade, sobretudo depois que as restrições da pandemia do coronavírus diminuíram e após a celebração oficial de beatificação, momento em que espera-se um maior fluxo de romeiros e também maior visibilidade para a cidade.

Dessa forma, dividimos esse trabalho em duas partes, a primeira, intitulada *Contexto histórico em que essa devoção está inserida e a relevância das romarias para a cidade*. Buscamos contextualizar a devoção, o local em que esta insere-se, destacando a importância do poder público de Santana do Cariri e da Igreja Católica nesse processo de divulgação das romarias, a fim de possibilitar o turismo religioso para Santana do Cariri.

Na segunda parte intitulada *A percepção dos comerciantes perante a romaria à Benigna e a influência do poder público local*, buscamos analisar de maneira descritiva os dados obtidos através da plataforma de questionários *google forms*, observando como os comerciantes entendem a romaria e de que maneira eles se preparam para isso. Também fazemos uma analogia com o centro comercial de Juazeiro Norte, cidade localizada próximo a Santana do Cariri e que tem como base econômica o turismo religioso por conta da devoção ao padre Cícero. Diante disso buscamos observar até que ponto os vendedores de Santana do Cariri percebem a cidade como potencial de turismo religioso e desenvolvimento econômico local, assim como a cidade vizinha, que por alguns momentos serve de espelho no que se refere as romarias e acolhida aos romeiros.

2 CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE A DEVOÇÃO ESTÁ INSERIDA E A RELEVÂNCIA DAS ROMARIAS PARA A CIDADE

O Cariri é marcado por uma forte devoção popular, e dentre inúmeras santas e santos “não oficiais”, uma das figuras mais marcantes é o padre Cícero Romão Batista, “[...] considerado um dos maiores e mais conhecidos santos de devoção popular no Brasil, sobretudo no Nordeste [...]” (GOMES, 2013, p. 37). Padre Cícero atrai centenas de romeiros durante o ano e movimenta a economia da cidade. Desta maneira, nota-se que a religião tem uma enorme influência na região e, no que tange a circulação de capital, o turismo religioso possibilita a produção de empregos e desenvolvimento local.

É partindo desse pressuposto e observando esse contexto social, que questionamos a importância da romaria à Benigna para a cidade de Santana, uma vez que esta, apesar de ser ainda recente, tem algumas semelhanças em sua constituição com as romarias de Juazeiro do Norte. De início, é importante levarmos em conta a ordem cronológica em que os acontecimentos vão decorrendo, e os principais nomes propulsores dessa devoção.

Desde a primeira missa e romaria em 2004, a devoção era incentivada sobretudo pelos idealizadores, Sandro Cidrão e Ary Gomes. Deste modo, nos primeiros cinco anos que sucedem a primeira romaria, constata-se que frequentavam cerca de 2 mil pessoas (CIDRÃO, 2014). Entretanto, após a chegada do pároco Paulo Lemos em 2011, que também já era padre na cidade de Juazeiro do Norte, portanto, tinha uma certa experiência com os devotos e o turismo religioso que fazem parte do cotidiano juazeirense, as romarias de Benigna ganharam maior força e a história dela também obteve maior visibilidade.

Com isso, esse fenômeno religioso vem atraindo milhares de fiéis todos os anos em 24 de outubro, considerando que a religião muitas vezes materializa-se através de objetos, os devotos concretizam o que sentem através de terços, blusas, imagens de Benigna, quadros, artefatos que representam o sagrado. Esse processo impacta diretamente na economia local, uma vez que se levarmos em conta o ano de 2019, no qual foi constatado cerca de 45 mil pessoas na romaria, observamos que essas pessoas não vêm apenas por curiosidade, pagar suas promessas e voltar. Elas consomem na cidade, levam lembrancinhas para os conhecidos, fazem suas ofertas no dízimo da Igreja e realizam doações, seja em quantias de dinheiro ou em objetos:

Muitas pessoas chegam [...] movidas pela curiosidade e fazem um pedido ou promessa, estabelecendo um vínculo mediado por um compromisso de retorno ao lugar, estabelecendo, assim, um fluxo periódico de visitas que se estende aos membros da família e à comunidade onde moram [...] (OLIVEIRA, 2011, p. 260).

Na atualidade, as romarias movimentam milhares de pessoas nos principais pontos religiosos do mundo, porém, destacamos que não há movimentos apenas de pessoas, essas manifestações religiosas movimentam também a economia da cidade em que os eventos estão inseridos, visto que gera renda. Em Santana do Cariri não ocorre de maneira diferente.

Para além do fluxo religioso, o dia 24 de Outubro contribui para as vendas de várias mercadorias, como chapéus, roupas, comidas típicas, brinquedos infantis, favorecendo assim, os moradores e a economia da cidade. Concordamos com Barbosa (2007, p. 33 apud ARAUJO, 2009, p. 50) quando este escreve que “O romeiro se subtrai à sua vida privada quando chamado para caminhar e aparecer (dar as caras) no palco da vida pública da romaria. Age e movimenta, canta, reza, fala, compra e vende, troca gentilezas e estreita laços sociais [...]”. O devoto não frequenta a romaria apenas para pedir e agradecer. Ele vai socializar, fazer amizades, comprar

lembranças de seu santo de devoção para presentear os familiares. De certa forma, essa é uma maneira de registrar o momento vivido.

Por este motivo, notamos o crescente interesse do poder público e da Igreja ao se esforçarem para tornar mais visível a romaria, por ela envolver lucro e uma certa capitalização do evento religioso. Pois, para além do devoto ir visitar os espaços que remetem a vida e morte de Benigna, também aproveitam para conhecer a cidade e outros pontos turísticos locais. É percebendo isso que há um evidente incentivo para que ocorra uma programação diferenciada no dia 24 de Outubro, com missas, shows religiosos, testemunhos de milagres, de modo que o romeiro se sinta acolhido no local e fique durante todo o dia na cidade.

É importante lembrar que o turismo religioso não se limita somente àqueles turistas que estão em busca de penitência. O visitante que tiver interesse em conhecer novas culturas, novos significados, a materialidade cultural de um povo e o mistério envolvido na questão também está praticando a atividade turística religiosa, até porque o contato com os artefatos e as edificações de cunho religioso induz a uma reflexão particular e agrega novos conhecimentos ao indivíduo (JALUSKA; JUNQUEIRA, 2012, p. 342).

Neste sentido, as romarias à Benigna acontecem em um espaço que concentra grande número de devotos. Percebemos que esse evento religioso promove uma maior visibilidade para a cidade e gera lucro à medida que as pessoas conhecem a história e se identificam com esta, incentivam outros a participarem, aumentando gradativamente o fluxo de pessoas.

Ocasiona-se, assim, mesmo que acentuado em um único dia, o turismo religioso na localidade. Logo, entendemos por turismo religioso, “O conjunto de atividades com utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religiões [...]” (ANDRADE, 2000, p. 77). Esse turismo religioso pode ocorrer de forma individual ou coletiva, percebemos que tanto deslocam-se pessoas sozinhas de sua região como com seus familiares e até mesmo em caravanas, cujo intuito principal é vivenciar o sagrado.

Por conta desse aumento constante de romeiros, observamos durante a romaria à Benigna, episódios e ações que envolvem o sagrado e o profano e que estes dialogam-se perfeitamente. Como é o caso da promoção de shows religiosos, podemos encontrar também barracas vendendo roupas com estampas da foto de Benigna, potes de barro em miniaturas representando o que ela carregava no dia do martírio, assim como várias manifestações culturais da região, comidas típicas, dentre outros, deste modo:

[...] a romaria seria um tempo de estrutura para os habitantes locais; mas ao mesmo tempo acrescentamos que se trata, para os moradores, também de um tempo fora do comum, [extraordinário], em que muitos trabalham o máximo possível para aproveitar a maior oportunidade econômica do ano. Tal oportunidade é crucial para a renda anual

de alguns ou, no mínimo, o ponto alto para comerciantes e pequenos entre *preneurs* ganharem uma renda adicional fora do fluxo econômico interno normal. Ou seja, significa *trabalho e ganho*. Para os visitantes pode significar uma obrigação religiosa, um passeio saindo da normalidade, uma oportunidade de comunhão. [...] (REESINK, M.; REESINK, E., 2007, p. 214).

Isso posto, identificamos que há uma certa euforia dias antes da romaria, sobretudo por parte dos comerciantes que trabalham com imagens, artigos religiosos, pois são os artefatos que mais vendem. Com o passar dos anos observamos também o aumento do número de pessoas de outras cidades que vão para a romaria apenas vender seus objetos, mas a maioria desses vendedores são da cidade de Santana do Cariri e os artigos religiosos boa parte são vendidos para paróquia senhora Sant'Ana, que já se prepara para confeccionar esses artigos meses antes dos festejos iniciarem. Por esta razão optamos por trabalhar com o conceito de conjuntura:

Entendemos como conjuntura, antes de tudo, movimento: elevações e queda da produção, flutuações no volume dos intercâmbios, oscilações de preços. Assim, pois, as mudanças, os movimentos dos componentes essenciais da vida econômica são aludidas por esta noção de conjuntura. Em outro sentido, a palavra também é empregada para designar o ramo da economia que se dedica ao estudo e a previsão das flutuações chamadas, justamente, de conjunturas ou cíclicas [...] (CARDOSO, 1987, p. 261).

Perceber essa conjuntura no que concerne a análise das mudanças econômicas nos dias destinados a romaria à Benigna, nos possibilita entender que a economia referente aos dias da peregrinação não é estável. Por ser uma devoção relativamente nova, não conseguimos de fato obter uma resposta assertiva no que diz respeito às mudanças efetivas. Por este motivo, abordamos as flutuações, as oscilações, que acarretam as vendas destinadas unicamente ao dia 24 de Outubro, mas que provocam mudanças significativas na vida dos vendedores e ambulantes da região, uma vez que há maior produção de artigos religioso sobretudo nessa determinada época.

Em um dos questionamentos nos quais os comerciantes responderam se eles se preparam para os meses de romarias, apenas 13,6% afirmaram que não, enquanto 86,4% dos comerciantes responderam que fazem essa preparação para a romaria, visto que a procura aumenta nesses dias, e volta a normalizar as vendas ou torna-se estável durante os outros meses do ano. Notamos a partir disso que essa atividade econômica voltada para a romaria à Benigna faz com que a economia gire em um fluxo circular, dependendo assim das relações “[...] cujas regularidades obedecem a fatores externos à economia (sazonalidades climáticas, por exemplo), a fatores ligados ao uso de tecnologia, às variações demográficas, à eficiência dos fatores produtivos, à oferta e demanda creditícia e à taxa de lucro.” (SOUZA, 2011, p. 53). Logo, tudo faz parte dos vínculos que se estabelecem para as vendas, ocorrendo assim oscilações ao longo do ano.

Outro fator que contribuiu com as vendas locais foi ter ocorrido a autorização da beatificação. Antes do processo de Beatificação ter começado, não podiam vender imagens, estátuas de Benigna, segundo exigências do Vaticano, visto que ela ainda não poderia ser venerada, pois “[...] Só é lícito venerar com culto público os servos de Deus, que foram incluídos pela autoridade da Igreja no álbum dos Santos ou Beatos.” (CÓDIGO..., p. 207). Logo, com o anúncio do Papa Francisco em 2019, no qual enfatizava que a mesma já poderia ser considerada beata, iniciou-se o processo de produção de imagens, quadros, além de ter acarretado um maior impulso no turismo religioso para a cidade com a chegada de mais fiéis e curiosos.

Percebemos que, de início, a prefeitura de Santana do Cariri não intervinha. Deixava a cargo dos devotos e da Igreja organizar as romarias, divulgar os momentos festivos, mas sem disponibilizar um suporte considerável, como organização para atender os devotos ou disponibilização de banheiros químicos em quantidades consideráveis, por exemplo. Porém, com o aumento de romeiros a cada ano e a crescente visibilidade da cidade enquanto um espaço que viesse proporcionar turismo religioso por ser a “terra de Benigna”, a prefeitura começou a dar mais importância à devoção e também às romarias. Assim, iniciaram-se projetos para deixar a cidade mais organizada para receber os romeiros de modo que atenda as expectativas destes.

Observamos também que, durante o ano de 2019, houve uma divulgação em massa no que concerne a história de Benigna, consideramos como um dos principais anos nos quais a Igreja e poder público estavam de fato empenhados em prol de uma causa. Neste intento, ocorreram duas exposições acerca da trajetória de Benigna, cujo intuito era narrar a história dela e chamar atenção para a cidade e os espaços sagrados presente na localidade.

A primeira exposição ocorreu entre os dias 01 e 12 de maio 2019, no Cariri Garden Shopping na cidade de Juazeiro do Norte, intitulada *Benigna, um lírio no sertão*. Enfatizamos que meses antes da exposição já havia vários *folders* e imagens de divulgação. A exposição estava prevista para alcançar um público de aproximadamente 15 mil pessoas, de acordo com alguns portais e sites da internet em que a exposição foi divulgada. Consideramos a partir da riqueza de detalhes com que a exposição foi organizada, que esse espaço representa um local de poder e concordamos com Souza (2012, p. 62) quando destaca que:

Na dimensão política, entendido o território mais uma vez como lugar de poder, há uma dupla possibilidade. Pode-se compreender o meio ambiente como a dotação de recurso sobre a qual o poder exercerá seu *pathos* ou razão de ser. Nesse sentido, a política é o ambiente no qual se relacionam as forças sociais movidas por interesses dos quais faz parte não apenas o território em si, com a sua denotação material, mas também seu significado imaterial, sua representação no imaginário coletivo.

Vale destacar que entendemos o território em sua definição geral, atribuindo significado imaterial e constituindo a partir da exposição um imaginário coletivo a respeito da história de vida e morte de Benigna. Assim sendo, a política ganha um destaque importante, pois é através desse ambiente que se usam de discursos para promover a cidade e a gestão que apoia a causa. Logo, percebemos que toda essa preocupação é movida por interesses, sobretudo de exercer esse poder de uma narrativa dominante e considerada verdadeira, difundida através do poder público e Igreja.

A segunda exposição, intitulada *Veredas da fé*, foi realizada na Universidade Regional do Cariri (URCA), entre os dias 23 e 27 de setembro de 2019. Essa exposição foi resultado de uma parceria entre a Pró-reitora de extensão (PROEX) da URCA e o GeoPark Araripe. Ela contou com alguns objetos do acervo do memorial de Benigna, localizado em Inhumas, não houve parceria com a paróquia da Cidade de Santana, entretanto, notamos que o intuito principal era atrair o público acadêmico, uma vez que haviam poucos trabalhos monográficos relacionados a Benigna.

Neste intento, essa parceria poder público/Igreja contribuiu para elaborações de projetos em instâncias estaduais, já que juntaram-se deputados do Ceará representando o governador, políticos da cidade de Santana do Cariri e o padre Paulo Lemos, para analisar espaços para a construção de um monumento em homenagem a Benigna. Busca-se, também, destinar uma área para um centro de romaria e uma praça de evento, cujos projetos estão em fase de elaboração, tendo o apoio não apenas do poder público e da população local, mas também da Paroquia da cidade e do Bispo.

Portanto, notamos que com os avanços no processo de beatificação e considerando que em pouco tempo a cerimônia oficial irá ocorrer, esse acontecimento vai possibilitar um maior fluxo de pessoas em Santana. Assim, tanto o poder público quanto a Igreja local estão se preparando para uma maior demanda de romeiros que virão visitar a cidade. Logo, o turismo religioso da localidade e os benefícios que a romaria pode trazer em questões não apenas religiosas, como também econômicas, são pautas de debates público constantemente. A partir disso, nossa questão trata-se de perceber como que os comerciantes locais entendem a influência dessa romaria no comércio local e como estes tem se preparado para essa demanda de pessoas? Questionamento este que será respondido a partir de dados explícitos em tópicos posteriores.

3 A PERCEPÇÃO DOS COMERCIANTES PERANTE A ROMARIA À BENIGNA E A INFLUÊNCIA DO PODER PÚBLICO LOCAL

Diante o exposto, considera-se pertinente observar não apenas a influência da Igreja e do poder público local, nessa preparação para a cerimônia oficial de beatificação e para o número de romeiros que tendem a visitar a cidade, após a flexibilização do distanciamento social. Mas é interessante compreendermos esse processo a partir dos próprios comerciantes e de diversos ramos que atuam na cidade de Santana do Cariri.

Partindo dessa inquietação, elaboramos um formulário com questões nas quais nos nortearão a um perfil a respeito de como essas pessoas enxergam a romaria enquanto potencial de desenvolvimento local, mas concordamos com Hobsbawm (2000, p. 133) ao afirmar que “[...] podemos e devemos utilizar as técnicas, modos de discussão e modelos da economia, mas não podemos nos confinar nos mesmos [...]”. Sendo assim, enfatizamos mais uma vez que fazemos projeções as quais não pretendemos obter respostas exatas, por ser uma romaria ainda recente e em processo de construção. Deste modo o gráfico mostra a porcentagem de acordo com a primeira pergunta respondida por eles.

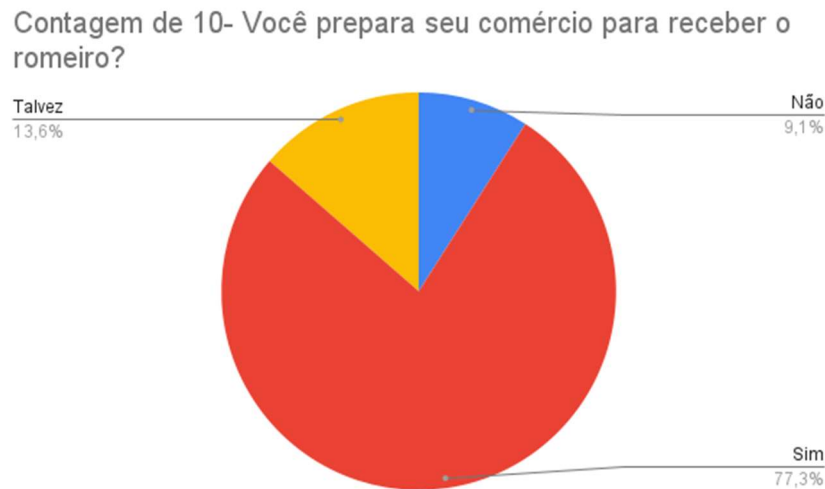
Gráfico 1 – Encontra alguma relação direta entre a romaria de Benigna e a economia local?



Fonte: elaborado pelo autor.

Como podemos observar, 72,7% dos comerciantes, o que corresponde a 16 das 22 pessoas que responderam, acreditam que existe sim, relação direta entre a romaria e economia local. Logo, o fato de boa parte acreditar que há essa relação nos fez questionar se os mesmos se preparam para os dias da romaria e como isso ocorre, uma vez que há expectativas e divulgações prévias do provável número de pessoas que irão participar. Diante disso, obtivemos tais resposta.

Gráfico 2- Você prepara seu comércio para receber o romeiro?



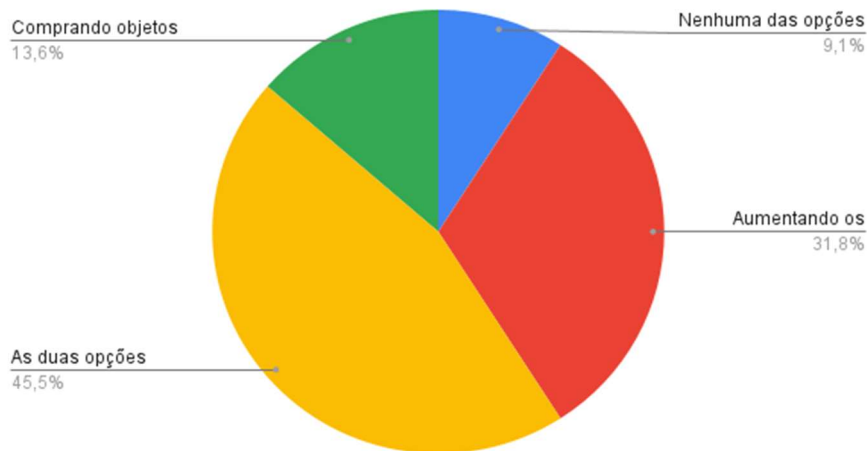
Fonte: Elaborado pelo autor.

Boa parte dos comerciantes preparam-se de várias maneiras para receber esses romeiros, como exemplo podemos destacar o fato destes ornamentarem seus comércios com símbolos que tenham relação com a história de Benigna. Outra maneira é a compra de uma maior quantidade de mercadorias, aumento de produção. Como é o caso das pessoas que confeccionam terços, fazem artesanatos com a imagem de Benigna e também pintam seus estabelecimentos com as cores do vestido que ela usava no dia do assassinato, vermelho com branco.

Há também um aumento significativo do número de comércios que têm o nome de Benigna, podemos encontrar *mercadinho Benigna*, *frutaria Benigna*, *borracharia Benigna*, dentre outras estratégias encontradas por estes para chamar atenção dos devotos para visitarem e consumirem em seus estabelecimentos. Como podemos observar através do gráfico a seguir, existe uma preparação prévia para atrair o romeiro, 31,8% dos comerciantes responderam que se prepara aumentando os produtos e 13,6% comprando objetos.

Gráfico 3 – De que forma você se prepara?¹

Contagem de 11- De que forma você se prepara?

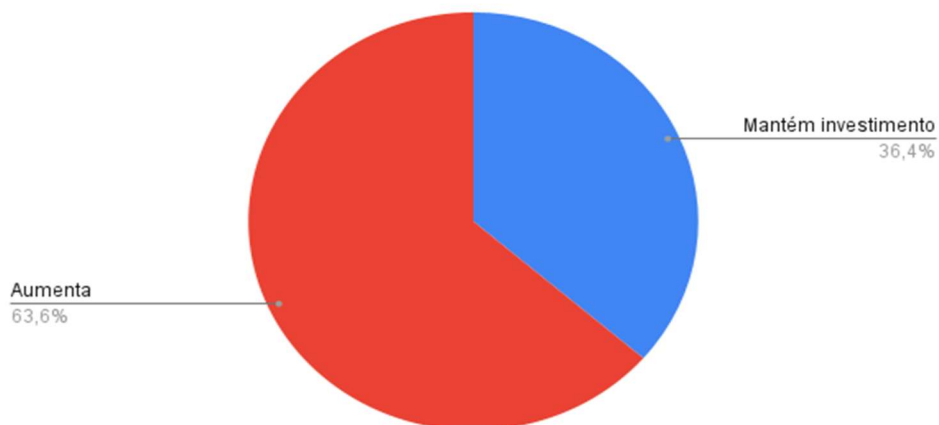


Fonte: Elaborado pelo autor.

Entretanto, diante o que já foi citado, ao serem indagados a respeito dos investimentos, percebemos que uma parcela ainda considerável opta por manter o investimento, o gráfico apresenta que:

Gráfico 4 – A cada ano você aumenta o investimento no mês de outubro ou mantém todos os anos os mesmos?

Contagem de 12- A cada ano você aumenta o investimento no mês de Outubro ou mantém todos os anos os mesmos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante disso, notamos que há investimentos, porém não são tão significativos, isso posto, consideramos alguns fatores que podem ter influência nisso. Primeiro, boa parte desses comerciantes são trabalhadores informais, seus comércios são pequenos, de acordo com dados

¹ Os questionamentos desse gráfico se referem a maneira como os comerciantes se preparam, onde foram apresentadas quatro opções: comprando objetos; aumentando os produtos que já possuem; as duas opções; nenhuma das opções.

do IBGE, em 2019, o salário médio mensal era de 1.7 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.2%², mais de 50% dos domicílios possuem rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa. Levando em conta esse contexto socioeconômico, o capital de giro geralmente não é suficiente para que se possa investir muito na romaria, uma vez que algumas pessoas tentam vender objetos como terços, salgados, para complementar sua renda, o que acaba prejudicando os investimentos futuros. Concordamos com Souza quando destaca que:

A variável estratégica na explicação do nível de atividade econômica, seja no período de um ano ou em uma série histórica, é o investimento. Aliado ao estoque existente de capital, o investimento amplia a capacidade econômica produtiva e permite o crescimento econômico de longo prazo, gerando, com suas oscilações, os ciclos econômicos. O investimento considerado como despesa é a fonte de prosperidade, e cada aumento dele melhora os negócios e estimula uma posterior elevação do investimento; por outro lado, em cada investimento consiste uma adição de capital, e desde logo compete com a geração mais velha desse equipamento [...] (SOUZA, 2011, p. 55).

Independente do ramo em que trabalham os comerciantes que responderam o formulário, aqueles que têm maior tendência a adicionar capital e investir de forma significativa no dia da romaria, são aqueles que se preparam com antecedência e dispõem de dinheiro para isso, sabendo que esse investimento a longo prazo pode trazer retornos econômicos e não uma despesa.

Contudo, essa é umas das problemáticas que observamos em Santana do Cariri, se analisarmos o crescente número de devotos que visitam a cidade, poderíamos supor que esta já deveria dispor de pousadas, fábricas de velas e artigos religiosos, esculturas produzidas pelos próprios santanenses, dentre outros investimentos que contribuem com a economia local. Entretanto falta essa visão empreendedora por parte de algumas pessoas que possuem capital e os que querem arriscar-se nesse meio não tem condições suficiente para ingressar em um ramo no qual o retorno é a longo prazo.

Mas, à medida que individualmente pouco se investe, no âmbito político e religioso são elaborados projetos e criados parcerias para que a cidade possa ter maior visibilidade. Como exemplo, podemos citar o *complexo Benigna*, um santuário que terá templo, jardins, estacionamento e monumento em homenagem à jovem. O intuito principal é justamente o de melhor atender o romeiro e logicamente conseguir financiamento para essas obras, a partir do governo estadual. Sendo assim, o local destinado para construção desse complexo foi o distrito

² Dados obtidos através do instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/santana-do-cariri/panorama>. Acesso em: 25 nov. 2021.

de Inhumas, espaço este em que Benigna residiu, foi assassinada e que também recebe o maior número de romeiro durante o ano.

Em Inhumas, podemos encontrar o túmulo no local onde a jovem foi estuprada e assassinada, o poço que ela pegou água pela última vez, onde os devotos também bebem dessa água acreditando ser curado de alguma enfermidade física ou espiritual, e pode-se encontrar o santuário, espaço destinado para orações e ofertas de ex-votos. Logo, optar por este espaço para construção do complexo não é em vão, existe uma logística por parte dos idealizadores do projeto, uma vez que podemos perceber esse bairro com uma certa carência econômica, esta é uma forma de amenizar a crise que existe na localidade pois,

As crises afetam de maneira distinta o território, é preciso considerar os elementos que constituem o ambiente econômico em si, e não apenas encarar a crise como um evento isolado do todo, nem entender-se o ambiente econômico como sistema estático, ou “equilibrado” no qual a crise se insere como elemento desagregador. Antes, é necessário conceber a crise- em suas múltiplas faces- como um elemento pertinente e até funcional do sistema econômico no qual ocorre. (SOUZA, 2012, p. 62).

Partindo disso, a crise que citamos, ocorrida no distrito, caracteriza-se por esta com múltiplas faces, onde existe uma grande quantidade de pessoas carentes comparando com o centro da cidade em que fica localizado o centro comercial.

Conseqüentemente, esse feito trará visibilidade para o bairro, uma vez que este é mais distante da cidade, fazendo com que fique mais atrativo e talvez possa até influenciar no deslocamento de pessoas para estabelecerem residência, já que “Os principais elementos motivadores na tomada de decisão de um contingente populacional de sair de um território e ir a outro são basicamente aqueles que figuram na base [...] saúde, segurança e riqueza [...]” (SOUZA, 2012, p. 66). Destacamos que não estamos nos referindo a um grande contingente populacional, de início, entretanto, o pensamento de Souza nos permite perceber que quanto mais o espaço for atrativo e possibilitar uma melhor condição de vida, mais pessoas estarão dispostas a deslocar-se sobretudo em tempos de instabilidade.

Essa ideia ganhou grande apoio popular sobretudo por parte dos moradores do referido bairro, isso explica-se por alguns motivos. Primeiramente porque a cidade em si concentra um grande número de devotos; segundo, pelo fato do complexo possibilitar maior visibilidade, levando em consideração o grande projeto que foi construído; e, em terceiro lugar, essa ideia ganha muitos adeptos pela cidade de Santana ser majoritariamente composta por católicos, como aponta nesse gráfico extraído o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma maioria esmagadora dos moradores dessa cidade considera-se católica. Sendo assim, parte do que envolve a devoção, santidade e processo de beatificação de Benigna ganha

apoio popular e obtém caráter sagrado. Com esse complexo turístico, não poderia ser diferente, um monumento de vinte metros de altura em homenagem à “santa”, com santuários e locais que remetem à jovem, sem dúvidas possibilitará aoromeiro vivenciar ainda mais sua fé através desse algo concreto.

Não podemos esquecer os valores que envolvem tudo isso. O investimento por parte do governo estadual é de 18 milhões de reais, sendo que este foi aprovado em 2021, anteriormente a isso, em 2019 a antiga gestão política havia assinado um convênio com a Caixa Econômica Federal no valor de 1 milhão de reais, para a construção de um minicentro de eventos e uma *Praça da menina Benigna* no bairro Inhumas, recurso este repassado para a secretaria do turismo, mas, por motivos que desconhecemos este projeto de 2019 não se efetivou.

Constatamos então que os políticos de Santana, tanto da atual gestão quanto da passada, perceberam que, de fato, o turismo religioso é um potencial econômico muito forte. Por este motivo, alguns buscam verbas públicas em nome de Benigna para se promover e ganhar visibilidade e outros de fato buscam melhorias para a cidade através do incentivo e investimento. Esse uso da imagem de Benigna como forma de circulação de capital e meio para conseguir dinheiro, não parte apenas das instâncias públicas, pois, muitas vezes o nome da “santa” é usado para bingos, festas, rifas como uma forma de conseguirem patrocínio e maior lucro. Desta forma, boa parte do que envolve economia local e circulação de capital em Santana do Cariri está associado à Benigna, desde pequenas ações como em grandes. O que nos faz perceber que essa devoção é um dos motores propulsores para circulação da economia local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o que foi apresentado neste capítulo, enfatizamos que dentre as perguntas elaboradas pelo *google forms*, nas quais foram respondidas pelos 22 comerciantes e que não foram colocadas em formas de gráfico ao longo da pesquisa, chegamos as seguintes conclusões: foi constatado que 77,3% dos comerciantes sentem impactos nas vendas durante o período das romarias e o fato de não haver romarias por conta da pandemia do novo coronavírus influenciou diretamente nas vendas destes, uma vez que 63% responderam que sim. Quanto a perceber o turismo religioso como potencial econômico, 86% das respostas afirmam que sim e 81% afirmam perceber mudanças econômica desde o início das romarias até os dias atuais.

No que concerne às imagens de Benigna, 63,6% afirmam ser mais fácil vender objetos que tenham imagem ou alguma relação com a santa, e 45,5% colocam imagens de Benigna em

seus estabelecimentos comerciais, por fim, 77% dos comerciantes afirmam que projetam maior expectativas de venda nos dias que antecedem a romaria.

Diante disso, podemos traçar esse perfil partindo do pressuposto que estes comerciantes têm noção do quanto a devoção à Benigna pode influenciar diretamente na economia local, mas alguns não tem capital suficiente para que possam investir de maneira mais eficaz. E, por mais que seja uma romaria recente e que concentra um maior número de pessoas em apenas um dia, esta influencia diretamente nas vendas, considerando que boa parte dos comerciantes se preparam para esse evento e projetam expectativas neste.

Sendo assim, concluímos que o que falta realmente para os comerciantes é capital para investimento com possibilidade de retorno a longo prazo e também uma atenção a mais para enxergar a romaria não como um evento que pode viabilizar lucro uma vez por ano, mas entender que a cidade em si possibilita o turismo religioso e a visitação de romeiros ao longo do ano e que esse número poderá duplicar ou triplicar após a cerimônia oficial de beatificação. Deste modo, a partir dessas respostas já mencionadas, constatamos que a romaria à Benigna está proporcionando maior visibilidade e crescimento para a cidade possibilitando o turismo religioso como potencial de desenvolvimento econômico efetivo em Santana do Cariri. Necessitando assim, apenas de investimento e incentivo para os pequenos comerciantes que tem essa visão possam crescer nos ramos em que atuam.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2000.

ARAUJO, Maria das Graças Ferreira de. **Pequenas romarias para pequenos santos: um estudo sociográfico sobre o dia de finados**. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencReligiao_AraujoMGF_1.pdf. Acesso em: 2 out. 2022.

CARDOSO, C; BRIGNOLI, H. **Os métodos na história**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

GOMES, Samuel Peixoto. **Importância dos eventos religiosos na economia de Juazeiro do Norte**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Turismo) – Centro de Ensino Superior do Ceará, Faculdade Cearense, Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/TUR/A%20IMPORTANCIA%20DOS%20EVENTOS%20RELIGIOSOS%20NA%20ECONOMIA%20DE.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

HOBBSAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

JALUSKA, T. Junqueira, S. A utilização dos espaços sagrados pelo turismo religioso e suas possibilidades como ferramenta auxiliar para o estabelecimento do diálogo entre as nações. **Turismo: Visão e Ação**, Camboriú, v. 14, n. 3, p. 337-348, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056075005>. Acesso em: 2 out. 2022.

OLIVEIRA, Sandra Célia Coelho G. da S. Serra de. **Romaria do Bom Jesus da lapa: prática do catolicismo popular. Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 21, n. 4/6, p. 249-268, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/1885/1183>. Acesso em: 2 out. 2022.

REESINK, Mísia Lins; REESINK, Edwin. Entre romeiros e turistas: a busca do turismo religioso como alternativa econômica em um município do sertão baiano. **Estudos de Sociologia. Rev. do Progr. De Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, [s. l.], v. 1, n. 13, p. 195-217, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/viewFile/235386/28377>. Acesso em: 2 out. 2022.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões. Notas comparativas sobre as ondas longas em Kondratiev, Braudel e Arrighi. *In: COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO*, 5., 2011, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: https://gpepsm.paginas.ufsc.br/files/2018/07/v_coloquio_ANAIS-2011.pdf. Acesso em: 3 out. 2022.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões. O lugar das crises: reflexões sobre o meio ambiente e população a partir da perspectiva territorial. *In: GUEDES, Gilvan Ramalho (coord.). Território, mobilidade populacional e ambiente*. Governador Valadares: Editora Univale, 2012.

CAPÍTULO 7

“MEU AVÔ LÁ NO CONGO FOI REI BANTU, MAS AQUI SOU REI DO MARACATU”: trajetórias dos escravizados no novo mundo e a relação com a cultura popular canavieira de Pernambuco

Welleson de Barros Ferreira

1 INTRODUÇÃO

O capítulo tem como foco analisar uma manifestação cultural denominada *Maracatu de Baque Solto*. Os primeiros pesquisadores que se debruçaram nessa mesma temática foram Guerra-Peixe e a norte-americana Ana Katarina Real que apontam que o maracatu surgiu em meados do século XVIII, a partir da miscigenação musical das culturas portuguesa, indígena e africana. Ela se originou da instituição dos Reis Negros, já conhecida nos países da França e Espanha, no século XV e, em Portugal, no século XVI. A dança é mais influente no município de Nazaré da Mata, situada na zona da mata norte de Pernambuco. O ritmo foi desenvolvido por agricultores e atualmente homenageia a luta dos trabalhadores rurais.

O capítulo insere-se no campo da história cultural. E, dentro do leque de possibilidades que a área nos oferece, optamos aqui por trabalhar o que se refere à História da Cultura Popular, difundida majoritariamente a partir da década de sessenta do Século XX. Esta debruça-se sobre as tradições da cultura popular e sua representação num dado período e lugar. Difere-se da história oficial, a qual privilegia os grandes feitos, as figuras de destaque social, e versa pelas classes menos privilegiadas e suas formas de expressão. Além de abrir possibilidade para diversos tipos de fontes e variadas possibilidades de tratamento.

Assim sendo, este capítulo discorre sobre um movimento de origem indígena com uma forte relação com os povos afros e de uma imensa importância para a cultura da Zona da Mata Norte pernambucana, o Maracatu de Baque Solto. Por certo, sempre houve um forte interesse no que tange às relações culturais nessa microrregião.

Nosso objeto de estudo são os trabalhadores(ras), que fazem a *brincadeira* do Maracatu de Baque Solto, encontrando um meio de resistência e conquista de novos espaços que, por muitas vezes, lhes foram excluídos, devido a labuta diária na palha da cana. Vislumbramos, assim, recuperar um pouco da história dessa manifestação cultural e da rica herança dos povos afro-indígenas.

Para este capítulo as noções de Roger Chartier, sobre “práticas e representações”, são bastante úteis já que através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos,

como os sujeitos produtores e receptores dessas manifestações, os processos que envolvem tanto a produção como a difusão cultural.

Porém, o meu campo de análise parte da perspectiva da história do tempo presente, que vai ligar-se com múltiplas temporalidades, pois ao debruçar-me na investigação, procurei compreender a forte relação que os trabalhadores(as) rurais da Zona da Mata canavieira de Pernambuco tem com o Maracatu Rural.

Quanto à questão, me proponho a compreender e analisar a relação dos trabalhadores e das trabalhadoras do corte da cana-de-açúcar, encontrada em todas as cidades da região da Mata Norte de Pernambuco: o Maracatu de Baque Solto tem uma íntima relação com essa microrregião. Constituído dentro das senzalas e perpassado por várias gerações, o Maracatu além de ser um rico movimento cultural, é, também, um forte canal de manifestação e lutas dos trabalhadores(as) rurais. Nessa perspectiva, me proponho a analisar e compreender esse processo de criação e resistência desse movimento tão circular na Região da Zona da Mata Norte, como também no Estado de Pernambuco.

A manifestação cultural do Maracatu de Baque Solto pode ser estudada por diversos prismas: religioso, étnico, lúdico e musical, sem abdicar a presença de nenhum deles, já que o real é fruto de inúmeras determinações e, sobretudo, por ter sido criado numa região onde as classes sociais são extremamente alicerçadas, apresentando um contexto de opressão das classes dominantes sobre as classes subalternas. Nesse contexto, através da expressão cultural os canavieiros expressam suas lutas, revoltas e conflitos. Acredita-se que não existe uma manifestação espontânea de cultura que represente melhor o espírito da Zona da Mata Norte do que os Maracatus de Baque Solto.

Há várias formas assumidas e vivenciadas pelas contradições entre capital/trabalho; e as manifestações da cultura popular não deixam de ser, também, uma ação coletiva de resistência. Não podemos esquecer de considerar que o Maracatu Rural, como manifestação cultural, surgiu no núcleo de uma sociedade de classes bem alicerçada no âmbito socioeconômica e trata-se, também, sobretudo, de uma expressão política, ideológica, uma forma de contestar a realidade opressora.

2 A CULTURA DA CANA DE AÇÚCAR NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

O processo de colonização do Brasil foi realizado através das políticas de capitânicas hereditárias, oriundo de Portugal, do século XIV. Medeiros (2002) esclarece que a implantação desse sistema no Brasil vinha atender aos interesses da burguesia comercial que consideravam

a colônia uma fonte de renda para a metrópole. Portugal pretendia ter seu fortalecimento através do comércio, explorando as colônias. Cabia ao Brasil produzir, segundo exigências do capitalismo comercial, garantindo lucro e renda para a coroa e a burguesia mercantil.

Inicialmente, Portugal não teve preocupação imediata de ocupar as terras recém-descobertas, a venda de Pau-Brasil era lucrativa, mas o comércio era muito arriscado e as trocas com o Oriente se apresentavam mais rentáveis. Com a ameaça francesa na costa brasileira, Portugal resolveu, em 1530, colonizar o país e, para isso, teve que buscar uma atividade que oferecia lucros e se adequasse às condições climáticas locais. A atividade canavieira se apresentou como a mais rentável, o produto era raro, valioso e muito procurado na Europa. Para o trabalho mais rígido dos engenhos foram trazidos negros da costa da África, sob regime de escravidão. Tudo isso se adequou muito bem ao explorador mercantilista português, produzindo o açúcar que era responsável pelo sustento das decadentes casas reais e da aristocracia europeia. Por intermediários de Cartas de Doação, os donatários recebiam grandes quantidades de terra. Estes posteriormente adquiriram, também, o direito de conceber as sesmarias.

A sociedade açucareira era, na verdade, muito elitista e concentradora de renda nas mãos de uma oligarquia que se autointitulava de ‘nobreza de terra’, formada por pessoas ligadas a algumas famílias entre si, em contraste com uma grande massa de escravos e de libertos, completamente expropriados de bens e um pequeno grupo intermediário. Esta oligarquia formou-se a partir da família do primeiro donatário e de sua mulher – Os Albuquerque – dos descendentes dos primeiros emigrantes que se associaram a esta família no século XVI e de novos migrantes, aqui chegados nos séculos XVIII e XI; geralmente enriquecidos no comércio e que conseguiram, através da compra de engenhos ou pelos laços de casamento, penetrar nesta sociedade fechada dos senhores de engenho. Ainda hoje a maior parte dos usineiros de Pernambuco descendem destes colonizadores; são famílias que estão ligadas entre si tanto e pelos interesses econômicos como por laços de parentesco. (ANDRADE, 1988, p. 13).

Os primeiros engenhos se situavam em localidades próximas à foz dos rios, portanto, na faixa litorânea que serviria para embarque do açúcar. Posteriormente, aqueles foram se adentrando mais para o leste. Andrade (1988) aponta a rapidez com que se implantou e proliferou a atividade canavieira no Estado. Em 1584 já existiam as capitanias com 66 engenhos. No período da conquista dos holandeses, 144 engenhos e, na segunda metade do século XIX, quando a implantação de engenhos centrais e de usinas eram em média 3.500.

Forma-se assim uma sociedade de estrutura rígida, com classes sociais bem definidas. No topo da pirâmide social, encontrava-se o senhor de engenho, com um poder político patriarcal. Em seguida, vinham os agregados, os padres, os empregados mais qualificados; entretanto, a grande maioria da população, durante três séculos, era formada por escravizados e indígenas, que trabalhavam supervisionados por brancos empobrecidos.

Com os avanços tecnológicos das primeiras décadas do século XX, os engenhos de cana de açúcar foram, pouco a pouco, substituídos pelas usinas. Com isso, mudaram-se a forma de

trabalho, utilizando, agora, máquinas a vapor; muitos desses trabalhadores(as) sofreram com essa readaptação, principalmente nos direitos trabalhistas. A historiado Sigaud (1977) aborda que nos anos 60, devido a várias mudanças políticas no Brasil, a representação dos(as) trabalhadores(as) rurais tivera um papel importantíssimo para agroindústria açucareira. Ela discorre sobre a noção e a categoria de direitos, através de meios dos quais esses trabalhadores(as) constituíram uma quebra da sua temporalidade, externa às suas condições de trabalho, que historicamente sofreram algumas mudanças; entretanto, ainda se reflete sobre as condições passadas.

3 QUANDO E COMO TERIA SURGIDO O MARACATU DE BAQUE SOLTO?

Ocasionalmente, o primeiro ponto há se investigar estão debruçados aos estudos, sobre as origens do Maracatu de Baque Solto, partindo da etimologia da palavra. Segundo Lima (2005, 2006, 2010), muitos pesquisadores da cultura popular no Estado de Pernambuco têm buscado *descobrir* as origens e os sentidos da palavra *Maracatu*. Na sua perspectiva é uma tentativa fracassada, não só a pesquisa etimológica, mas qualquer da origem, pois o maracatu encontra-se em constante movimento, jamais chegando em uma conclusão com aquilo que busca das origens (etimológica e históricas) alcançou (LIMA, 2010).

Os pesquisadores Gonçalves Fernandes, Arthur Ramos e Mario de Andrade, traz contribuições contundente nessa temática. O primeiro dedicou a estudar a palavra partindo de uma variação linguística do norte da Angola, *maracatucá*, que tem seu significado “*vamos debandar*”, termo esse utilizados pelos os escravizados no momento onde os *maracatus* eram reprimidos pelas forças oficiais (FERNANDES, 1937). O Arthur Ramos defende as buscas pelas suas origens e distinções partindo do pressuposto das “heranças africanas” como o meio de compreender a cultura brasileira, partindo de uma manifestação de maior representatividade na região Nordeste do Brasil a palavra *macaratumba*, que segundo ele tem origem bantu. Conforme diz o sufixo *tumba* é mais comum nos vocábulos grupo etnolinguístico africano (RAMOS, 1979, 1988).

Por último o folclorista Mario de Andrade apresenta uma perspectiva até então inédita que ampliou as discussões entre os folcloristas que pesquisam a temática, ao fazerem questionamentos a suposta origem africana do termo. Para Andrade (1982, p. 137), a palavra seria excepcionalmente ameríndia:

A gente é antes levado a interpretá-lo como voz americana porque ela assimila facilmente a fonemas guaranis. *Maracá* é o instrumento ameríndio, de percussão conhecidíssimo. *Catu* em tupi quer dizer, bom bonito [...] Mara indica T. Sampaio como sendo a ‘guerra, a confusão, a desordem, a revolução’. Donde *Marãcatu* e

posteriormente Maracátú por assimilação. Isto é: a guerra bonita, a briga bonita de enfeite, inovador o cortejo real festivo, mas guerreiro.

Por outro lado, no Estado de Pernambuco os documentos a respeito dos corações de soberanos do Congo e Angola apontam mais sobre a manifestação desde o ano de 1674. Logo esses indícios foram encontrados na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila de Santo Antônio no Recife.

Nessa perspectiva, o texto de Robin Blackburn intitulado *A construção do Escravismo no Novo Mundo (1492-1800)* traz questionamentos importantes para compreender processo da política de escravização do Novo Mundo e a contextualização histórica da cultura afro-brasileira através do mercado escravista.

Durante um bom tempo, a conjunção de escravidão, colonialismo e poder marítimo permitiu, aos estados europeus mais desenvolvidos, dirigir ao mercado mundial para seu próprio proveito. O chamado ‘milagre europeu’, dependia, na verdade, não só de controles das trocas intercontinentais como dos lucros da escravidão. Estes lucros também ajudaram a criar algumas condições para o monopólio industrial global. Os imensos ganhos obtidos baseavam-se nas oportunidades criadas pela transferência de trabalhadores forçados para a parte do globo que estava sob controle europeu, e situadas em condições favoráveis para fornecer produtos exóticos aos mercados europeus. Mas os monopólios decretados pelos capitais europeus teriam eficácia limitada se não contassem com o apoio de um exército de mercadores e fazendeiros independentes que demonstravam qualidades empreendedoras [...] (BLACKBURN, 2003, p. 19).

Nesse prisma que o historiador Blackburn nos traz vemos a relação do mercado escravocrata no contexto global; o autor problematiza os encadeamentos da política escravista e o monopólio econômico; agindo assim, os europeus tiveram lucros consideráveis.

No sudoeste da África e na África Central havia uma possibilidade um pouco maior de penetração territorial direta de Portugal. Os reinos africanos dessas regiões costumavam formar confederações em escala bastante ampla, com estruturas militares e comerciais mais fracas do que as encontradas na região de savanas da África Ocidental. Os portugueses haviam feito tratados vantajosos com os governantes do Congo, os Ngola de M'bandu e outros monarcas, engajando-os na caça aos escravos (BLACKBURN, 2003, p. 217).

Fazendo uma ponte com os maracatus podemos ver uma ligação com o texto do Blackburn e do Guerra-Peixe. O maracatu sempre esteve originariamente vinculado aos escravos procedentes da África, é veiculado que eles se constituíram de um desdobramento das Congadas, coração dos Reis do Congo, negros saudosos das suas terras. Eles sentiam necessidade de rememorar os seus antigos rituais, quando participavam da escolha de seus reis líderes. Era, também, uma forma de amenizar o sofrimento e a saudade de suas terras, onde tinham liberdade, cantavam e dançavam.

Nesse contexto podemos ver que muito da cultura pernambucana tem uma forte ligação com a cultura africana. Fazendo um elo com a história conectada, podemos ver a forte tradição ancestral que essa brincadeira traz – o pesquisador Guerra-Peixe no seu livro intitulado

Maracatus do Recife, retrata como esses escravizados se articulavam para manter a sua cultura viva.

Nos primeiros anos do século XIX Henry Koster assistiu a uma coroação real na Ilha de Itamaracá. Assim aborda o assunto ‘No mês de março tem um lugar a festa anual de Nossa Senhora do Rosário dirigida pelos negros, e é nessa época que elegem o rei do Congo, se a pessoa que exerce essa função faleceu durante o ano, resignou por qualquer motivo ou haja sido deposta pelos seus súditos’. Mais adiante: ‘O homem que desempenhava as funções de rei de Itamaracá (cada distrito possuía um rei) durante muitos anos, estava prestes a abdicar pela sua velhice e o novo chefe devia ser escolhido e a indicação recaiu sobre outro velho escravo da plantação de Amparo [...]’ (GUERRA-PEIXE, 1980, p. 14).

Por outro lado, os portugueses, na tentativa de organizá-los e submetê-los, utilizando-se de uma postura semelhante à dos franceses e espanhóis, forneciam apoio às iniciativas dos escravos nas coroações dos reis e rainhas negras, através das Irmandades do Rosário e São Benedito. Já que não podiam acabar com as manifestações dos escravos, tentavam colocá-las sob controle através de um ato religioso e político.

O encontro entre transformações históricas e o mito permeia a história dos maracatus-nação e rural, e não há algum tipo de respostas prontas ou pré-moldadas para essa relação. De maneira alguma é demais repassar, como já chamou a nossa atenção Sahlins (1994, p. 174), “[...] a transformação de uma cultura é também um modo de sua reprodução [...]”. Essa forte relação dos maracatus com os cultos afrodescendentes, seja o xangô ou a Jurema, é nodal ao definir que os grupos identitários da cultura afro e na sua legitimação, enquanto autenticamente popular, carrega a forte tradição das origens dos seus antepassados.

4 MARACATU RURAL E SUAS REPRESENTAÇÕES

“O maracatu de baque solto é uma brincadeira híbrida e complexa, cheia de influências e confluências. Saiu da senzala com sua tradição africana, mas também recebeu forte influência indígena, identificada pelo culto à Jurema e a presença do Índio Arreiamá. O baque solto também se caracteriza pelo ritmo, a música bruta, a presença do poeta que improvisa versos, os instrumentos (terno) que acompanham o poeta.” (AMORIM, 1987), aponta a jornalista e pesquisadora Maria Alice Amorim, estudiosa do tema desde 1987 e coordenadora do Dossiê de Baque Solto de candidatura do maracatu, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil conquistado em 2014. Na sua origem, o maracatu rural era uma brincadeira de caboclos de lança. Diversão de trabalhadores da palha da cana, que curvados sobre o chão do canavial, buscavam uma pausa da labuta diária.

Figura 1 – Apresentação dos Cortejos.



Fonte: Visite o Brasil (2000).

Nessa perspectiva, podemos compreender essa brincadeira a partir da concepção de Joseph Miller, o historiador se propõe a historicizar as discussões que altamente são colocadas nos termos polarizados de sobrevivência da(s) cultura(s) africana(s) – crioulização, segundo Miller. Percebe-se a maneira pelas quais os africanos no Novo Mundo se constituíram de um não-problematizado velho mundo, para resistir na igualdade não problematizada devido a brutalidade do processo de escravidão e conseqüentemente a exclusão imposta pelo racismo. Identificar traços e distinguir abstraídos dos escravizados e retificados da África na América, ou numa etnicidade olhada como um tipo de projeção humanizada de cultura, como principal aspecto das diversas maneiras pelas quais os africanos se identificaram, buscando medidas de respeito no ventre da degradação constituída pela escravidão.

Para Roger Chartier “práticas e representações” são bastante úteis, por que através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores dessas manifestações, os processos que envolvem tanto a produção como a difusão cultural.

Figura 1 – Reportagem do Diário de Pernambuco sobre o Maracatu de Baque Solto.



Fonte: Diário de Pernambuco (1996).

Nessa manifestação cultural os canavieiros expressam suas lutas, revoltas e conflitos de classes. Acredita-se que não existe uma manifestação da cultura que representa melhor o espírito da Zona da Mata Norte do que os maracatus rurais. Há uma variedade de formas assumidas e vivenciadas pelas contradições do capital/trabalho e as manifestações de cultura popular não deixam de ser, também, uma ação coletiva de resistência.

Como quer que se opte por definir uma ‘herança’ africana generalizada, compartilhada pelos escravos transportados para qualquer colônia do Novo Mundo, já indicamos nossas reservas quanto tratá-la como ‘uma cultura’. Concebemos a cultura como intimamente ligada às formas institucionais que a articulam [...] (MINTZ, 2003, p. 32).

Distingue-se do Maracatu Nação ou Maracatu de Baque Virado em organização, personagens e ritmo. O cortejo do Maracatu Rural diferencia-se dos outros maracatus por suas características musicais próprias e pela essência de sua origem refletida no sincretismo de seus personagens. A orquestra é formada por instrumentos de percussão e sopro. É formada por uma percussão que acompanha um cortejo, a instituição que compreendia um setor administrativo e outra, festivo, com teatro, música e dança. A parte falada foi sendo eliminada lentamente, resultando em música e dança próprias para homenagear a coroação do rei Congo.

Os Maracatus de Baque Virado sempre iniciam em ritmo compassado, que depois se acelera, embora jamais alcance um andamento muito rápido. Antes de se ouvir a corneta ou o clarim, que precedem o estandarte da Nação, é a zoadá do “baque” que anuncia, ao longe, a chegada do Maracatu.

Com isso, o Maracatu de Baque Solto ganhou grande notoriedade na Zona da Mata Norte e se expandindo para a capital, a partir de outro grande movimento cultural do Estado o

Manguebeat, com Chico Science e a Nação zumbi. Assim, representantes do Maracatu de Baque solto ganharam destaque no cenário cultural do Estado, como Mestre Salustiano, Mestre Barachinha, Mestra João Paulo, Siba, Maciel Salú e seu Luiz da Paixão. Foi a partir desse intercâmbio cultural, que esses homens e mulheres muitas vezes nas margens da nossa história conseguiram disseminar a sua cultura, a sua história de mais de cem anos em nosso Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi através dessa manifestação da cultura que esmiuçamos o mundo de um segmento bastante peculiar. As classes subalternas, partindo do pressuposto da vivência dos trabalhadores(as) rurais da Zona da Mata Norte pernambucana, mundo este constituído de valores, aspirações, contradições e conflitos que, na maior parte do tempo, não tem as devidas considerações pelos partidos políticos, movimentos sociais e projetos políticos profissionais.

Alicerçado no paradigma marxista-gramsciano, demonstrou-se que, para alcançar o cerne das classes subalternas, seus valores, suas crenças, tradições e *ethos*, tem que debruçar-se necessariamente nos estudos das culturas populares, porque, no decorrer desses estudos, mergulhamos no mundo onde milhares de seres anônimos, sofridos, oprimidos expressam suas leituras da realidade da qual é inserida.

O Estado expandiu-se e aplicou-se na sociedade civil através de suas redes privadas de hegemonia. Uma soberania de classe não se estende no ponto de vista econômico, mas também no ponto de vista ideológico. Nessa perspectiva, Gramsci nos traz ricas contribuições no campo da teoria política marxista, sem, no entanto, negá-la, e elaborando seus conhecimentos partindo do pressuposto da “teoria ampliada do Estado”. Desse modo, a sociedade civil vai paulatinamente ocupando os centros de lutas políticas nas sociedades modernas.

No início do século XIX, na abundante Região da Zona da Mata Norte de Pernambuco, constituiu-se uma forte política coronelista, autoritária, cerceamento da liberdade e violência. A disciplina constituída nos engenhos era repleta de castigos, punições e privações de divergências políticas e religiosas. Os primeiros sindicatos rurais estavam em fase embrionária, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, não adentrara ainda no meio rural. Os párocos detinham uma forte relação com os senhores de engenhos, através de trocas de favores e sobretudo apoio financeiro. Por outro lado, os padres celebravam missas e rezavam nas capelas dos engenhos. Desta maneira, os trabalhadores da palha da cana encontravam-se desamparados nos canaviais, desprovidos de bens e serviços essenciais, sem deter praticamente

nada de canais de participação que pudessem denunciar as suas reais condições, foi através dessas precárias condições.

Nesse contexto, os trabalhadores rurais dispunham da manifestação cultural, através do Maracatu de Baque Solto durante o período carnavalesco, já que é a maior festa popular e contemplava espaços privilegiados para que pudessem expressar os seus anseios. Historicamente, o carnaval era um período no qual se destacavam os conflitos sociais, em que ocorriam os ataques às classes opressoras, através das sátiras, dos insultos, das denúncias, das brigas e dos assassinatos. Identificou-se a profunda relação do carnaval com as lutas de classes, quando ocorriam uma série de rebeliões, massacres e revoltas camponesas.

Considera-se que o maracatu-rural era uma das primeiras manifestações culturais que se constituiu através dos descontentamentos e rebeldias dos canavieiros da Zona da Mata Norte de Pernambuco e não provém de uma ação individual, mas se constituiu de uma ação coletiva de resistências e uma das formas que se reveste à luta de classe na região. A autenticidade da coreografia e evoluções, a penúria da proteção espiritual e o porte das armas, a gigantesca lança, e o ritmo próprio e selvagem é o conteúdo de protesto através de versos, que expressa a real necessidade de os trabalhadores da cana de açúcar – lutar contra a opressão e as explorações. A figura mística e feroz, guerreira dos caboclos de lança, apresenta-nos a busca incessante da liberdade, independência, ameaçando e reagindo a que se contraria a ele. A partir dessa manifestação, foram criados vários espaços de luta e ações políticas e, através deles, interferiu-se no processo hegemônico.

Logo após o golpe constituído no Brasil, em 2016, iniciou-se uma série de desmonte de toda articulação de luta contra o preconceito e à intolerância religiosa no país. A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), constituída na medida provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, na Secretaria de Políticas da Igualdade Social, que nasceu dos reconhecimentos das lutas históricas do movimento da negritude do nosso país aos poucos foi se enfraquecendo.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO, Nogueira. **Em defesa da política**. São Paulo: Editora Senac, 2001. (Série livre pensar).

ANDRADE, Manoel Correia. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da UNESP.

ANDRADE, Manoel Correia de Oliveira. **A cana-de-açúcar na região da Mata Pernambucana: reestruturação produtiva da área canavieira de Pernambuco nas décadas de**

80 e 90: impacto ambiental socioeconômico e político. Recife: Editora Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

ANDRADE, Mário de. **A Calunga nos Maracatus**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988. (Estudos Afro-brasileiros).

ARAÚJO, E. M. **O folguedo popular como veículo de comunicação rural**: estudo de um grupo de cavalo-marinho. 1984. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 1984.

ASSIS, M. E. A. de. **Cruzeiro do Forte**: a brincadeira e o jogo de identidade em um maracatu rural. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando amigo de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: FELDMAN, Bela Bianco (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global Universitária, 1987.

BLOCO, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHAUÍ, M. de S. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 1. ed. São Paulo, 1980.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DÍEFEL, 1990.

GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUERRA-PEIXE, C. **Maracatus do Recife**. São Paulo: Irmão Vitale, 1980.

MARTINS, Carla Pires. **Cravo do canavial**: “Entre” o Maracatu Rural e a Mimesis Corpórea: a construção de uma dramaturgia cênica. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em artes cênicas) – Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12457>. Acesso em: 3 out. 2022.

MEDEIROS, Roseana Borges de. **Maracatu rural**: luta de classes ou espetáculo? (Um estudo das expressões de resistência, luta e passivização das classes subalternas). 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9771>. Acesso em: 3 out. 2022.

MELO, Daniel Luis Diogo de. **O Maracatu rural como forma de contestação**. 1997. 51 f. Trabalho de Conclusão de curso (Sociologia Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 1997.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

MILLER, Joseph. Restauração, reinvenção e recordação: Recuperando Identidades sob a Escravização na África e Face à Escravidão no Brasil. **Revista de História**, [s. l.], n. 164, p. 17-64, jan./jun. 2011.

- MINTZ, Sdney; PRICE, Ricard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas, UCAM, 2003.
- NASCIMENTO, M. C. M. **João, Manoel, Maciel Salustiano: três gerações de artistas populares e sua comunicação com o massivo na perspectiva da reconversão cultural**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2000.
- NEVEZ, Delma Passanha. **Os fornecedores de cana e o estado intervencionista**. Niterói: EDUFF, 1997.
- OLIVEIRA, S. A. Cultura popular e o maracatu rural: trilhando o caminho do espetáculo. **Revista de Cultura e Turismo**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 13, jan. 2011.
- ORTIZ, R. **A consciência fragmentada**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.
- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PUTTINI, R.F. **O conceito de cultura em Antônio Gramsci: desde as crônicas turinenses aos cadernos de cárcere**. 1997. 94 f. Dissertação (Mestrado de Língua e Literatura Italiana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DÍEFEL, 1990.
- RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- ROSA, Leandro Amorim; NAVARRO, Vera Lucia. Trabalho e trabalhadores dos canaviais: perfil dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto (SP). **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 143-160, 2014.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2005.
- SILVA, João Ribeiro da. **Maracatu de baque solto: experiência do sagrado**. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/348>. Acesso em: 3 out. 2022.
- SOUZA, Kelma F. B. de. O consumo do espetáculo: reflexões iniciais sobre parafolclóricos de maracatu-nação ou de baque-virado. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 1-9, jul. 2006. Disponível em: <http://www.digitalmundomiraira.com.br/Patrimonio/GruposParafolcloricosCeara/Diversificado/O%20consumo%20do%20Espetaculo%20-%20Kelma%20F.%20Beltrao.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.
- SHALINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.
- SIGAUD, Lygia. A idealização do passado numa área de plantation. **Contraponto**, v. 2, p. 115-126, 1977.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VASCONCELOS, Tamar Alessandra Thalez. **As subjetividades e feminilidades no Coração Nazareno: um estudo etnográfico em um Maracatu de Baque Solto Feminino de Nazaré da Mata**. 2016. Dissertação (Mestrado em antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CAPÍTULO 8

ENTRE O PEDIDO E O RECEBIDO: promessas e ex-votos na devoção a São José de Ribamar – MA¹

Karla Larissa da Silva de Jesus

1 INTRODUÇÃO

As religiões constituem um dos aspectos mais marcantes de um povo, uma vez que representam um conjunto de princípios que podem auxiliar homens e mulheres durante suas trajetórias de vida. A fé que alimenta, a contrição que norteia os comportamentos, e a esperança que anima o seguir em frente, estão presentes em todos, ainda que mais em uns e menos em outros, realidade que é facilmente constatada em grandes e pequenos testemunhos, a exemplo de santuários - espaços considerados sagrados - como Nossa Senhora Aparecida (SP), Bom Jesus da Lapa (BA), Juazeiro do Norte (CE) e destacadamente, no caso do Maranhão, o santuário de São José de Ribamar.

A necessidade de agradecer os milagres realizados por Deus, diretamente ou por meio de intermediários, que cumprem o papel de intercessores e protetores, é uma prática comum. Como observa Matos (2011), há santos para todas as necessidades e ocasiões, e os mais presentes são aqueles que, na crença popular, apresentam-se como “mais poderosos” ou mais eficientes, ou seja, que operam mais milagres e realizam mais graças que lhes são pedidas. Quase sempre, os mais venerados são os padroeiros das cidades, das profissões e aqueles que propiciam a cura de doenças, pois, muitas vezes, encontram no santo seu único recurso. Nesse sentido, Oliveira (1895, p. 3) salienta que “A concepção popular de santo é muito mais abrangente, pois inclui, além dos santos canonizados pela igreja, todas as denominações locais e titulares de Maria Santíssima, de Jesus, bem como os santos locais e familiares.”.

Para os católicos, os santos estão mais próximos de Deus, o que explica a crença em seu poder de mediação e intensificam o costume de pedir sua intercessão, fazer-lhes promessas e pedir-lhes bênçãos. Como explica Jurkevics (2004, p. 123), ser santo para a Igreja Católica “[...] significa ter atingido a perfeição cristã, o que garante ao santo um lugar de honra nos altares e um dia do ano para a veneração litúrgica, quando são lembrados durante as missas.”.

Os esforços empreendidos em romarias e peregrinações, as homenagens ao santo - realizadas através de festas, novenas, cultos em seu louvor, comunhão e confraternização entre

¹ Este artigo apresenta uma abordagem sobre o tema dos ex-votos a partir da pesquisa realizada na monografia *Em Louvor a São José: devoção e diversão na cidade de São José de Ribamar entre fins do século XIX e meados do XX*, e de análises que se estenderam até o presente momento.

os devotos -, as ofertas de donativos, “joias” e ex-votos² entregues em lugares sagrados são gestos simbólicos que o fiel desenvolve na sua relação com o divino como forma de agradecimento. As peregrinações e as romarias são práticas muito comuns no Brasil, desde os tempos da Colônia. Para o cumprimento dessa manifestação de devoção, até os dias de hoje, muitos romeiros deixam para trás as ocupações cotidianas, despendem muitos esforços físicos, ultrapassando mesmo seus limites, em busca de um “lugar sagrado”. Para eles, essa procura pelo santo faz com que se encontrem consigo e com Deus.

Para compreensão dessa devoção e pagamento de promessas atribuídas aos santos, adentramos, nesse caso específico, o ambiente festivo religioso de fiéis maranhenses que, tomados pela gratidão dos pedidos conquistados, comemoram uma das mais importantes devoções locais, a devoção a São José de Ribamar. A festa dedicada ao santo que deu origem ao nome da cidade acontece todos os anos no mês de setembro, marcada por demonstrações de agradecimentos pelos milagres recebidos e pela esperança de novos pedidos alcançados.

No que diz respeito à festa, pode-se levantar a hipótese de que a própria escolha do mês de setembro levou em consideração muitos aspectos, de forma a atender às necessidades da comunidade de devotos do santo, entendendo enquanto tal os que eram moradores da localidade e os que vinham de longe. Diante disso, é possível indicar que nesse local se reproduziu a prática de demarcar o período da festa em consonância com os ciclos do trabalho, que, por sua vez, estão diretamente relacionados com os ciclos da natureza, tal como acontecia na Europa até o limiar do século XIX (BURKE, 2010). Isto porque como bem mostra a história, desde os mais recuados tempos, parte das festas era organizada como forma de agradecimento aos deuses e, mais tarde, aos santos da Igreja católica, muitos dos quais apropriados do panteão considerado pagão pela dita Igreja, em agradecimento pela boa colheita e para pedir graças para as colheitas vindouras.

Analisar essas relações estabelecidas entre festa, devoção e pagamento de promessas perpassa, também, por uma abordagem acerca do conceito de lugar, uma vez faz-se necessário compreender o sentimento em relação ao lugar que é vivenciado e no qual são estabelecidas conexões, sejam afetivas, econômicas ou culturais. O autor Tuan (1983, p. 151) salienta que “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado [...]”. Ainda de acordo com o mencionado autor, “[...] muitos lugares, altamente significativos para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual [...]” (TUAN, 1983, p. 151). Nesse sentido,

² O conceito de ex-voto pode ser compreendido a partir da etimologia do termo. O significado em latim, seria uma concordância a uma “promessa” ou “extraído de uma promessa”, referente a “prometer algo a alguém”. Sendo que promessa é proveniente do latim *pro-missio* que significa “cumprir o prometido” (DUARTE, 2011).

a noção de lugar revela a ligação emocional que é criada e mantida por meio da edificação do lugar sagrado, por exemplo.

Como o pedir graças e milagres, em princípio, está permeado por um sentimento de fé, convém observar que “A fé é um modo de já possuir aquilo que se espera, é um meio de conhecer realidades que não se veem.” (Hb, 11, versículo 1). Essa máxima cultivada por muitos, é acrescida, muitas vezes, do argumento de que numa época de dificuldades pessoais ou coletivas a fé se manifesta como esperança em dias melhores. E, independentemente do rótulo religioso, a fé é entendida como um atributo que vem da alma ou do espírito, em conformidade com cada uma das muitas crenças.

Muitos fiéis ao terem graças ou milagres atendidos pelo santo de sua devoção, como forma de agradecimento oferecem objetos representando diferentes coisas e confeccionados com diferentes materiais. Em resumo, “O voto é a promessa feita ao santo, o ato anterior à graça, que uma vez alcançada é cumprida através da gratidão do prometido na oferta do ex-voto [...]” (GOÊS, 2009, p. 37). Em outros termos, essa prática reflete a crença e as atitudes de homens e mulheres diante das dificuldades e aflições da vida, além de evidenciar suas ambições, desejos e alegrias esperadas, sendo o ex-voto

[...] uma mensagem codificada, desenhada e pintada, transmitida por pessoas que em sua maioria não dispunham de outros meios de expressão para testemunhar suas crenças, receios e esperança. Confissão inconsciente ou extorquida mediante artificios, o ex-voto revela os elementos da psicologia do milagre e do sistema de atitudes diante do perigo, da doença e da morte (VOVELLE, 1989, p. 113).

Nesse sentido, os ex-votos são frutos do voto feito ao santo pelo fiel que, em momento de angústia, recorreu à tentativa de ser ouvido e ter o seu pedido por milagre atendido. Considerando o ex-voto uma imagem entre as muitas relacionadas às formas de devoção, ela é capaz de transmitir inúmeras informações que devem ser analisadas dentro do contexto social as quais se remetem. Para o historiador, a análise dos ex-votos apresenta dificuldades referentes ao não dito, uma vez que os ex-votos expostos nos *Salões de Graças* deixam silêncios que dão margem a múltiplas interpretações. De todo modo, oferecem pistas sobre as aflições que deram origem às promessas e a intervenção divina diante do fato, como é possível pensar diante da diversidade daqueles que se encontram depositados no espaço a eles destinados na igreja de São José de Ribamar (MA), objeto central desse artigo.

Em resumo, essa pesquisa teve como referência o trabalho realizado durante o processo monográfico (2018) e outras análises que se estenderam até o presente momento sobre a devoção a São José de Ribamar. Teve-se, nesse sentido, o intuito de olhar para os ex-votos, compreendendo o tempo, o espaço e o contexto em que foram criados, as formas de

representações, as motivações e os enfrentamentos gerados nos deslocamentos de fé, em busca por milagres e pagamento de promessas.

Nessa perspectiva, para pensar todo esse processo, é lícito entender ainda que além da noção de prática votiva, que contribui para entender as dimensões mencionadas, é importante considerar a discussão em torno do conceito de representação, desenvolvido por Chartier (1990), uma vez que ajuda a pensar como os ex-votos eram ou podem ser interpretados de maneiras diferentes por aqueles que fazem essa prática. A materialização do agradecimento pelas graças recebidas, bem como a sua exposição pública em locais sagrados, é apenas um dos momentos da prática votiva. Sua análise deve considerar também o voto feito pelo fiel, permeado pela crença no milagre, o que, de fato, atravessa toda essa prática.

2 DIFUSÃO E REPRESENTAÇÕES DOS EX-VOTOS

Ao percorrer santuários pelo Brasil e, de forma específica, o de São José de Ribamar (MA), os fiéis e romeiros se deparam com objetos endereçados ao santo de devoção. A festividade de São José de Ribamar, por exemplo, desde o seu início tem sido caracterizada pelo pagamento de promessas e pela entrega de oferendas³, em que tudo é válido por estar presente na festa desse santo padroeiro. De acordo com o que registra a história, desde o início era prática comum oferecer ao santo objetos em agradecimento a determinados benefícios realizados por ele.

Compreender os significados atribuídos aos ex-votos não é uma tarefa fácil, uma vez que cabe ao historiador o desafio de encontrar e entender os fios que o ligam a cenários mais abrangentes. Nesse sentido,

[...] o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais [...] (LEVI, 1992, p. 324).

Em relação ao olhar com que se vê tudo isso, diversos caminhos se abrem antes mesmo da análise detida do contato com esses elementos e artefatos, lembrando que todo olhar é lançado a partir de um lugar, é projetado a partir de um prisma.

É possível perceber que, assim como desde os mais recuados tempos, já havia a prática de oferecer objetos por graças atendidas, considerando que no *Vocabulario Portuguez e Latino*,

³ As oferendas precisam ser analisadas de acordo com o contexto. Pode adquirir, entre muitos outros objetivos, a comunhão com os deuses. “É comum oferecer os primeiros frutos da estação, uma fração da carne que foi caçada ou da colheita do ano [...]” (GAARDER, 1952, p. 25-28). Portanto, é uma expressão de gratidão e desejo que a proteção continue.

organizado pelo padre Raphael Bluteau, o termo “voto” já se encontra registrado como tudo “[...] o que se pendura no altar de um santo em agradecimento da mercê recebida, e em satisfação do voto que se fez [...]” (BLUTEAU, 1728, p. 582). Acrescenta que a prática votiva remonta à antiguidade, pois os romanos costumavam “[...] pendurar nos altares de suas fabulosas deidades, uns fragmentos de tábuas dos navios que tinham escapado do naufrágio, em que se via pintada a mercê, que imaginavam ter recebido por intercessão do nome, ao qual se tinham encomendado [...]”. Comenta ainda que havia “[...] votos de cera, de prata e quadrinhos [...]” (BLUTEAU, 1728, p. 582).

Ao estabelecer uma relação da prática votiva com o paganismo, Abreu (2001, p. 19-20) salienta que os ex-votos possuem uma história relacionada à “[...] incorporação de rituais pelo cristianismo da cultura folclórica e pagã, que persistiram sob o verniz dos cultos oficiais [...]”. No entanto, essa inclusão não pode ser considerada apenas como sobrevivência do paganismo, mas a partir das práticas que eram vivenciadas e inseridas no cotidiano, demonstrando o quanto estes são reveladores e como uma determinada cultura assimila elementos de outras e se ajusta a finalidades específicas. Ainda de acordo com o mencionado autor, a difusão da prática votiva

[...] está intimamente relacionada com a peregrinação, uma das mais antigas práticas cristãs que ocupava o primeiro lugar na piedade dos fiéis desde a Idade Média. [...] Na Europa, os inúmeros ex-votos que cobrem as paredes das capelas são o melhor testemunho da importância das peregrinações no âmbito das devoções individuais e coletivas [...] (JEAN, 2001, p. 20).

Como é sabido, o cristianismo é uma religião que tem como princípio fundamental o monoteísmo, ou seja, a crença em um só Deus, característica que não é específica de todas as religiões. Com efeito, no amplo universo das religiões que dão sentido, orientam a vida e a perspectiva do *post mortem* dos diferentes povos, encontramos a monolatria, que é uma “[...] crença situada a meio caminho entre o politeísmo e o monoteísmo e implica a adoração de um único deus, sem negar a existência de outros [...]” (GAARDER, 1952, p. 19). Isto posto, dentro das festas religiosas, a celebração aos santos perpetuou uma prática que tem reminiscência do politeísmo.

Nos limites do cristianismo, a Igreja Católica transformou alguns desses rituais em homenagens aos santos, conferindo a eles um caráter sagrado de acordo com os princípios cristãos, no entanto, vários elementos das antigas festas pagãs, foram preservados. Nesta ótica, os homens estavam acostumados a se relacionar com deuses, então a Igreja teria estimulado esse caminho de mediação entre o homem e a crença cristã. No que diz respeito aos ex-votos, Rodrigues (2012, p. 14) salienta que,

[...] a assimilação pelos cristãos não significa que os objetos votivos possuam o mesmo significado dentro do cristianismo que aquele existente nas culturas politeístas. Apesar de estar presente nas civilizações pagãs, a prática votiva dentro do

contexto católico - que atravessa quase vinte séculos - adquire novas significações. Ao mesmo tempo, não podemos inferir que a oferta votiva não tenha se modificado no terreno cristão com o passar dos anos. Os ex-votos sofreram alterações que dizem respeito tanto aos objetos ofertados, aos oragos invocados, quanto à própria sensibilidade dos que os ofertam.

Durante o século XIX, a Igreja contestou algumas práticas que fugiam da ortodoxia oficial. Essas ações resultaram no processo conhecido por romanização, que foi colocado em prática pela Igreja Católica, buscando a manutenção do poder da instituição a partir de duas frentes: a normatização do catolicismo e a reestruturação interna da própria instituição.

Nesse contexto, é importante destacar que, no século XIX, o movimento foi o ultramontano, enquanto que, no século XX, teve-se um esforço de romanização. Segundo o historiador Santirocchi (2010), a reforma ultramontana do clero católico no Brasil foi apresentada através de diferentes periodizações e interpretada utilizando diferentes conceitos, como, por exemplo, o de “romanização” da Igreja brasileira. Ainda segundo o autor, “A difusão do conceito romanização no ambiente católico, aconteceu na década de 1960, quando existia uma certa oposição entre certa corrente eclesiástica e teológica que se desenvolvia no Brasil e a Santa Sé.” (SANTIROCCHI, 2010, p. 28).

Essa campanha, que se desenvolveu com o objetivo de reorganizar a própria instituição católica, foi implementada através de medidas que substituíssem o devocionismo pela sacramentalização e reafirmasse a supremacia papal e das demais autoridades eclesiásticas. Nesse contexto, o catolicismo de cunho popular era a expressão de crenças e práticas religiosas que foram ganhando força. Porém, diante das doutrinas políticas e perspectivas sociais dos novos tempos, a relação de “tolerância” a essas práticas foi se modificando, ao mesmo tempo em que foi se dando o estabelecimento de novas medidas em função do novo papel que Igreja pretendia arrogar para si e a partir do qual, via essa religiosidade de cunho popular como uma ameaça para a sua autoridade.

Diante do exposto, faz-se necessário destacar aspectos referentes à Igreja de São José de Ribamar, uma vez que a festa em homenagem ao santo padroeiro da cidade evidencia a forte presença da religião católica na região. No que se refere a isso, é importante registrar que a igreja que hoje se vê, passou por muitas transformações, principalmente nos anos em que esteve sob os cuidados dos padres lazaristas⁴. O Livro *Tombo da paróquia de Ribamar* confirma a presença dos primeiros membros da Congregação da Missão Província Holandesa em São José de Ribamar, em 3 de fevereiro de 1938. Essa visita à igreja pode evidenciar o interesse

⁴ A Congregação da Missão dos padres lazaristas estão entre as ordens estrangeiras que marcaram presença no Brasil, na primeira metade do século XX (ALVES, 1979).

despertado por esse lugar, pelos membros dessa Congregação. De acordo com o que registra o Livro Tombo, após alguns dias dessa visita ao lugar, o padre lazarista João Lemmen começou a realizar celebrações, como mostra o trecho abaixo:

Pe. Lemmen recebeu sua provisão provisória e começou a celebrar nos Domingos e nas festas. Em 1940 o Arcebispo exonerou o Sr. Crispim Antunes Martins da administração, e encarregou o Pe. João (contraprovisório por 9 anos: 1940 – 1950). Em 1940, Pe. João veio residir em Ribamar (LIVRO TOMBO, 1938, p. 50).

Em geral, esse registro pode evidenciar uma preocupação por parte do Arcebispado de São Luís do Maranhão, em reorganizar a administração da Igreja de São José de Ribamar, exonerando um leigo e colocando um membro do clero regular. Vale ressaltar que, nesse momento, a Igreja Católica ainda está dentro do processo de Reforma e de Romanização. Sendo assim, a proposta dessas mudanças passava pela promoção da reforma do clero e pela reforma das práticas religiosas da população (SANTOS, 2018).

Em meio a esse contexto de transformação, é possível compreender que tanto o institucionalizado como o não institucionalizado se apropriam mutuamente das práticas uns dos outros, pois ao mesmo tempo em que a Igreja impunha regras, a instituição se apropriava de técnicas do culto não oficial (SALES, 2014). Na prática, não é possível saber até que ponto tais diretrizes foram efetivadas, salvo em análise específica de cada realidade. No entanto, essa perspectiva evidencia um movimento estruturado a partir da própria Igreja, que garantia, institucionalmente, essas transformações.

3 A PRÁTICA VOTIVA EM DEVOÇÃO A SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

No universo religioso maranhense ligado ao catolicismo, destaca-se a crença e a devoção a São José de Ribamar, que são marcadas por demonstrações de agradecimento dos devotos, pelos pedidos atendidos e pela esperança de futuras graças alcançadas. O mês de setembro, para o município de São José de Ribamar (MA), demarca um momento distinto da experiência comunitária: trata-se do que podemos chamar de “tempo da festa”, enquanto pausa na ordem do cotidiano. Esse “tempo de festa”, que é também religioso, consiste no festejo do padroeiro da cidade São José de Ribamar, que ocorre todos os anos com uma aglomeração de fiéis.

O Santuário fica a 27.37 km da capital do estado, São Luís, tendo lugar de destaque no circuito devocional, atraindo não só pessoas do Maranhão, mas também dos estados vizinhos. São José é visto com um dos santos mais venerados no Brasil, onde conta com quase duzentas paróquias, dentre as quais a da cidade de São José de Ribamar.

O movimento na cidade que leva o mesmo nome do santo aumenta consideravelmente no período do festejo, figurando uma heterogeneidade de sujeitos que correm em busca de graças. Trata-se de uma festa grandiosa, que evidencia e materializa a popularização do santo e a forte presença da religião católica na região. A devoção a ele foi ganhando grandes proporções, à medida que graças lhe foram sendo tributadas por aqueles que rezavam pedindo sua intercessão diante de Deus.

A escassez de fontes referentes a São José de Ribamar impede a precisão quanto ao início das homenagens ao santo, mas, segundo os relatos orais, a peregrinação teria se iniciado ainda no século XVII, quando se registram os inícios do povoamento da localidade. De acordo com os testemunhos aceitos e consagrados pela memória local, apontam para a data de 1821, como a primeira movimentação de romeiros/peregrinos em busca do santo. É importante ressaltar que, em relação ao primeiro dado, expulsos os franceses em 1616, somente em 1619 chegaram os primeiros casais de açorianos destinados a dar início ao povoamento do Maranhão sob o domínio português (AHU, Cx. 1, D. 29) e que apesar da segunda data não ser comprovada, é considerada por muitos como o início do fluxo de devotos para as celebrações que mais tarde se transformaram na “tradicional festa de São José de Ribamar”, conhecida por maranhenses e católicos de outros estados.

A popularização do santo foi conquistada através de histórias lendárias que predominam até os dias de hoje, quando se levantam hipóteses de seu aparecimento. De acordo com o que registra a história, a cidade sempre esteve ligada às histórias de devoções e mitificações de milagres, como bem mostra a salvação do navio português que originou a lenda da cidade. No que diz respeito precisamente à imagem de São José de Ribamar, embora não se saiba quem a esculpiu, onde e quando isso ocorreu e tampouco que caminhos percorreu para chegar à localidade onde até hoje é cultuada, importa que de acordo com a tradição oral, chegou até ali como forma de agradecimento, portanto, como ex-voto mandado esculpir por tripulantes de uma embarcação portuguesa que haviam escapado de um naufrágio⁵. Após alguns anos do ocorrido, o capitão teria voltado ao local para cumprir o prometido, trazendo a imagem que, ainda de acordo com a tradição, é a mesma que até hoje se encontra no altar da igreja e é objeto de grande devoção.

⁵ Elísio Gomes Filho, em seu livro *Histórias de célebres naufrágios do Cabo Frio*, evidencia o temor que os homens tinham do mar, pela possibilidade de morrerem sem um enterro digno que pudesse salvar suas almas, pois acreditavam que “[...] as almas penadas das pessoas que sucumbiam a naufrágios ficariam a perambular pelo Oceano Atlântico [...]” (GOMES FILHO, 1993, p. 35 apud FIGUEIREDO, 2011, p. 39).

Fotografia 1 – Imagem da Sagrada Família



Fonte: Santuarioderibamar.org

Fotografia 2 – Andor de São José de Ribamar confeccionado pelo Sr. BASTOS, no festejo de setembro de 1954



Fonte: Arquivo de Antônia Miranda.

Para os ribamarenses em especial, falar em São José é referir-se à Maria e a Jesus, ou seja, à família que compõe e que no imaginário religioso é cultuada como a “Sagrada Família”, fato expresso na imagem principal do santo, exposta no altar-mor do santuário. Assim é importante a ressalva de que, para o fiel, “[...] com as imagens materiais, ele participa de um mundo visual, de um mundo imaginário, cujos poderes e condições ultrapassam de longe o plano único do visível e do sensível.” (SCHMITT, 2006, p. 596). Considerando que o devoto pode ter uma imagem do santo de sua devoção em casa, o mesmo não precisa da autoridade eclesial para cultuá-lo: é o devoto quem o elege e se sente eleito pelo santo, realizando uma sacralização simbólica na vida cotidiana.

No que diz respeito às histórias de devoções e mitificações, é pertinente destacar que os marinheiros portugueses, às voltas com os diversos perigos que os ameaçavam no mar, não hesitavam em presentear os santos com várias tábuas votivas e outras oferendas, em troca de uma travessia segura, como salienta Abreu (2001, p. 30-31),

Encomendados pelos marinheiros para agradecer aos santos por os terem salvos de tempestades e naufrágios, esses ex-votos marítimos foram bastante usuais em Portugal. [...] Diversos exemplares dessas tábuas preenchiam também as paredes dos santuários brasileiros, sendo boa parte deles ofertas de portugueses que se aventuravam em contínuas viagens para o Brasil.

Há diversas teses sobre a origem dos ex-votos, mas acredita-se que esse objeto de devoção tenha chegado ao Brasil por essa tradição dos navegantes lusitanos, pois, conforme o costume da época, fazia-se uso de um ritual semelhante para agradecer aos santos a sobrevivência em segurança de mais uma viagem marítima.

Os acontecimentos miraculosos, as hierofanias⁶, as aparições e os relatos de fenômenos extraordinários marcam e colaboram de forma muito concreta para a formação de crenças e devoções. Nesse sentido, a fé, a esperança em ter pedidos atendidos e o ex-voto, em sua própria vocação para testemunhar os milagres realizados pelos santos, “[...] exprime a presença do sagrado e do milagre na vida cotidiana, ou seja, uma certa leitura do homem com Deus.” (VOVELLE, 1989, p. 117). Portanto, a relação do fiel com a oferta do ex-voto vai além da atitude de apenas depositar o objeto, mas configura uma relação individual com o santo, que “[...] se coletiva nos rituais religiosos e na exposição de o ex-voto em uma sala de milagres [...]” (FIGUEIREDO, 2011, p. 38). A história de alguém com o santo de sua devoção, tão pessoal e particular, se torna pública para que todos possam testemunhar o milagre recebido.

Fotografia 3 – Altar de São José - Milagres e promessas.



Fonte: Acervo Pessoal do autor.

⁶ A hierofania corresponde à compreensão de que o sagrado pode se manifestar por meio de seres e coisas que adquirem outro sentido para representa-lo, mesmo que permaneçam sendo o que sempre foram (ELIADE, 1992).

O altar de milagres e promessas, localizado dentro da igreja de São José de Ribamar, constitui-se como um espaço em que os devotos podem contabilizar os milagres. Além disso, à medida que os volumes de ex-votos são depositados nesse espaço, evidenciam-se os tipos de promessas feitas e de milagres realizados por esse santo. O milagre é um acontecimento atribuído à ação do divino, pois é um “[...] fato sobrenatural, não explicado pela razão e contrário às da natureza [...]” (VAUCHEZ, 2006, p. 198-199). Desse modo, aqueles que acreditam na intercessão do santo do qual é devoto, faz o pedido, recebe a graça ou milagre, e paga de maneira muito particular, como pode ser percebido nas imagens acima.

Entretanto, não é tarefa fácil estudar os ex-votos e situá-los ao contexto em que foram produzidos, pois apesar de possibilitarem um contato com elementos e artefatos de uma cultura, trata-se de uma pesquisa difícil, “[...] pois aborda o mundo do silêncio, das fontes indiretas, dos documentos subtraídos ou oblíquos [...]” (VOVELLE, 1989, p. 114). É certo que ao analisar os pedidos e agradecimentos das salas de ex-votos em santuários espalhados pelo Brasil, percebe-se que essa forma de manifestação e de comunicação com o divino fala muito mais de seu tempo, do que se possa imaginar.

No que diz respeito a essas graças ou milagres atribuídos a São José, segundo a oralidade, a ida de romeiros para a festa de São José de Ribamar sempre foi intensa, considerando que meados da década de 1950 se têm matérias jornalísticas como a que foi veiculada na edição do jornal *Pacotilha: O Globo*, que circulou em 14 de março de 1953, com a manchete *Os milagres de São José de Ribamar - Milagres de cera*, e no qual se lê:

A vila era pequena para abrigar tantos fiéis. A fama do santo ia longe e os “milagres de cera” enchiam a capela de velas, pernas, braços, seios, ventres, mãos e cabeça. Quem morava no Ceará, no Para ou em Pernambuco e não podia ir a Ribamar colocava um “ex-voto”, que podia ser um buquê de rosa de papel crepom ou uma grinalda de flor de Laranjeira, com uma carta de agradecimento, dentro de um barquinho ou de uma pequena jangada de buriti e o soltava no mar. Ele ia bater direitinho na praia do Barbosa, que ficava coalhada de embarcações veleiras, vindas das bandas de Icatu, Morros, Miritiba e Primeira Cruz. (PACOTILHA, 1953, p. ?).

As formas de expressar agradecimentos por milagres e graças atendidas eram e continuam sendo feitas das mais variadas formas, inclusive, tornando público a partir da divulgação de notas em jornais. Nestes variados anúncios encontrados em jornais do século XX, podemos identificar, muitas vezes, a mesma forma quanto à composição e disposição do texto. Geralmente, as promessas se dividiam entre romarias, em ir ao santuário a pé, de carro, carroça ou anunciar as graças alcançadas. Essa divulgação assumia, muitas vezes, o papel de contrapartida do devoto, como testemunhos da comunicação com o sagrado, pois foram agraciados por essas divindades. Além disso, o favorecido e o indivíduo que pediram a

intercessão também são alvo dessa visibilidade social, pois sobre eles recaíram a graça divina, tornando-os potencialmente distintos das demais pessoas.

Dessa maneira, além da publicação, o devoto também fazia uma novena, uma romaria, convidava outros fiéis a participar, fazia outras penitências. Dona Miriam se valeu de dois santos, além de São José de Ribamar, para cura de sua irmã, como mostra a nota abaixo:

MIRIAM A. COSTA FERREIRA, de joelhos, agradece ao glorioso São José de Ribamar e à Santíssima Virgem Imaculada das Dôres, a graça da saúde completa da sua irmã viúva Mariana Costa Ferreira Amorim, que há onde anos estava impossibilitada de trabalhar por motivo de grave enfermidade. (MIRIAM ..., 1946, p. 6).

Em outros casos, muitos anúncios apresentavam um caráter reservado, não eram chamativos ou com aparatos que os destacassem, alguns contém apenas as iniciais do devoto, o que coloca em questão e pode contradizer a sua intenção de tornar público a graça e pedidos alcançados por meio do santo de devoção. A pessoa quer divulgar o milagre, a graça alcançada, mas leva a deduzir que por algum tipo de graça, a pessoa procurasse preservar sua identidade. Em 1948, por exemplo, foi divulgada uma nota com o seguinte agradecimento: “De Joelhos, agradeço ao glorioso S. José a graça que alcancei por sua valiosa intercessão. M. R. C. G.” (GRAÇAS..., 1948, p. 4).

Mais do que uma demonstração de agradecimento, a divulgação das graças alcançadas evidencia a lealdade do povo para com o santo e contribui também para a consolidação da devoção. A cidade de São José de Ribamar tornou-se conhecida devido à sua força religiosa e grande devoção ao santo padroeiro considerado milagroso, por isso, desde o início da festividade era prática comum oferecer objetos em agradecimento de algo alcançado.

Fotografia 4 – Devota pagando suas promessas a São José, durante a Grande Romaria em homenagem ao santo.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Fotografia 5 – Ex-votos depositados no Altar de São José.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Essas imagens demonstram a dimensão da crença depositada em São José, que pode livrar o fiel até da morte, hipótese bastante plausível para explicar a quantidade de ex-votos na forma de réplicas de cabeças, mãos e outros membros do corpo humano, que representam os órgãos afetados pelas doenças dos fiéis. Não raro, se ouve nos relatos a cura de doenças incuráveis, a partir da intercessão de São José.

Embora pouco se saiba sobre ele, consta que “[...] acreditou em Maria mesmo antes de saber da origem divina de seu filho. Esteve ao seu lado no momento do parto e, [...], programou a fuga ao Egito para escapar à perseguição de Herodes”. Além disso, teria lutado “arduamente para sobreviver numa terra estrangeira, esperando para regressar quando Jesus não mais estivesse em perigo”. Sem contar que dividiu com Maria “as preocupações com um filho adolescente, de maneira especial quando este sumiu por três dias para discutir com os sábios do templo”. E ainda, conforme a tradição, “ele morreu, assistido por Maria e Jesus, antes de Cristo iniciar sua vida pública” (MEGALE, 2003, p. 143-144). Por esses e outros motivos, São José é um dos santos mais venerados no Brasil.

É necessário considerar que essa prática votiva revela uma determinada “visão de mundo” compartilhada por muitas pessoas que vivenciam essa devoção a São José de Ribamar. Esses ex-votos apresentados nas imagens são as representações materiais dessa relação de homens e mulheres com a fé. Essas ofertas atravessam séculos e servem como testemunho material da história local e de devoção ao santo. Outro aspecto importante é que esses ex-votos trazem a possibilidade de compreensão, a partir da representação material da fé, de como a população recebe, compreende e se relaciona com o discurso religioso.

Para muitos que compartilharam e compartilham da prática de oferecer os ex-votos, a religião é uma forma de enfrentar as adversidades da vida. As ofertas votivas – voltadas para a

aquisição de uma moradia, cura de doenças e a proteção de um filho, de acordo com a maioria dos ex-votos depositados – descortinam uma série de problemas que se impunham aos indivíduos, principalmente os menos favorecidos numa sociedade excludente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar nos milagres atribuídos a São José de Ribamar é pensar na própria experiência de fé de seus devotos, que muitas vezes, encontram nas obras atribuídas ao santo, milagres que vão para além da explicação terrena e que transpõem os problemas cotidianos. As histórias dos milagres realizados continuam sendo lembradas e transmitidas por seus devotos, transpondo gerações, sendo que são esses fatos que levam as pessoas a continuarem a fazer promessas e solicitarem milagres a esse santo.

Sua representação pode informar ao historiador a maneira pela qual um determinado grupo vive sua relação com a realidade social (CHARTIER, 2002), revelando ainda como as culturas de tempos e espaços diferentes assimilam elementos que se ajustam às suas necessidades. Interpretar a prática dos ex-votos permite, desse modo, identificar fios que as ligam a contextos mais amplos e muito mais antigos.

Os milagres que se revestem nas práticas de culto a São José todo ano, perpetuam-se pelos devotos por meio da tradição da festividade. É através do relato dos milagres que os fiéis, por sua vez, atualizam os feitos extraordinários do santo. Pode-se inferir que existem certas relações que fundamentam as práticas dos milagres, tais como: sacralização, proteção, segurança, fé, prova, pedido de ajuda. Além disso, pode-se também afirmar que faz parte para a grandiosidade da festa a devoção entre os fiéis e São José.

O próprio espaço religioso organizado pela festa favorece a permanência de práticas que são propícias para reforçar os laços daquelas pessoas que acompanham e vivenciam essa devoção. A festa em honra ao santo é o momento visível desse sentimento, em que os esforços apreendidos nas romarias, nas peregrinações e homenagens a esse santo, são gestos da importância e dos significados que homens e mulheres atribuem a esse lugar, que, por sua vez, traduzem lembranças vivenciadas e compartilhadas. O estar mais próximo do santo implica, assim, em uma entrega total e em um sentimento de conversão, como também de gratidão pelos feitos realizados, o que se pode mensurar através de todas as graças alcançadas, das quais são evidenciadas pelos ex-votos direcionados ao santo e expostos ao público.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jean Luís Neves. Difusão, produção e consumo das imagens visuais: o caso dos ex-votos mineiros do séc. XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 49, jan./jun. 2005.
- ABREU, Jean Luís Neves. **O imaginário do milagre e a religiosidade popular**: um estudo sobre a prática votiva nas Minas do século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- ABREU, Martha. **O império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.
- AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à brasileira**: significados do festejar, no país que “não é sério”. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998.
- Arquivo Histórico Ultramarino, Cx.1, D. 29.
- Arquivo Histórico Ultramarino, Cx.1, D. 32.
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português & latino**: áulico, anatômico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v. 8.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500 – 1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CARTA RÉGIA (capítulo) do rei Filipe II sobre a ida de Jorge de Lemos Betancor e de casais para povoar a capitânias do Pará e Maranhão.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: A história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CONCEIÇÃO, Marli de Jesus. **São José de Ribamar**: cidade de encantos. São Luís: Edição da autora, 1995.
- DUARTE, Ana Helena da Silva Delfina. **Ex-votos e poieses**: representações simbólicas na fé e na arte. 2011. 397 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12719>. Acesso em: 5 out. 2022.
- ELIADE, Micea. **O Sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FIGUEIREDO, Beatriz Helena Ramsthaler. Os ex-votos do período colonial: uma forma de comunicação entre pessoas e santos (1720-1780). **Textos escolhidos de cultura e a arte populares**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 37-47, maio. 2011.
- GAARDER, Jostein. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.
- GÓES, Maria da Graça Coutinho de. **Ex-votos, promessas e milagres**: um estudo sobre a Igreja de Nossa Senhora da Penna. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrando Profissionalizantes em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2009.
- GRAÇAS alcançadas. **MARANHÃO: SEMANÁRIO DA UNIÃO DE MOÇOS CATHOLICOS (MA)**, São Luís, ano 14, n. 958, p. 4, 21 mar. 1948. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800546&pagfis&pagfis=1602>. Acesso em: 3 out. 2022.

JESUS, Karla Larissa da Silva de. **Em louvor a São José**: devoção e diversão na cidade de São José de Ribamar entre fins do século XIX e meados do XX. 2018. Trabalho de conclusão do Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

JURKEVICS, Vera Irene. **Os santos da Igreja e os santos do povo**: devoções e manifestações de religiosidade popular. 2004. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. *In*: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

Livro Tombo da Igreja de São José de Ribamar.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história**: 500 anos da presença da Igreja Católica no Brasil. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

MIRIAM A. Romana Chaves [...]. **Maranhão: Seminário de Orientação Católica**, ano 12, n. 887, p. 6, 22 set. 1946. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800546&pesq=&pagfis=1019>. Acesso em: 3 out. 2022.

Pacotilha: O Globo (MA) – 1949 a 1962. São Luís: 14 mar 1953. ed.64. p. 2.

PESTANA, Eydler. **São José de Ribamar**: o mais completo histórico dos milagres de São José de Ribamar. Local de publicação/da editora: Imprensa Oficial do Maranhão, 1923.

REIS, José Ribamar Sousa dos. **São José de Ribamar**: a cidade, o santo e sua gente. São Luís: Empresa Jornalística do Maranhão, 2001.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, v. 2, n. 2, ago./dez. 2010. ISSN:1984-6150. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/temporalidades. Acesso em: 27 set. 2022.

SANTOS, Jorge Everton da Trindade Fournier dos. **Congregação da Missão**: breve histórico dos vicentinos e sua atuação em São José de Ribamar. 2018. Trabalho de conclusão do Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SCHMITT, Jean-Claude. Imagens. *In*: LE GOFF, Jacques. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2006. v. 2, p. 591-605.

SIQUEIRA, Sonia A de. Religião e religiosidade: continente ou conteúdo?. *In*: ASSIS, Angelo Adriano Faria de; PEREIRA, Mabel Salgado (org.). **Religiões e Religiosidades**: entre a tradição e a modernidade. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 143-157.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VOVELE, Michel. **Os ex-votos no território marselhês**. *In*: VOLVELE, Michel. Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XIX. São Paulo: Ática, 1997.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 7-72.

CAPÍTULO 9

IDENTIDADES E MEMÓRIAS A PARTIR DO CONTO OLHOS D'ÁGUA DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Elisandra Cantanhede Ribeiro

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, teceremos reflexões acerca do conto *olhos d'água* da escritora Conceição Evaristo, traçando um diálogo com os conceitos de Identidade, (HALL, 2010), Identidade Negra, (MUNANGA, 2012), e Memória, (BARROS, 2009). Para pensar esses diferentes conceitos trazemos para o diálogo o historiador Koselleck (2006, p. 103), “A história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado na crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político [...]”.

A escritora traz para o debate a população afro-brasileira que, no seu contexto histórico, sempre foi vista num cenário de discriminação e de silenciamento, tendo seus principais direitos violados, vivendo em um contexto desfavorável, onde tem buscado construir uma identidade que vise traduzir suas inquietações e suas constantes lutas pelo espaço na sociedade brasileira. Sociedade essa que é circundada de preconceitos e discriminações, a exemplos de como estão retratados no conto.

A história, ao trabalhar as rupturas e as permanências, colabora para que façamos um contraponto e ajuda-nos a compreender a passagem de tempo e entender que somos sujeitos históricos e produtores de histórias. Durante esse processo, houve significativas mudanças na historiografia mundial, historiografia global, história atlântica, essas alterações trouxeram um novo modo de (re)escrever essas histórias. E o Brasil aos poucos vem acompanhando essas alterações e se inserindo nesse novo campo de história global e conectada No sentido de se atrelar relações mundiais, globais, da história atlântica. Como afirma (ARMITAGE, 2014, p. 207), “ [...] a história atlântica influencia o ensino de história em todos os níveis [...]”.

E o que a escritora/personagem tenta, é trazer a partir dos olhos de sua mãe as memórias de um período vivenciado por elas no cotidiano brasileiro, ela via em sua mãe valores, apesar de uma vida tão instável e sofrida pela labuta diária de lavadeira e de dona de casa e que sofria muitas vezes por não saber como alimentar suas filhas, mas via constantemente os olhos de sua mãe marejados pelo cotidiano difícil que levava.

A escritora busca evidenciar a realidade da população afro-brasileira acerca das desigualdades sociais, provocadas pela falta de garantia de seus principais direitos. E como bem

salienta Spivak (2010), “pode o subalterno falar?”, evidenciando a importância daqueles que detêm o poder da narrativa e que está “autorizado” a se pronunciar em nome daqueles que não têm a oportunidade de serem ouvidos.

O presente capítulo é uma revisão de literatura a partir do conto *olhos d'água*, trazendo artigos, legislações, livros, teses, dissertações enfim, que possam colaborar para o diálogo e embasar nosso trabalho. Traremos nesse texto a relação entre a História e a Literatura, segundo Chartier (1999, p. 197),

Descobre em alguns textos literários uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético. Semelhantes textos que fazem da escritura, do livro e da leitura o objeto mesmo da ficção, obrigam os historiadores a pensar de outra maneira as categorias mais fundamentais que caracterizam a ‘instituição literária’.

O trabalho será estruturado da seguinte maneira, na primeira parte traremos a contextualização acerca da população negra no cenário brasileira, a segunda parte traremos a análise do conto *olhos d'água*, dialogando com a literatura pertinente e contextualizando a partir da legislação específica que abarque a população afro-brasileira, e por fim trataremos de tecer um diálogo entre os conceitos, identidade, de identidade negra e memória, refletindo acerca da realidade da população afro-brasileira.

2 AS ESCRIVIVÊNCIAS DE CONCEIÇÃO EVARISTO: para início de conversa

As narrativas da escritora Conceição Evaristo, trazem em um forte apelo a refletir e a denunciar a realidade vivida pelos pobres no Brasil, sobretudo a população negra¹ brasileira, que estão nas periferias das cidades, sentem na pele as dificuldades, e tem se desdobrado para conquistar um espaço na sociedade buscando reafirmar seus direitos, que são constantemente negados e/ou negligenciados.

Luta também para reivindicar sua identidade étnica, que durante muito tempo lhes foi negada, sobretudo durante o processo escravista vivenciado no Brasil, processo esse latente nas memórias dos mais velhos, que fora passada para a juventude. Memória esta apontada por Barros (2009) como “[...] compartilhamento de lembranças e discursos acerca do passado, um olhar ancorado nos interesses e visões de mundo presente [...]”.

O sociólogo Kabeguele Munanga aponta a identidade negra como categoria política e não como resultado das ciências, “A identidade afro-brasileira ou identidade negra passa,

¹ Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a partir da junção dos pretos e pardos, seguindo os critérios de análise reivindicados pelo movimento social negro, devido as características semelhantes entre pretos e pardos.

necessária e absolutamente, pela negritude enquanto categoria sócio-histórica, e não biológica, e pela situação social do negro num universo racista [...]” (MUNANGA, 2012, p. 7).

A identidade negada durante o processo escravista trouxe sequelas, ao negar a entrada dos negros(as) nas escolas, como apontado na Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837: “Artigo 3º São [proibidos] de frequentar as Escolas Públicas: 1º Todas as pessoas que padecerem molestias contagiosas. [...] 2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que [sejam] livres ou libertos.” (LEI..., 2005), e a Lei de Terras, Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. A Lei de Terras, como ficou conhecida, foi uma antecipação de grandes fazendeiros e políticos latifundiários que queriam impedir que negros pudessem ter terras. Sendo um entrave para a população negra, que hoje ocupam as favelas, disputando com outros, os mesmos “amontoados” por não terem tido uma reparação no período do pós-abolição, e foram largados à própria sorte (FONSECA, 2002).

Portanto o que tem se observado é a busca latente por melhores condições sejam elas em quaisquer campos: saúde, moradia, educação, lazer etc. Espaços esses que a escritora procura dar visibilidade àqueles que estão ali, nos espaços considerados das margens e que está relegado aos excluídos. A identidade negra, se insere nesse campo de historiografia dos “seres inferiores”, que ao longo do tempo foi constituindo enquanto povos que não produziam cultura e esses estudos foram sendo incorporados nos livros, artigos etc. sobre “[...] a história vinda de baixo [...]” (HUNT, 1992, p. 2), história da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres.

A escritora Maria da Conceição Evaristo de Brito, nasceu em Belo Horizonte, em novembro de 1946, graduou-se em Letras- Português e Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Doutora em Literatura comparada pela Universidade Federal Fluminense. A autora surge no cenário da literatura brasileira a partir da década de 1990, publicou vários poemas nos cadernos negros. Em 2003, publicando seu primeiro romance intitulado Ponciá Vicêncio, Conceição Evaristo conseguiu fixar suas raízes em uma literatura muita das vezes considerada para brancos e de sexo masculino que por muitas ocasiões se comportou de maneira racista e sexista. A escritora traz outras escrituras em sua trajetória como as obras: *Becos da Memória*, *Insubmissa Lágrimas de Mulheres*, *Canção para Ninar Menino Grande*, *Poemas da recordação e outros movimentos*, *Banzo*, *Memories de la favela* etc., a escritora tem buscado se inserir nesse contexto de construção e (re)afirmação da identidade negra brasileira no cenário, nacional e internacional.

O conto olhos d'água, faz parte de uma coletânea de 15 contos que estão no livro que leva esse mesmo nome, publicado em 2014, pela editora Pallas, o qual recebeu reconhecimento literário em 2015, com o prêmio Jabuti na categoria contos. O livro traz ainda uma série de personagens que fazem parte de outros contos no próprio livro, onde a autora buscou evidenciar as vozes dos então silenciados, sobretudo as personagens femininas, como lavadeiras, ex-prostitutas, domésticas, as crianças, porém é importante salientar que a escritora não deixa de trazer os personagens masculinos que também são considerados excluídos, e deixados à margem da sociedade.

Para se pensar as diferentes realidades vivenciadas hoje, sejam elas sociais ou culturais no Brasil e os rumos que têm tomado, é necessário voltar o olhar no tempo e no passado na tentativa de compreender como algumas “permanências históricas” (raízes dessa sociedade excludente), manifestam-se hoje na nossa história, promovendo o alargamento da distância social e econômica entre as elites dominantes e as camadas populares, formada em grande parte por afro-brasileiros ou seja população negra.

Trazer uma abordagem acerca da cultura africana e afro-brasileira, é apontar as desigualdades sociais existentes, desde o processo de escravização e que perduram ainda hoje. Para isso é importante termos em mente a natureza ambivalente da cultura, sua dupla face que olha para o que foi feito e para o que será construído. É nesse sentido que devemos olhar a questão das identidades brasileiras como projeto em construção, ou seja em elaboração contínua e coletiva que vem se ressignificando ao longo do tempo.

Para se trabalhar com a “nova historiografia”, tem que se revisitar o passado para compreender o presente, e assim pensar em traçar o futuro, é preciso uma interpretação dessa história, para se lutar contra a visão opressora daqueles que detém o poder. Aqueles que são considerados dominantes, e que determinam quem são os que podem ou não serem evidenciados dentro de uma historiografia, e é necessária uma ruptura nesse processo de difusão de uma história que não dê conta de inserir os diferentes sujeitos dentro desse debate.

O processo de colonização permanece enquanto há presença do colonizador, este deu continuidade com o que chamamos de elites. Elite essa que durante muito tempo resistiu para que os considerados subalternos, não tivessem acesso à educação ou mesmo uma educação de qualidade. E o grande entrave foi a negação da cultura e a desarticulação de seus costumes e tradições, onde ainda hoje é necessário que busquemos elementos para se (re)afirmar a história de uma população que foi durante muito tempo negada. Segundo afirma Barbosa e Melo (2017, p. 10),

Até o final do século XX, por exemplo, a historiografia tendeu, e muito, a desconsiderar as especificidades dos grupos étnicos africanos e de suas culturas, na medida em que universalizava a história europeia. Isso foi mudando, embora lentamente, a partir do que ficou conhecido como revolução historiográfica provocada pela História Nova.

A história europeia demonstra que o país colonizador para manter seu domínio não só pratica a repressão manifestações culturais do povo colonizado, como também impõe a sua cultura através da assimilação e da alienação cultural. E essa alienação se revela como um ato indispensável para manutenção da dominação e da exploração. Cultura essa que (GINZBURG, 1987), aponta que “[...] foi inserida tardiamente no processo para se definir as crenças e códigos das classes subalternas, apontada com primitiva, mas que ainda assim reconheceu-se a existência de uma cultura dos povos considerados inferiores.”.

3 A POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA NA ATUALIDADE

A população negra no Brasil tem sofrido as desigualdades sociais que vêm desde seu processo escravista e que permanece atualmente, apesar das constantes lutas do movimento social negro, para que sejam alteradas essa configuração. Os dados de pesquisas, censos demográficos, dentre outros indicadores têm sido desfavoráveis a essa população. Segundo os dados da Síntese dos Indicadores Sociais de 2021, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra brasileira são as que mais sofrem com as desigualdades sociais. E isso tem acirrado ainda mais nos últimos anos quando analisamos as famílias de baixa renda, depois da crise mundial do COVID 19, momento esse que tem sido delicado para essa população, que cada vez mais sofre com a falta de seus direitos respeitados.

Se analisarmos esses indicadores no ano de 2021 do (IBGE), podemos observar como têm se mantido esses índices de desigualdades ao logo da trajetória da população negra, no que diz respeito a garantia de direitos essenciais. Direitos esses adquiridos sobretudo a partir da Constituição de 1988, que no seu artigo 6º delineia que, “São direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” (BRASIL, [2022], p. 1). A população é amparada por legislações, mas que não lhes dão garantias de que serão respeitados os seus direitos fundamentais.

Se traçarmos o panorama a partir da Síntese dos Indicadores de 2021, no que dizem respeito à saúde, alimentação, moradia e saneamento básico etc., observamos as desigualdades evidentes, principalmente acerca da renda per capita,

[...] As diferenças foram mais expressivas na análise com recorte racial: as taxas de extrema pobreza e pobreza entre pretos e pardos eram mais que o dobro das

observadas para brancos: 7,4% entre pretos e pardos eram extremamente pobres (contra 3,5% entre brancos) e 31,0% eram pobres (contra 15,1% entre os brancos). Na análise combinada de sexo e cor ou raça, foram as mulheres pretas e pardas que apresentaram maiores incidências de pobreza (31,9%) e extrema pobreza (7,5%). Por fim, verificou-se que a pobreza é maior entre as crianças, tendência observada internacionalmente [...] (IBGE, 2021, p. 66).

Se compararmos ainda a outras fontes podemos observar as semelhanças nesses índices sobre as desigualdades no que diz respeito aos impactos da COVID-19 na vida dos brasileiros, sobretudo a população afro-brasileira, segundo aponta os dados do Observatório de Direitos Humanos e a crise do COVID-19 (2021, p. 15-16),

Os mais afetados pela crise foram mulheres e pessoas negras. A redução do número de pessoas negras ocupadas entre 2019 e 2020 foi da ordem de 13,4%, contra 7,3% das brancas. Além disso, embora mais da metade dos ocupados antes da pandemia fossem negros (54%), esses representam mais de 2/3 (68,2%) das pessoas que perderam emprego no período.

Portanto esses índices só ratificam as desigualdades vivenciadas pela população negra brasileira quando dizem respeito aos direitos, mas é importante ressaltar que são apenas informações acerca da renda per capita, mas se considerarmos a saúde e a educação dentre outros campos corroboramos ainda mais com essas informações, acerca das desigualdades apontadas anteriormente, os impactos educacionais têm sido ainda mais perceptíveis, se analisarmos a quantidade de crianças, jovens e adultos que não conseguiram acompanhar o ano letivo nos últimos anos, do problema sanitário mundial, como afirma o IBGE (2021, p. 73),

As desigualdades educacionais históricas do país foram intensificadas tanto por fatores internos ao sistema de ensino na sua capacidade de propor atividades alternativas, como externos, em função das diferentes realidades de acesso a essas atividades por alunos com distintas características socioeconômicas.

Se voltarmos ao passado traremos à tona evidências sobre esse momento atual ou que pode justificar alguns índices sobre a atualidade dos afro-brasileiros. Vamos perceber, que isso são apenas os resultados dos processos de desigualdades vivenciados ao longo de muitas décadas e que em decorrência de um fenômeno como é o caso da COVID 19, quem mais sofre são aqueles em que se encontram na vulnerabilidade, ou seja, que estão à margem da sociedade, que é o caso da população afro-brasileira.

As limitações do ensino remoto deixaram quase o triplo de crianças negras e indígenas (4,3 milhões) sem atividades escolares, quando comparadas às brancas (1,5 milhões)². Tendo em vista os índices das desigualdades que apontam uma “cratera” que se formou na educação para os estudantes negros e negras das escolas públicas brasileiras, a Síntese dos Indicadores

² Sobre o aumento das desigualdades raciais durante a pandemia, referenciamos a seguinte matéria publicada pelo G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/10/numero-de-estudantes-negros-pardos-e-indigenas-sem-atividade-escolar-durante-a-pandemia-e-quase-3-vezes-maior-que-de-brancos.ghtml>. Acesso em: 5 out. 2022.

Sociais (IBGE) do ano de 2021 só vem no sentido de corroborar com o que tem sido perceptível a olhos nus,

[...] a suspensão das aulas presenciais representou um desafio sem precedentes imposto pela pandemia do novo coronavírus ao processo de aprendizado de todos os estudantes brasileiros. Entretanto, as condições desiguais de oferta de atividades escolares e de acesso a essas atividades, tanto em função do tempo dedicado às atividades quanto da presença de infraestrutura tecnológica adequada para o estudo em casa, prejudicaram principalmente os estudantes mais vulneráveis. Os dados mostraram piores condições de ensino para alunos da rede pública, com menor renda, pretos ou pardos, moradores da zona rural e das Regiões Norte e Nordeste do País. O retorno às aulas presenciais evidenciará a gravidade do impacto da pandemia de COVID-19 nas desigualdades educacionais históricas da sociedade brasileira, quando o tamanho real da evasão escolar e da defasagem educacional poderão ser dimensionados [...] (IBGE, 2021, p. 92).

Já no campo da saúde o Conselho Nacional de Saúde (CNS), também tem se ocupado de analisar a situação dos mais vulneráveis no que diz respeito a saúde dos diferentes sujeitos. Com a pandemia os agravos na saúde só se acirraram, e aquilo que vem elencado no preâmbulo da Constituição Brasileira³, nos Direitos Humanos⁴, e no Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288, de 20 de julho de 2010⁵, que vem no sentido de colaborar com a população, sobretudo a população afro-brasileira, nada tem adiantado, para que fosse efetivado de fato os direitos supracitados. O direito a saúde, é inerente ao direito à vida, mas quando analisados os índices de desigualdades, de mortalidades constatamos a ausência destes que foram negados sobretudo durante esse período de pandemia da COVID-19.

4 DE QUE COR ERAM OS OLHOS DE MINHA MÃE?: uma análise a partir do Conto Olhos D'água

Descobrir de que cor eram os olhos de sua mãe era uma grande inquietação para escritora. A falta de olhar nos olhos e de compreender de que cor eram os olhos de sua mãe fez com que a escritora/personagem, transitasse, por vários espaços, memórias de suas próprias vivências, que ela muito bem delineia de escritivências⁶. Ela busca resgatar essa identidade,

³ Sobre o direito à saúde ver, Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

⁴ No artigo XXV, que define que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. Ou seja, o direito à saúde é indissociável do direito à vida, que tem por inspiração o valor de igualdade entre as pessoas.

⁵ Art. 6o O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.

⁶ Termo cunhado pela própria escritora para delinear as narrativas de suas vivências.

essa ancestralidade perdida nos olhos de sua mãe, que com as dificuldades cotidianas impediam reconhecer através dos seus olhos essas trações.

Suas narrativas com teor de indagação, vêm acompanhadas de lembranças de sua infância, que nos fazem reviver junto com ela os momentos de sua vida marcados pelas dificuldades permeadas pela pobreza. Traz também o lado materno, que protege, acalanta nos momentos difíceis e angustiante do cotidiano, sobretudo quando não tem o que ofertar para as filhas durante as refeições. Traz consigo toda sua experiência de seu cotidiano, durante sua vida na favela e também em outros espaços, e em que suas narrativas se confundem ora, pelas realidades vivenciadas, ora pelas narrativas de tantas mulheres, crianças e homens que fazem parte dessas tantas histórias.

O conto *Olhos D'água* foi publicado em 2014, e recebeu o prêmio Jabuti em 2015, o livro foi publicado pela editora Pallas, no mesmo ano, ele traz um copilado de 15 contos que trata de temáticas diversas acerca das realidades brasileiras, sobretudo das vivências da população preta e pobre das periferias, que ao longo dos anos vem sofrendo com as desigualdades e exclusões que vivenciam no seu cotidiano, resquícios de anos de escravidão vivenciadas. Ela traz à tona esses diferentes personagens no sentido de dar visibilidade àqueles que estão à margem da sociedade.

“De que cor eram os olhos de minha mãe? Aquela indagação havia surgido há dias, há meses, posso dizer. Entre um afazer e outro, eu me pegava pensando de que cor seriam os olhos de minha mãe [...]” (EVARISTO, 2014, p. 14). Não enxergar a cor dos seus olhos lhe causava, grande sofrimento, pois através de seus olhos buscava compreender quem eram sua mãe, identificar seus sentimentos através do simples olhar. Ao sair de casa muito jovem em busca de melhores condições de vida para si e também para família, perde seu contato visual que até então era presente em muitos momentos.

As narrativas de muitas memórias vivenciadas juntamente com suas irmãs e sua mãe, memórias essas que podem ser compartilhadas atualmente, se pensarmos na relação de poder e nas vozes de quem tem esse poder de narrativas. Memórias pensadas a partir de Burke (2000), “Descrever a memória como reconstrução do passado”. E se analisarmos a historiografia de quem tinha o poder de narrativa, eram somente os considerados das elites e brancos, mas a Nova História assinalada por Le Goff, nos apresenta uma nova visão da história, que Burke (1992, p. 11), vai compartilhar, “A nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana [...]”.

Graças a essas pequenas mudanças ocorridas sobretudo no campo historiográfico, é que a história alcança hoje um grupo maior na sociedade, fazendo com que autoras como a própria

Conceição Evaristo possa trazer à tona suas próprias narrativas. “A memória aparece, como enraizada no passado, que lhe fornece a seiva vital e ao qual ela serve, restando-lhe, quanto ao presente, transmitir-lhe os bens que já tiver acumulado.” (MENESES, 1992, p. 11).

Poder lembra de algo que fez parte do nosso passado é o que sustenta a nossa identidade, pensada a partir de Hall (2011, p. 20), “[...] a identidade é pensada a partir do encontro de relações sociais, que se transformam formando assim, em uma nova identidade. Existe uma relação de constituição mútua, pois nem as memórias, nem as identidades são objetos materiais que você encontra ou perde [...]”. São coisas das quais nós pensamos, é por isso elas não existem fora de nossas relações sociais, nossas histórias.

Conceição traz em sua memória, lembranças de sua infância, aflorando momentos de seu cotidiano na favela onde crescerá, “Eu me lembrava também de algumas histórias da infância de minha mãe, ela havia nascido em um lugar perdido no interior de Minas [...]”. (EVARISTO, 2014, p. 16). Assim como essas lembranças perpassam pela escritora-personagem, de uma infância que traz as marcas da realidade de sua mãe, não é mero acaso tantas mulheres pretas, trazem em suas raízes ancestrais as marcas de suas mães, avós e isso não tem mudado, essa trajetória permanece como se fosse uma linearidade. E essas memórias nada mais são do que traços de suas resistências. Segundo Burke (2000, p. 76),

[...] um grupo social e parte de sua memória as vezes resistem a destruição de sua casa, um exemplo extremo de desarraigamento e transplantação é o caso dos escravos negros transportados para o Novo Mundo. Apesar desse desarraigamento, eles conseguiram agarrar-se a parte de sua cultura, a parte de suas memórias, e reconstruí-las no solo americano.

Dentro desse processo de construção da identidade, a memória é apresentada como referência essencial, pois a partir daquilo que é memorável se constrói uma identidade. E é através do grupo social na qual se está inserido, juntamente, com o espaço e o tempo é que temos essa noção.

E falar de identidade no Brasil, não se pode deixar de falar de identidade negra, mas é necessário trazer à tona uma série de elementos constitutivos da população afro-brasileira, pois sabe-se que o negro passou por um longo processo de escravização, segundo Pinsky (2016), a qual deixou resquícios aos dias atuais. E esses resquícios foram perdas significativas dos direitos essenciais, como é o caso da educação, saúde e própria moradia como já elencamos acima. Elementos esses reivindicados pelo movimento social negro durante sua trajetória de luta. E Gomes (2002, p. 39) também nos aponta que “Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra [...]”.

A luta do movimento social negro tem sido nesse sentido de mudar e sanar essa lacuna deixada durante esse processo e para isso foram necessários uma série de mudanças, mudanças essas no sentido de melhorar a condição do negro na sociedade brasileira, que aos poucos vem (re)construindo sua identidade étnica.

O movimento social negro, juntamente com militantes e intelectuais negros, tem cada vez mais reivindicado nas agendas políticas do estado brasileiro para que haja de fato uma inserção do negro dentro da sociedade brasileira de maneira positiva, pois o negro teve sua identidade construída sobre as bases das desigualdades sociais e políticas, portanto será necessário um longo período para construção e efetivação de direitos negados e negligenciados.

Construir uma identidade perpassa por uma série de elementos e a identidade negra vem sendo (re)construída ao longo desse tempo através de uma série de conexões que se entrelaçam desde o processo da vinda dos povos africanos de maneira forçada, até a relações construídas dentro do próprio território que é o Brasil. O Sociólogo Munanga (2012), reflete sobre a identidade negra, para ele, ela perpassa pela coletividade, e muitas de nossas identidades coletivas se processam pelo discurso e têm conteúdo e finalidades políticas, visando às mudanças na sociedade. Neste sentido, a identidade negra que reuniria todos os negros e todas as negras é a identidade política.

E essa interpretação inicial da identidade ajuda-nos a compreender como se formou a identidade dos afro-brasileiros diante de uma sociedade que discrimina e como eles reagiram com isso. Para se autoafirmar a identidade, temos que perpassar por uma série de outras identidades (raça, gênero, classe social, nacionalidade etc.), e Hall (2006, p. 5), traz argumentos que corroboram com essa afirmativa,

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que (sic) os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente.

E essas múltiplas identidades são construídas ao longo de sua trajetória de vida, e essa construção vem se moldando a partir das diferentes vivências que nos deparamos a longo dessa trajetória. Durante a sua trajetória a escritora busca evidenciar essa identidade, a partir da reativação de suas memórias, sejam da infância, adolescência ou a fase adulta.

[...] Lembro-me de que muitas vezes, quando a minha mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio de nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam de salivar comida. E era justamente nesses dias de pacto ou nem um alimento que ela mais brincava com as filhas [...] (EVARISTO, 2014, p. 16-17).

Durante esses momentos sua mãe utilizou-se de alguns recursos para driblar a fome e os momentos de dificuldades que atravessaram. Através dessas artimanhas, por um instante conseguem esquecer essa triste realidade de não ter o que comer. Se transportam para uma outra realidade, através de jogos e de brincadeiras “Nessas ocasiões a brincadeira perfeita era aquela em que a mãe era a senhora, a Rainha, ela se assentava em seu trono, pequeno banquinho de madeira, felizes colhíamos flores cultivadas em um pequeno pedaço de terra que circundava o nosso barraco[...]” (EVARISTO, 2014, p. 17).

Um outro temor que sua mãe possuía era da falta de moradia, pois viviam em uma realidade como muitos outros afro-brasileiros que viviam (vivem) em barracos de favelas⁷, que serviam (serve ainda hoje), para abrigar amontoados de famílias por falta de condição de moradia digna,

Lembro-me do temor de minha mãe nos dias de chuva. Em cima da, agarrada a nós, ela nos protegia em seu abraço. E com os olhos alagados de pratos balbuciava reza a Santa Barbara, temendo que o nosso frágil barraco, desabasse sobre nós. E eu nem sei se o lamento-pranto de minha mãe. Se o barulho da chuva, sei que tudo me causava a sensação de que nossa casa balançava ao vento. Nesses momentos os olhos de minha mãe se confundiam com a natureza. Chovia, chorava! Chorava, chovia! (EVARISTO, 2014, p. 17).

Essa nada mais é do que a realidade vivenciada por muitos afro-brasileiros, onde a concentração de renda observada no Brasil é muito desproporcional e as desigualdades regionais e raciais refletem diretamente nas moradias da população do país, e essas desigualdades estão acentuadas quando elencamos a cor/raça no processo de inquirição,

[...] às condições de moradia é a cor ou raça dos moradores. Mostra a proporção de ocorrência de cada inadequação entre a população de cor ou raça branca e entre a população de cor ou raça preta ou parda. Em quatro das inadequações analisadas (ausência de banheiro de uso exclusivo, paredes construídas com material não durável, adensamento excessivo e ausência de documento que comprove propriedade), a proporção de ocorrência entre pessoas de cor ou raça preta ou parda foi mais que o dobro da verificada entre a população de cor ou raça branca [...] (IBGE, 2020, p. 78).

Se analisarmos os materiais dos quais são construídos os barracos⁸ podemos observar que não passa de materiais não duráveis, que a qualquer momento pode ser destruído. A falta de acesso aos direitos fundamentais e a não efetivação das políticas públicas para essa

⁷ “Substantivo feminino [Popular] Conjunto de moradias populares que, construídas a partir da utilização de materiais diversos, se localizam, normalmente, nas encostas dos morros; comunidade.” (DICIO, c2009-2022). Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/favela/#:~:text=Significado%20de%20Favela,nas%20encostas%20dos%20morros%3B%20comunidade.> Acesso em: 7 out. 2022.

⁸ “Pequena habitação de madeira, coberta de palha, telha ou zinco, geralmente construída em morros ou favelas.” (DICIO, c2009-2022). Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/barraco/#:~:text=Significado%20de%20Barraco,%2C%20r%C3%BAstica%2C%20com%20instala%C3%A7%C3%B5es%20prec%C3%A1rias.> Acesso em: 7 out. 2022.

população, tem impedido que a população afro-brasileira possa sair dessa condição de vulnerabilidade social. O que Santos (2010, p. 55) nos aponta que

O jogo é sempre das raízes, para as opções e das opções para as raízes, só varia a força dos dois vectores, enquanto a narrativa de identidade e transformação por outro lado não existe equilíbrio e equidade na distribuição social das opções. Pelo contrário, as raízes não são mais que constelações de determinações que, ao definirem o campo das opções, definem também os grupos sociais que lhes tem acesso e os que delas são excluídos.

Conceição Evaristo traz algumas determinações impostas para a população afro-brasileira que muito se assemelha aos escritos da escritora Carolina Maria de Jesus, que na sua clássica obra *Quarto de Despejo* de 2001, mas tem sua primeira publicação em 1960. Carolina que se mostra enquanto mulher negra, pobre, catadora de resíduos e moradora de um espaço nada propício à vivência humana. Assim como Conceição Evaristo, ela retira desses espólios uma maneira de denunciar, o modo como são tratadas as pessoas no cotidiano da favela.

Através de seus escritos, Carolina vê como uma forma de mudar economicamente, ela traz em seus relatos temas como: questões amorosas, infidelidade, mulheres submissas, suicídios, utilizava a fome como uma metáfora para explicitar todas as dificuldades a partir de suas vivências. Traz comparações com a escravidão que muito se assemelham com a atualidade “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra escravidão atual – a fome! A todo instante trata de reforçar essa condição da falta de não ter como se alimentar e nem como alimentar seus filhos.” (JESUS, 2001, p. 26).

“O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora [...]”, argumentando a autora Jesus (2001, p. 26), ao relatar a realidade vivenciada por uma significativa parcela da população negra. Esses relatos só corroboram com os escritos da autora Conceição Evaristo.

A autora traz ainda em sua memória a sua ancestralidade através de suas narrativas sobre a África e os relatos muitas Yabás⁹ que fazem parte do seu ciclo familiar. Traz em suas escrituras a herança africana de resistência e de luta daqueles que nos antecederam, na luta por dignidade.

Dignidade essa que tem sido evidenciada sobretudo através do movimento social negro que tem se ocupado cada vez mais da busca por melhores condições para a população afro-brasileira e tem exercido um papel fundamental nessa luta como afirma Gomes (2017, p. 17), “[...] muitos dos conhecimentos emancipatórios produzidos nas ciências no Brasil se deve ao

⁹ “[...] O termo Yabás refere-se ao Yorubá, dialeto africano que, traduzida, significa, ‘mãe’, ‘senhora’, ‘aquela que alimenta seus filhos’. [...]”. (COUTO, 1992 apud MUSEU AFRO DIGITAL, c2012). Disponível em: http://www.museuafro.uerj.br/?page_id=3264. Acesso em: 7 out. 2022.

papel educativo desempenhado pelos movimentos sociais que suscitam o debate de novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento.”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conto *olhos d'água*, é mensageiro de um sentido de crítica e de denúncia, na realização desta tarefa, de trazer à tona, através da literatura, as contradições da sociedade em que vivem, os personagens criados pela escritora têm fundamental importância, na construção de um novo olhar acerca do negro, trazendo sua história, contada a partir de sua própria vivência.

A atitude e o comportamento dos indivíduos e dos grupos face a luta são influenciados pela cultura e pelo meio em que estão inseridos por isso, a compreensão, a mudança e o desenvolvimento da cultura, constituem desta forma o ponto de partida e a garantia do sucesso para a luta de libertação. A cultura é um fator de mobilização de grupo, sendo está uma etapa importante para a luta antirracista.

Luta essa que deve ser travada a todo momento e em todos os campos, assim como a própria Conceição Evaristo nos aponta, da importância das lutas cotidianas e das buscas por uma construção e valorização de uma identidade étnica, refletida na sociedade de maneira positiva.

As influências culturais da luta refletem no desenvolvimento e/ou consolidação da consciência nacional: reforço do espírito de solidariedade e laços entre as classes, respeito mútuo dos grupos unidos e identificados na luta e num destino comum face ao domínio estrangeiro. A luta de libertação, que é mais complexa expressão do vigor cultural do povo, da sua identidade e de sua dignidade, enriquece a cultura e abre-lhe novas perspectivas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, David. Três conceitos de história, atlântica história. **Hisória Unisinos**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 206-217, maio/ago. 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.4013/7035>. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/7035>. Acesso em: 29 set. 2022.

BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, [s. l.], v. 3, n. 5, jun./jul. 2009. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf. Acesso em: set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. [S. l.]: Presidência da República, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM601.htm. Acesso em: 26 ago. 2022.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. História como memória social. *In: Variedades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, cap. 3, p. 67-89. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Burke-memoria_social.pdf. Acesso em: 1 out. 2022.

CHARTIER, Roger. Debate: literatura e história. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 197-216, [1999]. Conferência proferida por Roger Chartier, em 5 de novembro de 1999, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, que abriu o debate que se segue com João Adolfo Hansen. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/QZRqTbVPF8H4sXPyrP4RQ7M/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

FONSECA, M. V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: Revista de Estudo de Literatura alteridades em questão**, [s. l.], v. 9, p. 38-47, 2002. DOI: 10.17851/2317-2096.9.38-47. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>. Acesso em: 1 out. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IBGE. **Desigualdades Raciais no Brasil por Cor e Raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

KOSELLEK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição a semântica dos tempos históricos. Tradução do original do alemão Wilma Patrícia Maas. Rio de Janeiro: Contraponto: ed. PUC-Rio, 2006.

LEI de n. 1, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. **História da Educação**, Pelotas, n. 18, p. 199-205, set. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29135/pdf#:~:text=1%C2%BA%20Todas%20as%20pessoas%20que,Povoados%2C%20para%20estabelecimento%20das%20Escolas>. Acesso em: 9 out. 2022.

MELO, Aldina da Silva; BARBOSA, Viviane de Oliveira. A África no Ensino de História do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2017, Brasília, DF. **Anais [...]**, Brasília, DF: UNB, 2017. p. 1-16. Tema: Contra os preconceitos: história e democracia. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>. Acesso em: 11 fev. 2022.

MENESES, U. T. B. de. A História, cativa da memória? para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l.], n. 34, p. 9-23, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>. Acesso em: 1 out. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, jul./out. 2012, p. 06-14. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2210272-negritude-e-identidade-negra-ou-afrodescendente-um-racismo-ao-avesso. Acesso em: 1 out. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática de tempo**: para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 44). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 1 out. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chacravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UNICEF (Brasil). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adota e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. [S. l.]: Unicef, 1948, Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 29 set. 2022.

CAPÍTULO 10

O CAHIS LAGOA AMARELA: história da militância estudantil na UFMA (1997-2002)

Ana Beatriz Ferreira de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

O movimento estudantil possui um longo histórico de atuação na luta por direitos estudantis, políticos, sociais, educacionais, entre outros. Essa mobilização colaborou para a formação política e social da juventude. Sua principal bandeira de luta tem sido a defesa do ensino democrático, que se fortalece pela capacidade que possui de acompanhar as demandas de sua época, ultrapassando os muros das instituições de ensino. Sua militância traz a memória lutas pela garantia de direitos ao ensino. Assim, torna-se possível analisar essa atuação política na universidade através da memória de tais sujeitos históricos: os estudantes.

Nota-se a participação estudantil desde antes da criação das universidades no Brasil. Segundo Costa (2014), os estudantes contribuíram para a modificação do ensino no país, pois traziam em suas bagagens outras teorias e modelos intelectuais que circulavam nos países europeus quando retornavam ao Brasil. Um movimento disperso, mas que reivindicava uma estrutura de ensino no país.

Dentre as entidades de representação estudantil legalizadas no Brasil, encontra-se a União Nacional de Estudantes (UNE), reconhecida como entidade máxima de representação dos estudantes; o Diretório Central Acadêmico (DCE); Diretório Acadêmico (DA); Centro Acadêmico (CA) e outra mais específica do Movimento Estudantil de História (MEH), como a Federação dos Estudantes de História (FEMEH). Este artigo analisa as articulações do Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* (CAHIS), entidade estudantil existente e atuante na Universidade Federal do Maranhão, com foco nos anos de 1997 a 2002, a fim de investigar como se deram as mobilizações estudantis.

A Universidade Federal do Maranhão foi fundada em 1966 e possui um histórico na implantação e no desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Um lugar que resistiu diante dos cenários políticos que acometeram o país desde sua criação. Nesse espaço, encontram-se os estudantes que, como sujeitos participativos, lutaram para o acesso e a qualidade do ensino superior no Maranhão.

Dentro do recorte, observa-se um período importante na virada do século XX para o XXI, quando o Brasil trilhava pela redemocratização pautada na Constituição Federal de 1988¹, bem como os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2001), com características neoliberais, inclusive na política educacional. Partindo dessas questões, surgem as seguintes problemáticas: Quais foram as políticas educacionais nesse período? Como reagiu o movimento estudantil diante de tais demandas? As necessidades estudantis foram supridas ou reprimidas? A análise gira em torno desses questionamentos com objetivo de investigar a atuação do movimento estudantil de História em um lugar de resistência como Universidade Federal do Maranhão, representado pelo Centro Acadêmico *Lagoa Amarela*, por meio das fontes documentais pertencentes ao arquivo da entidade.

O acervo do CAHIS *Lagoa Amarela* abrange uma extensa variedade de documentos das gestões que ali atuaram, como ofícios, cartas circulares, memorandos, cartão postal, panfletos de encontros estudantis, jornais, prestação de contas dos gastos, ficha de inscrição das chapas ao cargo da diretoria, fotografias, entre outros. Foram organizados dentro de pastas e catalogados por ano tendo em vista a durabilidade de cada gestão, segundo o *Estatuto de Regimento*. Encontra-se disponível na sala da entidade que fica localizada no Centro de Ciências Humanas (CCH).

Trata-se de um estudo de memória que visa ressaltar a militância estudantil, assim como sua contribuição para uma universidade mais democrática através de um sujeito que a faz existir, funcionar, mas também resistir, que são os estudantes. Sobre isso, Cordeiro (2009, p. 16) ressalta que,

Em sua história, os efeitos do movimento estudantil (ME) caracterizam-se pela efervescência política e por constantes mobilizações na história do nosso país, cujas universidades, escolas, ruas e praças tornaram-se palcos privilegiados de expressão de inúmeras manifestações públicas. Seu forte conteúdo crítico, sua permanência e sua capacidade de estar sincronizado aos principais acontecimentos nacionais marcados pelas lutas em defesa da democracia, dos interesses populares e da educação ocupam no país um importante lugar de memória.

Como também, a memória da Universidade Federal do Maranhão que possui 55 anos de existência. Conhecer o caminho que faz a universidade existir e resistir ao longo do tempo, é a principal arma de defesa contra o desmonte do ensino. Dessa forma, quais memórias são tocadas, estudando uma entidade que simboliza resistência e possui um considerável histórico de atuação no movimento estudantil? Nessa perspectiva que se analisa o movimento estudantil em questão.

¹ Conhecida como “Constituição Cidadã”, a Constituição Federal de 1988 legalizou as entidades estudantis, após terem sido deslegitimadas no período ditatorial por causa de sua resistência à Ditadura Militar.

2 MOVIMENTO ESTUDANTIL: historiografia e conexões

O movimento estudantil faz parte do universo de movimentos que englobam os movimentos sociais. Reconhecido por sua efervescência em defesa da educação, traz o aspecto de combatividade e vigor nos posicionamentos frente às questões que vão além do espaço universitário. Segundo Viana (2020), o movimento estudantil é um dos principais movimentos sociais atuantes, que possui características definidas a partir do grupo social que pertencem: os estudantes.

Enquanto movimento social é constituído por estudantes que se articularam de acordo com a demanda da época. Para Covem (2020), os movimentos sociais surgem a partir da insatisfação coletiva frente a reivindicação de direitos. No caso do movimento estudantil, trata-se de um movimento social da área educacional tendo em vista o grupo que o compõe e as pautas que são articuladas em suas movimentações.

Podemos observar as conexões do movimento estudantil através do sistema de funcionamento que estão inseridos, ocasionando uma ação coletiva em diversos tempos e espaços, tendo em vista que “[...] a perspectiva da história global é apreender os múltiplos pontos de vista, e depois interconectá-los, mas sem submetê-los a uma lógica única, tal como ocorre com uma das perspectivas da história tradicional [...]” (BARROS, 2019, p. 5). Ressalta-se dentro dessa possibilidade também, a mercantilização do ensino, a luta pela existência e expansão da universidade pública, observando o capitalismo recorrente no mundo e sua influência nas universidades, ou seja, a conexão e seu reflexo nas demandas do tempo e espaço de investigação. Um movimento global que reporta sua mobilização pela garantia de direitos, sociais, políticos e civis.

A atuação no movimento estudantil contribui para a formação humana e política dos estudantes, uma vez que os instiga a movimentação social dentro e fora dos muros das universidades. Historicamente, um espaço que insere estudantes no mundo da política. Peixoto (2020), relata que esse engajamento estudantil colabora para um sucesso acadêmico e profissional, inclusive de indivíduos vindos das classes desprivilegiadas, pois é um espaço de luta. O autor Poerner (1979) em *O Poder Jovem*, um livro símbolo de resistência, censurado na Ditadura Militar, que trouxe um panorama sobre a importância da participação política dos estudantes brasileiros.

Primeiro, reponta a crescente importância do movimento estudantil dentro de nossa *história global*, pois que, de início, ele é apenas espasmódico, fazendo-se sentir sobretudo nos momentos cruciais de nossa sobrevivência coletiva em pontos esparsos do território que viria a ser o nacional, para os poucos, procura ser mais presente constante, em atuações muito mais formais que essenciais, para, por fim, já agora,

tentar tomar consciência de si mesmo, de sua significação e função dentro do todo, de suas possibilidades e de suas limitações reais [...] (POERNER, 1979, p. 20).

O movimento estudantil no Brasil possui uma organização legalizada pela Constituição Federal de 1988. Desde a criação da universidade com cursos agregados, ocorreu um decreto que regulamentava essa representação. Passou a existir o Diretório Central Acadêmico (DCE), o ápice da representação estudantil dentro da universidade. “O DCE iniciou, a partir daí, a luta pela união dos diversos Diretórios, com vistas a imprimir maior seriedade ao movimento estudantil [...]” (POERNER, 1979, p. 156). Nele encontra-se a reunião de vozes dos cursos com envolvimento tanto de demandas nacionais quanto locais, como alojamentos, alimentação ou trâmites técnicos dentro da academia; enquanto o Diretório Acadêmico (DA) ou Centro Acadêmico (CA) tratam das demandas do corpo discente restrito aos respectivos cursos.

Para Viana (2020), trata-se de um movimento social, pois suas organizações são tidas como “oficiais”, ou seja, também são regidas por estatutos. A institucionalização dessas entidades legalizou a atuação do movimento estudantil na universidade sinalizando que estavam ali para serem ouvidos sobre as questões que surgissem naquele meio. Inicialmente, as entidades tinham um caráter recreativo, mas pelo engajamento em pautas políticas assumiram uma identidade de militância.

Na fase embrionária, os Centros, mais tarde Diretórios Acadêmicos, possuíam uma função eminentemente social-recreativa-cultural. [...] Mas com o tempo, os Centros passaram a se conscientizar do papel relevante que poderiam desempenhar na vida da Academia [...] (DINO, 1996, p. 63).

No movimento estudantil universitário traz uma característica de transitoriedade, pois as pautas mudam de acordo com o contexto político, e há uma movimentação dos participantes em um curto tempo causando a modificação na forma de se articular. Essas mudanças criam pautas e demandas voltada para questões internas e/ou revolucionárias dependendo dos membros que estão atuando. Cabe entender que essa transitoriedade, pode ocasionar um perfil de movimento que pode ser visto como fortalecido ou enfraquecido.

Desta forma, o movimento estudantil pode ser caracterizado como um movimento social constituído pelo grupo social estudantil, que articulando-se através de demandas referentes a partir da área educacional, além de ser marcado pela questão da transitoriedade, uma vez que a condição de estudante não é permanente [...] (CONCEIÇÃO, 2020, p. 66).

Nas décadas de 1990 e 2000, observa-se uma lógica capitalista recorrente no mundo e sua influência nas universidades que mobilizam em diversas formas os estudantes. O avanço do neoliberalismo influenciou as políticas educacionais e ocasionou pautas como a mercantilização do ensino e a luta pela existência e expansão da universidade pública. Nesse ponto, observa-se mobilizações que defenderam causas em comum, mas que se desenvolveram de acordo com as necessidades de cada espaço. “Ação esta que é de cunho global, também

adotada por ativistas de vários países, alguns deles defendendo causas transnacionais.” (CONVEM, 2020, p. 51). Através dos ideais políticos que traçam o perfil do movimento estudantil da época, bem como a sua influência no movimento estudantil de História da Universidade Federal do Maranhão, verifica-se características da ação em âmbito global da atuação do Centro Acadêmico *Lagoa Amarela*, tendo em vista que faz parte movimentação que se conecta pela causa que os mobilizam.

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: espaço de resistência

Ao estudar o histórico da universidade, cabe entender que ela deve ser analisada no contexto em que está inserida, pois a universidade compreende as expectativas de determinado tempo, é um produto das relações de força que a rege (FÁVERO, 2006). Historicamente, o acesso à educação é um privilégio de poucos, e romper com essa realidade é a principal bandeira de luta dos movimentos social, em destaque o movimento estudantil. Como ressalta Araújo (2012, p. 44), “A Universidade não vai mudar sem a efetiva participação popular, não podendo ser transformada de dentro para fora; pelo contrário, seus muros irão cair de fora pra dentro, como consequência da chegada do povo ao poder [...]”.

O processo de criação das universidades no Brasil foi tardio se comparado a outros países da América Latina. Enquanto colônia portuguesa, não havia incentivo para a criação de universidades. A elite enviava os filhos para Europa, para obter uma melhor educação e, principalmente, ter acesso ao ensino superior, dentre elas, a Universidade de Coimbra em Portugal (COSTA, 2014). Assim, percebe-se que o ensino superior vigora como sinônimo de manutenção do poder entre as famílias da elite.

Somente com a vinda da Família Real, a necessidade de implantação desse nível de ensino, mesmo que de forma tímida, vingou e se consolidou (PASE, 2006). As cidades onde se instalaram os primeiros cursos foram as consideradas como centros de desenvolvimento do país na época. Por volta de 1839 em São Paulo e Olinda, 1854 na Bahia e no Rio de Janeiro. Surgiram os cursos tradicionais como Direito, Medicina e Administração, com intenção de continuidade do legado da família com a ocupação dos cargos que eram de seus pais.

Em terras maranhenses, a educação superior foi tardia comparada ao resto do país, devido a um conjunto de problemas econômicos, sociais e políticos que permeavam na época. A primeira escola superior no Maranhão, bem como em todo o país, foi fundada e mantida por

fins lucrativos particulares da Fundação Paulo Ramos². O nascimento do ensino superior no Maranhão ficou localizado em São Luís, e o primeiro curso que se tem conhecimento foi o de Direito (COSTA, 2014). Nesse contexto, surgiram as intenções de criação com cursos conhecidos como isolados, prédios distantes que funcionavam e que foram crescendo dentro da capital, com prédios entres os casarões coloniais de São Luís, “[...] inicialmente no Beco da Sé, hoje travessa D. Francisco; depois da Rua do Sol, a esquina da Travessa do Sineiro (Godofredo Viana), defronte ao Teatro Arthur Azevedo, em prédio próprio, segundo Mário Meireles [...]” (COSTA, 2014, p. 66).

Como ressalta a historiadora Faria (2014) ao entrevistar o historiador Mario Meirelles, um idealizador do ensino superior que contribuiu para fundação da Faculdade de Filosofia no Maranhão: “Na década de 1930, ao concluir o curso secundário no Maranhão, as pessoas tinham apenas três alternativas de curso superior: Direito, Farmácia e Odontologia [...]” (FARIA, 2014, p. 223). Esse ensino partiu de uma necessidade local para obtenção do conhecimento, mas também como circulação de renda. Assim como no resto do país, houve influência dos estudantes que iam para outros lugares estudar e traziam consigo outras ideias, semelhantes aos cursos superiores que já existiam no país.

Nos anos de 1920, as universidades foram se expandindo no Brasil. Quando Getúlio Vargas assume a Presidência da República em 1930, ocorre uma reforma no modelo de funcionamento do ensino. A educação passou pelo processo de federalização, seria mantida pela União e assumiria um caráter agregado. Nesse contexto, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como seu primeiro titular Francisco Campos.

Na inauguração dos trabalhos, o ministro declara que a Universidade do Brasil, mantida pela União, ‘precisa ser perfeita’. Afirma ser intenção do governo simplesmente ‘fazer uma universidade que deixe de ser o que tem sido até hoje no Brasil: um postulado regulamentar, uma aspiração da lei. Que ela se converta em uma realidade viva, em uma comunidade escolar verdadeira. Para isso, torna-se necessária a criação daquilo que hoje se tem chamado uma cidade universitária’. (FÁVERO, 1999, p. 23).

No período da Ditadura Militar (1964-1985), a universidade torna-se um alvo de medidas autoritárias dificultando o desenvolvimento acadêmico para docentes e discentes. As universidades brasileiras passaram por ameaças de fechamento, pois as principais ideias de oposição vinham de dentro da universidade que se tornara um campo fértil resistência. “Vale dizer que, a partir desse período, a repressão voltou às universidades de forma mais intensa, ocorrendo a expulsão de docentes, a proibição de determinadas disciplinas e uma queda sem antecedentes no nível acadêmico [...]” (RIBEIRO, 2000, p. 58). Após o período ditatorial, as

² Instituição mantedora do ensino superior maranhense antes do processo de federalização.

universidades firmaram-se em pilares que envolviam conceitos como direitos humanos e cidadania, reafirmadas na Constituição Federal de 1988.

A partir da década de 1990, vigorou a instalação da agenda neoliberal e a lógica de enxugamento dos gastos com serviços públicos inseridas pelo presidente Fernando Collor de Mello e incentivada por Fernando Henrique Cardoso (FHC), como melhor caminho para a transição democrática que o país estava vivenciando. Assim, o Brasil passou por uma série de reformas, bem como privatizações na área educacional através dos dois mandatos.

Em 1996, entrou em vigor a reforma da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), baseada na Constituição de 1988, modificou o ensino e o meio universitário no país onde viabilizou e incentivou abertura de iniciativas privadas no ensino, bem como a modificação do modelo de universidade: “A partir da década de 1990, contudo, as propostas de reforma para as universidades públicas têm conduzido a um processo crescente de privatização [...]” (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013, p. 40). Ocorreu a gradativa privatização do ensino onde as universidades brasileiras passaram por redução dos gastos, indicando uma deterioração no ensino cuja pesquisa e extensão ficaram comprometidas. Em contrapartida, houve a expansão do sistema privado de ensino superior que se mostrava como opção em meio ao sucateamento universitário.

A Universidade Federal do Maranhão, mantida por recursos públicos, sentiu o sucateamento na falta de materiais básicos para funcionamento, bem como de infraestrutura. Com prédios recém entregues como o Centro de Ciências Humanas (CCH), carecia de incentivo ao desenvolvimento dos cursos que foram implantados no âmbito de pesquisas. Naquele momento, tanto a função da universidade como o perfil universitário inseriram-se na lógica de mercado, transformando o espaço de discussão política, social e construção do conhecimento para espaço de produção voltado à formação de mão de obra.

As pesquisas passaram a ser avaliadas conforme os aspectos produtivistas, privatizando o conhecimento. Para a concepção de educação neoliberal, o ensino público incluiria os princípios de produtividade, competitividade e força de trabalho,

Ao afirmar que se tem reproduzido a lógica de produção capitalista, conclui-se que o conhecimento produzido passa a ser mercadoria, estando disponível somente para quem possa comprá-lo [...] Sendo assim, o conhecimento produzido serve a determinados interesses e atende a determinadas demandas, quais sejam, as das classes dominantes [...] (ARAÚJO, 2012, p. 40).

As universidades foram palcos de diálogo com relação a esses impasses contando com movimentação de professores, estudantes e servidores contra as posições do Governo FHC, pois a “[...] educação, como direito social fundamental, estava sendo apropriada pelo capital para desenvolver sua plataforma política econômica de gestão e controle [...]” (CARDOSO;

MIRANDA; SANTOS; PESSOA, 2009, p. 1). Nesse sentido, a luta pela defesa da educação pública e de qualidade era o foco, pois o processo de privatização estava atingindo a educação. Esse processo se intensificou até nos anos 2000 com a continuação do segundo mandato de FHC. Houve ameaça de diminuição ou até mesmo extinção do ensino superior público. As resistências contaram com a participação dos próprios discentes, através do movimento estudantil, que se reinventou naquela época dentro do país, seguindo a bandeira em defesa da expansão da universidade.

4 ACERVO DOCUMENTAL DO CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA LAGOA AMARELA

O CAHIS *Lagoa Amarela*, fundou-se como entidade representativa dos estudantes de História da Universidade Federal do Maranhão em São Luís. O tempo de sua criação ainda é alvo de investigação, as fontes analisadas ainda causam dúvidas com relação sua fundação. O nome *Lagoa Amarela* faz referência a um quilombo do Maranhão fundado por Cosme Bento das Chagas, mais conhecido como Negro Cosme, um escravo ativista que lutava pelo fim da escravidão. Lagoa Amarela representava o lugar de resistência ao sistema escravocrata, onde eram desenvolvidas atividades educativas para os negros escravizados que ali chegavam. De tal inspiração veio o nome atribuído à entidade de representação estudantil.

O slogan do CAHIS *Lagoa Amarela* representa o símbolo dessa resistência no Maranhão. Portanto, a entidade firma-se na ideia de resistir, lutar, formar e representar o movimento estudantil de História.

Figura 2 – Logotipo do CAHIS Lagoa Amarela.



Fonte: Acervo CAHIS Lagoa Amarela Gestão Apologeticus: Unidos pela História (2016).

O CAHIS *Lagoa Amarela* acumulou um vasto material ao longo de sua existência. Trata-se de documentos diversificados, entre eles: cartas, ofícios, panfletos, informativos, projetos, memorandos, fotografias, editais, jornais, recibos, slogans, fichas de inscrição, atas.

Os documentos que datam de 1997 a 1999 estavam datilografados³, os de 2000 a 2002 em sua maioria encontram-se digitados tendo em vista a inserção da rede de computadores na época. Foram mapeados os seguintes documentos:

Tabela 1 – Quantidade de Documentos

Ano	Quantidade de documentos
1997	57
1998	28
1999	33
2000	64
2001	72
2002	83

Fonte: Elaborada pela autora.

Para a análise, levou-se em consideração conhecer o contexto, observar quem as escreveu, os critérios adotados, uma vez que o trabalho historiográfico se encontra nesse interesse de análise do passado partindo do presente. As fontes escritas do CAHIS *Lagoa Amarela* refletem algumas demandas emergentes na época, dentre elas, destaca-se aqui os que contém vestígios da militância do movimento estudantil em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, mas também a pauta da inclusão universitária.

Através do acervo foi possível mapear a insatisfação das entidades estudantis com relação ao governo de FHC. Em 1999, os estudantes foram às ruas com os slogans: “*Se cuida FHC, quem derrubou Collor pode derrubar você e FHC, pode esperar, a sua hora vai chegar*”. No primeiro mandato de FHC, em Defesa da Universidade Pública; segundo Mandato de FHC com o movimento “*Chega de FHC!*”.

Figura 2 – Chega de FHC!



Fonte: Acervo CAHIS-UFMA (1999).

³ Documentos que foram datilografados, produzido por uma máquina datilográfica que era utilizada para escrever.

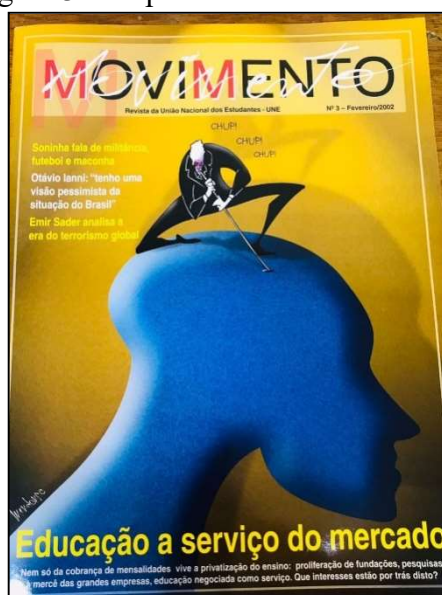
Essa tomada de postura devia-se ao entendimento da importância da representação estudantil. A redução de recursos para as universidades foi sentida em diversos âmbitos atingidos aos envolvidos. Sobre isso, o impresso do *Jornal da FEMEJ* relatou que ocorria dificuldade em continuar veiculando o jornal, pois não havia recursos na entidade. Referenciavam tal dificuldade em decorrência da crise provocada pela política de FHC.

Buscamos mesmo assim superar essas dificuldades, às vezes em prejuízo próprio, às vezes contando com a colaboração externa. Tudo isso em função da crise que assola as universidades públicas fruto dos ataques da política neoliberal capitaneadas pelo Ministro Paulo Renato e por Fernando Henrique Cardoso [...] (JORNAL DA FEMEJ, 1997, p. 1).

Naquele tempo, os graduandos tinham liberdade para atuar no mercado de trabalho, resultava em ajuda financeira, porém danificava o aproveitamento acadêmico e ocasionava uma certa “privatização do pensamento”. A LDB de 1996 deu espaço para a iniciativa privada e instituiu como responsabilidade do Estado o controle de qualidade. “Assim, ao Estado caberia apenas regular e controlar a educação superior por meio da criação de mecanismos de credenciamento e avaliação [...]” (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013, p. 32). A crítica a tal método de avaliação não correspondia ao ensino crítico de universidade, mas uma lógica de ensino voltada para o mercado.

Nos anos 2000, observa-se que continua a resistência ao governo tendo em vista o seu segundo mandato. A revista *Movimento*, veiculada em 2002 trata da temática na capa ao relacionar a lógica de mercado inserido na educação.

Figura 3 – Capa da Revista Movimento.



Fonte: Acervo CAHIS-UFMA (2002).

Dessa perspectiva de modificação, criou-se o *Provão*, a política de avaliação do ensino superior adotada pelo Governo FHC. Portanto, entre outras reivindicações da época estava a

greve nas federais *Contra o Provão*. A representação feita a caneta no verso de um informativo de reunião, trouxe à memória uma pauta latente de luta entre os estudantes em 1996. Os discentes decidiram que iriam à prova, mas a deixariam em branco. Tal arte representou como o *Provão* estava no imaginário dos discentes da época: abafando, sufocando ou mesmo pegando-os de surpresa no meio do sucateamento do ensino. Em um impresso da FEMEH, observa-se que o provão continuava sendo uma pauta de embate para o movimento estudantil, continuando pelo segundo mandato de FHC.

Figura 4 – Provão



Fonte: Acervo CAHIS-UFMA (1996).

Figura 5 – Jornal da FEMEH.



Fonte: Acervo CAHIS-UFMA (2002).

Figura 6 – Informativo DCE Gestão Para não pagar mensalidade.

DCE - PRA NÃO PAGAR MENSALIDADE (Capa 2)	ASSUNTO	DCE CATEGORIAL (Capas 1 e 2)
Percebe-se que as instituições e empresas em suas atividades não têm direito de cobrar os alunos. Por isso, a comissão de estudantes deliberou pelo congelamento em 2003.	Assuntos da maioria	Participaram em 1º Fórum do movimento
Procedimento de certificação e personalização por entender que não deveria ser obrigatório de acordo de meta passagens. Também com isso, as instituições de ensino a procuradora do município exigiu a extinção da regulamentação.	Personalização dos cursos	Calouso em curso a situação dos cursos
Encaminhado ao Conselho Superior com uma lista de prioridades e condições de funcionamento.	Definição das regras do curso	Aplicou o decreto do MEC/UFMA buscando um documento complementar a uma
Medição em instituições para o CONSUP e encaminhado para a primeira deliberação a proposta do REICOM de Início e aprovação em apenas 15 dias. Propôs que a Faculdade fosse amplada para toda a comunidade universitária. Discutido por Conselho por tempo indeterminado.	Definição da Universidade Universitária da UFMA	Não abriu a busca
Assim, a Faculdade com o CAHIS concordou que o Conselho da UFMA fosse para todos os delegados.	Condições para o Conselho da UFMA	Assinaram acordo com o Conselho Superior e enviou o sistema para todos os delegados da UFMA do DCE
Passou aos Honrosos C. DCE e que fecharam a conta do DCE até a definição do sistema Gestão a gestão.	Finanças do DCE	Desenvolvendo a agenda, antes de qualquer definição, inclusive autorizando todo o saldo em 31 de março

Fonte: Acervo UFMA (1999).

Percebe-se que as temáticas da privatização e do sucateamento pairavam no meio acadêmico e se refletiam em diversos espaços das entidades estudantis. O DCE 17 de setembro, entidade representativa da Universidade Federal do Maranhão, veiculou um *Informativo* feito pela Gestão *Pra não pagar mensalidade*, na qual o próprio nome transmitia a luta contra a privatização da Universidade naquele tempo.

Assim, verifica-se muitas ações do movimento estudantil regidas pelo contexto em que estavam inseridos. Os documentos divulgaram a comunicação que o CAHIS *Lagoa Amarela* mantinha com as demais instâncias como a UNE. A diversidade do arquivo ampliou a visão sobre aquele momento, sobre o sucateamento e a luta pela expansão do ensino público superior. Alguns dos eventos já sinalizavam a campanha de Luís Inácio Lula da Silva em diálogo com grupos de outros movimentos sociais circulando na comunicação do movimento estudantil em nível nacional.

Figura 7 – Manifesto em defesa da democracia.



Fonte: Acervo CAHIS-UFMA (2002).

Assim, observa-se muitas ações do movimento estudantil regidas pelo contexto em que estavam inseridos. Os documentos divulgaram a comunicação que o CAHIS *Lagoa Amarela* mantinha com as demais instâncias que rodeavam sua existência, como universidades e outras

entidades. É possível mapear as ações das organizações estudantis no Brasil, como foco Maranhão, em uma demanda que estava vigorando nos países da América Latina, o neoliberalismo. Tal lógica dificultava o funcionamento e conseqüentemente o acesso ao ensino superior público de qualidade no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a história da universidade impulsiona conhecer o contexto, a relação de força que a sustenta, pois a universidade é um espaço regido de acordo com a política educacional da época. Surgiu no Brasil como um espaço de privilégio das classes mais abastadas e manutenção de poder, então ao longo do tempo, a principal bandeira de luta foi expandir e ocupar esse espaço.

Dino (1996), em *A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)*, afirmou que “[...] a história dos Centros Acadêmicos precisa algum dia ser escrita [...] De que data é a certidão de seus nascimentos?” (DINO, 1996, p. 63). É relevante discutir a luta dos estudantes nos centros acadêmicos, faz parte do espaço universitário e da memória da universidade. A renovação historiográfica na história política possibilita relacionar diversas temáticas que trazem à memória, lutas pela garantia de direitos civis e suas formas de poder. Enquanto objeto de estudo historiográfico nas mudanças ocorridas no século XX com a Escola dos Annales, onde se reconheceu novos sujeitos históricos bem como novas temáticas de estudo e ampliação das fontes históricas. Trata-se de um espaço de poder que reflete a política que permeia no cenário internacional, nacional, regional e, conseqüentemente local. Ressalta a voz estudantil e sua luta pela educação de qualidade.

O Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* nos anos 1990 atuou contra a privatização das universidades, em específico da Universidade Federal do Maranhão e continuou com tais pautas no início dos anos 2000. Eles reivindicaram, dentro das limitações frente às novas disposições do governo na área de educação. Contatou-se que o neoliberalismo, ideologia recorrente no âmbito global, afetou consideravelmente a universidade. Foi sendo visível através do sucateamento das universidades e abertura para a iniciativa privada. A falta de infraestrutura, bem como as ideias de mercado modificaram a função das universidades naquela época.

Através do acervo de documentos das gestões que atuaram na entidade representativa foi possível mapear a insatisfação estudantil com a política educacional que estava sendo desenvolvida, serviram como fontes para analisar o contexto, Movimento Estudantil,

Movimento Estudantil de História, UFMA, curso de História e o mundo do trabalho a princípio. Constatou-se que o corte de verbas na universidade inviabiliza a ciência e o desenvolvimento do país, bem como restringe o acesso. Portanto, o histórico de luta do movimento estudantil precisa ser investigado e destacado, pois é a memória política de sujeitos atuantes na educação, dos direitos conquistados. No caso deste recorte, são memórias de luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e pela expansão das universidades pública.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Alexandre Garcia. Ensaio sobre a Universidade e sua função social. **Filosofando: Revista de Filosofia da UESB**, [s. l.], ano 1. n. 1, p. 38-47, jul./dez. 2012.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSK, Carla Bassanezi Pinsk (org.) **Fontes Históricas**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.
- BARROS, José D' Assunção. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens tradicionais e outras histórias. **Secuencia**, [s. l.], n. 103, p. 1-30, jan./abr. 2019. Epub. DOI: <https://doi.org/10.18234/secuencia.v0i103.1528>. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/secu/n103/2395-8464-secu-103-e1528.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.
- BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. *In*: COLOMBO, Sonia Simões (org.). **Gestão Universitária: os caminhos para a excelência**. [Porto Alegre]: Penso, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm [analto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 3 out. 2022.
- CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius. Reflexões sobre o movimento estudantil e o maio de 1968. *In*: VIANA, Nildo (org.). **Movimento Estudantil em foco**. Goiânia: Edições Redelp, 2020. (Coleção Movimentos Sociais, v. 2).
- COSTA, Márcia Cordeiro. **Em cena, o movimento estudantil acadêmico do Maranhão: 1930-1950**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2009. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/165>. Acesso: 3 out. 2022.
- COSTA, Márcia Cordeiro. **Movimento Estudantil acadêmico e a imprensa estudantil no Maranhão (1930-1950): uma contribuição à história da educação**. São Luís: [Appris], 2014.
- COVEM, Eliani. A nova face do movimento estudantil no Brasil: do enfretamento à gestão autônoma. *In*: VIANA, Nildo (org.). **Movimento Estudantil em foco**. Goiânia: Edições Redelp, 2020. (Coleção Movimentos Sociais, v. 2).
- DINO, Sálvio. **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)**. São Luís: EDUFMA, 1996.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade do Brasil: um itinerário marcado de lutas. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 10, p. 16-32, jan./abr. 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n10/n10a03.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 66, p. 117-119, out. 2003. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1151>. Acesso em: 7 out. 2022.

PASE, Luiz Hemerson. A Formação da Elite na Primeira República. **Barbarói**, [s. l.], v. 2, n. 25, p. 93-104, abr. 2006. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/730>. Acesso em: 7 out. 2022.

PEIXOTO, Maria Angélica. Universidade, movimento estudantil e trajetórias individuais. *In*: VIANA, Nildo (org.). **Movimento Estudantil em foco**. Goiânia: Edições Redelp, 2020. (Coleção Movimentos Sociais, v. 2).

POERNER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Maria das Graças M. Políticas para a educação superior no Cone Sul: do autoritarismo ao neoliberalismo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 55-65, nov. 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644024/11471>. Acesso em: 2 out. 2022.

VIANA, Nildo. Movimento Estudantil, dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicatório. *In*: VIANA, Nildo (org.). **Movimento Estudantil em foco**. Goiânia: Edições Redelp, 2020. (Coleção Movimentos Sociais, v. 2).

CAPÍTULO 11

A TERRA COMO UTOPIA: memória, luta e solidariedade em um assentamento rural na região de Buriticupu – Maranhão

Darlene Rodrigues Area Silva

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da investigação acerca da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais pelo acesso à terra no estado do Maranhão, com destaque para a região de Buriticupu a partir da década de 1970 com a implementação do Projeto Pioneiro de Colonização Agrícola, idealizado pelo governo estadual, cuja desastrosa administração levou a tomada e ocupação da Fazenda Terra em 1988 na mesma região.

Partimos do pressuposto de que esses homens e mulheres foram e são protagonistas de sua história, de sua luta e memória e migraram para a região com sonhos, angústias, esperanças e utopias de um futuro diferente e melhor para suas famílias. A terra, nesta pesquisa, foi entendida como uma utopia coletiva presente no imaginário popular da época que mobilizou grupos de lavradores a lutarem por sua conquista, estes formaram redes de solidariedades e enfrentaram diariamente diversos tipos de violência em prol do sonho de manutenção da liberdade em relação à terra.

Concordando com o historiador Thompson (1981), tratamos a “experiência viva” dos camponeses da região de Buriticupu, como um processo sócio-histórico que os caracteriza enquanto sujeitos que constroem suas histórias e refletem sobre o que aconteceu a eles e ao seu grupo. São indivíduos que “[...] experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e *cultura* [...]” (THOMPSON, 1981, p. 182). Dessa maneira, a experiência exerce pressão política sobre a consciência social e as práticas culturais do grupo/comunidade.

A consciência social encontra sua realização e expressão através das experiências cotidianas, neste caso, dos trabalhadores rurais na luta pela terra. É dessa forma, segundo o autor que “a vida familiar e social é estruturada”. Além disso, a “experiência” também encontra sua realização na vida material e, por isso é também “estruturada em termos de classe” (THOMPSON, 1981, p. 188-189).

A abordagem micro analítica, analisada pelo historiador Revel (2010), manifestou-se nesta pesquisa como um conceito fundamental para analisar o processo de ocupação do território em Buriticupu, assim como das experiências cotidianas dos lavradores.

A abordagem propõe que realidades sócio-históricas “menores” podem ser apreendidas “[...] dentro de quadros analíticos que as ultrapassam [...]”, possibilitando ao trabalho do pesquisador transformar (as vezes radicalmente) o conteúdo representado e os objetivos propostos, demonstrando que em muitos contextos uma “[...] outra história é possível a partir da escolha de um ponto de vista particular [...]” (REVEL, 2010, p. 435).

A análise de trajetórias particulares e das experiências vividas e compartilhadas nesse processo, seja de um trabalhador ou de um grupo de trabalhadores, nos ensina muito acerca do mundo social, político e econômico em que vivem e também das relações com outros indivíduos e instituições, inserindo-os “[...] numa multiplicidade de espaços e de tempos sociais, pelo novelo de relações sociais que se criam em volta dessa trajetória e dão-lhe sua significação [...]” (REVEL, 2010, p. 439), tornando possível uma releitura de fenômenos sociais maiores.

Dessa maneira, buscamos compreender a inserção do estado maranhense na dinâmica política e econômica do governo militar e as consequências dessa inserção para o aumento dos conflitos de terra e da miséria social dos trabalhadores rurais do estado, destacando a região de Buriticupu e sua formação a partir do *Projeto Pioneiro de Colonização Agrícola* no início da década de 1970. Entendemos que a região citada e sua história oferecem subsídios para melhor representação dos demais projetos implementados em outras localidades e dos conflitos pela posse de terra no interior do Estado, haja vista que Buriticupu foi palco do primeiro projeto de ocupação de terras devolutas amparado pelo governo.

Nesse sentido, a região também se tornou privilegiada para investimentos privados sobre suas terras e palco do significativo aumento da concentração fundiária no estado, na mesma medida em que ocorria o desenvolvimento da mentalidade capitalista sobre o território, tomando-o apenas como lugar de obtenção de lucro e crescimento econômico.

A região também se tornou pioneira na intensificação de conflitos pela tomada da terra por parte de trabalhadores rurais, como revelou a ocupação da Fazenda Terra Bela em 1988, que se seguiu com a tomada de vários outros latifúndios. Assim, a própria história de Buriticupu é também uma história de denúncia contra o Estado, estadual e nacional da época, ao desmascarar o suposto “milagre econômico” que o país vivia, mostrando o outro lado da moeda: de pobreza, fome, miséria, repressão e assassinatos de camponeses em todo país.

Isto posto, esta pesquisa, ao problematizar experiências únicas e memórias compartilhadas de mulheres e homens que lutaram pela terra, se justifica como uma contribuição para a história econômica, política e agrária do Maranhão.

Na tentativa de entender a experiência da territorialização por meio de projetos estatais e da formação dos assentamentos rurais no Brasil, trazemos características tipicamente particulares do grupo de lavradores que migrou para Buriticupu, suas histórias de vidas contextualizadas num mesmo espaço-tempo e as significações que permeiam a vida cotidiana dos seus atores sociais.

Como fontes iniciais para esta investigação utilizamos uma imagem do Assentamento Terra Bela e o livreto *A história da Terra Bela: 30 anos de lutas e conquistas* (2018) do memorialista da região, Isaías Neres Aguiar, que retratou brevemente alguns detalhes da dinâmica social do Assentamento nos anos iniciais de sua formação. Usamos também o caderno nacional da *Comissão da Pastoral da Terra: Conflitos no Campo Brasil 1988*, publicado um ano após a ocupação da fazenda e que nos trouxe valiosas informações, na forma de denúncia, acerca da tomada da fazenda, de seus líderes, da violência policial e a situação degradante das primeiras famílias que chegaram para ocupar a fazenda. Estas fontes foram trabalhadas na perspectiva de produzir um conhecimento mais aproximado da realidade vivida.

2 “UMA ILHA NO MEIO DE EMPRESAS”: formação e desenvolvimento de Buriticupu

Voltamos nossa atenção agora para a região destacada nesta pesquisa. A cidade de Buriticupu localiza-se a oeste do estado do Maranhão, atualmente está há 414 km da capital São Luís. Integra a microrregião do Pindaré, sendo atravessada pela Rodovia Federal 222, antes MA-74. O povoado pertencia ao município de Santa Luzia do Tide e foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 6.162/1994. Sua história de desenvolvimento esteve diretamente atrelada às políticas de ocupação do território maranhense na década de 1970. A região foi palco de intensos conflitos de terra que foram intensificados na década de 1980.

Segundo registro de Silva (2015, p. 22),

Buriticupu limita-se no sentido norte/leste pelos rios Buriticupu e Pindaré, que o separam dos municípios de Bom Jesus da Selva e Bom Jardim. No sentido leste/sul, parte pelo rio Presa de Porco, que o separa de Alto Alegre do Pindaré, indo até o limite sul com o município de Santa Luzia do Tide. Já no sentido sul/oeste, o rio Zitiua o separa do município de Arame, continuando na fronteira do município de Amarante do Maranhão.

A história de formação de Buriticupu está estritamente relacionada com a história das correntes migratórias de camponeses e camponesas advindos de várias partes do Maranhão e

de fora deste, especialmente de migrantes piauienses e cearenses, em busca de terra para sustento de suas famílias, fugindo da fome, da seca, dos trabalhos por dívida, sempre em terras de outros, carregando consigo as marcas de um passado opressor em que seus direitos básicos lhe foram negados. Analisar o impacto de movimentos migratórios para o campo como uma tentativa de entender uma realidade maior de sofrimento, pobreza, insegurança, violência, mas também de sonhos, vitórias e utopias coletivas.

Em 1969, entretanto, o governador Sarney Costa promulgou a Lei de Terras nº 2.979 de 17 de julho, também chamada de “Lei Sarney de Terras”. Essa lei respaldava, por meio de dispositivo legal, a “[...] privatização de terras públicas e incentivava a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais no estado [...]” (BARBOSA, 2015, p. 49-50), na mesma medida em que excluía brutalmente as famílias camponesas do acesso à terra.

A implementação da “Lei Sarney de Terras” esteve intimamente relacionada com a ideia de construção de um “Maranhão Novo”, o eldorado brasileiro, lugar de vida nova, com progresso, liberdade, modernização e justiça. Era uma área propícia para investimentos econômicos e obtenção de lucro, principalmente por causa de suas abundantes terras e o início da expansão de sua fronteira agrícola. Essa representação do estado foi bastante difundida pela imprensa local desde a década de 1930, mas se intensificou com a vitória eleitoral de José Sarney para governador do estado em 1966.

Operava, na verdade, a mentalidade de que grandes empresários deveriam ocupar a terra e capitalizar seus recursos para setores do capital privado, ao mesmo tempo que o governo militar “[...] detinham o controle – por meio de uma brutal repressão – sobre os trabalhadores e as suas organizações sindicais [...]” (MEDEIROS JÚNIOR, 2010, p. 74).

O “milagre brasileiro” e o suposto “milagre maranhense” foram acompanhados pelo rastro de miséria da maioria da população, da dura realidade do desemprego e da concentração de renda (MEDEIROS JÚNIOR, 2010). Esse modelo de desenvolvimento autoritário e excludente foi duramente sentido e vivido pelas populações rurais em todo país, em especial no Maranhão.

A Lei de Terras de 1969 levou o governo estadual em 1971 (governador Pedro Neiva de Santana) à criação da Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO – empresa colonizadora estatal. Criada com objetivos de ordenar as ocupações de terra de famílias rurais residentes em regiões de conflito, organizar a venda de terras devolutas para grandes conglomerados econômicos de todo o país e fora deste, facilitar a instalação de seus negócios e ainda distribuir lotes de terras para assentar cerca de dez mil famílias na região do Pindaré, em particular na região do então povoado de Buriticupu.

Na verdade, o objetivo principal era o desenvolvimento de projetos socioeconômicos de interesse do estado. E por isso, vários escritórios da COMARCO foram instalados em cidades do Maranhão para cadastramento das famílias interessadas em participar do projeto de colonização, contanto com a intensa propaganda positiva do governo sobre a colonização, afirmando ser o projeto uma verdadeira “revolução no meio rural”, construção de um mundo novo, com trabalho, moradia, saúde e educação dignas e direito a terra.

As terras devolutas da área de atuação da COMARCO englobavam parte dos municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré Mirim, Santa Luzia e Amarante do Maranhão (BARBOSA, 2015) e contou com cerca de 1.700.000 hectares de terra (um milhão e setecentos mil). Em Buriticupu, território entre as cidades de Açailândia e Santa Luzia, foi implantado um trecho rodoviário de aproximadamente 290 quilômetros, na época MA-74 e, hoje, BR 222 (LACERDA, 2014). A grilagem, seguiu o mesmo caminho de abertura de estradas que facilitava o transporte e escoamento de mercadorias.

Migraram para a região de Buriticupu diversas famílias de diferentes localidades, dentre as quais podemos citar Açailândia, Santa Luzia, São Luís, São José de Ribamar, Imperatriz, Pio XII, Coroatá e, como já citado, famílias dos estados do Piauí e Ceará. Todas em busca do sonho de um lote de terra para viver, trabalhar e sustentar suas famílias.

A maioria migrou para a região sem absolutamente nada de bens materiais e sem qualquer outra esperança, sendo abrigadas em alojamentos coletivos e depois distribuídas para os núcleos de povoamento em diferentes áreas da região. Muitas famílias ficaram totalmente dependentes do apoio estatal para permanecerem e sobreviverem no local, desde a distribuição de água, alimentos e remédios, outras, porém abandonaram o projeto devido ao descaso do governo.

É certo que, a maioria das promessas feitas pelo governo nunca foram cumpridas. A Companhia faliu em pouco tempo e muitos colonos tiveram de vender seu lote de terra para conseguir sobreviver. A região ficou cercada de grandes latifúndios particulares onde se empregava a mão de obra barata dos lavradores, que serviram apenas de “[...] propaganda simpática para a opinião pública estadual e nacional [...]” (ASSELIN, 2009, p. 180).

Buriticupu se tornou uma espécie de “ilha no meio das empresas”, empresas estas que precisavam de mão de obra. Dentre os grupos econômicos (empresas com atividades ligadas ou não a terra) que se instalaram aos arredores da região e que conseguiram sua legalização através da mediação da COMARCO, podemos citar: 1) Fazenda Cacique com 100 mil ha que pertencia a um grupo paulista ligado à indústria de café; 2) MAPISA com 25 mil ha pertencente ao grupo Meira Lins, de Recife; 3) Santa Fé, que possuía 17 mil ha ligada à empresa de ônibus de

Caruaru, Pernambuco; 4) CITEMA e TEMASA, com 33 mil ha pertencente ao grupo EIT, Ceará; 5) Fazenda Faisa, com 24 mil ha pertencente a um grupo de empresários do SANBRA, Pernambuco; e, por fim, 6) Fazenda Terra Bela, com cerca de 24 mil ha pertencente a um fazendeiro de Santa Helena de Goiás e antes ligada à Construtora Mendes Júnior (ASSELIN, 2009).

Cada empresário ou grupo econômico poderia comprar, segundo a letra da lei, no máximo três mil hectares de terras para a realização de suas atividades, o que não aconteceu, como mostrado no parágrafo anterior, tendo em vista, por exemplo, que apenas um grupo econômico possuía mais de cem mil hectares.

Esses empresários se organizavam entre si em sociedades anônimas e “compravam” extensões gigantescas de terras na região, na mesma proporção que os trabalhadores rurais tiveram direito a 25 hectares para sustento de suas famílias e centenas de outros não tiveram nem ao menos isso. O que aconteceu, na verdade, foi um processo acelerado de concentração econômica e grilagem.

Na acepção de Cardoso e Brignoli (2002, p. 341-343),

A estrutura da oferta da mão-de-obra será de grande importância para caracterizar o sistema econômico em que se inserem as empresas estudadas [...] A vinculação inter-regional das economias [...] logicamente, tais atividades elaboradas dos produtos agrícolas estão intimamente vinculadas à comercialização e à exportação.

A mão de obra utilizada nas chamadas “empresas agrícolas” foi majoritariamente camponesa, de ambos os sexos. Trabalhando no corte de madeira para venda e exportação, na plantação de gêneros alimentícios e na criação de animais, especialmente o gado, como era o caso da Fazenda Terra Bela e das tantas outras na região do Pindaré. Nesse sentido, foi a mão de obra camponesa que teve seus direitos extirpados, que foi explorada e mal paga.

Ainda nesse sentido, registrou Barbosa (2015, p. 50) que os “[...] projetos agropecuários não trouxeram desenvolvimento significativo para o estado, pois não implicaram novas tecnologias, nem mesmo empregos para os destituídos da terra [...]”.

Foram tornados improdutivos e não conseguiram cumprir função social alguma, conforme previa a lei. Depois da década de 1990, a maioria dos latifúndios particulares no interior do estado foram desapropriados por lavradores e suas famílias, obrigando os órgãos do estado a legalizarem seus assentamentos. Apenas na microrregião do Pindaré, cerca de 18 assentamentos foram formados entre as décadas de 1980 e 2000, pertencentes aos municípios de Buriticupu, Santa Luzia, Bom Jesus da Selva e Alto Alegre (MEDEIROS JÚNIOR, 2010).

O processo de territorialização, seja em projetos de colonização ou em assentamentos rurais, é de natureza múltipla, a qual compreende três dimensões: a produtiva (produção do

capital e consumo), a política (presença do estado) e a cultural (produção da existência) (SOUZA, 2012). Isto posto, um estudo que analise a resistência e a luta de camponeses pelo acesso à terra no Brasil é ao mesmo tempo também um estudo sobre o Estado, suas estruturas e ideologias.

No período militar (1964-1985), o Estado sofreu profundas mudanças em suas estruturas num crescente processo de violações dos direitos humanos e endurecimento do regime contra os movimentos populares e a classe trabalhadora. As Forças Armadas funcionaram como agente repressivo por excelência, “[...] golpeando as conquistas democráticas [...]” do povo brasileiro (ARNS, 2014, p. 53).

Com o lema da Segurança Nacional e do desenvolvimento econômico, o governo dos generais facilitou sobremaneira a implementação de empresas do setor primário, para ocupar a terra e o “lavrador ser o peão”. Na prática, foram as demandas originadas pelo mercado capitalista que ditaram as regras do jogo (MEDEIROS JÚNIOR, 2010). Em vista disso e através da implementação de projetos de colonização, ocorreu a “[...] inserção da Amazônia no processo de globalização econômica integrando-a ativamente ao comércio e a produção mundial [...]” (LACERDA, 2014, p. 88).

A grilagem de terras, a má administração da COMARCO, as demarcações insuficientes de terra e a cada dia chegando mais famílias em Buriticupu, o clima de tensão social foi se agravando e os trabalhadores começaram a se organizar em grupos, sindicatos, ONGs, movimentos sociais e na Igreja Católica, com a intenção de ocuparem as fazendas ao redor e distribuir as terras entre as famílias. O tema da Reforma Agrária já estava na ordem do dia em todo o país e em Buriticupu não foi diferente.

Liderados por Luís Soares da Silva (o Vila Nova), dirigente do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais à época e que posteriormente veio a ocupar o cargo de Deputado Estadual e Manoel da Conceição (*in memoriam*) que dirigia o CENTRUR (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural), apoiados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e pela Igreja Católica, os trabalhadores rurais em junho de 1988, organizados e armados, entraram na Fazenda Terra Bela com o objetivo de não recuar, enfrentaram a polícia e os jagunços do fazendeiro, além da fome, do frio e da violência. A ocupação saiu vitoriosa e seguiu com a tomada de outras fazendas na mesma região.

3 A TERRA COMO UTOPIA: memória, luta e solidariedade no assentamento Terra Bela

O fazer historiográfico continua sendo útil no processo de legitimação das lutas populares por justiça, igualdade e dignidade. Assim, a história funciona como “estratégia revolucionária” e torna-se iluminação para o tempo presente (CARDOSO, 1992). Dessa forma, esta pesquisa justifica-se por entender que a produção social da existência humana entre grupos de lavradores e cada lavrador particular, ajuda-nos na compreensão do contexto econômico e sociogeográfico em que se insere a luta pela terra na região de Buriticupu.

Os processos históricos são sempre únicos, porém “[...] iluminam-se em perspectivas quando focalizados adequadamente [...]” (CARDOSO, 1992, p. 121). A luta e a ocupação vitoriosa da Fazenda Terra Bela ocorreram em junho de 1988, dentro do contexto de democratização nacional, mas os eventos que antecedem a eclosão do conflito, remetem ao ano de 1969 com edição da Lei de Terras do governo de José Sarney, ainda no regime ditatorial militar e sua ideologia desenvolvimentista. Assim, são processos históricos únicos, porém intimamente relacionados.

A tomada e ocupação da fazenda pode ser analisada como um movimento social de trabalhadores rurais em busca do direito e da liberdade com relação a terra que, enfrentando diversos tipos de desafios e violência, pretenderam protagonizar sua própria história. Ousaram sonhar com a utopia da terra e de se verem incluídos na história da civilização, juntamente com suas religiosidades, esperanças, medos e angústias. Conforme destacou Medeiros Júnior (2010, p. 24), ao analisar a história de formação do Assentamento Terra Bela e os “sujeitos concretos” envolvidos nessa trama, salienta que,

Ao tomarem para si o repto de forjarem-se a si próprios como sujeitos históricos, eles estão também a reivindicar a sua participação na sociedade, como indivíduos ativos, portadores do constructo perene de uma identidade sociocultural, que expresse as características de um tipo humano particular, portador de concepções e de práticas específicas de organização.

A utopia da terra livre era o elemento propulsor de toda a trama que envolveu a tomada da fazenda. A terra assumiu papel central para o grupo de trabalhadores rurais que lutaram por sua conquista, inclusive formando identidades, laços de solidariedade e organização social. A terra significava muito além de um lugar para morar e trabalhar, era, na verdade, uma luta de conquista e ampliação de direitos, proporcionando a classe camponesa sonhar com a integração social plena.

Nesse sentido, toda utopia ou movimento utópico pretende a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, mesmo que para isso tenha de haver uma transformação radical em suas estruturas. Os movimentos utópicos são impulsionadores de lutas pela superação da realidade social que se encontram um determinado grupo, geralmente uma realidade de miséria social atravessada por violações cotidianas de direitos básicos. Toda

utopia nasce de um anseio coletivo e carrega um forte desejo de justiça social, de construção de um mundo de paz com igualdade e fraternidade entre os povos. Segundo Bloch (2005, p. 18), “[...] o que é desejado utopicamente guia todos os movimentos libertários [...]”.

O desejo utópico com relação ao sonho da terra livre serviu como alívio para o grupo de trabalhadores rurais de Buriticupu na luta para suportar a realidade e as durezas da vida. Como um total contraponto ao cotidiano, as utopias tornaram-se uma forma de resistência à ideologia dominante de cada presente histórico, na medida em que nas utopias reina a abundância, a liberdade, os sonhos, a paz e a justiça (FRANCO JÚNIOR, 1998). É esse *princípio*, segundo Bloch, que anima o mundo e as classes oprimidas na luta contra a exclusão social.

O Assentamento Terra Bela foi constituído em 1988 com a tomada do latifúndio pelos lavradores e pertencia ao fazendeiro Fernando Brasileiro de Santa Helena – Goiás. Anteriormente estava ligada a um grupo de funcionários da Construtora Mendes Júnior, empresa multinacional, que comprou a área de mais de 24 mil hectares da COMARCO durante a abertura da rodovia estadual MA-74 (ASSELIN, 2009).

Poucos meses depois da tomada, ainda sem regularização ou apoio do governo estadual, as famílias começaram a migrar para a fazenda ocupada, sobrevivendo dos frutos da terra, da caça e de doações arrecadas pela Igreja Católica. As famílias entravam às escondidas e se alojavam em barracões comunitários construídos no meio da mata, vivendo dias de muito sofrimento, fome, perseguição e medo da morte.

Nos primeiros meses da ocupação, os trabalhadores comiam a carne do gado da fazenda e traziam de seus lugares de origem outros alimentos e produtos, tais como açúcar, sal, arroz, sabão e uns poucos pertences materiais, mas logo em seguida essas famílias começaram a plantar, na fazenda ocupada, arroz, feijão, mandioca, milho e verduras diversas.

Conforme relatado no *Cadernos de Conflitos de 1988*, da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

Quando a coisa é do outro lado, a polícia, o Judiciário agem diferente. Um lavrador da fazenda Terra Bela, não identificado, foi assassinado e ninguém fez nada. Mas quando o pistoleiro “Goiano” foi morto, a culpa recaiu sobre uma liderança dos camponeses e quiseram logo prendê-lo. [...] As 500 famílias que ocuparam a fazenda Terra Bela, em Santa Luzia viveram como em um campo de concentração, cercadas por policiais. Não entravam nem remédios, nem alimentos. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1989, p. 30).

As informações relatadas pela CPT sintetizam com clareza a situação degradante das primeiras famílias que ocuparam a fazenda, que vivendo numa espécie de cárcere privado, não tinham acesso ao mínimo necessário para viver.

Além disso, relatou a resistência dos lavradores diante da violência policial, como também o apoio de instituições como a CNBB ligada à Igreja Católica. O documento denunciou os assassinatos na região, os nomes dos posseiros ameaçados de morte e as estratégias de sobrevivência elaboradas cuidadosamente pelo grupo com o objetivo de conquistar a terra.

Essas famílias, desenvolveram entre si uma “economia moral” de solidariedade, articulada com uma economia de mercado para sustentação de suas famílias. Economia moral foi um termo cunhado por A. H. Harlsey, em que o processo de reprodução da vida real não é somente um valor econômico, mas depende do “[...] compartilhamento familiar de bens e serviços, a ajuda entre vizinhos, a cooperação entre amigos [...]” (BAUMAN, 2004, p. 91). Ou seja, uma comunidade ou lugar cujos habitantes possuíam uma rede amizade, de solidariedade, de trocas e ajuda mútua, em que estes não eram enxergados como concorrentes e nem objetos de consumo, mas companheiros e companheiras de luta, ou seja, um terreno hostil e abominável pelo pensamento econômico capitalista.

A roça era coletiva para todos, o alimento era plantado e colhido para que pudesse alimentar todas as famílias do assentamento, estas precisavam apenas ir buscar no local que ficava armazenado. Num sistema mundo capitalista onde tudo vira mercadoria de grupos econômicos ávidos por território, em fins da década de 1980, o assentamento rural da Terra Bela era um espaço “ainda não conquistado” pelo mercado moderno. A vida reproduzida na comunidade não estava fincada na busca do auto interesse (BAUMAN, 2004).

Majoritariamente de base popular, o movimento social de homens e mulheres do campo que tomaram a fazenda, possuía organização sindical e política, uma vez que Vila Nova já era presidente do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais na época da ocupação. Por isso, é importante caracterizar os movimentos sociais dessa natureza, seus pontos comuns e composição social da maioria dos participantes.

Desde o ponto de vista da História Econômica, Cardoso e Brignoli (2002), apontaram, algumas questões importantes para a melhor compreensão do processo de formação e atuação de movimento social, tais como: o nível da violência e do que dela decorre, a dimensão e composição da multidão atuante, que grupos a integram, como variou a composição da multidão no curso do movimento, as vítimas e alvos de ataques, motivos, objetivos e ideias que levaram a sublevação, a crença coletiva, o grau de eficácia da repressão, a cronologia precisa da explosão do conflito, a interação e incorporação de outros setores sociais e avaliação de sua significação histórica e, por fim, compará-la com outros fenômenos similares.

Tendo em vista essas características, na tomada da fazenda a violência se materializou nos conflitos diretos entre posseiros, jagunços e policiais, deixando dezenas de mortos. A

ocupação da fazenda era iminente, e, por conseguinte, a violência também, haja vista que as autoridades responsáveis também foram beneficiárias no processo de grilagem.

Quanto à composição social do grupo era basicamente de lavradores e lavradoras em sua maioria, geralmente eram parentes ou conhecidos de um mesmo lugar, daí que o movimento foi ganhando cada vez mais adeptos, pois essas famílias comunicavam entre si sobre a possibilidade de conseguirem um pedaço de terra na região.

Dentre os órgãos não governamentais que integraram o movimento e ajudaram a sua vitória, podemos citar: 1) o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra -MST; 2) o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRUR; 3) a Igreja Católica e, segundo registro de Isaías Aguiar (2018, p. 34); 4) a Cáritas Brasileira; 5) a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA); 6) a Pastoral da Criança e o 7) Movimento das mulheres da Ilha. A base do movimento e seus protagonistas foi, entretanto, a dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Dentre os ideais e motivos que levaram a eclosão do conflito esteve a “luta pelas coisas brutas e materiais” (BENJAMIN, 2013) de subsistência. O direito à terra livre para essas famílias era a pré-condição fundamental para o exercício de outros direitos fundamentais, como comida, moradia, educação, saúde e segurança. Apesar da repressão policial e dos jagunços do fazendeiro, esses homens e mulheres conseguiram resistir e sair vitoriosos, já que estes também possuíam um grau de organização e foram dotados pelos grupos apoiadores de armas e estratégias de guerrilha.

Segue abaixo uma imagem do Assentamento que retrata a Igreja Católica, um miniposto de saúde que também funcionava como escola e um jovem segurando uma vara de pau com uma bola nos pés. Foto tirada nos anos iniciais do Assentamento.

Figura 1 – Assentamento Terra Bela - Buriticupu (Maranhão)



Fonte: acervo pessoal da autora (2022).

Na foto, encontram-se um jovem no centro com uma bola entre os pés e uma vara na mão direita, uma parte da floresta amazônica ao fundo, a Igreja Católica do lado esquerdo, construída de madeira, uma casinha de barro do lado direito com duas janelas em que funcionava, segundo os relatos, o posto de saúde, a escola e também um lugar para reuniões de grupos diversos. Percebe-se troncos de árvores cortados em alguns pontos, relembrando a extração da madeira para venda e construção das primeiras casas, além de mostrar uma estrada atravessando o local, certamente construída pelos primeiros moradores do Assentamento.

Uma imagem que registra alguns dos principais “lugares de memória” (NORA, 1993) dos anos iniciais de formação do Assentamento, que foram fundamentais no planejamento da ocupação, até a desapropriação do latifúndio. Um espaço múltiplo e polissêmico carregado de significações e memórias, e, por isso, compreende narrativas diversas, numa confluência entre os campos religioso, político, econômico, cultural e do lazer.

Nesse sentido, história, memória e economia estão imbricadas nessa foto, relembrando um passado de lutas políticas pelo direito de existir e possuir um lugar ao sol e terra para deixar como herança para as gerações futuras.

Implícito ou explícito, a imagem retrata de muitas formas as particularidades do modo de vida camponês e da dinâmica da vida cotidiana em um Assentamento Rural no interior do

estado do Maranhão, revelando a luta e resistência camponesa contra as tentativas de urbanização do campo empreendidas pelo governo militar e seus agentes. Ao analisarmos o garoto numa possível brincadeira com a bola e a vara de madeira, chegamos à conclusão que na história de formação de Buriticupu e do assentamento, foram pessoas anônimas que animaram “cenas e cenários” e que delinearam as lutas e alternativas possíveis para os rumos de sua própria história e vitória da ocupação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse por estudar movimentos populares rurais de resistência a ideologia capitalista sobre a terra nasceu derivado do próprio compromisso assumido pelos historiadores com o tempo presente, haja vista que atualmente os conflitos entre latifundiários e trabalhadores rurais são uma realidade cotidiana em todo o Brasil e no Maranhão, estado com maior população rural do país.

As famílias rurais que migraram para Buriticupu e que lutaram pela ocupação da terra, estavam em busca de condições mínimas de existência, pelo direito à terra livre e à distribuição democrática do território brasileiro. Suas lutas e memórias demonstram a urgência de evidenciar a questão fundiária no Maranhão como uma questão prioritária de políticas públicas.

Dessa forma, realizar um estudo acerca da formação histórica da região de Buriticupu, passa pelo processo de identificação dos grupos econômicos que se instalaram na região, o perfil social das famílias que para lá migraram, seu processo de territorialização e os conflitos internos.

Os projetos governamentais de colonização de terras públicas se estruturavam na distribuição racional de terras devolutas como meta de desenvolvimento econômico. No entanto, o que ocorreu foi um aumento significativo de conflitos agrários no meio rural, deixando um rastro de miséria marcado na história do povo camponês e revelando desigualdades históricas para essa população.

A presença ativa, o protagonismo e o trabalho desses lavradores no campo foram e são essenciais para o desenvolvimento agrícola da região, para a melhoria da segurança familiar, erradicação da pobreza rural e na luta contra a exploração de sua mão de obra, haja vista que os trabalhos de camponeses são desvalorizados e subestimados, além de mal remunerado.

Essas famílias possuem a marca de um passado de peregrinação, de sofrimento e de exclusão em que lhes foi negado o necessário para viver e trabalhar, numa nação com abundância de terras, embora sem demarcação suficiente.

Seu mundo individual e social, suas memórias coletivas e pessoais foram construídas no campo da luta e na escola da vida, pautadas em valores coletivos próprios, construindo dessa forma, uma identidade fundamentada no direito da liberdade com relação a terra, em que estes sujeitos são reconhecidos e se reconhecem como protagonistas de sua história e luta, num constante processo de garantia e ampliação de seus direitos. Experiências como a da luta pela Terra Bela, mesmo que focalizada, exprime sentido à luta maior por cidadania e democracia em nosso país.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Isaías Neres. **A história do Assentamento Terra Bela: 30 anos de lutas e conquistas**. Buriticupu: Kairós, 2018.

ARNS, Evaristo; WRIGHT, Jaime. **Brasil: nunca mais**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz: Ética, 2009.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. *In*: FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto Osvaldo; ROCHA, Cristiana Costa da (org.). **Histórias sociais do trabalho: uso da terra, controle e resistência**. São Luís: Café & Lápis: Editora UEMA, 2015, p. 45-72.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. [trad] Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. *In*: **O anjo da história**. Tradução e Organização: João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 9-20.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Conclusão geral: para que serve a história?. *In*: **Uma introdução à história**. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social**. Trad. João Maia. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil/88**. Goiânia: CPT Nacional, 1989. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=263&catid=41&m=0>. Acesso em: 3 out. 2022.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha: história de um país imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACERDA, Neemias Rodrigues. **Políticas territoriais e desenvolvimento em Buriticupu**. 2014. 118 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

MEDEIROS JÚNIOR, Cândido Augusto. **Terra Bela: memória, significados e escolarização em um assentamento rural em Buriticupu-Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2010.

NORA, Pierre. Traduções: Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em:

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Tradução de Anne-Marie Milon de Oliverira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434-590, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/k5MsKMHv6ZQvPsF5vqvdkpB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2022.

ROCHA, Cristiana Costa da. Narrativas dos sentidos, desejos e imaginação sobre o direito à posse de terra. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto Osvaldo; ROCHA, Cristiana Costa da (org.). **Histórias sociais do trabalho: uso da terra, controle e resistência**. São Luís: Café & Lápis: Editora UEMA, 2015, p. 21-44.

SILVA, Antonio Rafael da. **A colonização agrícola de Buriticupu: a história contada por quem viveu**. São Luís: EDUFMA, 2015.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. O lugar das crises: reflexões sobre meio ambiente e população a partir da perspectiva territorial. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo (org). **Território, mobilidade populacional e ambiente**. Governador Valadares: Ed. Univale, 2012. p. 59-70.

THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CAPÍTULO 12

AS CARTAS DE HOMENS DE NEGÓCIOS: a constituição de um corpus documental para a história econômica do Brasil Colonial

Patrício Noé da Fonseca

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo a constituição de um *corpus* de pesquisa, a partir da correspondência particular de um negociante e funcionário real brasileiro, que atuou na região das Minas na segunda metade do século XVIII. A sua contextualização histórica na conjuntura socioeconômica da época tem a finalidade de subsidiar um estudo microanalítico das várias características do sistema econômico local e de suas conexões com a economia colonial global. Notadamente, esse sistema contava com a estrutura organizativa da empresa, as redes de comércio, o sistema de crédito e a circulação de mercadorias, em sua conexão com a escravidão e com o desenvolvimento das bases materiais do ciclo sucessivo da exploração de *commodities* agrícolas, estruturadas conforme o sistema de *plantation*. Propõe-se um tratamento interdisciplinar dos manuscritos e das suas condições de produção e de circulação, com auxílio da filologia, da paleografia e das ciências da linguagem, utilizando a teoria semiolinguística do discurso de Charaudeau (1995), a par dos procedimentos metodológicos de crítica das fontes utilizados tradicionalmente pela história econômica e social.

Na seção de manuscritos do acervo de obras digitalizadas disponíveis para consulta online no sítio eletrônico da Fundação Biblioteca Nacional, há um conjunto de trinta e duas cartas autógrafas¹ de João Manuel Gomes de Araújo, Provedor do Registro da localidade de Caminho Novo (33), tratando de assuntos comerciais e de obrigações burocráticas e fiscais correlatas (1 a 32). O período abrangido pelas missivas estende-se de março de 1779 a fevereiro de 1787, sendo destinatários o Sargento-mor Domingos José Gomes, primo do remetente, com endereço no Rio de Janeiro, e o Capitão-mor Vicente Vieira da Costa, militar investigado por participação na Inconfidência Mineira (36), com endereço em Vila Rica (37); a maioria das missivas, concentradas nos anos de 1779 e 1780, são destinadas ao primeiro, tendo sido

¹ Nem todas as cartas encontram-se datadas. Duas delas não contêm indicação de data, de tal modo que sua posição na série temporal do *corpus* só pode ser estabelecida hipoteticamente, a partir de algumas referências intertextuais. Ademais, algumas das fontes primárias não apresentam indicação de autoria, dificultando a referenciação. Por esse motivo, a fim de facilitar a consulta, as fontes primárias documentais são referenciadas pelo sistema numérico, empregando-se o sistema nome-data na citação das demais referências bibliográficas.

expedidas do Registro localizado em Caminho Novo; as demais, dispersas no período restante, destinam-se ao segundo, tendo sido remetidas da localidade de Borda do Campo.

Esse recorte temporal está compreendido na transição entre fase do capitalismo mercantil inaugurada no século XVI e a ascensão do capitalismo industrial como modo de produção dominante em escala global, a partir da virada do século XVIII. Trata-se de um período privilegiado de observação dos processos locais que, envolvidos nas profundas transformações da economia da colônia, lançaram os alicerces das novas formas de organização produtiva, nos moldes do sistema de *plantation*, e das novas dinâmicas do tráfico e exploração do trabalho de escravizados africanos, no contexto das conexões econômicas e políticas do mundo atlântico. As fontes, por sua vez, deixam entrever a dinâmica da escravidão na passagem do ciclo da mineração para os sucessivos ciclos de produção de *commodities* agrícolas. A abordagem econômica microanalítica completa o aparato teórico e conceitual necessário para organizar e interpretar os dados empíricos documentados nos textos do *corpus* da pesquisa, privilegiando a perspectiva histórica local. Esse procedimento metodológico tem a vantagem de destacar as mudanças conjunturais e estruturais que ensejaram o advento de novas formas de exploração colonial e da “segunda escravidão”, conceito que indica, no séc. XIX, o processo de reconfiguração e integração de novos centros escravistas – notadamente Cuba, Sul dos Estados Unidos da América e Brasil – no mercado mundial, impelido pelo desenvolvimento da produção industrial e do capitalismo, sob a hegemonia britânica (TOMICH, 2011, 2016).

Esses documentos registram fatos de natureza diversa – abrangendo a organização empresarial, transações comerciais, rotas de comércio, circulação de créditos, forma de registro e tributação das mercadorias – de inegável interesse ao estudo da história da economia da região das Minas no último quartel do século XVIII, quando já se encontrava estagnada a atividade mineradora. Sendo a histórica econômica “[...] a história dos fatos e dos acontecimentos econômicos a nível individual, empresarial ou coletivo [...]” (CIPOLLA, 1995, p. 13), a qual abrange, além dos fenômenos estritamente econômicos, “[...] a história dos homens e das instituições além das relações estreitas e por vezes inextricáveis entre instituições e acontecimentos econômicos [...]” (CIPOLLA, 1995, p. 14), a análise historiográfica deverá se estender ao contexto cultural, socioeconômico e institucional dos fatos econômicos.

O historiador tem de incluir na sua análise as instituições jurídicas, as estruturas sociais, as características culturais, as instituições políticas, quer pelo impacto que estas instituições e estruturas tiveram no desempenho da economia estudada, quer, pelo contrário, pelo impacto que a situação econômica teve nas referidas estruturas e instituições. (CIPOLLA, 1995, p. 21).

A primeira fase do trabalho de documentação da pesquisa deve cuidar da recolha das fontes, seguida de sua organização sistemática, para a formação de um *corpus* coeso e coerente,

com base no qual se darão as tarefas posteriores de exame crítico e interpretação, visando à reconstrução histórica dos fatos. É preciso submeter os documentos a uma análise criteriosa que permita extrair as informações relevantes para a construção da fonte histórica.

Atentando ao fato de que a pesquisa se situa O historiador tem à sua disposição um número limitado de textos e, para fazer história, precisa inventar suas fontes. Claro está que não se trata de criar, mas sim de inventar fontes: interrogar os textos de tal modo que sejam capazes de fornecer informações sobre as ações humanas no passado. Uso o termo propositadamente, a fim de chamar a atenção para o fato de que o historiador não produz os documentos que utiliza, e jamais pode simplesmente recorrer a todos os textos escritos no passado. Para fazer história, é preciso selecionar alguns deles e transformá-los em fontes de informação histórica. (LARA, 2008, p. 18).

No campo da história social e econômica, e que as cartas constituem um registro documental de vários aspectos da atividade da empresa analisada, dentro do período recortado coberto por elas, a “construção” da fonte histórica terá necessariamente que considerar “[...] a problemática, o aparelho conceitual, a teoria, os métodos e as técnicas da ciência econômica [...]” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 31). O campo da microeconomia, sobretudo a teoria da firma, é capaz de fornecer à presente investigação as categorias analíticas necessárias ao tratamento dos fatos, já que o objeto de estudo é uma empresa isolada que atuou no Brasil, em um mercado local, durante o período colonial.

Contudo, a abordagem microeconômica da atividade concreta de combinação dos fatores de produção pelo empresário não dispensa o estudo de grandezas macroeconômicas, pois “[...] o fenômeno econômico requer o inter-relacionamento das teorias que se inserem nesses dois âmbitos [...]” (SANDRONI, 2014, p. 537). Como ressalta Kula (1997, p. 139), “[...] na história das ciências econômicas, os conceitos da micro e da macroanálise se entrelaçam [...]”. Nesse ponto, é necessário fazer duas advertências para prevenir anacronismos: além do fato de as disciplinas econômicas – em especial a macroeconomia – terem se constituído recentemente, há o problema de aplicar as noções de “empresa” e “atividade empresarial” a fatos situados no contexto político e social do Antigo Regime. Quer isso dizer que as categorias da teoria econômica devem ser empregadas apenas com recurso heurístico para organizar os dados e ajudar a descrever, de forma aproximada, as atividades econômicas desenvolvidas.

Face ao objeto da pesquisa, focada na atividade de um agente econômico individual, há que empreender a microanálise, própria da história das empresas. Aqui o objeto é a atividade de uma “unidade produtiva”, a qual pode ser investigada tanto em seus aspectos microeconômicos, atinentes à combinação dos fatores de produção, quanto à repercussão, em sua atividade, de estruturas gerais da economia. Por isso, não se pode prescindir “[...] do estudo

dos fatores sociais e de outros fatores que condicionam o comportamento dos agentes que constituem tais mecanismos [econômicos] [...]” (HOBSBAWM, 2013, p. 152).

É preciso responder “[...] quais são as condições sociais, qual é o nível de desenvolvimento socioeconômico e quais são os procedimentos que se devem utilizar [...]” (KULA, 1977, p. 156). Nesse caso, dada a carência de fontes primárias, é necessário recorrer a estudos sobre os aspectos gerais do sistema econômico do período, cujo conhecimento é necessário para caracterizar devidamente esse mercado, e para tratar alguns elementos estruturais, como, por exemplo, as fontes de financiamento, a forma de circulação do crédito, o sistema de comunicação e transportes, os aspectos fiscais das atividades desenvolvidas, e a aquisição de sesmarias para futura exploração agrícola. A serialização das fontes e a aplicação de procedimentos metodológicos estatísticos e quantitativos são necessários para identificar as variações dos fluxos financeiros e sondar características concretas das inversões realizadas pelo homem de negócios cuja correspondência é objeto de exame e tratamento teórico-metodológico.

Para organizar os documentos, a fim de que todas essas informações possam ser identificadas e tratadas para os fins da análise, é importante valer-se de alguma teoria sobre as peculiaridades linguísticas e sociais dos documentos. A teoria semiolinguística do discurso, elaborada por Charaudeau (1995), fornece ferramentas operativas para esse trabalho de tratamento e constituições do *corpus*. A tese fundamental desse autor é que o sentido é produzido a partir da interação de elementos psicológicos, sociais e linguísticos – entre os quais se inserem as condições materiais de produção e circulação dos textos – a partir da intervenção de sujeitos motivados por uma intencionalidade. A análise semiolinguística, dessa forma, abrange a construção e a configuração linguística do sentido, relacionada a um postulado de intencionalidade que se traduz em um “projeto de influência social”, inserido em um determinado “quadro de ação”, que orientam a operação de semiotização do mundo.

Esta, por sua vez, acontece por meio de dois processos: (I) a *transformação*, constituída pelas operações que convertem o “mundo a significar” em “mundo significado”, e (II) a *transação*, regida por princípios que tornam o “mundo significado” um *objeto de troca* com um outro sujeito que desempenha o papel de destinatário desse objeto. A (I) *transformação* acontece por meio de *quatro tipos de operação*: (1) *identificação*, que apreende e conceitua os objetos, atribuindo-lhes “identidades nominais”; (2) *qualificação*, que especifica e motiva a maneira de ser dos objetos, conferindo-lhes “identidades descritivas”; (3) *ação*, que insere os objetos em esquemas de ação conceitualizados, dando-lhes razão de ser e conferindo-lhes

“identidades narrativas”; e (4) *causação*, que insere os objetos em cadeias de “relações de causalidade” (CHARAUDEAU, 1995, p. 98-99).

A (II) *transação*, a seu turno, compreende *quatro princípios*: (1) *princípio da alteridade*, relativo à troca estabelecida entre sujeitos que são semelhantes quanto aos interesses e universos de referência, mas diferentes quanto ao papel desempenhado – um é o *sujeito comunicante*, e o outro, o *sujeito interpretante*, e de sua interação o ato de comunicação assume um *aspecto contratual*, que pressupõe reconhecimento e legitimação recíprocos; (2) *princípio de pertinência*, relativo à necessidade de que os atos languageiros sejam apropriados a seu *contexto* e a sua *finalidade*; (3) *princípio de influência*, que se relaciona com a intencionalidade do dispositivo socio-linguageiro, isto é, a produção de determinados efeitos sobre o sujeito interpretante, que, a seu turno, deve ser capaz de reconhecê-los para que haja interação; (4) *princípio da regulação*, relativo à criação de um *espaço de estratégias*, ou seja, o jogo das influências recíprocas exercidas pelos parceiros, para o estabelecimento do diálogo (CHARAUDEAU, 1995).

Esses dois processos são distintos, mas atuam em conjunto, sob a direção do postulado de intencionalidade, para a construção do quadro situacional – conjunto de circunstâncias espaciais e temporais do ato socio-linguageiro – que servem de base ao *contrato de comunicação*. Para que a comunicação seja eficaz, isto é, apta à produção dos efeitos esperados, é imprescindível que ambos os sujeitos se atribuam reciprocamente o direito à fala e compartilhem um mínimo de saberes comuns, ressaltando o citado *princípio da pertinência*.

Nesse ponto, verifica-se que a linguagem se estrutura em *três níveis*, no âmbito de *dois espaços*: o primeiro, um (1) *espaço de restrições*, constituído pelo conjunto de condições mínimas para a validade/eficácia do ato de comunicação; e o segundo, um (2) *espaço de estratégias*, que delimita as escolhas possíveis de que dispõem os sujeitos na *mise-en-scène* do ato comunicacional. Quanto aos *três níveis de estruturação*, são os seguintes: (1) *nível situacional*, onde são indicados a finalidade do ato languageiro, a identidade dos parceiros da interação, o domínio de saberes veiculados e o dispositivo das circunstâncias materiais de tempo e espaço; (2) *nível comunicacional*, onde se situam as “maneiras de falar”, em função do contexto situacional; e (3) *nível discursivo*, em que se dá a intervenção do sujeito falante (enunciador) na produção de atos de discurso que resultam no texto (CHARAUDEAU, 1995).

O ato de linguagem, portanto, resulta de uma situação concreta de troca, dependente de uma intencionalidade, organizando-se ao mesmo tempo num espaço de restrições e num espaço de estratégias, produzindo significações a partir da interdependência de um espaço externo e de um espaço interno. A intencionalidade do ato comunicacional instrumentalizado pelo

documento, por isso, necessita da devida contextualização no contexto socioeconômico, considerando também as instituições da época. Ao se analisar um documento, segundo Finley (1982 apud CIPOLLA, 1995, p. 58), “[...] a primeira pergunta que se deve fazer é: quais foram as razões e os motivos que levaram à sua elaboração [...]”

Na análise do conteúdo dos documentos, partindo dos mecanismos de funcionamento do discurso em geral, é necessário atentar para as restrições do contrato de comunicação (o ato comunicativo realizado por meio da carta), que estabelecem condições para que seja ele seja válido: finalidade, identidade, dispositivo; e, também, para os espaços de estratégias, ou seja, as formas de realizar a intencionalidade: legitimação, credibilidade e captação. A partir dessa identificação é possível determinar as características do gênero (carta) e respectiva variante (carta comercial), de modo a ressaltar e tornar compreensíveis as estratégias particulares das falas individuais presentes nos textos.

Principal meio de comunicação à distância desde a Antiguidade até o século XIX, quando foi inventado o telégrafo, a carta, sujeita a um conjunto de regras e fórmulas legadas pela tradição epistolográfica (CONCEIÇÃO, 2010), constitui uma prática de escrita que foi amplamente utilizada ao longo de todo o período colonial, quer na comunicação oficial do governo, local ou ultramarino (CONCEIÇÃO, 2005), quer na comunicação diária da pequena elite instruída, o que a torna uma fonte documental privilegiada para o estudo da vida cultural, econômica e social do período. Como nota Conceição (2010, 15-16), “[...] embora indispensável, a escrita de cartas não foi essencialmente espontânea, fosse ela produzida em espaços privados ou públicos. A escrita requeria cuidados, respeitava normas [...]”. Apesar do formalismo, porém, mesmo na comunicação pública de caráter político-administrativo era prática estilística comum aos setecentistas permitirem o afloramento de sua subjetividade, expressa nas sensibilidades de uma particular visão de mundo, ao lado dos arrazoados técnicos exarados nas epístolas (CONCEIÇÃO, 2005).

Esses traços de subjetividade, que revelam informações preciosas sobre o mundo sociocultural em que se situavam as comunicações, podem ser observados com facilidade nas cartas de João Manuel Gomes de Araújo, sobretudo nas que escreveu a seu primo e parceiro comercial Domingos José Gomes, o que se nota não apenas no fato de as remeter do Registro do Caminho Novo, onde atuava como funcionário do governo colonial, para tratar de assuntos relativos a seus empreendimentos econômicos, como também por fórmulas de tratamento indicadoras de intimidade – como na carta de 1 de abril de 1779, que se inicia com a frase *Meu Primo e S^{or}, serve esta de dizer a V. M. que omes de Fever.º rendeo – 12:936\$736Rs. (5) – e*

assuntos da vida familiar – como na carta de fins de 1780, em que solicita “*ervas mididçinays, pera eu uzar p^{um}a mulestia*” (ARAÚJO, 1780a).

Outro aspecto importante a ser enfrentado é o estatuto desses escritos como fonte documental de pesquisa histórica. Trata-se de manuscritos que foram produzidos e circularam no contexto da sociedade colonial, dentro de determinado campo de relações sociais. São documentos que, para se tornarem fontes históricas, necessitam de um trabalho de coleta e preparo, classificação e organização, que oriente a identificação, crítica e interpretação das informações úteis à pesquisa. Como observa Lara (2008, p. 18), “[...] os documentos não existem para registrar a história [...]”, e, por isso, para leitores de outras épocas, não revelam de forma transparente as intenções, usos e contextos situacionais que existiam ao tempo de sua produção e circulação. Essa necessidade historiográfica de elaborar as fontes de pesquisa justifica o emprego de um aparato teórico e metodológico que permita reconstruir o mundo que é representado e documentado nos escritos.

Nas últimas décadas, várias discussões teóricas e metodológicas têm mostrado a necessidade de prestar atenção ao contexto institucional de produção de cada peça documental, às intenções do autor, aos termos empregados na descrição dos eventos e na qualificação das pessoas e às traduções linguísticas e culturais operadas em cada texto. Todo um campo novo de indagações tem se aberto com o aprofundamento da análise dos recursos narrativos em ação nos documentos: cada vez mais se presta atenção aos Procedimentos da construção dos textos, às condições da escritura, ao destino das peças textuais e ao modo como foram lidas na época em que foram produzidas. (LARA, 2008, p. 21).

A constituição do presente *corpus*, conforme as diretrizes metodológicas da teoria semiolinguística, deu-se através das etapas descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Organização do *corpus*

Etapas da organização do <i>corpus</i> de pesquisa	1º Agrupamento das cartas por DESTINATÁRIO, DATA e ASSUNTO
	2º Identificação dos ATORES/PERSONAGENS desses discursos: a) Remetente b) Destinatários c) Devedores d) Credores e) Tropeiros f) Portadores de mensagens g) Familiares
	3º Identificação e caracterização do CONTEXTO SITUACIONAL: a) Finalidade das cartas b) Relações entre o remetente e os destinatários

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Atentando a essas diretrizes metodológicas de organização do *corpus*, foi possível organizar um rol sintético das missivas, sequenciadas cronologicamente, e com destaque para os temas tratados com os respectivos destinatários, como indicado no Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação das correspondências.

	Destinatário	Data	Assunto
1	Domingos José Gomes	04.03.1779	Comunica o falecimento de José Gomes dos Santos, quando vinha do Rio de Janeiro conduzindo com sua tropa três carregamentos de sal.
2	Domingos José Gomes	--.---.1779 (ordem hipotética)	1. Comunica o reenvio do crédito que José Gomes dos Santos ficou devendo. 2. Cientifica a renda apurada com a venda de algumas bestas.
3	Domingos José Gomes	10.03.1779	Informa as questões relativas ao pagamento dos quintos.
4	Domingos José Gomes	19.03.1779	Informa que os bens do falecido José Gomes dos Santos estavam penhorados, e que só poderiam ser removidos do registro por ordem judicial.
5	Domingos José Gomes	01.04.1779	1. Cientifica o rendimento do mês de fevereiro 2. Comunica que continuará enviando o dinheiro arrecadado com as cobranças.
6	Domingos José Gomes	22.04.1779	1. Comunica o que ocorre com as mercadorias solicitadas. 2. Trata das dívidas deixadas pelo falecido José Gomes dos Santos.
7	Domingos José Gomes	04.05.1779	1. Comunica que recebeu a carta com o crédito da venda de cinco bestas. 2. Informa o motivo de não poder racionar o sal. 3. Cientifica o rendimento do mês de abril, que não foi maior por falta de uma tropa.
8	Domingos José Gomes	31.05.1779	1. Lembra a necessidade de cobrar o livro para o registro do rendimento do triênio.
9	Domingos José Gomes	08.06.1779	Cientifica o destino de uma encomenda.
10	Domingos José Gomes	19.08.1779	Informa o envio da penhora dos bens do falecido *João (?) Gomes dos Santos.
11	Domingos José Gomes	06.11.1779	Informa que ele (Domingos) receberá sete barras de ouro por conta do rendimento do contrato.
12	Domingos José Gomes	05.12.1779	1. Comunica o envio de uma soma em dinheiro por intermédio de Francisco José da Costa. 2. Cientifica o rendimento do mês anterior.
13	Domingos José Gomes	--.---.1780 (ordem hipotética)	1. Solicita o envio de algumas ervas para tratar a sua moléstia. 2. Informa a chegada de um primo, com uma autoridade e comitiva.
14	Domingos José Gomes	25.06.1780	1. Comunica a chegada de um negro apresentado a registro.

			2. Esclarece um erro em relação a uma quantidade de barras de ouro. 3. Envia os rendimentos dos cinco primeiros meses de 1780.
15	Domingos José Gomes	18.07.1780	1. Comunica o recebimento de uma quantia referente ao rendimento de um contrato. 2. Indica o nome de alguns credores a quem devia algumas bestas, para serem pagos com cargas.
16	Domingos José Gomes	22.07.1780	Explica por que enviava duas cartas endereçadas a ele através de outro primo.
17	Domingos José Gomes	08.08.1780	1. Informa o envio de duas barras de ouro descritas na lista. 2. Informa o envio de uma carta de um primo de ambos.
18	Vicente Vieira da Costa	20.07.1781	Trata da cobrança de algumas contas atrasadas
19	Vicente Vieira da Costa	15.09.1781	Comunica que em mais ou menos quinze dias os créditos seriam entregues, pois já estavam a caminho desde o dia dez daquele mês.
20	Vicente Vieira da Costa	04.11.1781	Relata o valor real de uma barra de ouro que tinha sido avaliada.
21	Vicente Vieira da Costa	02.03.1782	Relata as promessas e desculpas dadas por dois devedores que tardavam em pagar suas dívidas.
22	Vicente Vieira da Costa	03.09.1782	Resposta sobre abonos recebidos e outros assuntos constantes na missiva enviada por ele (Vicente).
23	Vicente Vieira da Costa	16.09.1782	Trata da dívida de Basílio de Brito.
24	Vicente Vieira da Costa	02.11.1782	Pede que se faça com maior empenho a cobrança de uma dívida usando os meios que fossem necessários.
25	Vicente Vieira da Costa	25.08.1783	Trata de aluguéis de ferros que seriam entregues na vila da Borda do Campo, por Domingos Pereira Soares.
26	Vicente Vieira da Costa	20.10.1783	Solicita a remessa de um crédito que lhe devia Domingos Pereira Soares.
27	Vicente Vieira da Costa	13.10.1784	Declara ter remetido o crédito de Manuel do Vale Amado para a conta de cobrança.
28	Vicente Vieira da Costa	22.11.1784	Trata da remessa de um crédito de Francisco Alves Lapo que deveria ser pago por Francisco Gonçalves Gouvêa.
29	Vicente Vieira da Costa	19.12.1784	Pede a agilização do envio de cartas de sesmarias.
30	Vicente Vieira da Costa	16.01.1785	Diz estranhar o não recebimento somente dos embrulhos maiores de pregos, pois foram conduzidas por um só condutor.

31	Vicente Vieira da Costa (<i>destinatário hipotético</i>)	16.09.1785	Comunica o envio de um crédito que lhe era devido por José Ribeiro Leitão
32	Vicente Vieira da Costa	01.02.1787	Comunica o envio de crédito devido por José Ribeiro Leitão

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Esse trabalho preliminar já revela informações contextuais importantes. Sabe-se que a mineração, estabelecida no Brasil a partir do séc. XVI, atingiu seu apogeu no século seguinte, e o período de maior produção vai de 1741 a 1761 (SIMONSEN, 1978). Essa atividade econômica foi “[...] o maior fator de povoamento na era colonial, formadora das principais cidades de nosso interior e origem da ocupação efetiva de regiões longínquas, definitivamente integradas ao nosso território [...]” (SIMONSEN, 1978, p. 150). E, dentre as atividades econômicas complementares que viabilizaram o seu desenvolvimento e expansão, concorrendo, destarte, para a ocupação do sertão e a fixação do território sob o domínio lusitano, destaca-se a pecuária, “[...] que ocupou grande faixa do sertão, formando [...] um decidido apoio à mineração, fixador do povoamento no interior e o objeto de grandes correntes de comércio.” (SIMONSEN, 1978, p. 150).

O Rio de Janeiro era o centro que abastecia a região das Minas com escravizados e produtos de outros lugares, como o sal, que era importante para o beneficiamento da carne bovina que servia de base à alimentação. A Coroa portuguesa controlava o tráfico de escravizados, cobrando um tributo aduaneiro de entrada e, após o incremento da atividade mineradora no séc. XVII, um tributo adicional sobre o tráfico interno que destinasse escravos dos engenhos para as minas, a fim de prevenir a escassez de mão de obra para a economia açucareira na região Nordeste (SIMONSEN, 1978). Outras medidas foram tomadas pelo governo português com o mesmo fim, no início do séc. XVIII, como o tabelamento dos preços e uma série de crescentes limitações do número de escravos que podiam ser vendidos do Rio de Janeiro para os mineradores, as quais, no entanto, foram letra morta, pois os preços eram elevados e, além disso, a metrópole tinha interesse na arrecadação de tributos incidentes sobre o tráfico e o produto da mineração (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2014).

No período abrangido pelo *corpus* da pesquisa, a organização da exploração das datas, a administração da justiça cível e criminal, assim como o controle da circulação de pessoas, de mercadorias e do produto das lavras, era feito pelo superintendente, e a administração fazendária, pelo tesoureiro-geral, ambos potentados nomeados pela Coroa, com o fim de organizar e fiscalizar a região (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2014). O remetente das cartas analisadas, como Provedor do Registro, estava inserido nessa burocracia, ao mesmo tempo que

também geria negócios próprios, os quais parecem envolver parentes e amigos. As cartas revelam a existência de uma vasta rede comercial, formada por homens de negócio ligados entre si por laços de parentesco, o que reproduz a típica estrutura organizativa do poder político e econômico nas sociedades de Antigo Regime, baseada na unidade familiar como sendo a célula socioeconômica básica, que conjugava a participação de parentes e familiares em empreendimentos econômicos, políticos e militares (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2014).

As cartas também revelam, preliminarmente, a importância da ligação com o Rio de Janeiro. A região das Minas encontrava-se sob a jurisdição do governador e capitão-geral do Rio de Janeiro, e foram adotadas medidas para facilitar as comunicações e o transporte de cargas e pessoas entre os dois núcleos urbanos, como a abertura de uma nova estrada, conhecida como Caminho Novo (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2014), que também era uma circunscrição administrativa que contava com um registro público, que era titularizado pelo autor das missivas. Tanto a construção da estrada como a criação do registro estão relacionados com o controle da produção mineral, especialmente a arrecadação de tributos.

A região das minas, apesar de ter sofrido graves crises de fome, da eterna carestia dos gêneros, e de ter gerado uma falta de braços para o trabalho em outras regiões produtoras da colônia, auxiliou no desenvolvimento de outras áreas especializadas no abastecimento interno, sobretudo de gêneros agrícolas e gado. Surgiu um núcleo de produção urbano que beneficiou uma série de atividades ligadas ao transporte, ao comércio, aos serviços e ao artesanato. Além da formação de uma nova composição social, a coroa portuguesa precisou desenvolver um sistema de fiscalização para supervisionar a produção aurífera e coletar a parte devida ao governo. Ainda em 1603, foi criado o Regimento das Terras Mineraias do Brasil, que buscava organizar a procura e a extração de metais preciosos na colônia. A legislação assegurava sempre à Coroa a propriedade das terras lavradas, aos descobridores era dada a concessão para explorar as datas (lotes de terras). Prevvia também, a instalação de casas de fundição, destinadas a fundir todo metal extraído das minas, e a criação do cargo de provedor, responsável por estabelecer e fiscalizar a exploração aurífera, evitando o contrabando, e por administrar as casas de fundição. As descobertas de grandes jazidas nas últimas décadas dos Setecentos provocou alterações na administração das terras mineraias. O regimento de 1603 foi substituído, em 1702, pelo Regimento do Superintendente Guarda Mores e Oficiais para as Minas de Ouro, que alterou a denominação da Provedoria para Superintendência das Minas, vinculada diretamente à Lisboa, além de ter sob sua alçada toda a jurisdição ordinária, cível e criminal, dentro dos limites das minas. Com o aumento da produção aurífera, em meados do século XVIII, seguiram-se novas mudanças administrativas com a criação das Intendências do Ouro. [Ver Intendente das Minas] A exploração das terras mineraias provocou o deslocamento do eixo político econômico para o centro-sul da América portuguesa, o que resultou na transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, porta de acesso à região das Minas Gerais. (BRASIL, 2018).

Como já informado no início, o autor das cartas recopiladas e organizadas exercia o cargo de Provedor do Registro, na circunscrição do Caminho Novo. Como tal, sua função era, basicamente, registrar o trânsito de bens (gados, escravos, gêneros alimentícios, implementos de mineração etc.) e de pessoas indo e vindo das Minas, pois como o ouro servia de mercadoria-moeda na grande maioria das transações comerciais, havia o risco de ocorrer sonegação do

quinto da coroa mediante fraude nessas operações. Nessa época, com efeito, o dinheiro não desempenhava papel importante: “O próprio comércio de escravos empregava uma bateria de dispositivos econômicos, que iam de sofisticados sistemas de crédito e seguro a complexas formas de escambo.” (BLACKBURN, 2003, p. 17).

Essas cartas, em especial as enviadas para o primo e sócio do remetente, deixam entrever a atividade negocial particular paralela à atividade registral, criando uma situação de potencial conflito de interesses. E, apesar de não tratarem de tráfico de escravos nem de atividades ligadas diretamente ao setor agrário, há dados contextuais importantes que permitem vislumbrar o início da transição entre a economia baseada no extrativismo mineral, a qual contava com o suporte das atividades agropecuárias complementares desenvolvidas em outras províncias, para as grandes monoculturas que constituirão a nova base da economia.

É digno de nota que no acervo do arquivo há apenas uma carta, remetida a Domingos José Gomes de 25 de junho 1780 (ARAÚJO, 1780b), tratando de negociação de escravos, mais precisamente do registro de um negro que o destinatário tinha encaminhado do Rio de Janeiro para as Minas. Ainda que não se disponha de outros documentos relativos ao período em que José Manuel Gomes de Araújo exerceu as funções de Provedor do Registro do Caminho Novo, nem de sua correspondência comercial completa, supõe-se que, em virtude da elevação dos preços provocada pela demanda crescente de mão de obra nas Minas, deveria haver mais operações relativas a compra e venda de escravos, o que, porém, não ocorreu, e isso parece se dever ao fato de a extração mineral, no último quarto do séc. XVIII, encontrar-se estagnada, já dando sinais de decadência.

Além das informações dos historiadores da economia colonial já referidos, existem outras evidências que apontam para a mesma conclusão de que a atividade mineradora – e, por conseguinte, o tráfico de escravos – encontrava-se em declínio. Como notou Simonsen (1978, p. 291), “[...] ao minerador eram principalmente necessários coragem, alguma ferramenta e um punhado de escravos [...]”. Mas não eram apenas as necessidades materiais da atividade que importavam para a aquisição de escravos. Como o objetivo da Coroa era promover a efetiva descoberta, ocupação e exploração das jazidas, a concessão do direito de explorar as datas² constituía o principal incentivo oferecido aos colonos, estando condicionada, porém, à demonstração da capacidade operacional para a extração do minério. Tanto que, segundo determinava o Capítulo VII do Regimento das Minas de Ouro, de 1702, o critério de repartição das datas entre os exploradores das minas era o número de escravos que cada um possuía.

² Divisões das novas áreas de mineração.

E porque é muito prejudicial repartirem-se aos poderosos em cada Ribeiro que se descobre sua data, ficando por esta causa muitos pobres sem ella; e sucede ordinariamente, por não poderem lavrar tantas datas, venderem-nas aos pobres, ou estarem muito tempo por lavrar; o que não é somente em prejuízo dos meus vasallos, mas também dos meus quintos, pois podendo-se tirar logo, se dilatam, com se não lavrarem as ditas datas, havendo ficado muitos de meus vasallos sem ellas; por evitar esta sem justiça, se não dará segunda data a pessoa alguma, sem terem lavrado a primeira; estando porem todos os Mineiros accomodados, e havendo mais terra para repartir, então se attenderá aos que tiverem mais negros, porque tendo mais dos doze, pertencentes à primeira data, se fará com elle a repartição, na forma do Capítulo V deste Regimento, dando-se duas braças e meia a cada negro. E constando tambem ao Guarda-mór, que cada um dos Mineiros tem lavrado a sua data, aquelle que tiver lavrado, havendo terra para repartir, a repartirá novamente com elle, na forma que fica dito. (ANDRADE E SILVA, [1854], p. 30).

Por outro lado, o povoamento efetivo das zonas interioranas mais próximas às terras de mineração permitiu a organização de povoados, redes de comércio e fazendas que abasteciam as Minas (SIMONSEN, 1978). No entanto, com o rápido esgotamento dos recursos e o conseqüente declínio da mineração, os colonos se viram diante da necessidade de aplicar os recursos econômicos auferidos durante a efêmera fase de prosperidade na atividade agrícola, o que, no entanto, somente ocorreu após um longo período de crise. De acordo com Martins (1880 apud SIMONSEN, 1978, p. 293), “O Brasil começava a entrar no período de uma crise que durou um quarto de século. Mais de vinte anos foram necessários para o decidir a abandonar a exploração das minas estéreis e entregar-se à lavoura [...]”. Assim, cessada a mineração, a economia da região se voltou para a produção agrícola pelas décadas seguintes, orientada para a exportação, abrangendo o período em que a Corte real se instalou para o Rio de Janeiro e o Brasil tornou-se independente (SIMONSEN, 1978).

Tal realidade está refletida nas correspondências do *corpus*. Como já se destacou, as dezessete cartas destinadas a Domingos José Gomes, no período de março de 1779 a agosto de 1780, foram remetidas do Registro do Caminho Novo, na região onde se concentrava a exploração mineral, e tratam apenas uma vez sobre o tráfico interno de escravos, cuja fonte era o Rio de Janeiro. As demais cartas, dirigidas a Vicente Vieira da Costa, estendem-se de julho de 1781 a setembro de 1785, e foram remetidas de uma localidade diversa, chamada Borda do Campo (atual Barbacena), sendo possível notar a diversidade dos temas em relação aos que eram tratados naquele grupo de missivas. Em lugar de transações comerciais envolvendo bestas de carga e mercadorias, escrituração fiscal e periódicas prestações de contas, estas cartas tratam principalmente de cobrança ou transmissão de créditos. É bastante provável que, a essa altura, João Manuel Gomes de Araújo já não exercesse a função de Provedor do Registro, e, também, que os créditos fossem decorrentes de dívidas contraídas durante o auge da mineração. Mas, um detalhe importante, que ilustra de forma emblemática as transformações estruturais da

economia regional, encontra-se na carta de 19 de dezembro de 1784, na qual se pede a Vicente Vieira da Costa que agilize o envio de algumas cartas de sesmarias (ARAÚJO, 1784c).

A concessão de sesmarias, com finalidades agrícolas e de povoamento, multiplicou-se no curso do séc. XVIII, estendendo-se até o primeiro quarto do séc. XIX. Cessada a mineração, essas áreas se voltaram para a exploração de gêneros agrícolas – algodão, café e açúcar – destinados precipuamente à exportação, para atender à crescente demanda mundial. Essa reconfiguração, atendendo à nova lógica do mercado global e valendo-se de outras formas de organização produtiva, suscitou o desenvolvimento de novas formas de utilização da mão de obra escrava, formando as bases do que os autores denominam *segunda escravidão* (BLACKBURN, 2016; TOMICH, 2011, 2016). O conceito foi criado por Dale Tomich para indicar o conjunto de acontecimentos, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX – em especial a Revolução Industrial e a mundialização da economia capitalista sob a hegemonia britânica –, que provocou transformações profundas no Ocidente, servindo de fator explicativo para a escravidão negra nas Américas ao longo do séc. XIX.

O projeto esboçado nesse breve estudo de pesquisa documental parte da hipótese de que, embora impulsionado por tendências do mercado internacional, no contexto da Revolução Industrial e da expansão mundial do capitalismo, o processo histórico de reorganização produtiva que alterou a dinâmica da escravidão do Brasil, tal como em Cuba e nos Estados Unidos da América, não foi resultado apenas de fatores externos, seja a política colonial das metrópoles europeias, seja o fluxo de capitais externos que alavancavam o plano de desenvolvimento econômico elaborado pelas elites locais. Existem processos econômicos locais que criaram as condições para o advento dessa nova organização produtiva, e o seu estudo pode contribuir para o desenvolvimento do campo das histórias atlânticas conectadas, iluminando peculiaridades que fenômenos e tendências globais tenham assumido no Brasil, em comparação com os outros polos de produção de *commodities* valendo-se da escravização de africanos. São caminhos promissores que podem se abrir a partir de estudos futuros deste *corpus*, que certamente não é fechado, e poderá ser expandido em pesquisas ulteriores.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [Correspondência]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 4 mar. 1779a. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437716.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [Correspondência]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 1779b. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437715.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 10 mar. 1779c. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437718.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 19 mar. 1779d. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437719.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 1 abr. 1779e. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437717.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 22 abr. 1779f. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437720.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 4 maio 1779g. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437721.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 31 maio 1779h. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437722.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 8 jun. 1779i. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437723.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 19 ago. 1779j. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437724.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 6 nov. 1779k. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437725.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 5 dez. 1779l. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437726.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 1780a. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437727.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 25 jun. 1780b. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437729.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 18 jul. 1780c. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437730.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 22 jul. 1780d. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437728.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Domingos José Gomes. Caminho Novo, 8 ago. 1780e. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437731.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 20 jul. 1781a. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437820.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 15 set. 1781b. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437821.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 4 nov. 1781c. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437822.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 2 mar. 1782a. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437823.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 3 set. 1782b. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437824.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 16 set. 1782c. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437825.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 2 nov. 1782d. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437826.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 25 ago. 1783a. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437827.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 20 out. 1783b. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437828.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 13 out. 1784a. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437829.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 22 nov. 1784b. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437830.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 19 dez. 1784c. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437831.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 16 jan. 1785a. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437832.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário não identificado. Borda do Campo, 16 set. 1785b. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437834.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

ARAÚJO, João Manuel Gomes de. [**Correspondência**]. Destinatário: Vicente Vieira da Costa. Borda do Campo, 1 fev. 1787. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1437833.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. “Capitão-mor”. *In: Memória da administração pública brasileira*: Dicionário Período Colonial. 9 nov. 2016. Atualizado em 29 jul. 2019. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/199-provedor-do-registro>. Acesso em: 1 set. 2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. “Provedores do Registro”. *In: Memória da Administração Pública Brasileira*: Dicionário Período Colonial. 10 nov. 2016, atualizado em 06 ago. 2021. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/199-provedor-do-registro>. Acesso em: 1 set. 2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. “Sargentos-Mores da Comarca”. *In: Memória da administração pública brasileira*: Dicionário Período Colonial. 10 nov. 2016. Atualizado

em 13 mai. 2021. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/230-sargento-mor-da-comarca>. Acesso em: 1 set. 2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Alvará que proíbe as fábricas e as manufaturas no Brasil**. 21 jun. 2018. Atualizado em 11 mar. 2021. Disponível em: http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674&catid=145&Itemid=286#_ftnref4. Acesso em: 1 set. 2021.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. [**Nomeação de João Manuel Gomes de Araújo, por João Rodrigues de Macedo, para o cargo de Provedor do Registro do Caminho Novo**]. Vila Rica, 23 dez. 1778. Coleção Casa dos Contos, Cx. 2 – 10045, Rolo 501. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cc/brtacervo.php?cid=11606>. Acesso em: 1 set. 2021.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. [**Instrução de serviço de João Rodrigues de Macedo para João Manuel Gomes de Araújo sobre o pagamento por créditos de dívidas de entradas com Francisco de Faria e Moreira**]. Vila Rica, 5 abr. 1783. (Coleção Casa dos Contos). Cx. 11 – 10239, Rolo 504. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cc/brtacervo.php?cid=4125>. Acesso em: 1 set. 2021.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. [**Carta para João Manuel Gomes de Araújo sobre o pagamento do quinto real**]. Vila Rica, 25 ago. 1779. (Coleção Casa dos Contos). Cx. 17 – 10450, Rolo 506. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cc/brtacervo.php?cid=3834>. Acesso em: 1 set. 2021.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. [**Mapa diário das despesas com animais e soldados, sob o comando do Alferes Joaquim José da Silva Xavier. Anexo: Prestação de contas da alimentação servida pela estalagem da praça ao inconfidente Vicente Vieira da Mota durante sua prisão**]. Caminho Novo e Porto de Menezes, 29 jun. 1796. (Coleção Secretaria de Governo da Capitania). (Seção Colonial). Cx. 13, Doc. 50. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=1034>. Acesso em: 1 set. 2021.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. [**Carta de Vicente Vieira da Mota ao Capitão Francisco José da Silva Capanema sobre a averiguação da Carta de Sesmaria**]. Vila Rica, 29 jun. 1796. (Coleção Casa dos Contos). Cx. 98 – 20436, Rolo 530. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cc/brtacervo.php?cid=10436>. Acesso em: 1 set. 2021.

ALBUQUERQUE, M. M. D. **Pequena história da formação social brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ALMEIDA, C. M. C. D.; OLIVEIRA, M. R. D. Conquista do centro-sul: fundação da Colônia de Sacramento e “achamento” das Minas. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. D. F. (org.). **O Brasil colonial: 1580-1720**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 267-334.

ALMEIDA, S. C. C. D. O Atlântico e o comércio negreiro. In: SILVA, F. C. T. D.; LEÃO, K. S. D. S.; ALMEIDA, F. E. A. D. **Atlântico: história de um oceano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 185-212.

ANDRADE E SILVA, J. J. (org.). **Collecção chronologica da legislação portugueza compilada e anotada**. Lisboa: Imprensa Nacional, [1854].

BLACKBURN, R. **A construção do escravismo no Novo Mundo: 1492-1800**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão?. In: MARQUESE, R.; SALLES, R. (org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 13-54.

CALDEIRA, J. **História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. **Os métodos da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CHARAUDEAU, P. Une analyse sémiolinguistique du discours. **Langages**, Larrousse, Paris, ano 29, n. 117, p. 96-111, 1995. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1995_num_29_117_1708. Acesso em: 3 out. 2022.

CIPOLLA, C. M. **Introdução ao estudo da história econômica**. Lisboa: Edições 70, 1995.

CONCEIÇÃO, A. A. da. Lidas novamente... A escrita epistolar como prática do governo colonial. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 127-140, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/279/9922>. Acesso em: 3 out. 2022.

CONCEIÇÃO, A. A. da. “Aqui se abre hum largo theatro ao engenho do secretario principiante”: a escrita de cartas segundo Francisco José Freire (Portugal-Séc. XVIII). **História Revista**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 13-29, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/10817>. Acesso em: 3 out. 2022.

NOUSCHI, A. **Iniciação às ciências históricas**. Coimbra: Almedina, 1977.

HOBSBAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KULA, W. **Problemas y métodos de la historia económica**. 3. ed. Barcelona: Ed. Península, 1977.

LARA, S. H. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17-39, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7953>. Acesso em: 3 out. 2022.

PEDROZA, M. Passa-se uma engenhoca: ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). **Varia Historica**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 241-266, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/CzcYYcHvKRSkvfThG9h9Njt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2022.

PEREIRA, M. R. D. M.; BORGES, J. N. Tudo consiste em dívidas, créditos e contas: relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 162, p. 105-129, 2010. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i162p105-129. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19153>. Acesso em: 3 out. 2022.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. 8. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil (1500/1820)**. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TOMICH, D. A escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica da segunda escravidão. *In*: MARQUESE, R.; SALLES, R. (org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 55-97.

TOMICH, D. **Pelo prisma da escravidão**: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

CAPÍTULO 13

A CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS NA DÉCADA DE 1980 COMO UM PROBLEMA HISTÓRICO E ECONÔMICO: uma revisão bibliográfica necessária

Laura Santos Botelho

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão acerca da História Econômica na América Latina, a partir de um tema ainda pouco desenvolvido no campo da história, o narcotráfico. Este se desenvolveu na década de 1980 em alguns países como a Colômbia, afetando outros países e se tornando um problema econômico e de segurança internacional. Procuramos reunir dados bibliográficos para a construção de um debate que relacione a história e economia do narcotráfico.

Assim, faremos uma problematização e reflexão sobre a História Econômica na América Latina e sua relação com as lacunas existentes, bem como a necessidade de discussão e inclusão de novos temas e abordagens. Também traremos uma apresentação conceitual do narcotráfico associado a outros aspectos importantes para a compreensão da sua historicidade. Discutimos ainda como a criminalização das drogas contribuiu para o crescimento e o aumento do narcotráfico pelo mundo. Levamos ainda em consideração que, parte deste texto soma-se aos primeiros resultados da pesquisa de mestrado, a qual estuda os discursos de autoridades internacionais contra as drogas em jornais maranhenses.

Com isso, embora a análise ainda esteja em início de elaboração, esforçamo-nos para comprometer em apontar e contribuir para uma abordagem que ultrapassa as fronteiras nacionais. Para isso, utilizamos os aportes da história conectada, ainda que, de uma forma pouco aprofundada, mas que ao fim e ao cabo, pretende traçar caminhos para nos permitir conhecer melhor a circulação de informações, ideias, discursos, proporcionando uma discussão interconectada dos acontecimentos proporcionados pelo avanço das tecnologias, meios de comunicação e transportes que vem se intensificando desde o fim do século XX (CARVALHO; PRATES, 2016. p. 2). Assim, optamos por entender os reflexos dessas experiências ligadas ao narcotráfico, partindo do aspecto material e, depois expandindo o estudo para as outras questões, que serão mais explanadas no trabalho final da pesquisa.

2 UMA BREVE REVISÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A HISTÓRIA ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA

Ao lançarmos um olhar, ainda que geral, sobre a História da América Latina, percebemos a necessidade de falarmos sobre a importância da História Econômica para a compreensão de diversos temas que, infelizmente, no campo da história, ainda são poucos discutidos, como é o caso do narcotráfico. Os historiadores econômicos têm como desafio encarar novos estudos e novas abordagens como as aqui propostas, a fim de alcançar em uma compreensão teórica, metodológica e socioeconômica da América Latina como um todo conectado, mas com especificidades ainda a serem compreendidas. Na década de 1980, Cardoso e Brignoli (1987) apontavam para a falta de uma teoria econômica das estruturas e das conjunturas histórico-econômicas da América Latina. E, quanto às temáticas, indicavam a necessidade de preencher lacunas, pois segundo eles, existiam poucos “[...] estudos relativos às técnicas de produção, aos diferentes tipos de mercados, às produções a eles vinculadas, e às unidades típicas de produção-fazendas, minas, plantações, indústrias [...] observadas a partir de um ponto de vista microeconômico [...]” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1987, p. 210).

A partir dessa constatação, lançamos mão do tema aqui proposto numa tentativa de abordá-lo dentro do campo da História Econômica. Isso porque o narcotráfico sempre foi um tema midiático, mas nunca historiográfico o que dificulta seu estudo. Por isso, devemos promover sua inserção dentro dessa disciplina com o apoio de outras áreas. Ressalvamos que, necessariamente, devemos reconhecer a importância da interdisciplinaridade e da própria concepção de história para um melhor esclarecimento do que pretendemos, pois, “[...] a História Econômica é uma ponte que interliga vários conhecimentos [...]” (BARBOSA, 2009b, p. 78).

Como sabemos, a própria disciplina história encontra-se ainda em construção. Não é uma disciplina fechada ou mesmo pronta e acabada. “No caso da História, porém [...] queremos dizer com ‘ciência em construção’ que a conquista do seu método científico ainda não é completa, que os historiadores ainda estão descobrindo os meios de análises adequados ao seu objeto [...]” (CARDOSO, 1992, p. 49). Não estamos aqui criando nada de inovador e único, mas apontando uma possibilidade de abordagem e análise bibliográficas sobre as drogas, a fim de contribuir para o seu conhecimento no campo da História Econômica, que, para além da visão maniqueísta exposta na mídia, pode ganhar maior significado e nos ajudar a compreender suas rupturas, continuidades e circularidades nas últimas décadas do século XX. A história, portanto, deve ser o ponto de partida inicial para a sua análise e interpretação. Pois, “[...] disso tudo não requer [...] maior esforço entender que somente o estudo da história de um fenômeno

leva efetivamente à sua compreensão [...]” (BARBOSA, 2009b, p. 155). Cabe lembrar ainda do seu caráter multidisciplinar que deve situar com propriedade o caráter interdisciplinar da História Econômica. Ao mesmo tempo, este caráter diversificador permite a ampliação de horizontes e o questionamento de valores que se configuram na força motriz dos elementos envolvidos (SOUSA, 1996).

Por outro lado, é mister lembrarmos que a temática das drogas nas décadas de 1980 e de 1990 recorre a um contexto global, isto é, os Estados envolvidos enxergam-no como um problema que ultrapassa as fronteiras nacionais. As drogas circularam mundialmente rumo à sua globalização. Suas rotas foram criadas e organizadas de forma estratégica para ganhar os novos mercados que surgiram, bem como satisfazer as demandas pelo produto. Não é um problema regional da América Latina, mas um perigo global que circulou e cresceu como um grande negócio empresarial. Dessa forma, compreendemos que as aproximações históricas aqui comparadas englobam outros elementos de maior complexidade, para além do viés econômico, tais como suas representações e imaginários que ultrapassam as fronteiras desses países, causando interconexões que se estendem para além das fronteiras políticas tradicionais (PURDY, 2011).

Porém, a compreensão do porquê de o narcotráfico ser considerado um tentáculo do capitalismo, produto da vida material, é um caminho inicial, para depois entendermos suas implicações no imaginário social, discussão para um outro trabalho. Mas isso não significa entender tais conceitos separadamente, pois como aponta Cardoso e Brignoli (1987, p. 395): “[...] as mentalidades coletivas, com todos os seus matizes e manifestações, ingressaram no campo de trabalho da pesquisa histórica [...] os historiadores começaram a vê-la como um dos aspectos de um cambiante contexto histórico-social global [...]”.

O contexto aqui analisado se confunde com os paradigmas vivenciados pela história econômica que, ao contrário do que ocorreu nos grandes centros de distribuição de conhecimento, na América Latina, sempre ocupou um espaço muito pequeno atrelado a outros campos da história. Wilson Barbosa (1988) apresenta um importante debate em que esta área se tornou fonte de pronta interpretação tanto das teorias quanto das políticas públicas (BARBOSA, 1988).

Isto significa, segundo Barbosa (1988), que a disciplina em questão aparece como parte da própria informação sobre o sistema estabelecido e, portanto, vira alvo de um intenso jogo de interesses, pois seu campo de estudo se volta para o estabelecimento do próprio capitalismo e suas formas de exploração não só em países visto com periféricos vítimas do sistema, mas em economias que se beneficiam dos mecanismos da acumulação. Barbosa (1988) aponta que nas

décadas de 1970 e de 1980, “uma ideologia pequeno-burguesa” baseada nos seus interesses decreta críticas a esse modelo e, conseqüentemente, o seu “fim”. Mas, para além de questões ideológicas ou de classe, a História Econômica se ocupa de um objeto específico, que é o processo cultural de produção e distribuição de bens materiais (BARBOSA, 1988). Nesse sentido, ao pensarmos a produção e distribuição de drogas na América Latina e, mais especificamente na Colômbia e sua relação com os postulados econômicos e políticos dos Estados Unidos, percebemos que a lógica de criminalização e proibição das drogas, de forma geral, pode ser inserida dentro desse campo de discussão.

Mas antes de entrarmos propriamente na discussão histórico-econômica sobre as drogas, iremos nos deter mais um pouco sobre os aportes teóricos que a teoria econômica pode nos oferecer para a análise do problema. Aproveitando este ponto, em *Teoria e Empiria*, Barbosa (1992) deixa evidente esta relação entre ambas, uma vez que, elas podem aparecer como fatores independentes, mas ressalva-se que “[...] a negação da relação mútua entre ‘teoria’ e ‘empiria’ é apenas um momento da afirmação, seja da sua necessária dependência, seja da sua relativa independência. A sua independência é, insisto, mutuamente mantida, portanto, ‘relativa’.” (BARBOSA, 1992, p. 4). Dessa forma, podemos vislumbrar que o entendimento da experiência Latino-americana sobre o narcotráfico perpassa pelas representações que a própria teoria histórica construiu ou deixou de construir sobre tal objeto. O conjunto de conhecimentos teóricos, bem como seus temas poderão oferecer em certo ponto, um grau de elucidação sobre a relação histórico-econômica do problema. Ou seja, o estudo das relações econômicas que se estabeleceram nas Américas pode fornecer-nos um amplo leque de conhecimentos que estão ainda por serem explorados.

3 A CONSOLIDAÇÃO DO NARCOTRÁFICO COMO UM PROBLEMA HISTÓRICO-ECONÔMICO: uma abordagem conceitual do problema

A disparidade socioeconômica na América Latina, fruto da emergência do sistema financeiro em questão, coloca em evidência um contexto que, em paralelo ao *boom* do consumo de drogas na Europa e EUA, tem-se, por outro lado, a queda drástica dos preços de países produtores de matérias primas na América Latina como, por exemplo, açúcar (-64%), café (-30%) e trigo (-17%), reflexos da crise econômica mundial do período (COGGIOLA, 1996). Assim, enquanto outros setores estão em crise, temos a alavancada desse setor do submundo das drogas crescendo. Milhares de pessoas desempregadas foram recrutadas para trabalhar no plantio, cultivo, transporte e comercialização de amapola, maconha e cocaína e,

consequentemente, foram criados vários cargos para combater o narcotráfico distribuídos em várias instituições: polícia, bancos, agências de combate etc. (SEPLIARSKY, 2018). O negócio das drogas enriquece a poucos, pois se transformou numa das atividades ilegais mais lucrativas do mundo informal, trazendo consequências graves para os Estados que enfrentaram o problema, para os consumidores de entorpecentes; além da violência empregada e repressão aos usuários.

Diante do problema das drogas, torna-se necessária uma melhor explanação do significado e origem do narcotráfico, bem como o desdobramento de alguns aspectos gerais relacionado ao mesmo. Gallego (2012), ao analisar a questão, pontua o conceito de narcotráfico como atividades que acontecem ilegalmente e que vão desde a produção até a sua comercialização, o que implica em consequências sociais e econômicas nos países envolvidos. Dessa maneira, o narcotráfico

[...] faz referência a um conjunto de atividades ilegais através das quais se implementa a produção, transporte e comercialização de drogas psicoativas e a constituição de um modelo de organização econômica e social ilegal com altíssimo nível de influência nos aspectos econômicos e políticos das sociedades formais. (GALLEGO, 2012, p. 5).

Por outro lado, podemos compreender que o narcotráfico, na perspectiva de Rodrigues (2012, p. 33), “[...] são empresas ilícitas trans-territoriais, pois têm, simultaneamente bases e atuação locais (produção e comercialização) e trânsito transnacional, ultrapassando fronteiras políticas para sua realização como negócio [...]”.

O narcotráfico na década de 1980 funcionava atrelado aos grandes carteis de drogas, como, por exemplo, o de Medellín e, posteriormente, o de Cali. Gallego (2012, p. 5) destaca “cartel” como uma “forma particular de articulações em redes clandestinas através das quais operam os diferentes *empresários* da droga compartilhando recursos e estratégias que possibilitam os processos de produção [...]”. Mas essa não é a única interpretação possível, pois segundo Rodrigues (2004, p. 184).

A dita cartelização das organizações do narcotráfico colombiano [...] é mais apropriadamente analisada se a tomarmos não como uma união entre grupos narcotraficantes com o objetivo de estipular o preço da cocaína negociada nos Estados Unidos, que definiria um cartel econômico ainda que ilegal, mas como associações temporárias e pontuais que obedecem a interesses específicos e flexíveis¹.

¹ Setor competitivo: “[...] compreende a ponta do circuito (plantadores de coca) e a ponta última, representada pelas organizações que recebem a cocaína dos grandes atacadistas e a revende aos consumidores [...]” (RODRIGUES, 2004, p. 188); setor oligopólio: “[...] houve a estruturação de grandes empresas independentes, articuladoras de redes próprias e em competição, daí a substituição da figura de “cartel” pela do “oligopólio”, que, em termos econômicos, aplica-se a um mercado no qual poucas corporações dominam a produção e a comercialização de um bem.” (RODRIGUES, 2004, p. 189).

Dessa forma, fica claro diante das leituras que, embora existam diferenças no seu tratamento, ambos concordam com seu aspecto ilegal e empresarial, que tem interesses que vão desde a produção até a negociação no mercado ilícito.

Gallego (2012) faz um histórico sobre o desenvolvimento do tráfico de drogas na Colômbia, e afirma que a introdução do fenômeno do narcotráfico nesse país relaciona-se diretamente com a proibição do consumo de narcóticos no país no século XX, quando os Estados Unidos declararam guerra contra a produção e o tráfico de drogas na América Latina. Segundo o autor, após o “ciclo da maquiagem” ou seja, tráfico de maquiagem² que entrou em decadência devido sua legalização para consumo pessoal no seu principal mercado consumidor, os Estados Unidos, e o bloqueio de canais e rotas de exportação, os produtores e traficantes desse psicotrópico passaram a investir num novo produto, o tráfico de cocaína, que ganhou força a partir da década de 1970.

Não queremos aqui ampliar demais a questão, tendo em vista o grau de sua complexidade e falta de uma historiografia mais completa que nos ajude a melhorar nossas interpretações sobre o tema, mas podemos apontar que essa problemática se desenvolveu nas Américas tendo em vista as próprias especificidades de sua história, geografia, desenvolvimento econômico e social. Cardoso e Brignoli (1987), mesmo não tratando especificamente da questão do narcotráfico apontam para questões importantes: “É verdade, entretanto, que o rigor do pacto colonial foi compensado e mesmo reduzido, na prática, por importante comércio ilícito, pela pirataria e pela pressão dos interesses coloniais [...]” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1987, p. 210).

Isso põe em evidência a origem das primeiras mercadorias ilícitas que passaram a circular; o contrabando de alguns produtos e matérias inicialmente vão abrir caminhos e rotas para a prática do tráfico de drogas num período posterior. Esses autores apontam a pirataria e o contrabando como fazendo parte da dinâmica da economia da América Latina: “[...] o comércio com a Europa, importação e exportação, contrabando e pirataria [...]” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1987, p. 232). Essa análise quando projetada na década de 1980, nos faz refletir sobre a origem econômica do fenômeno aqui estudado, que remete a essas práticas observadas pelos autores, mesmo que anteriores, mas que antecedem e abrem caminhos para os produtos ilegais que vão circular depois, como apontam outras análises relacionadas à origem dessa economia ilegal. O historiador colombiano Betancour (2003), aponta a década de 1970 e a

² “Porção narcótica, feita daquele vegetal e que produz sonolência ou outras alterações do sistema nervoso central.” (DICIONÁRIO PRIBERAM DA LINGUA PORTUGUESA, c2008-2013). Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/maquiagem>. Acesso em: 27 jan. 2018.

prática do contrabando como antecedentes relevantes para o desenvolvimento do tráfico de cocaína³ na Colômbia.

Todos los relatos y estudios coinciden en afirmar que los primeros traficantes, que hacia 1968-70 entablaron contactos con los traficantes y compradores norteamericanos para los primeros embarques [...] fueron antiguos contrabandistas de electrodomésticos, cigarrillos y whisky [...] que se caracterizaban por conocer a la perfección de las rutas [...] y sobre la sutilezas de este mundo ilegal se construyeron las primeras redes de comercio y transporte de marihuana y cocaína. (BETANCOURT, 2003, p. 8).

Percebemos que a economia do narcotráfico tem uma origem parecida com a descrição feita por Cardoso e Brignoli (1987) acima. Fica evidente que estes produtos ilegais percorriam rotas que, historicamente, foram as mesmas que abriram para produtos que já eram comercializados e contrabandeados entre a Colômbia e os EUA.

Entre as décadas de 1970 e, principalmente, a década de 1980, temos dados interessantes extraídos de Forest Hylton (2010), que pontua a forma como essas organizações criminosas relacionadas ao tráfico de drogas, transformaram a cidade de Medellín num “centro do único produto de exportação que os colombianos fabricavam e controlavam totalmente”, configurando um monopólio do tráfico de cocaína facilitado pelas migrações de colombianos para os Estados Unidos. Tratava-se do período em que o lucro com o tráfico superou o do café⁴, aparecendo como “[...] 30% das exportações colombianas [...]” (HYLTON, 2010, p. 105).

Percebemos com isso que o narcotráfico foi um fenômeno muito mais abrangente e complexo do que imaginamos e assistimos, muitas vezes, pelos meios midiáticos. A sua complexa organização, bem como suas redes de atuação sobre a política e a economia, nos permite concluir que “O narcotráfico, es un fenómeno multidimensional, transnacional y mutable, circunstancias que han redundado en una creciente complejización cualitativa, como consecuencia de su desarrollo cuantitativo [...]” (SEPLIARSKY, p. 304, 2018). Por este aspecto, torna-se importante perceber que os modelos de explicação devem seguir categorias distintas de dados internacionais, já que o narcotráfico não fica restrito a um único espaço geográfico. Nesse caso, nos utilizamos das observações de Barbosa (1993, p. 6) em que nos modelos internacionais, comparam-se categorias macroeconômicas internacionais “[...] através

³ Alcaloide extraído das folhas da coca. "**Cocaína**". (DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, c2008-2013). Disponível em: <https://www.priberam>. Acesso em: 27 jan. 2018.

⁴ Na década de 1980, o café já não representava mais o principal produto de exportação da Colômbia devido a alguns fatores: “Os colombianos ingressavam permanentemente na economia capitalista mundial sob a liderança dos elementos de sua elite, mais avançados tecnicamente [...] Na Colômbia o domínio conservador recebia um novo sopro de vida devido ao crescimento das exportações de café. A produção ultrapassara um milhão de sacos em 1913, dois milhões em 1991 e três milhões em 1930 [...] em 1929, ocorreu uma mudança decisiva na política elitista, quando os preços do café caíram subitamente de 60 para 34 centavos por quilo, o que significou um desastre para a economia de exportação e se consumou posteriormente no colapso de Wall Street, em outubro daquele ano.” (HYLTON, 2010. p. 59-60).

de métodos de ponderação ou dados de entidades macrorregionais, observados ou estimados periodicamente [...]”. Ainda segundo Barbosa (1993, p. 6), esse modelo pode conter

[...] as observações de mercados individuais e de ramos diferentes de atividade. Esta instância permite usar modelos mais simples que aqueles dos dados microeconômicos. Sua análise se aproxima melhor da descrição da realidade que na elevada agregação das macro-categorias.

Analisando o narcotráfico a partir de uma perspectiva econômica, podemos afirmar que este faz parte daquilo que denominamos de economia informal, isto é, não é uma atividade regulamentada pelo Estado. Mas isso não significa que esta economia não faça parte dessa economia informal. Ela se forma e se constitui como atividades ilegais. Assim, destacamos que a economia do narcotráfico, enquanto economia ilegal é um dos ramos mais importantes e lucrativos da categoria. A sua complexidade exige o estudo multidisciplinar das suas dimensões, que vão desde um nível local até o nível internacional, como podemos notar na citação abaixo:

Macro: con organizaciones o circuitos compuestos por diferentes conexiones a nivel internacional. Meso: se alude a un determinado circuito de tráfico de un estupefaciente entre Estados fronterizos y al interior de los mismos. Supone el condicionamiento regional por áreas geográficas y tipo de sustancia que se maneja dentro de un territorio estatal determinado. Micro: se concentra sobre una de las *regiones* del nivel meso o sobre los puntos más relevantes de dicha zona [...] (SEPLIARSKY, 2018, p. 305).

Esses são os níveis em que o narcotráfico ou a economia do narcotráfico opera, segundo Sepliarsky (2018): macro (alcance internacional), médio (conexão regional por meio geográficos) e micro (concentração numa área da região média). Devemos lembrar que esses níveis não ocorrem isolados um do outro, mas ambos em muitos casos se relacionam e dependem um do outro para funcionar. Podemos ainda inferir que o narcotráfico possui como características importantes a dinamicidade e as transformações (consequências) que provoca no meio social em que atua.

Do ponto de vista da economia, o negócio do narcotráfico necessita de uma oferta, demanda e preço. A alta rentabilidade do negócio faz com que muitas pessoas passem por cima das leis, autoridades e perigos, para participar dessa atividade ilegal.

Las narco-actividades presuponen una oferta, una demanda y el establecimiento de un precio del producto según su disponibilidad y calidad (rasgos económicos cuantitativos y cualitativos). La elevada tasa de ganancia que produce la actividad en su tinte delictivo es lo que hace que mucha gente tome los riesgos (penales y mortales) de participar en el tráfico ilícito de drogas [...] (SEDRONAR, 2007, p. 22 apud SEPLIARSKY, 2018, p. 306).

A alta rentabilidade do negócio faz com que muitas pessoas passem por cima das leis, autoridades e perigos para participar dessa atividade ilegal. No entanto não nos devemos esquecer que o fenômeno se relaciona a vários outros fatores. Um deles é a sua relação com o sistema de contas nacionais, que apresenta informações sobre a geração, a distribuição e o uso

da renda no País. Há também dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo. No caso da economia do narcotráfico, esta não é contabilizada e isso implica nas medidas de valores das contas nacionais dos países envolvidos.

Segundo Sousa (2007), o cálculo da renda nacional foi de extrema importância para o avanço da ciência e estudos econômicos dos países. Assim, “[...] mediante o cálculo da renda nacional e de seus componentes, fez-se possível o estudo do crescimento econômico [...]” (SOUSA, 2007, p. 17). Assim, notamos um problema histórico e econômico. A economia do narcotráfico existe, mas não é contabilizada. O narcotráfico na década de 1980 aparece como o segundo item do comércio mundial, só sendo superado pelo tráfico de armamentos no período (COGGIOLA, 1996). Depreende-se que a economia do narcotráfico é bastante significativa para várias economias mundiais, tanto em países produtores como os países da América do Sul, como em países consumidores como os Estado Unidos. Como essas atividades ilegais não entram no sistema de contas nacionais isso implica num certo “falseamento” dos dados obtidos, por exemplo, com o PIB.

Las cuentas nacionales se definen como una medida de valor de la economía nacional, existe una amplia gama de importantes actividades productivas que no se contabilizan, entre ellas, el narcotráfico. Esto distorsiona sensiblemente la contabilidad nacional. [...] Por ende, se desprende que mientras mayor sea la dimensión relativa de la economía subterránea y, en ella, la narcoeconomía, mayor será el grado en que las estadísticas oficiales de los agregados macroeconómicos estarán falseando la realidad económica de una nación. (SEPLIARSKY, 2018, p. 314).

Dessa forma, quanto maior for a proporção e a quantidade dessa atividade ilícita numa economia, maiores serão os dados e agregados macroeconômicos adulterados ou falseados sobre a renda nacional ou PIB de um país. Assim, como sabemos, “[...] a História Econômica, [a] grosso modo, estuda as economias das sociedades passadas. O interesse por tal objeto surgiu em consequência do desenvolvimento do capitalismo e de sua mentalidade quantitativa [...]” (SOUSA, 1996, p. 1). Sendo assim, se torna necessário maiores estudos sobre a temática que envolvem a interpretação, a catalogação e a análise dos dados quantitativos relativos à economia do narcotráfico, uma vez que não é contabilizada pelos países.

No próximo ponto, procuramos contextualizar historicamente mais um aspecto importante sobre o desenvolvimento do narcotráfico que, segundo algumas análises, serviu como pilar de sustentação dos narcotraficantes e de suas empresas do tráfico: a criminalização.

4 A CRIMINALIZAÇÃO NORTE-AMERICANA DAS DROGAS E SEUS REFLEXOS NA COLÔMBIA E NO BRASIL

Nesta terceira e última parte iremos nos deter em uma revisão bibliográfica sobre a relação da criminalização das drogas, partindo dos postulados estadunidenses e seus reflexos em outras realidades. Embora presente na história da humanidade desde a antiguidade, as drogas se tornaram um problema para vários países no século XX.

Com o fim da bipolarização geopolítica, em 1989, os Estados Unidos assumiram a hegemonia regional na América Latina. Sendo assim, políticas que antes estavam voltadas para combater os movimentos insurgentes comunistas nos países latinos se voltaram para a eliminação do tráfico de drogas nos países andinos, especialmente a Colômbia, Peru e Bolívia (GUZZI, 2008). A questão das drogas geralmente recebeu três nuances para a sua discussão: primeiro, a medicalização; depois a criminalização; e, por fim, a moralização. As três atuaram, geralmente com as forças policial e estatal. Mas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, nota-se uma crescente complexidade relacionada à questão das drogas em vários países, isso porque “[...] as mesmas são também mercadorias e estão sujeitas a leis de oferta e procura, precificação e disputa de mercados, especialmente quando inseridas em um contexto de ilegalidade [...]” (BASTOS, 2018, p. 13). Assim, o narcotráfico pode ser compreendido como mais um dos tentáculos do capitalismo que se move no submundo neoliberal, atacando e se movendo em sociedades subdesenvolvidas em direção ao seu profícuo mercado consumidor, geralmente os países desenvolvidos de forma ilegal e, sobretudo, se alimentando dos lucros estupendos obtidos com este negócio.

Ao lançarmos um olhar sobre a realidade colombiana na década de 1980, nos deparamos com a relação intervencionista que os EUA estabeleceram sobre a temática no país. Queremos aqui destacar possíveis interesses que se relacionaram ao econômico, político e social. Os rendimentos provenientes da droga colombiana no período não foram injetados em sua grande parte na Colômbia, mas em outros países, principalmente seu principal mercado consumidor, isto é,

[...] à maior estimativa da comercialização da cocaína colombiana podemos agregar a estimativa de 900 milhões de dólares de heroína, mais 250 milhões de dólares de maconha, o que resulta em um total estimado de 13.780 milhões de dólares. Destes, deve-se retirar os custos de produção de aproximadamente 20 por cento, que equivalem a 2.780 milhões de dólares, sendo que o restante alcançaria uma quantidade aproximada de uma renda líquida de 11.120 milhões de dólares. Convém esclarecer que esses rendimentos não entram em sua totalidade na economia colombiana. O que realmente chega a retornar se situa entre 2,5 e 4 milhões de dólares. O maior lucro permanece em outras economias. (SANTANA, 1999, p. 112).

Já destacamos que esse tipo de economia não é contabilizado pelo sistema de contas nacionais, sendo obtidos os dados por outros meios como apreensões de drogas, relatórios policiais, pesquisas etc. Compreendemos que este elemento na década de 1980, enquanto

mercadoria vira objeto de disputas, mesmo que indiretamente ou por “debaixo dos panos” dos países envolvidos. Esse produto, regido pela lei da oferta e da procura, estava se consolidando enquanto um produto que ultrapassava as fronteiras nacionais, ganhando status de necessidade internacional ligado às demandas de um mercado consumidor cada vez mais voraz e dependente desses psicoativos.

Não devemos deixar de destacar que, durante a década de 1980, se disseminou um discurso de “guerra às drogas” por parte dos governos Reagan e Bush, numa tentativa de retomar o controle político e social e equilibrar a produtividade econômica interna para recuperar a hegemonia mundial (SANTANA, 1999). As políticas repressivas implementadas tinham como objetivo principal fazer com que diminuísse a oferta de drogas no mercado americano e, conseqüentemente, houvesse um aumento de preço e, portanto, uma diminuição do consumo. Na prática, essa política proibicionista não funcionou.

O outro lado é que o mesmo Estado que declarou guerra contra as drogas foi também aquele que financiou ou importou boa parte dos insumos que eram necessários para a produção das drogas e a manutenção das redes criminosas do narcotráfico.

De fato, este fenômeno está ocorrendo no processo de produção onde corporações norte-americanas legalmente estabelecidas são as que fornecem importantes insumos manufaturados, tais como aviões, equipamentos de navegação, armamento, e precursores químicos necessários para a produção, por exemplo, da pasta de coca e da cocaína. (SANTANA, 1999, p. 107).

Além disso, na década de 1990, percebemos um novo movimento, a chamada globalização do narcotráfico. Vários países de economias mais desenvolvidas que antes recebiam o título de países consumidores, ou países de trânsito, passaram a produzir também grande quantidade de drogas, impulsionados por um mercado consumidor próprio e uma demanda cada vez maior pelo vício (RODRIGUES, 2002). Segundo este mesmo estudioso em trabalho posterior vai afirmar, o discurso da “guerra às drogas”

[...] se baseou num dualismo fictício que ignora a dinâmica mais intrincada da produção e tráfico de psicoativos no mundo, que faz países como o Canadá e os EUA serem, desde os anos 1970, não apenas dois dos maiores consumidores globais de drogas, como também dois dos maiores produtores de maconha do mundo, assim como o Brasil, por sua vez, não é somente um “país de trânsito”, como identificado nos anos 1980, mas também um dos maiores consumidores mundiais de cocaína [...] (RODRIGUES, 2012, p. 16).

Diante dos elementos apresentados, podemos depreender que os países andinos, como a Colômbia, na década de 1990, não foram os únicos a terem o problema do narcotráfico. Na verdade, o narcotráfico seguiu as próprias diretrizes capitalistas em direção à sua globalização, adentrando os mercados e se fixando como um dos principais ramos econômicos, embora ilegal, nos países desenvolvidos.

Mas, afinal, como se consolidou esse fenômeno? Podemos incluir que o narcotráfico não é fruto somente do seu valor econômico, mas encontra raízes que remetem a políticas proibicionistas e, que, conseqüentemente, o fortaleceram. Segundo Rodrigues (2004, 2012), no século XIX as drogas ainda não tinham status de um problema social, mas, devido a alguns fatores, tal como o aumento da população, alguns Estados começaram a adotar medidas cada vez mais severas que visavam controlar o seu uso pela população. A partir desta ótica, as drogas eram vistas como uma questão de saúde pública passando a receber essas substâncias um controle maior do Estado. Além do mais, algumas drogas passaram a ter seu consumo ligado a algumas noções preconceituosas como o racismo, a xenofobia, principalmente nos EUA, onde eram vinculadas aos negros, imigrantes, prostitutas e outras minorias étnicas (RODRIGUES, 2012). Medidas sanitárias foram impostas, pois as drogas eram vistas, inicialmente, como uma questão de saúde pública. A proibição funcionou como estratégia e uma tentativa de manter os corpos sadios e bons para desenvolver atividades nos moldes capitalistas. A tentativa de conter o uso individual e coletivo dos psicoativos não surtiu o efeito esperado, mas impulsionou o crescimento e o aumento do submundo do crime organizado. Assim, uma das conseqüências imediatas que no “[...] regime da proibição, o valor das drogas seguiu extraordinariamente inflado, e esses produtos continuaram sendo vendidos em mercados ilegais muito acima de seus preços reais.” (SERRANO; TORO, 2005, p. 242 apud RODRIGUES, 2012, p. 14).

Simultaneamente a chamada “questão das drogas” ganhou destaque em várias nações, principalmente na segunda metade do século XX. O “perigo” precisava ser combatido. Logo, as drogas passaram a representar um problema de segurança internacional (DALMIGLIO; FINGERMANN, 2021), passando da fase de caracterização de um problema de saúde pública para um problema de ordem social e, por que não, econômico? Entendemos que à medida em que a criminalização e a proibição das drogas foram implementadas pelos países, também foram criadas as bases de fortalecimento do que mais tarde viria ser o narcotráfico. Isto é, o narcotráfico, enquanto empresa criminosa, é fruto das medidas restritivas e policiais impostas como tentativa de controle social.

Na sombra produzida pela ilegalidade e criminalização, foi gerado o narcotráfico, negócio potente que expandiu e prosperou ao mesmo tempo e que se sofisticaram as leis domésticas e internacionais visando sua repressão. A cristalização internacional do regime proibicionista foi acompanhada não pela diminuição da economia das drogas ilícitas, mas pelo aumento global da demanda por psicoativos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial [...] (KOPP, 2006 apud RODRIGUES, 2012, p. 14).

Assim, o fortalecimento das economias ilegais das drogas, parte também de um contexto em que o mundo passou por transformações significativas. O pós-guerra trouxe um aumento da

demanda, melhoramento nos meios de comunicação, transportes e circulação, além do próprio combate ao narcotráfico que impulsiona o mercado ilícito de drogas.

São diversos os enfoques que podem ser abordados aqui, mas por hora, destacamos que, após algumas medidas repressivas e, o conseqüente fortalecimento do narcotráfico mundialmente, inicia-se outro movimento por parte dos EUA, embora vários países Latino-americanos já tivessem a vários anos combatendo a seu próprio modo o problema das drogas (RODRIGUES, 2012). Assim, “[...] a adesão por parte dos países latino-americanos não foi uma mera sujeição à agenda de segurança hemisférica estadunidense. Ao contrário, as intenções dos EUA encontraram pontos de conexão em cada país que aderiu ao proibicionismo [...]” (RODRIGUES, 2012, p. 23).

No que diz respeito à militarização do narcotráfico, podemos elencar que no governo de George Bush (1989-1993) houve um sistemático investimento⁵ nas forças militares de países andinos para combater o narcotráfico. Essas medidas foram intituladas de “Estratégia Andina” e funcionaram como uma ajuda econômica a alguns países como a Colômbia (PROCOPIO, 1999, p. 93 apud VILLELA, p. 245).

Essa política, que seria nomeada ‘Estratégia Andina’, mencionava a necessidade de oferecer suporte econômico para que os países da região pudessem deixar de ser ‘produtores’, de modo a financiar programas de desenvolvimento alternativos (RODRIGUES, 2012, p. 21).

Na prática, esta medida significou um maior financiamento das forças armadas para atuarem no combate ao narcotráfico e no combate às guerrilhas que atuavam na região (RODRIGUES, 2012).

No tocante ao proibicionismo brasileiro, podemos apontar que desde a década de 1920, o Brasil começou a encontrar suas bases proibicionistas, baseadas principalmente na pressão da imprensa e das agremiações moralistas, aumento do consumo entre os mais pobres e pressão estadunidense para que o Brasil adotasse os postulados da Conferência de Haia, de 1912. Desde então, algumas leis foram aprovadas e estabeleceram medidas mais duras quanto à venda, uso e as medidas sanitárias. Por exemplo, a Lei feral n. 4.294 de 14 de julho de 1921; Lei n. 20.930 de 11 de janeiro de 1930; e o decreto Lei n. 790, de 28 de abril de 1936 (RODRIGUES, 2004).

As leis promulgadas no governo Vargas prepararam o terreno para um maior endurecimento das medidas contra as drogas no território nacional. Mas somente com o

⁵ “Com o fim de combater os traficantes e a guerrilha em conflito com o Estado colombiano, os Estados Unidos direcionaram US\$ 1,3 bilhão em ajuda militar ao Plano Colômbia, criado pelo então presidente colombiano Andrés Pastrana. O Brasil foi um dos maiores críticos da presença militar norte-americana na América do Sul, temeroso de perder controle sobre suas fronteiras e sobre as políticas de drogas na região diante das constantes violações às fronteiras amazônicas por parte da DEA [...]” (PROCOPIO, 1999, p. 93, apud VILLELA, 2012, p. 245).

Decreto-Lei n. 891 de 25 de novembro de 1938, foi lançada em consonância com as determinações internacionais, a base de repressão às drogas psicoativas no Brasil. Aliado a este fato temos a aprovação da Lei de Tóxicos de 1976, que visava garantir um controle ampliado das drogas, isto é, disposto a colaborar interna e internacionalmente (RODRIGUES, 2004). Por essa ótica podemos reconhecer que o Brasil, que antes se negava a exercer um controle sobre as drogas, a partir da segunda metade do século XX, muda sua postura aderindo à campanha internacional de combate às drogas, incorporando assim, internamente, o discurso de “guerra às drogas” nas suas leis e reforçando os laços proibicionistas das drogas. A partir disso, podemos afirmar que o Brasil passou a combater as drogas sob a tutela de interesses internacionais aliados à emergência do aumento do problema no seu próprio território. Sua colaboração “[...] a partir do governo Reagan (1981-1989) foi instaurado o processo de “certificação”⁶ que listava anualmente os países que colaborariam ou não, segundo critérios norte-americanos, à guerra às drogas no continente [...]” (VILLELA, 2013, p. 243).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, fizemos uma breve revisão historiográfica onde destacamos a necessidade da abertura da história para novos temas e novas abordagens do narcotráfico, bem como a necessidade da compreensão do tema a partir da história econômica, entendendo-o como um tema propício para uma abordagem da história na América Latina, tendo em vista algumas lacunas que ainda precisam ser preenchidas como apontavam alguns especialistas. Em segundo lugar, procuramos fazer uma revisão conceitual do narcotráfico, abordando alguns aspectos econômicos sobre o mesmo, buscando compreendê-lo como problema global, fruto dos desdobramentos do capitalismo do fim do século XX, e também como a economia do narcotráfico se conforma como uma das mais lucrativas do mundo dentre as economias ilegais. E, por último, destacamos que o processo de criminalização das drogas por parte, inicialmente dos EUA, provocou um aumento e um crescimento do narcotráfico por vários países do globo. A criminalização criou dois mercados, o legal e o ilegal, ampliando também as redes de combate e forçando o negócio das drogas a se sofisticarem para alcançar seu alvo consumidor. Nesse cenário, vários países da América Latina implementaram medidas que reforçaram o

⁶ “Em 1986, os dois países assinaram o Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate a Produção e ao Tráfico Ilícito de Drogas. Este acordo seria implementado por Memorandos de Entendimento (MDE) anuais que definiriam órgãos responsáveis, contribuição das partes, bem como suas metas mensuráveis específicas [...] Estes termos foram renovados em 1995, com a assinatura do Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes.” (VILLELA, 2013, p. 244).

combate e o controle das drogas, criminalizando desde os simples usuários, o que culminou com uma série de problemas para os Estados que tiveram esse inimigo em comum.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, W. **A História Econômica como disciplina independente**. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 1988.
- BARBOSA, W. **Econometria na História Econômica**. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 1993.
- BARBOSA, W. O lugar da história econômica entre as ciências sociais. **Revista de Economia Política e História Econômica**, [s. l.], n. 18, ago. 2009.
- BARBOSA, W. Palestra: A corrente estruturalista-keynesiana de história econômica. **Revista de Economia Política e História Econômica**, [s. l.], n. 16, janeiro de 2009.
- BARBOSA, W. **Teoria e Empíria**. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 1992.
- BASTOS, Bruno do Carmo. **A economia das drogas ilegais: considerações a respeito da proibição versus descriminalização – o caso de Portugal**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Do Rio De Janeiro, 2018.
- BETANCOURT, Darío. Los cinco focos de la máfia colombiana (1968-1988) elementos para una historia. **Red Académica**, [s. l.], n. 2, 1991. Disponível em: <http://revistas.pedagogica.edu.co>. Acesso: 3 out. 2022.
- BETANCOURT, Darío. Tendencias de las mafias colombianas de la cocaína y la amapola. **Nueva Sociedad**, [s. l.], n. 128, p. 38-47, nov. 1993. Disponível em: <http://nuso.org/articulo>. Acesso: 3 out. 2022.
- CARDOSO, C.; BRIGNOLI, H. **Os métodos na história**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- CARDOSO, C. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- DALMIGLIO, N.; FINGERMAN, N. Guerra às drogas na era Cardoso: Brasil, narcotráfico e a questão das fronteiras. **Leopoldianum**, ano 47, n. 131, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em: 8 nov. 2021.
- PROCÓPIO FILHO, Argemiro. VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, DF, v. 40, n. 1, Jun. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mhDdvn6Mgkrqtyyy9bLrdmg/?lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2022.
- GALLEGO, Medina Carlos. **Marfia y narcotráfico en Colombia: elementos para un estudio comparado**. Buenos Aires: Clasco, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clasco.edu.ar>. Acesso em: 20 out. 2021.
- GÓMEZ SEPLIARSKY, L. Alguns elementos para entender a economia do narcotráfico. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 10, n. 2, p. 301-322, 16 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/46021>. Acesso em: 3 out. 2022.
- GUZZI, André Cavaller. O combate ao tráfico de drogas nos governos Reagan e bush. In: GUZZI, André Cavaller. **As relações EUA-América Latina: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – PUC-SP, UNESP,

UNICAMP, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br>. Acesso: em 4 out. 2022.

HYLTON, Forrest. Introdução: recordando a Colômbia. *In.* HYLTON. F. **A revolução colombiana**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 29-44.

HYLTON, Forrest. Negociando a guerra suja (1982-1990). *In.* HYLTON. F. **A revolução colombiana**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 105-118.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 64-84, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/59/53>. Acesso em: 4 out. 2022.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/rwTYjJdcGrnzGjx6r3n46ww/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2022.

RODRIGUES, Thiago M. S. A infundável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 102-111, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/yZyxgckKF6Ljzc3gprjhgkF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2021.

RODRIGUES, Thiago. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

SANTANA, Adalberto. A globalização do narcotráfico. Traduzido por José Romero Pereira Júnior. **Rev. bras. polít. int.**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 99-116, dez. [1999]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000200006>. Acesso em: 4 out. 2022.

SOUZA, L. A história econômica como interdisciplina interdependente. **Revista Controversa**, São Paulo, v. 8, ago. 1996.

VILLELA, Priscila. **O tráfico de drogas: uma ameaça à segurança do Brasil**. Dourados. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso: 4 out. 2022.

CAPÍTULO 14

PARA CASA DE FAMÍLIA: o serviço doméstico de cozinheira em São Luís no final do século XIX

Janaina Carla Cantanhede

1 INTRODUÇÃO

Para a melhor compreensão dos serviços domésticos na Província do Maranhão e no Brasil, faz-se importante conhecer os principais executores das tarefas domésticas durante o período colonial e imperial no Brasil. Os escravizados nas suas maneiras de sobreviver nas Américas, operaram por interpretações de sua situação de submissão violenta a um regime jurídico que sustentava tamanhas desigualdades, porque os senhores eram os bastiões do modelo de dominação para a geração de riquezas para dentro e para fora dos territórios coloniais (MINTZ; SIDNEY; PRICE; RICHARD, 2003).

O sociólogo e historiador americano Dale Wayne Tomich, chama de segunda escravidão esse momento em que ocorreu a ampliação da escravização de africanos e seus descendentes mais diretos, em antigas áreas já ocupadas por estes. Cidades portuárias foram, por excelência centrais no entendimento da circulação de pessoas, objetos, agentes não-humanos (como bactérias, vírus), e São Luís do Maranhão no século XIX não era diferente (TOMICH, 2011). Cada lugar produziu agenciamentos específicos nas dinâmicas de escravização, nos oferecendo situações contraditórias, aparentemente, nas relações entre os envolvidos, como nos ensina (CUNHA, 2012). Nos serviços domésticos ocorreram muitas diferenciações dos serviços de uma região para outra, assim, a realidade das regiões Centro-Sul do Brasil não retrata a realidade do serviço doméstico dos territórios Norte e Nordeste do país.

São Luís do Maranhão foi a última das cidades portuárias a ser conectada de maneira mais estruturada no universo escravista, no contexto do Império Colonial Português, principalmente após as reformas pombalinas que incentivaram a explosão de entrada de africanos escravizados. O algodão e o arroz eram as mercadorias-alvo e jamais deixaram de ser, mesmo com a fundamentação do Império do Brasil.

A dramática guerra civil chamada por Balaiada, traço marcante na Província do Maranhão em todos os sentidos, para escravizados, libertos, africanos livres e livres, de todos os estratos econômicos, não alterou a importância da escravização como sistema jurídico oficial e forma primeira de exploração da força de trabalho. A cidade de São Luís foi palco de serviços fornecidos por escravizados e escravizadas em todos esses momentos, atendendo às demandas

de uma cidade portuária conectada com a vida das partes continentais da província, como também de outras do Atlântico.

Personagens e agenciamentos surgiram, nos mostrando as percepções de possibilidades de existência nesse universo maranhense. Nosso estudo foca o serviço doméstico de cozinheira realizado no centro de São Luís no final do século XIX. Nossa questão central está em compreender os aspectos do trabalho doméstico feitos por mulheres nas décadas de 1870 a 1880, bem como os aspectos dos anúncios do que era exigido para criadas e alugadas. Conseqüentemente, lidaremos com informações dos modos de vida nessa cidade observando perfis de relações entre escravizados, libertos e livres, na medida do que podemos observar nas fontes pesquisadas.

Como nos aponta a antropóloga Schwarcz (1987), os jornais permeavam a sociedade no século XIX, e, por isso, em tais fontes encontramos uma variedade de informações importantes para percebermos o cotidiano das cidades em diversos aspectos: política, economia, discussões de órgãos policiais, assuntos variados e o importante para a nossa pesquisa o mundo do trabalho do serviço doméstico de cozinheira analisado, a partir dos anúncios de jornais. Apesar da autora citar os jornais paulistanos em outras regiões do país a estrutura dos jornais permanecia a mesma. A primeira página tinha início com folhetim, já a segunda com noticiários, a terceira e quarta os assuntos misturavam em comercio, leilões, vendas, compras, fugas de escravizados entre outros assuntos.

Os jornais pesquisados Diário do Maranhão e Pacotilha que circulavam em São Luís no final do século XIX, os quais noticiavam sobre política, economia, anúncios variados. A partir delas é possível compreender um pouco a cidade naquele período. Os anúncios dos serviços domésticos variavam em tamanho e destaque nos jornais, geralmente o primeiro anúncio na página 3 (embaixo, sem muito destaque), as informações dos anúncios: os contratantes oferecendo vagas para os trabalhos domésticos, senhores oferecendo os serviços dos escravizados, libertos e livres pobres oferecendo sua mão de obra, roubos de objetos nas casas e fugas de escravizados domésticos. Os anúncios dos serviços domésticos ganhavam mais destaques a depender dos investimentos feitos pelos anunciantes, neste caso, a primeira página do jornal Pacotilha com anúncio de compra ou aluguel dos serviços costumava ser de um anúncio de edições passadas do jornal.

O jornal Diário do Maranhão foi fundado logo após o fim do tráfico internacional de escravos em 1855, o seu subtítulo informava que se tratava de um jornal do comércio, lavoura e indústria, tendo publicações diárias, exceto em feriados e dias santos. O jornal era composto por três folhas: a primeira tinha editorial, noticiais dos contextos nacionais e provinciais. A

segunda página coluna Secção Geral com anúncios da vida social e econômica da província, a terceira página entre as notícias estavam os anúncios de venda, compra, aluguel de escravizados e anúncios relacionados aos serviços domésticos.

Já o jornal Pacotilha foi fundado pelo jornalista Victor Lobato, em 1880, em um contexto crescente do movimento abolicionista. A proposta inicial do periódico era ser um jornal popular e sem filiação político-partidária. Até apresentava-se como jornal abolicionista e republicano. Logo no início de 1881 parou de circular para reiniciar em abril do mesmo ano, todo reformulado e parecido em tamanho com outros jornais diários de São Luís, Pacotilha circulou no período de 1880 a 1939 (IGNOTUS, 2001), sendo um dos jornais mais populares de São Luís em fins do século XIX.

Nos dois jornais os serviços domésticos apareciam constantemente representados em situações diversas como: procuras por contratados dos serviços domésticos e pessoas oferecendo sua mão de obra para as casas de famílias, compras, vendas, roubos e fugas. Um dos fatores determinantes para esse recorte temporal foi aprovação das leis abolicionistas que davam liberdade alguns grupos de escravizados como as leis: Ventre Livre e Sexagenários. Assim, pretendemos compreender como funcionava o mundo dos serviços domésticos em São Luís no período da transição do trabalho escravo para o livre, ao longo do período colonial, os africanos escravizados ou os seus descendentes executavam os variados trabalhos domésticos, em especial as escravizadas eram figuras corriqueiras e indispensáveis na execução das tarefas domésticas.

Uma interpretação histórica sobre o âmbito doméstico no período colonial foi feita pela historiadora Leila Megan Algranti, que em seu artigo, *Família e vida doméstica na América Portuguesa do século XVI ao início do século XIX*, faz uma breve abordagem dos serviços domésticos relacionados aos cativos, “[...] tal era o costume nas casas simples da cidade, que dispunham de um ou dois escravos para todos os serviços [...]” (ALGRANTI, 1997, p. 18). Os escravizados domésticos realizavam todas as tarefas da casa e nas casas de famílias pobres tinham apenas uma escravizada para todos os serviços. No entanto, a autora não descreve a presença de mão-de-obra de libertas e livres pobres nas atividades domésticas. Em meados do século XIX foi necessário encontrar soluções para a substituição da mão de obra de escravizados, pois, a partir de 1850 com aprovações de leis abolicionistas não teria mais a reposição de mão de obra dos escravizados chegando ao Brasil.

Cabe lembrar que a segunda metade do século XIX foi marcada por uma série de leis que, paulatinamente, foram desagregando o sistema escravista ao mesmo tempo em que era disseminada uma ideologia do trabalho, a qual vinha acompanhada de medidas para impedir a

“ociosidade”, a “vadiagem”, enfim, o “pouco amor ao trabalho”. A primeira e mais importante de todas essas leis foi a Lei Eusébio de Queiroz, aprovada em 1850, a qual proibia o tráfico de escravos, a chegada de navios negreiros ao Brasil, com africanos para serem escravizados.

A partir deste momento não teria mais a reposição da principal força de trabalho do Brasil, a mão de obra escrava. Com isso, o governo brasileiro precisava buscar alternativas para substituir a mão de obra cativa, dando então início aos incentivos para a vinda do imigrante estrangeiro para substituir a mão de obra de africanos escravizados. Entretanto, os imigrantes que chegavam ao Brasil eram direcionados, sobretudo, para lavouras cafeeiras, ou seja, para a região onde o plantio e colheita de café constituíam a principal fonte de exportação brasileira naquele momento. Contudo, esses estrangeiros não eram suficientes para suprir a demanda por mão de obra que as províncias brasileiras necessitavam. Assim, neste contexto, a Província do Maranhão passou a realizar o tráfico interprovincial de escravos, o que significa dizer que passou a exportar parte dos seus escravos para o sudeste, uma vez que o sistema agroexportador maranhense já se encontrava decadente, de modo que a venda de seus escravos para outras províncias terminou por garantir lucros para os fazendeiros (ABRANCHES, 1992).

Apesar das medidas governativas e alternativas encontradas pelos senhores, o processo de abolição da escravatura ocorreu de forma fragmentada, pois as leis que foram promulgadas deram liberdade apenas para algumas faixas etárias de escravos. Assim, diante das pressões do movimento abolicionista, em 28 de setembro de 1871 foi promulgada a Lei nº 2.040, que ficou conhecida como Lei do Ventre Livre, por “[...] considerar ‘livre’ toda criança nascida do ventre escravo [...]” (ABRANCHES, 1992, p. 148), dando à “[...] categoria ingênuo novo sentido. Esta passava a ser usada para denominar as crianças favorecidas por essa legislação [...]” (ABRANCHES, 1992, p. 148). No entanto, esta lei estabelecia que as crianças beneficiadas ficassem sob o controle do senhor de sua mãe até os 21 anos de idade, garantindo assim ao senhor utilizar a mão de obra da criança ingênua, a qual desde os 8 anos de idade poderia até mesmo aprender um ofício.

Como a abolição da escravatura foi dada de forma gradual, a primeira lei foi aprovada em 1871, outra lei foi promulgada 14 anos depois da primeira. Em 1885, a Lei do Sexagenário veio conceder a liberdade dos cativos com mais de 60 anos de idade, apesar do fato de que deveriam trabalhar para seu senhor por mais três anos. Diante disso, é importante lembrar o quanto era difícil para os escravizados chegar à idade de usufruir da sua liberdade plena, principalmente, devido as condições de trabalho e a exploração que estavam submetidos. Afinal, devido ao fato de começarem a trabalhar muito cedo, desde criança, chegar à idade proposta pela lei para a maioria dos escravizados era quase impossível, pois até quando idosos

ainda eram utilizados, fosse nos serviços domésticos, tomando conta de um sítio de seus senhores, vendendo frutas e hortaliças nas ruas, ou seja, mesmo sendo de idade avançada tinham sua mão de obra utilizada. Assim, observou o escritor Aluísio Azevedo, em *O mulato*, como era utilizada a mão de obra dos escravos idosos em um sítio de Manuel Pescada, “[...] ao trabalho de três pretos velhos, que iam diariamente à cidade vender hortaliças, flores e frutas [...]” (AZEVEDO, 1990, p. 102).

Uma das questões mais discutidas no percurso da abolição da escravatura era a construção e a disseminação de uma ideologia do trabalho, a partir da qual o trabalho precisava deixar de estar associado à condição de escravo, ou seja, o aspecto negativo atribuído a ele precisava ser superado. De acordo com o historiador Chalhoub (2001, p. 29), um novo sentido precisava ser dado ao trabalho; logo “[...] era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como de ‘ordem’ e ‘progresso’ [...]”. Assim, o caminho seria conduzir a sociedade para o trabalho regular e disciplinado. A partir das novas concepções construídas e disseminadas na sociedade a respeito do trabalho, este passava a ser disseminado como sendo uma virtude que o indivíduo pobre poderia ter. Por consequência, ter um ofício ou profissão representava um signo de credibilidade, um mecanismo de inclusão social, numa sociedade profundamente excludente.

Neste contexto, a referida ideologia tentou conduzir os indivíduos para o trabalho regular e disciplinado, sendo uma preparação para a abolição da escravatura no país, ou seja, para quando ocorresse a abolição não houvesse falta de mão de obra disponível ao trabalho regular, já que os livres viam o trabalho de forma repugnante. Mesmo ainda não tendo um trabalho efetivamente organizado, a ponto que os livres pobres ou libertos tivessem sua mão de obra disponibilizada para o trabalho disciplinado e regular, chega o momento da abolição da escravatura.

No dia 13 de maio de 1888, a Lei de extinção da escravidão foi aprovada. Quando a notícia chegou em São Luís foi recebida com grande entusiasmo pelos abolicionistas e pelas camadas populares, que saíram às ruas em comemoração ao fim da escravatura. A respeito dessas comemorações, o escritor José Nascimento Moraes, no seu livro *Vencidos e degenerados*, descreve o dia da abolição, relatando a reação dos escravizados logo que souberam da notícia, dizendo que “[...] provocaram fortes gargalhadas e pilherias picantes os inesperados cômicos que se deram: cozinheiras que abandonaram os patrões, sem lhes apresentar o jantar; outras que faziam compras e que se foram com dinheiro e balde [...]” (MORAES, 1982, p. 18). Naquele momento não tinham que dar mais satisfação a ninguém.

Outros, entretanto, não se contentaram somente com a liberdade, antes de sair revoltaram-se contra seus ex senhores, pois, de acordo com o referido escritor,

Em muitas casas se passaram cenas deprimentes e tristes: escravos dando expansão a raiva e ao ódio comentaram desatinos de toda espécie, quebrando moveis e louça, e mais objetos que se lhes deparavam, deixavam, a blasfemar, o teto onde tão desgraçados dias viveram. (MORAES, 1982, p. 18).

Enfim, através das mais variadas atitudes tomadas por alguns escravos, estes expressavam sua reação diante de tantos anos de sofrimento, de modo que destruir a casa do senhor era testemunho da sua revolta contra tudo que haviam sofrido.

Por outro lado, fazendo um balanço desse contexto, diz Chalhoub (2001, p. 41) que “[...] a lei de 13 de maio era percebida como uma ameaça à ordem porque nivelava todas as classes de um dia para o outro, provocando um deslocamento de profissões e de hábitos de consequências imprevisíveis [...]”. Assim, naquele momento, os senhores entendiam que era necessário se proteger de possíveis ataques dos abolidos de 13 de maio, principalmente, além de temerem a desordem que, para eles, aquele momento representava.

Passado o período de comemorações, que seguiram alguns dias após o 13 de maio, os negros simplesmente foram abandonados aos seus destinos, pois não foram formuladas políticas destinadas à sua integração na sociedade. Segundo Azevedo (2004, p. 44), todas perspectivas dos libertos eram no sentido de que “[...] deveriam restringir-se ao âmbito do trabalho constante e disciplinado. Fora dele não haveria mais espaço para homens livres a caminho da cidadania [...]”. Diante disso, quando não adaptado ao trabalho, o negro era duramente reprimido, pois no pós-abolição aumentou a repreensão à vadiagem e a ociosidade, males que deveriam ser combatidos. Os ex escravos tinham que ter uma ocupação fixa, moradia e profissão (MATTOS, 1998). Nos serviços domésticos foram criadas medidas de vigilância aos trabalhadores domésticos até mesmo antes da abolição em 1882 e passado a abolição cresceu as pressões para que fosse cumprida a regulamentação dos contratos de trabalho.

2 SERVIÇO DOMÉSTICO

Entre os diversos trabalhos executados na cidade de São Luís, o serviço doméstico era o que absorvia uma grande quantidade de pessoas da camada popular, sendo este realizado por homens ou mulheres, de diferentes condições jurídicas escravizadas, forras e livres pobres estavam no serviço doméstico. Nas casas, as prestadoras dos serviços eram chamadas de “criadas” ou de “alugadas”. Os serviços domésticos eram realizados no espaço privado das famílias, no qual é de fundamental importância entender o que definia como serviços domésticos.

De acordo com a historiadora Souza (2010, p. 101), que propôs uma definição para ser caracterizado como um trabalho os serviços domésticos, “[...] seria serviço prestado por um indivíduo a outro ‘mediante retribuição’, mas tendo em vista que aquele estabelecesse com estes laços de convívio. Ou seja, a convivência é que seria, assim, o principal indicador do serviço doméstico [...]”. Os anúncios dos jornais *Diário do Maranhão e Pacotilha* informavam as ofertas de trabalhos domésticos; e as formas de pagamentos poderiam ser realizadas em dinheiro, com agrados, casa e comida, mas sempre existia uma maneira de retribuição do patrão para a criada ou alugada. Quando inseridas nas casas de famílias, as funções levavam as criadas ou alugadas a ter o convívio com a família, os serviços de ama de leite, criada, cozinheira, entre outros. No presente trabalho, destaque foi dado para o serviço de cozinheira uma das tarefas do espaço privado das casas.

A historiadora norte-americana Sandra Lauderdale Graham (1992), uma das pioneiras no Brasil ao abordar o tema do serviço doméstico no Rio de Janeiro abordou o cotidiano de mulheres de diferentes condições jurídicas: escravas e mulheres livres, como também as situações das relações de trabalho entre patroas e criadas, bem como os aspectos de espaço público e privado, a rua designou espaço público e a casa o privado. Diante do exposto no presente trabalho, analisa-se os serviços domésticos de São Luís no final do século XIX, os aspectos dos trabalhos domésticos feitos por mulheres na transição do trabalho escravo para o livre, a presença das mulheres de diferentes condições étnicas e jurídicas nos trabalhos domésticos, bem como os aspectos contidos nos anúncios do que era exigido para as criadas e alugadas.

Na segunda metade do século XIX, os anúncios dos jornais já citados, quando ofereciam vagas para o serviço doméstico, destacavam as virtudes que deveriam ter as criadas ou alugadas. Os atributos de ser “fiel” e de ter “boa conduta” eram de fundamental importância para a conquista da vaga. De acordo com a historiadora Graham (1992, p. 51) “[...] o que contava mesmo era a obediência – chamada, por eufemismo, de ‘boa conduta’ ou ‘de bons costumes’ [...]”. Portanto, mesmo que o serviço fosse bem feito, tais preceitos eram fundamentais. Além dos preceitos, ser “morigerada” era uma expressão utilizada para mulher ágil, rápida no cumprimento das tarefas, como também ser “asseada” expressão usada para a limpeza na execução das tarefas domésticas.

Quanto à presença de mulheres ingressas nos trabalhos domésticos, para Matos (2002, p. 95), “[...] nessa trajetória, de modo geral, as mulheres se engajavam na produção de mercado em atividades já desenvolvidas por elas nos quadros domésticos (como lavar, cozinhar, costurar, bordar) [...]”. Logo, a inserção nos serviços domésticos era uma maneira encontrada

para garantir a sobrevivência de mulheres livres pobres ou libertas; servir na casa de família para elas era opcional, enquanto que as escravas dos serviços domésticos faziam parte da exploração de sua mão de obra.

Para tanto, os serviços domésticos tinham as funções realizadas dentro das casas e as atividades complementares realizadas nas ruas. De acordo com Graham (1992, p. 51), “[...] cozinheiras, amas-de-leite, mucamas, costureiras – todas elas pertenciam aos domínios do trabalho portas adentro [...]” e a “[...] outra categoria de trabalho para as domésticas que ‘saíam às ruas’. Estas incluíam as lavadeiras, as carregadoras de água e as que faziam compras no mercado ou de vendedores locais [...]” (GRAHAM, 1992, p. 51). Algumas casas de famílias tinham apenas uma criada para fazer tanto os trabalhos de dentro de casa como também os serviços complementares que incluía o sair à rua. Nos trabalhos domésticos estavam inseridas mulheres de diferentes faixas etárias, que iam desde crianças à idosas.

Quanto à idade da entrada das mulheres no serviço doméstico variava desde as crianças e as idosas. Nos anúncios de procura e oferta para as atividades domésticas encontravam-se expressões como rapariguinha, raparigas, moças, negrinhas pretinhas e mulheres idosas. Alguns anúncios colocavam a preferência por determinada faixa etária devido às condições financeiras das famílias, estas poderiam comprar uma negrinha que já sabia fazer o serviço de uma casa de família. Segundo anúncio do jornal Pacotilha (1881, n. 34, p. 3), “Na Rua dos Remédios, casa n. 30, vende-se uma negrinha que sabe lavar, cozinhar, [engomar] roupa de senhora.”

De acordo com Graham (1992, p. 35), “[...] os patrões faziam distinções entre mulheres mais velhas, experientes e confiáveis, e moças mais jovens, menos capazes, mas também, em última análise, mais fáceis de ensinar. Famílias possuidoras de escravas estavam acostumadas a criá-las e educá-las [...]”. As mais velhas poderiam ser procuradas pelas famílias por considerarem estas mais responsáveis e sem a possibilidade de ficarem grávidas; enquanto as mais jovens a mão de obra era mais barata, seria mais fácil de moldar seu trabalho como a família desejasse ao cumprimento das tarefas domésticas.

Vale ressaltar que na cidade de São Luís diferenciava-se a busca por serviços domésticos por localidades, sendo assim os locais de moradia das famílias abastadas, os anúncios apresentavam a distinções sociais do local, que não buscavam qualquer pessoa para fazer o serviço doméstico de suas casas, mas profissionais. Nestas localidades, os anunciantes procuravam por pessoas que exercessem os ofícios de cozinheiras, copeiras e serventes, com perfeição. Tais locais eram: Rua de Nazaré, Rua 28 de julho, Rua do Sol, Largo do Palácio e Largo do Carmo. Um anúncio do *Diário do Maranhão* veiculou que na Rua de Nazaré, n. 25 (chapelaria), estavam precisando alugar uma cozinheira que entendesse bem seu ofício

(DIÁRIO DO MARANHÃO, 1880a). Outros endereços da cidade procuravam por alugadas ou criadas para todo serviço da casa de família, muitas vezes o pagamento era através de agradados ou oferecendo pequeno ordenado, nas ruas de Santaninha, Rua de Santana, Rua da Cruz, Rua do passeio, casas mais modéstias. Um anúncio do jornal *Pacotilha* veiculou que na Rua da Mangueira, n. 12, estavam precisando alugar uma preta para serviço de casa (PACOTILHA, 1885a).

Outra questão que os anúncios colocavam na procura das prestadoras dos serviços domésticos era a permanência na casa após terminar o serviço, ou seja, dormir em casa ou dormir no local. Essas diferenças da contratação eram comuns nos anúncios de cozinheiras, mas, principalmente, para as alugadas de todo o serviço doméstico ou para criadas. Quando permaneciam na casa durante à noite ficavam à disposição da família, caso fosse preciso (MATOS, 2002). Um anúncio do jornal *Diário do Maranhão* veiculou que na Rua dos Remédios, Canto do Alecrim, estavam precisando de uma criada para o serviço de duas pessoas e tinha que dormir no serviço, caso saísse da casa por algum motivo depois das 11 horas da noite não poderia mais retornar naquele dia à casa (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1888a).

Na segunda metade do século XIX, com a maior inserção de pessoas da condição de livres nos trabalhos domésticos, foi aprovado em 1882 o Código de Postura da Câmara Municipal de São Luís, dispondo sobre o serviço dos criados. Tinha como objetivo a regularização dos prestadores de serviços.

No Art. 1º é considerado criado para todos os efeitos da presente postura toda pessoa de um e outro sexo, que sendo da condição livre tiver ou tomar mediante salário a ocupação de moço de hotel, casa de pasto, hospedaria e botequim ou de cozinheiro ou copeiro, cocheiro, hortelão, ama de leite ou ama seca, lacaio e, em geral, a de qualquer serviço doméstico. (SÃO LUIS, 1866).

Havia uma caderneta da secretária de polícia e dois livros destinados a este ramo de serviços, um para registro de inscrição dos criados e outro para lançamento dos contratos e dos certificados. O objetivo principal era a regularização e maior controle das pessoas da condição de livre.

Voltava-se para as pessoas na condição jurídica livres, tratava sobre os direitos e os deveres dos patrões e dos criados para o funcionamento das casas de família. As criadas deveriam ser registradas na Secretária de Polícia, com a cópia desta postura e número da ordem de inscrição, nome, idade, filiação, naturalidade, entre outros dados. A partir da caderneta, saberiam quem eram as alugadas ou criadas que estavam nas casas de família. Mas de fato pouco se utilizou a postura. Como demonstram os anúncios dos Jornais *Diário do Maranhão* e *Pacotilha*, os próprios patrões continuavam a contratar sem obedecer ao Código de Postura.

3 OS SERVIÇOS

Os serviços realizados nas casas de família tinham como finalidades a manutenção das casas. Os tipos de contratações eram para serviços específicos de cozinheira, engomadeira, lavadeira e as contratadas para todo serviço doméstico. Dos trabalhos domésticos mais procurados nos anúncios de jornais eram os serviços relacionados a cozinha das casas. Nesse sentido, este artigo deu destaque ao serviço de cozinheira em São Luís na transição do trabalho escravo para o livre.

4 COZINHEIRAS

Um dos serviços essenciais de uma casa era o preparo dos alimentos, utilizados tanto nos casarões habitados pela camada abastada quanto nas moradias modestas. A eficiência nos serviços prestados contribuía para as boas cozinheiras estarem inseridas não somente nas casas de famílias, como também nos hotéis, colégios, fábricas, padarias e restaurantes.

Neste contexto, o serviço de cozinha podia ser realizado por boas cozinheiras ou as do trivial as mulheres que sabiam cozinhar, assim chamadas do trivial por não dominar o ofício de ser uma cozinheira profissional. Nos anúncios dos jornais eram colocados que tipo de mão de obra estava sendo procurada para o serviço de cozinha. As famílias com poucas condições financeiras procuravam pelos serviços de alugadas que sabiam cozinhar, que entendessem alguma coisa de cozinha, pretinhas, criadas, que realizassem todo tipo de serviço doméstico.

O jornal *Pacotilha* divulgou anúncio informando que no sobrado na Rua de Santana em frente à Praça da Alegria estavam precisando de uma alugada que soubesse cozinhar (PACOTILHA, 1885b). A utilização de tais serviços não exigia da alugada um conhecimento variado de comidas como de uma cozinheira profissional.

De acordo com Graham (1992, p. 47), “[...] as boas cozinheiras ganhavam somente o título de ‘cozinheiras de forno e fogão’ enquanto as que cozinham somente com panelas sobre o fogão eram chamadas ‘cozinheiras do trivial [...]’”. Entre as cozinheiras identificadas em São Luís, em nenhum anúncio foi encontrado a procura ou o oferecimento dos serviços de cozinheira de forno e fogão, os termos utilizados na cidade referiam-se aos serviços de boas cozinheiras procuradas por dominar seu ofício. Para tanto, nem todas as famílias tinham condições para a contratação de tais serviços.

Havia termos específicos para denominar a mão de obra das cozinheiras mais experientes, assim denominadas de “perita”, “hábil”, “perfeita na arte”. Em São Luís, as localidades de maior procura por estas profissionais estavam nas proximidades do Largo do

Carmo, Largo do Palácio, Rua de Nazaré, Rua do Giz, entre outros. Tais endereços pertenciam ao perímetro urbano, tendo um contingente expressivo de moradia das famílias abastadas.

Maria Izilda Santos de Matos fala sobre os preparos realizados pelas cozinheiras, “[...] os serviços na cozinha ocupavam o dia todo. Preparavam-se refeições completas, com menus bem variados [...]” (MATOS, 2002, p. 130), cabendo a elas o conhecimento que detinham sobre culinária o direcionamento das refeições das famílias. Assim, uma boa cozinheira em São Luís deveria saber preparar os mais variados *menus* da culinária maranhense, para os almoços e jantares das famílias, por exemplo, travessas de arroz, arroz doce, torta de camarão, peixe escabeche, peixe moqueado, moqueca de sururu (AZEVEDO, 1990), peixadas, galinhas de molho pardo, pacas e cutias (ARANHA, 1996).

Além das refeições principais, as cozinheiras também preparavam os chás, que realizados em algumas casas, como o realizado na casa de Manuel Pescada do livro *O Mulato*, do escritor maranhense Aluísio de Azevedo. Esse autor descreve a cena das pessoas, “e, assim, conversando, chegaram à varanda onde estavam à mesa”. Nos chás realizados nos fins das tardes eram servidos, por exemplo, bolo de tapioca também chamam por aí “bolo do Maranhão” e “também chamam por aí “Bolo Podre” prove, não há fora de cá...é uma especialidade da terra”, beijus, torradas, chocolate quente (AZEVEDO, 1990, p. 70). Quanto aos refrescos tomados por alguns maranhenses, como na festa de São João, Azevedo (1990, p. 149) cita “[...] as garrafas brancas, cheias de vinho de caju, espalhavam em torno desse refresco de ouro [...]”.

Uma boa cozinheira conseguia ser considerada uma boa profissional quando seus talentos culinários eram afirmados perante a família para quem trabalhava, que se deliciava com seus preparos. De acordo com Graham (1992, p. 61), “[...] a produção de um repasto envolvia uma demonstração de talentos na qual ela encontrava uma prova de orgulho por seu sucesso [...]”, as boas cozinheiras eram tão requisitadas em locais de moradias dos detentores do poder político, econômico “[...] e uma maneira de afirmar-se em face dos outros [...]” (GRAHAM, 1992, p. 61); das demais da cidade que apenas sabiam cozinhar, mas não se garantiam como boas cozinheiras. Assim, um anúncio do *Diário do Maranhão* divulgou que na casa nº 2, do Beco do Palácio, precisava-se de uma cozinheira que fosse perfeita na arte (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1888b).

Entre os intervalos dos preparos das comidas, as cozinheiras tinham outras tarefas que faziam parte do seu serviço. Tais serviços incluíam as compras do mercado, fornecimento de frutas e hortaliças. Para Graham (1992), nas ocasiões de jantares, as cozinheiras tinham muito trabalho “quando a comezaina acabava” continuavam o serviço de “[...] limpeza da cozinha, só então a cozinheira ou empregada terminava seu dia, apenas cinco ou seis horas antes de começar

o próximo [...]” (GRAHAM, 1992, p. 63). Tudo isso exigia da cozinheira muita habilidade para dar conta dos serviços.

Quanto à manutenção das cozinhas, alguns anúncios procuravam por cozinheiras que fossem “asseadas”. Segundo Graham, em alguns lares “[...] repartia-se entre os diversos dias as tarefas adicionais de esfregar o chão da cozinha e polir o fogão e as torneiras [...]” (GRAHAM, 1992, p. 62), essa era uma exigência para as cozinheiras limpas.

Para tanto, alguns contratantes sabendo da jornada a ser cumprida pelas cozinheiras, que requeriam o dia inteiro e entrando pela noite, depois do jantar tinham que limpar a cozinha e deixar tudo concluído para o dia seguinte, que começava muito cedo à preparação do café da manhã, os contratantes procuravam por cozinheiras que dormissem no local (GRAHAM, 1992). O jornal *Pacotilha* (1885c) veiculou que na Rua da Paz, casa n. 17, precisava-se de uma cozinheira que entendesse do ofício e dormisse na casa do alugador, pagava bem caso agradasse.

Quanto às habilidades das cozinheiras, em algumas casas tinham as fabricações de doces, sendo comum o oferecimento nos anúncios de jornais de potes específicos para doces, açúcares especiais. O jornal *Diário do Maranhão* veiculou que a Neves Irmãos & Companhia recomendava às senhoras doceiras a especialidade do açúcar grosso, próprio para doce (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1880b). Quando se referiam às senhoras doceiras, os anúncios estavam direcionados para mulheres brancas, mesmos que fossem pobres ou remediadas, tais termos não seriam utilizados para mulheres negras.

Estas senhoras poderiam fabricar os doces dentro das casas, mas não sair às ruas para vendê-los, para as vendas contratavam-se os serviços de alugadas. Neste contexto, o *Jornal Pacotilha* divulgou que na Rua do Sol, nº 30, estavam precisando de raparigas para vender doces (PACOTILHA, 1888). Aqui, há a diferenciação de duas mulheres vivendo realidades distintas: a que fabricava os doces não saía às ruas para vendê-los, enquanto as mulheres pobres alugavam sua mão de obra para garantir sua sobrevivência.

Os doces de São Luís podiam ser até mesmo fabricados para exportação, a exemplo da fábrica E. Santos, que preparava para exportação doces de ananás, caju, murici, bacuri, cupu, goiaba, manga, limão e laranja; também feitos em compotas os de ananás, murici, bacuri, sapoti, goiaba e caju. A fábrica informava que não havia preço competidor.

Nesta perspectiva, na transição do trabalho escravo para o livre, as cozinheiras de diferentes condições étnicas e jurídicas estavam presentes nas casas de família. Com a abolição da escravatura, continuou sendo um dos serviços mais procurados. Neste momento as cozinheiras de meia idade eram bem requisitadas nas casas de família. O jornal *Diário do*

Maranhão anunciou que na Rua dos Afogados, nº55, precisava-se de uma cozinheira, a preferência era por uma de meia idade (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1888c).

Vale ressaltar que, para garantir sua sobrevivência, as ex escravas vendiam seus produtos de porta em porta. Nascimento Moraes descreve no seu livro *Vencidos e degenerados: contos de Valério Santiago*, particularmente no capítulo da preta Benedita, a venda feita pela ex escrava de porta em porta toda às tardes: “[...] fazia doce de coco e vendia aos quilos nas casas das famílias. A canjica, o pé-de-moleque e o arroz de cuxá davam bom rendimento [...]” (MORAES, 1982, p. 209). De acordo com Wissenbach (1998, p. 114), no pós-abolição as mulheres garantiam suas sobrevivências “[...] em vendas ou quitandas, nas portas das casas ou ambulantes em tabuleiros [...]”, assim, “[...] o comércio urbano de comidas feitas, especialmente dos preparados culinários africanos, muito do sabor da população, de condimentos de frutos, legumes, produtos da Costa (xoxó, abuxó, azeite-de-dendê) [...]” (WISSENBACH, 1998, p. 114). Por isso, nos pós abolição, nas cozinhas das casas de família ou nas vendas de rua não mudou quase nada para as camadas populares, aumento mesmo foi a repressão contra a vadiagem e a ociosidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da proibição do tráfico de sujeitos escravizados, assim como a necessidade de buscar a solução para a substituição da mão de obra cativa no Brasil, teve início a construção e a disseminação da ideologia do trabalho para assim manter os ex escravos e livres pobres no trabalho organizado e disciplinado quando houvesse a abolição da escravatura. Nesse sentido, os serviços domésticos absorviam uma grande quantidade de prestadores de serviços nas casas de famílias, tais trabalhadores eram procurados ou estavam oferecendo sua mão de obra nos anúncios dos jornais *Diário do Maranhão* e *Pacotilha*.

Sendo assim, tentou-se construir um cenário da cidade e das casas de famílias que estavam inseridas mulheres de diferentes faixas etárias, étnicas e antes da abolição de diferentes condições jurídicas escravas, livres e libertas. Estas realizavam os serviços de cozinheira. Portanto foi identificado que no serviço doméstico as contratações eram diferentes nas localidades da cidade, tendo locais para a contratação do serviço específico e outros que procuravam apenas as que sabiam cozinhar o básico. As mulheres executavam serviços domésticos em busca simplesmente de garantir sua sobrevivência e a de sua família, vivenciando a condição feminina e a condição de trabalhadora.

Desde meninas, as mulheres ex escravas aprendiam na casa dos seus senhores a realizar os serviços de cozinhar e demais serviços domésticos. Depois eram colocadas nas casas de famílias para ajudar no sustento de seus senhores. Dificilmente, ao longo da sua vida saíam deste trabalho. O mesmo ocorria com as mulheres das famílias pobres em que o único trabalho que conheceram foi o de empregadas domésticas nas casas de famílias.

Há muitas questões sobre o cenário em que se realizavam os serviços domésticos em São Luís em fins do século XIX, bem como quanto tempo as criadas e alugadas permaneciam nas casas de famílias prestando serviço. Buscar entender a questão das mulheres livres nas casas de famílias, é desafiador. O assunto é pouco abordado nos escritos literários, como em *O mulato*, quando Aluísio Azevedo caracteriza mais as escravas presentes nas casas, não fazendo referência a criadas e alugadas livres nas casas de família. Desse modo, o serviço doméstico de cozinheiras ou cozinheiros em São Luís em fins do século XIX nos deixam muitos questionamentos, aos quais buscaremos responder em uma pesquisa de maior abrangência.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee. **O cativo**. 2. ed. São Luís: Alumar, 1992.

ALGRANTI, Leila Megan. Famílias e vida privada. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das letras, 1997. p. 95.

ARANHA, Graça. **O meu próprio romance**. 4. ed. São Luís: Alumar, 1996.

AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**: traços biográficos. 22. ed. Rio de Janeiro: EDIOURO, 1990.

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: vida cotidiana e controle social no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DIÁRIO DO MARANHÃO: jornal do commercio, lavoura e indústria. Maranhão: Typ. do Frias, ano 19, n. 4408, p. 3, 18 maio 1888a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720011&pagfis=20253>. Acesso em: 11 out. 2022.

DIÁRIO DO MARANHÃO: jornal do commercio, lavoura e indústria. Maranhão: Typ. do Frias, ano 19, n. 4312, p. 3, 21 jan. 1888b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720011&pagfis=19869>. Acesso em: 11 out. 2022.

DIÁRIO DO MARANHÃO: jornal do commercio, lavoura e indústria. Maranhão: Typ. do Frias, ano 11, n. 2203, p. 3, 17 dez. 1880b Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720011&pagfis=11549>. Acesso em: 11 out. 2022.

DIÁRIO DO MARANHÃO: jornal do commercio, lavoura e indústria. Maranhão: Typ. do Frias, ano 19, n. 4410, p. 3, 21 maio 1888c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720011&pagfis=20261>. Acesso em: 11 out. 2022.

DIÁRIO DO MARANHÃO: jornal do commercio, lavoura e indústria. Maranhão: Typ. do Frias, ano 11, n. 1919, p. 3, 3 jan. 1880a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720011&pagfis=10314>. Acesso em: 11 out. 2022.

GRAHAN, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

IGNOTUS, Joaquim Serra, sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão. 3. ed. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru: EDUSC, 2002.

MATTOS, Hebe Maria de Castro. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana**: uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Palas, UCAM.

MORAES, José Nascimento de. A preta Benedita. *In*: MORAES, José Nascimento de. **Contos de Valério Santiago**. São Luís: Sioge, 1982.

MORAES, José Nascimento de. **Vencidos e degenerados**. São Luís: SECMA, 1982.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. São Luís: Pacotilha, ano 1, n. 34, 19 maio 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1881_00034.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. São Luís: Pacotilha, ano 5, n. 137, p. 3, 15 jun. 1885c. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1885_00137.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. São Luís: Pacotilha, ano 5, n. 32, p. 3, 7 fev. 1885b. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1885_00032.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. São Luís: Pacotilha, ano 5, n. 62, p. 3, 12 mar. 1885a. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1885_00062.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. São Luís: Pacotilha, ano 8, n. 46, p. 3, 16 fev. 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1888_00046.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

SÃO LUÍS. **Código de postura da Câmara Municipal da Capital – 1866**. Dispõe sobre os serviços dos criados. São Luís: Câmara Municipal, 1866. (Coleção das leis, decretos e resoluções da província do maranhão).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e preto**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

SOUZA, Fernandes Flávia. **Entre a convivência e a retribuição**: trabalho e subordinação nos significados sociais da prestação de serviços domésticos (cidade do Rio de Janeiro, 1870-1900). **Revista comparada**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 93-125, 2010.

TOMICCH, Dale W. A segunda escravidão. *In*: Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: EDUSP, 2011. p. 81-97.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. *In*: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: República da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

CAPÍTULO 15

A VILA DE ÍNDIOS DE VINHAIS E A PRODUÇÃO DE ARROZ: trabalho e protagonismo indígena na Capitania do Maranhão (1770 – 1780)

Francisco Alves de Sousa Neto

1 INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XVIII, período influenciado pelo pensamento Iluminista¹, uma personagem importante surge, pretendendo renovar a política econômica, racionalizar e padronizar a administração da Coroa portuguesa, modernizando-a. Sebastião José de Carvalho e Mello, que receberia o título de Conde de Oeiras em 1759 e depois de Marquês de Pombal em 1769, ocupou o cargo de Primeiro Ministro da Coroa portuguesa no reinado de D. José I (1750-1777), governando com plenos poderes. Durante sua atuação no governo, promoveu mudanças em diversas áreas, que ficaram conhecidas posteriormente pela historiografia nacional como as Reformas Pombalinas. As reformas executadas pelo Marquês trabalhavam três pontos fundamentais: o econômico, o político-administrativo e o cultural-pedagógico².

Dentre outras coisas, as medidas tomadas por Pombal pretendiam retomar o controle nacional sobre todas as riquezas que iam para Lisboa, vindas de suas colônias no ultramar. Quando ascendeu ao cargo de Secretário dos Negócios do Reino em 1756, ampliou ainda mais seus poderes e passou a nomear gente de sua total confiança para ocupar cargos na administração Real, bem como na administração dos domínios portugueses.

Vale ressaltar os laços pessoais e de parentesco entre o Marquês de Pombal e diversos administradores coloniais, secretários de governo e funcionários públicos nomeados por ele durante sua gestão. No período estudado para a produção desse artigo, o governador da

¹ O Iluminismo foi um movimento intelectual-filosófico que influenciou a Europa, sobretudo, no século XVIII. Pautava suas ideias na valorização da razão humana, liberdade, progresso, tolerância, governo constituinte e, principalmente, na separação igreja-estado. Era um movimento fomentado pela burguesia e em total oposição aos valores do Antigo Regime. Em Portugal, apesar de ser uma monarquia, a influência iluminista foi utilizada pela coroa para pautar reformas progressistas em seus sistemas econômicos e políticos. Contudo, sem limitar o poder real e nem abrir a possibilidade de outras camadas sociais gozarem de algum direito político. Essa forma de mesclar alguns ideais iluministas e continuar centralizando o poder foi chamada de despotismo esclarecido. Pare saber mais sobre o assunto ver. LIMA, Lizânia de Souza; PEDRO, Antônio. Da revolução iluminista à Revolução Francesa. *In*: LIMA, Lizânia de Souza; PEDRO, Antônio. História da civilização ocidental. São Paulo: FTD, 2005, p. 247-250.

² No campo econômico procurou fortalecer o mercantilismo português através do monopólio comercial para obtenção de uma maior arrecadação fiscal. No campo político passou a promover o fortalecimento da figura do Rei. No campo cultural-pedagógico tirou a organização da educação dos jesuítas e passou para o Estado. Em relação aos indígenas, Pombal retirou o controle temporal das mãos das Ordens religiosas, a partir do Diretório (1757-1798) os indígenas passaram a ficar sob a égide do estado.

Capitania do Maranhão era Joaquim de Mello e Póvoas, sobrinho de Pombal e ex-governador da Capitania de São José do Rio Negro (1758-1761).

Mello e Póvoas governou o Maranhão durante dezoito anos ininterruptos, atividade desempenhada em dois momentos: de 16 de junho de 1761 a 18 de julho de 1775, foi governador e capitão-mor da Capitania do Maranhão, e dessa última data até 6 de novembro de 1779 foi governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Piauí. Isto é, esteve a frete do Maranhão por um tempo equivalente a seis mandatos, provavelmente em virtude de objetivos estratégicos de seu tio influente - o Marquês de Pombal - que nomeou pessoas de sua mais estrita confiança para a gerência dos negócios públicos do norte da América portuguesa. (MARANHÃO, 2009, p. 22).

O historiador maranhense Meireles (1974, p. 17), registrou uma grande colaboração do governador Mello e Póvoas como impulsionador da conhecida fase de desenvolvimento da Capitania do Maranhão, pontuando que: “[...] ele só cuidava de aumentar a Capitania, promovendo a lavoura e o comércio [...]”. No período de vigência do consulado Pombalino, houve uma profunda renovação administrativa e na política econômica do governo português. Os reflexos de tais mudanças chegavam à Capitania do Maranhão, que consolidava a burocratização da administração colonial e vivia um momento de crescimento de sua economia. Para impulsionar a produção e o comércio e introduzir as novas diretrizes econômicas no estado, foi criada a Companhia Geral de Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778).

Para o historiador, as transformações na capitania do Maranhão a partir da atuação da Companhia têm longo alcance e atinge diversos setores sociais. O progresso, o enriquecimento material e a conseqüente formação de uma elite econômica e intelectual que se consolida no período imperial são amplamente narrados pela historiografia, seja ela regional ou nacional. Segundo essa perspectiva, foi através das ações e incentivos da Companhia, que a capitania do Maranhão, ou pelo menos um grupo de famílias, prosperou e no futuro teve um breve momento de destaque e relevância histórica. Contudo, nas últimas décadas, distintas perspectivas acerca da história do Maranhão surgiram, inserindo outros agentes históricos dentro das narrativas. Sobre essas novas abordagens, Caires (2015, p. 180-181) aponta que:

Diante do esvaziamento dos grandes paradigmas que haviam amparado à pesquisa histórica nas décadas anteriores, frente à perda de confiança nas doutrinas e seus diagnósticos, percebeu-se a insustentabilidade das pesquisas que desejavam reconstituir a realidade global do passado, e ganhou importância observar como os indivíduos e os grupos atribuíram sentido ao seu mundo [...] Abordagens que partem da compreensão dos mecanismos discursivos vêm sendo empregado para relativizar outras “verdades” da história maranhense, como aquela que prega a existência de pobreza no Maranhão pré-pombalino, ou aquela que dá como certa a existência de uma *decadência* da lavoura, espriando-se como decadência geral da região.

Diante das novas abordagens e das perspectivas para produção historiográfica, o protagonismo de outros setores da sociedade colonial, comumente marginalizados, vai sendo revelado. Dentre esses setores invisibilizados estão as populações indígenas, como as que

viviam na vila de índios de Vinhais (1757-1835), que possuíam uma grande relevância em todo esse cenário, mas que quase sempre foram excluídos da análise social e econômica acerca dos processos históricos do período pombalino no Maranhão.

A partir da atuação da Companhia, a capitania do Maranhão recebia diversas obras estruturais, implementações técnicas, que tinham como finalidade aumentar a produção agrícola. Essa produção deveria atender tanto a demanda de produtos tropicais voltados para a exportação como de excedentes diversos para o consumo doméstico. Fortalecer a ocupação do território através dessas ações era de suma importância para a coroa na segunda metade do século XVIII, sobretudo, no norte da América portuguesa.

Pensar na atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão como grande fomentadora do desenvolvimento econômico é lugar comum nas narrativas tradicionais acerca do período em questão³. “A Companhia de Comércio transformou a nossa penúria em fartura, a nossa pobreza em riqueza [...]” (VIVEIROS, 1954, p. 74) Porém, assumir essa fala é focar apenas em parte das tessituras acerca de todo o contexto em que a capitania do Maranhão estava inserida. Vale ressaltar que o período de tempo da administração de Mello e Povoas no Maranhão (1755-1779) é quase o mesmo período de atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Tal cenário influenciou as produções historiográficas acerca do Maranhão pombalino.

Em seu trabalho sobre as famílias e a constituição das fortunas no Maranhão Colonial, a historiadora Mota (2012, p. 35) destaca a segunda metade do século XVIII como “[...] o momento de passagem de uma economia praticamente voltada para o mercado interno, para outra, voltada para exportação [...]”. A linha do tempo traçada por boa parte da historiografia acerca do Maranhão elege a data de fundação da Companhia, 1755, como o princípio de uma nova fase, onde a região se desenvolveu e prosperou. Esse marco temporal contrasta com o período anterior, em que parece não ter havido nenhum tipo de atividade econômica importante na capitania do Maranhão.

O problema dessa perspectiva é que desconsidera outras formas de ação, de dinamismo e contribuição econômica na região antes da atuação da Companhia e também, durante o período de existência da mesma. O antropólogo Wagner (2008), na obra *Ideologia da*

³ O caráter político de sua estrutura favorecia essas elites que, segundo a análise de Stuart Schwartz (1979, p. 253) sobre o sistema colonial, “dominavam as instituições coloniais e, frequentemente monopolizavam os recursos econômicos e sociais disponíveis.”

Decadência, indica essa tendência das produções historiográficas tradicionais acerca do desenvolvimento na capitania do Maranhão⁴.

Quando se fala em prosperidade econômica na capitania do Maranhão, os sujeitos que sempre se destacam são dos grupos ligados às elites. A saga da prosperidade é o contraponto da decadência da lavoura no Maranhão.

Essas narrativas reverberam discursos sobre grupos ligados às elites políticas e econômicas dessa sociedade colonial. Contudo, como já foi dito, as Reformas Pombalinas tinham como um dos seus principais objetivos drenar o máximo de recursos oriundos da exploração de suas colônias, incentivando a vinda de colonos investidores e criando a base de uma economia agrária voltada para o comércio externo. Concomitantemente, buscava-se fortalecer as redes de comércio interno. E esse é outro ponto a ser pensado, quando se coloca em cheque a importância dos outros personagens que constituem a engrenagem econômica da capitania do Maranhão, pois o fortalecimento das redes de contato geradas pelo comércio interno criavam condições da coroa ocupar os territórios ao norte de sua colônia americana de forma efetiva.

Não pretendemos minimizar os efeitos da política econômica de Pombal nem nos aprofundar demasiadamente em cenários já bem conhecidos e trabalhados da nossa história regional. São inegáveis os impactos gerados pela atuação da Companhia Geral de Comércio na capitania do Maranhão. Buscamos entender como outros personagens, por tantas vezes esquecidos dentro das narrativas acerca do período, se relacionaram com aquela sociedade colonial dentro da conjuntura política, social e econômica. O comércio tende ser próspero quando os resultados são positivos para todos os envolvidos no processo. Porém, o sistema colonial tendia a favorecer os grandes produtores da capitania do Maranhão e dificultar, por exemplo, que os núcleos de produção colonial como a vila de índios de Vinhais (1757-1834), mesmo envolvida na produção de arroz para exportação, conseguissem sustentar o interesse em tal empreendimento.

Na segunda metade do século XVIII, a capitania do Maranhão prosperou. Tudo isso, supostamente, aos moldes do governo Metropolitano, que decretava leis e regulamentos a fim de pôr em prática suas novas diretrizes administrativas, sociais e econômicas. Nessa época o

⁴ Segundo Almeida (2008), o desenvolvimento da lavoura tem o seu móvel determinado pela esfera de circulação dos produtos. Atribui-se à Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão o financiamento para aquisição de escravos, de instrumentos agrícolas e das primeiras safras. Para os intérpretes esta é a origem considerada legítima não apenas da lavoura, mas também do comércio da região. Os vínculos com o mercado são mostrados como quebrando um suposto isolamento, que caracterizava a chamada pré-história da agricultura regional, e instaurando as bases da denominada prosperidade.

Maranhão “[...] era uma fronteira agrícola aberta, onde os colonizadores continuaram a chegar [...]” (MOTA, 2012, p. 38). Contudo, existiam forças conflitantes que acabavam dando diversas nuances e impondo dificuldades, suscitando adaptações para o projeto colonial vigente.

Em 1757, dentro das chamadas Reformas Pombalinas, a antiga Aldeia da Doutrina foi elevada à categoria de vila, recebendo a denominação de Vinhais (1757-1835). A partir de então, se “[...] instaura uma nova relação da sociedade com o território [...]” (OLIVEIRA, 1998, p. 47). Foram construídas diversas obras: câmara de vereadores, igreja, cemitério e praça. Tal medida pretendia estruturar e dar suporte ao momento vivido dentro da nova ordem política, administrativa e econômica da segunda metade do século XVIII.

Sendo assim, algumas medidas acerca das populações indígenas entraram em vigor durante os primeiros anos do governo de Dom José I. A política indigenista do Marquês de Pombal tinha caráter assimilacionista, isto é, pretendia incorporar os indígenas aldeados à sociedade colonial. Essa nova legislação inovou em alguns aspectos, contudo, manteve algumas diretrizes do Regimento das Missões (1686-1757)⁵. A submissão dos indígenas ao trabalho compulsório é uma dessas continuidades. Sobre essa característica da legislação indigenista, Moreira (2019, p. 138) estabelece que:

Nas novas leis e recomendações editadas durante o consulado pombalino, foi estabelecido um diálogo intertextual intenso com a legislação predecessora, citando longamente aquelas leis e alvarás que salientavam os direitos de liberdade e domínio dos índios; e abolindo e anulando recomendações, regimentos e leis que eram contrárias as novas resoluções.

Tal característica não foi nenhuma novidade já que as políticas indigenistas de Portugal mudavam conforme a necessidade de adaptação, mas sempre convergiam para o objetivo que era o controle e a exploração do trabalho das populações indígenas.

Foi escolhida a década de setenta do século XVIII, por ser o período onde a produção de arroz supera a de algodão. Além disso, a década de setenta marca o fim do período pombalino e a falência da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Para embasar a reflexão sobre a participação indígena na economia do Maranhão colonial, apoiamos a nossa análise crítica na Nova História Indígena. Através dessa perspectiva, novas abordagens passam a desconstruir pressupostos que durante muito tempo, enquadraram as populações indígenas como vítimas passivas ou meros espectadores de situações que os envolviam, nunca dispondo de estratégias de ação conscientes. Os índios, foram concebidos

⁵ O Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará concedia o direito de tutela dos nativos capturados aos missionários portugueses. Embora a maioria das missões fossem controladas pelos jesuítas, havia também outras Ordens religiosas na administração das missões. O Regimento esteve vigente por setenta anos, até sua revogação pelo Marquês de Pombal que o substituiu pelo Diretório dos Índios em 1757.

como uma categoria genérica e não eram vistos, portanto, como sujeitos históricos ativos e capazes de incidir sobre a realidade nas quais se inseriam. Esse quadro começou a mudar a partir da necessidade de uma nova compreensão histórica a respeito dos povos ameríndios. (ALMEIDA, 2003; CUNHA, 1992; FARAGE, 1991; MONTEIRO, 1994).

O lócus central desse estudo são as fontes de natureza administrativa. Dessa forma, foram utilizadas as transcrições de parte do Livro de Atas da Câmara de Vinhais (1757-1812). A partir dos resultados das transcrições, cruzamos os dados com as correspondências do governador Joaquim de Mello e Póvoas retiradas do Livro de Registros das Ordens de Sua Majestade e suas Respostas (1771-1778). Essas duas fontes fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão. Após um primeiro tratamento e triagem dessa documentação buscamos entender a economia do período de forma articulada com a política indigenista de Pombal, trazendo a experiência da Vila de Índios de Vinhais (1757-1835), para discutir a participação dos indígenas na economia colonial do Maranhão setecentista.

2 A VILA DE ÍNDIOS DE VINHAIS E A RIZICULTURA

Dentre os gêneros coloniais produzidos pela capitania do Maranhão – e, apesar da diversidade de produtos, tais como: “[...] atanados, Algodão, Cacau, Arroz, Gengibre, Óleo de Copaíba, Jutaicica ou Goma Copal, Baunilha, Pedra Hume, pesca de Tartarugas, Tabaco, Anil, Toras de Madeira [...]” (MARANHÃO, 2009, p. 41-42) –, destacamos os grandes volumes de arroz enviados para Portugal durante o recorte temporal do nosso estudo. Esses registros estão presentes nos Mapas de carga dos navios que saíam do porto de São Luís para Lisboa. Através da Secretaria de Estado, era ordenado o envio de Mapas das cargas dos navios, uma espécie de lista, com as quantidades dos gêneros coloniais exportados pela capitania.

O mesmo Sr. Ordena que Vossa Mercê continue a mandar no fim de cada ano a esta Secretaria de Estado outro Mapa [fl.6] semelhante; para se ter um cabal conhecimento à vista das exportações, dos progressos que fazem a agricultura, e o comércio nessa capitania. Da mesma sorte é Sua Majestade servido que Vossa Mercê tenha um particular cuidado em se instruir, radicalmente de tudo o que possa contribuir para o aumento dos dois objetos acima indicados; de sorte que esses Povos confiados ao cuidado de Vossa Mercê possam ser tão opulentos, e felizes, quanto os gêneros do País que habitam são estimáveis, e preciosos. 24 de dezembro de 1770//Martinho de Mello e Castro. (MARANHÃO, 2009, p. 40-41).

Analisando o resumo dos Mapas de carga⁶ registrados na correspondência oficial da capitania do Maranhão notamos que, durante o decorrer da década de setenta do século XVIII,

⁶ Deve-se ressaltar, que os números constantes nos Mapas de Carga, presente nas correspondências aqui analisadas, dizem respeito aos números da Capitania do Maranhão registrados pelas negociações realizadas através da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

houve uma diminuição nos produtos relativos à atividade extrativista. Contudo, a extração de drogas do sertão continua a ser uma atividade importante nesse período e não desaparece totalmente, sendo também um ramo econômico que demandava atenção da administração colonial, pois, possuía grande rotatividade dentro do comércio interno. Em contrapartida, a produção de arroz da capitania passava a ocupar a maior parte dos porões dos navios que zarpavam de São Luís para a Europa. São inúmeras cartas, instruções e recomendações acerca do cultivo do arroz, presentes na documentação oficial do governo da capitania do Maranhão. Como, por exemplo, essa correspondência enviada pelo governador Joaquim de Mello e Póvoas para a Secretaria de Governo do Reino, onde se evidenciam os grandes volumes de arroz que estavam sendo produzidos naquela época.

O Mapa de Carga que Leva este navio, em que se incluem também a que Levou o outro que daqui saio este ano. Nos Armazéns da Companhia ficavam para cima de dez mil Alqueires de Arroz; Agora posso segurar a V. Ex.^a que tem concorrido muito mais; porque Levando este Navio três mil, e tantas arrobas, ficam nos ditos Armazéns para cima de doze mil alqueires, que se vão descascando nos Moinhos de Pau, e Pilões em quanto se não conclui a importante Obra dos Moinhos de Marés, dos que sairá o arroz mais perfeito. Por todos os Navios, digo, os mais Navios, que forem saindo ire dirigindo a presença de V. Ex.^a semelhantes Mapas, para que V. Ex.^a seja logo ciente dos efeitos, que se exportam desta Capitania, que na Verdade estão os Armazéns da Companhia bem cheios deles. Maranhão. 14 de março de 1772. Joaquim de Mello e Póvoas. (MARANHÃO, 2009, p. 96).

A atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) impulsionou a empresa do arroz. A partir dos investimentos em obras de infraestrutura, no incremento da agricultura e do comércio durante a gestão de Joaquim de Mello e Póvoas, a rizicultura maranhense ascendeu. No período do seu governo, foram aplicadas diversas medidas para a ampliação da cultura do arroz e sua maior produtividade. Data dessa época a construção de engenhos de arroz ou fábricas de soque e de moinhos de pedras e marés para o beneficiamento do cereal (MEIRELES, 2001). Tais obras são um indicativo do investimento que estava sendo feito para alavancar a rizicultura. Foi criada toda uma estrutura na capitania voltada para atender a exportação desse cereal, já que o arroz produzido para o consumo interno era beneficiado através do uso de pilões.

O arroz destinado ao uso caseiro era descascado em pilões, o que machucava os grãos. O arroz descascado dessa maneira não podia ser exportado. Por isso, a Companhia de Comércio fomentou a construção de moinhos na Ilha de São Luís, o que também facilitava a cobrança de impostos sobre o produto. (ASSUNÇÃO, 2015, p. 197).

Outra medida que visava aumentar a produção para exportação foi a introdução do Arroz de Carolina. Essa qualidade de arroz “[...] era mais branco, alongado e fino [...]”, sendo ideal para a comercialização (VIVEIROS, 1954, p. 78).

Datam de então a instalação de uma fábrica de anil, às margens do rio desse nome em São Luís, que fez importar de Lisboa; a introdução na capitania, por iniciativa de João Vieira da Silva, administrador da Companhia Geral do Comércio, do arroz ‘de

Carolina' e a fundação, pelo tenente-coronel José Carvalho, de uma fábrica de soque de arroz. (MEIRELES, 2001, p. 153).

Para que todos os produtores plantassem apenas a espécie Carolina em 1776, o governador Mello e Póvoas proibiu o cultivo do arroz da Terra, também chamado de Vermelho⁷. Porém, essa medida de proibir terminantemente o cultivo dessa qualidade de arroz se deu após diversas tentativas frustradas da administração colonial em persuadir os “povos dessas localidades” em aderir à nova espécie do cereal. O arroz Vermelho era uma espécie considerada de baixa qualidade para exportação, pois, era miúdo, quebradiço e muito difícil de descascar. Essa espécie de arroz, que literalmente crescia nos campos do Maranhão, atendia o consumo de subsistência e seu cultivo era bastante difundido nas terras da Capitania, porém, a partir da determinação do governador Mello e Póvoas, o plantio dessa qualidade de arroz foi marginalizado e passível de duras penas para as pessoas que se dedicassem a sua cultura, fossem esses indivíduos livres, escravos ou indígenas⁸. Viveiros (1954, p. 76) destaca essa situação:

Não foi sem esforço essa propaganda da espécie selecionada, a que o povo resistia, preferindo comer a semente a plantá-la, só se submetendo, diante do bando do governador Joaquim de Mello e Póvoas, apregoado em São Luís, Alcântara, Icatú, Guimarães, Itapecuru e Mearim, o qual cominava em ‘penas de multa, cadeia, calceta e surra, segundo a qualidade das pessoas, aos que continuassem na cultura do arroz vermelho da terra, em vez do branco de Carolina, único permitido’.

Nesse período, o arroz e o algodão se tornam produtos importantes para a economia Atlântica, sendo os principais itens discriminados nos Mapas de carga nas correspondências da capitania do Maranhão analisadas nesta pesquisa. Durante a década de setenta do século XVIII aparecem registradas quantidades de arroz exportadas maiores que as de algodão.

Quanto ao arroz, embora se consuma largamente no país, o grande volume de sua produção se explica sobretudo pela exportação que dele se faz. Podemos mesmo distinguir, rizicultura colonial, um setor de grande lavoura, como no Maranhão, e também em menor escala no Pará e no Rio de Janeiro, onde o estímulo é claramente o do comércio exterior e outro, de proporções muito mais reduzidas, disseminado por várias regiões, e que tem o mesmo caráter da demais culturas exclusivamente de subsistência, como os de mandioca e milho. (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 152).

Apesar de existir um consenso historiográfico em apontar o algodão como gênero colonial mais importante do Maranhão, Hawthorne (2010, p. 9, tradução nossa) defende que a cultura do arroz no Maranhão foi fundamental durante a segunda metade do século XVIII.

O arroz foi a maior exportação do Maranhão entre os anos de 1774-1811[...] o algodão era uma cultura importante no Maranhão, mas não superou o arroz em libras exportadas. Em alguns anos, os valores da exportação do arroz foram maiores que o

⁷ Segundo a análise de Assunção (2015) com a introdução do arroz de Carolina, teriam coexistido dois sistemas de produção, um para a exportação, outro para subsistência. Os próprios fazendeiros teriam resistido a introdução do arroz de Carolina, pois não tinham máquinas para descascar e o arroz da terra era melhor para descascar no pilão (método tradicional ainda usado hoje no Maranhão).

⁸ Barroso Júnior (2017) afirma que a medida radical surtiu efeito e a produção do dito “produto nativo” se manteve em níveis de subsistência, escondida nos pequenos plantios na mata, levemente fechada, enquanto o Arroz de Carolina tomou lugar no cultivo de *plantations* para exportação.

valor das exportações de algodão. Além disso, o arroz era consumido em larga escala no Maranhão o que significa que os números da exportação não dão imagem da totalidade da produção.

O cultivo de arroz na capitania do Maranhão tinha como destaque a grande participação de diversos segmentos da população, pois já era uma cultura bastante difundida entre os povos dessa região. Esse fator pode ter contribuído para os grandes volumes produzidos desse cereal e para a inserção de diversos agentes na nova ordem econômica vigente no período.

A facilidade de aquisição dos grãos e a baixa onerabilidade das técnicas possibilitaram a grandes e médios lavradores assim como ‘qualquer pessoa que tiver do mesmo gênero’ o ganho com cultivo do cereal. Assim, a rizicultura mercantilista parecia estar ao alcance de índios, negros forros e, por que não, de escravos. (BARROSO JÚNIOR, 2011, p. 114).

As informações trazidas acerca da produção de arroz no Maranhão pombalino, demonstram que existiu uma clara política de incentivo a esse empreendimento. Ressaltando, que esse cereal era consumido em larga escala na capitania e agora sua produção atendia também o comércio Transatlântico. Nossa leitura das correspondências do governador indica que temas envolvendo a rizicultura e suas problemáticas, estavam no cerne das políticas econômicas implantadas na capitania do Maranhão setecentista. São inúmeras correspondências, entre administração colonial e a Metrópole que tratam dessa pauta.

Já eu disse a V. Ex.^a, e é certo, que me consta de muitos, e muitos Lavradores terem feito grandíssimos roçados para Arroz. Eu tenho Ordenado a todos os diretores, que da mesma sorte façam os maiores roçados para o dito arroz, com o que me persuado que se Deus Nosso Sr. permitir lhe corra o tempo favorável, será grande a porção de Arroz, que desta Capitania se poderá remeter até o presente ano. Maranhão. 1 de abril de 1772. Joaquim de Mello e Póvoas. (MARANHÃO, 2009, p. 92).

Para ser aceito nos armazéns da Companhia, este produto deveria estar descascado, com o grão inteiro, polido e ensacado, atendendo assim as especificações da Metrópole e do mercado europeu, agregando valor ao produto e gerando maior rentabilidade (VIVEIROS, 1954). Para conseguir agregar valor ao produto, a administração colonial recomendava proceder com o beneficiamento do grão. Como consta nesse trecho de um Aviso da Secretaria de Estado no ano de 1770, ao governador Mello e Póvoas.

Destas Providencias não podendo deixar de resultar um grande beneficio para os Lavradores, e Proprietários das Terras, que produzem arroz; também é justo, e indispensavelmente necessário que eles da sua parte cuidem em beneficiar este gênero de sorte, que ele ganhe na concorrência, que precisamente tem, e há de ter com o que se introduz de fora na praça de Lisboa. (MARANHÃO, 2009, p. 42-43).

Apesar dos avanços em relação à técnica e à produtividade, que cresciam exponencialmente, a escassez de mão-de-obra era um problema em relação ao beneficiamento do cereal. Essa etapa da produção era realizada nas Fábricas de Arroz, também chamadas de Fábricas de Soque. Nesses locais o arroz era beneficiado através de moinhos construídos para tal finalidade. Essa problemática começa a aparecer nas inúmeras justificativas que

acompanhavam os Mapas de carga enviados para dar conta do andamento das exportações, que registram a impossibilidade de enviar mais arroz por ainda estarem sem o devido beneficiamento. Esse cenário revela uma dificuldade na cadeia produtiva colonial que não era nova: a mão-de-obra.

Não vai arroz a proporção do que eu desejava pela dificuldade [fl.49] que há em descascar, pois os Lavradores que lhe costumam dar este benefício ainda não podem fazer; porque alguns ainda estão colhendo, e entram agora a apanhar o Algodão, e a fazer novos Roçados, e só de Dezembro por diante é que virá concorrendo este gênero com maior abundancia, ainda que presentemente tem entrado bastante com casca nos Armazéns da Companhia. (MARANHÃO, 2009, p. 127).

O aumento da produção colonial na capitania do Maranhão demandou cada vez mais por trabalhadores. Diante da nova conjuntura indigenista, o emprego das novas vilas e lugares indígenas no sistema econômico do período era imprescindível, pois, o trabalho indígena respondia por uma parcela significativa da força de trabalho do Maranhão.

Além da escassez de trabalhadores por conta do aumento da demanda, outro entrave ao comércio da capitania recorrente nas cartas era a falta de dinheiro. Foram inúmeras as correspondências que tratavam da escassez de moeda corrente, para que a Companhia de Comércio procedesse com os pagamentos da produção e dos trabalhadores empregados nos mais diversos trabalhos.

Todos me asseguram que há no presente ano muito arroz; porém eu tenho tido o maior desgosto Conhecendo que este estabelecimento se arruinará pela grande falta que há de dinheiro na Companhia, pois nem para se pagar os miseráveis índios que trabalham no descasque dele há de Sorte que a Fábrica de Vinhaes se devem cinco mil e tantos cruzados; à de Alcântara quatro, e a desta cidade dois, e não podendo a miséria destes índios suportar este empate, Eu lhe tenho feito assistir ao menos com farinha para Comer, valendo-me das roças das outras Povoações a quem se está devendo. (MARANHÃO, 2009, p. 199).

Essa correspondência nos traz pontos relevantes em relação à experiência da vila de índios de Vinhais (1757-1835), no que tange à sua participação na economia colonial da capitania do Maranhão. Primeiramente, Vinhais estava cumprindo talvez a principal razão de existência das vilas de índios, que era o contingenciamento de trabalhadores para a distribuição entre os moradores e administração colonial. Esses trabalhadores indígenas também deveriam trabalhar em suas próprias roças e outras atividades para promover seu sustento. Apesar de no Regimento do Diretório se repetir à exaustão que os efeitos produzidos por seu trabalho resultariam na melhoria substancial das suas condições de vida, os índios logo perceberam a falácia de tal discurso. Souza Júnior (2013, p. 160) destaca a consciência dos indígenas acerca da exploração:

Os índios também demonstravam ter consciência da exploração a que eram submetidos pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Aproveitando-se do monopólio comercial que detinham no Estado, os

administradores da Companhia pagavam aos índios preços irrisórios pelos gêneros produzidos nas roças do comum e coletados no negócio do sertão.

Informação bastante relevante é o endividamento da Companhia de Comércio com os núcleos de produção de arroz, dentre eles Vinhais. Vale ressaltar, que o valor a receber da vila de Vinhais era maior do que os outros dois grandes centros de produção de arroz no período, São Luís e Alcântara. Este último, principalmente, aparece em diversas correspondências do período como importante núcleo populacional e produtivo colonial (MARANHÃO, 2009). Trabalhos como o da professora e pesquisadora Mota (2012), através de uma lista de moradores da capitania do Maranhão endividados com a Companhia em 1779, estabelecem as relações entre as famílias da elite e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão.

O endividamento da Companhia com as fábricas de arroz é justificado pelo governo pela falta de dinheiro na Capitania do Maranhão. Contudo, o valor devido à vila de Vinhais, por ser maior, em relação aos dois outros locais citados nos leva a refletir sobre as seguintes possibilidades: que existia uma grande produção de arroz em Vinhais, que houve um favorecimento em pagar grandes centros em detrimento à vila indígena, ou as duas coisas. A dívida da Companhia de Comércio com a vila indígena de Vinhais aparece na página oitenta no Livro de Atas de sua Câmara, por meio de traslado de um documento enviado pelo governador Joaquim de Mello e Póvoas para a Secretaria de Governo, datado em 28 de julho de 1775.

Conta o Governador e Capitão-general do Estado do Maranhão a Sua Majestade através do secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, encaminhando mapa dos carregamentos de arroz e algodão saídos de São Luís durante o ano; expondo seu temor pela perda da grande produção de arroz existente, em razão da grande falta de dinheiro na Companhia 'para pagar os miseráveis índios que trabalham' descascando o produto, obrigando-o a assistir-lhes com farinha necessária; informando o valor da dívida consolidada com os trabalhadores das fábricas de Vinhais, Alcântara e de São Luís. (MARANHÃO, 1775, p. 80).

A vila de índios de Vinhais (1757-1835), como unidade de produção colonial estava empregando trabalhadores indígenas para realizar o descasque do arroz, mas também participava do comércio produzindo o grão, inserindo-se na economia colonial do Maranhão, não apenas como fonte de mão-de-obra, mas também através da exportação desse gênero. Mesmo quando a falta de dinheiro afetou o envio da produção da vila de Alcântara, as fábricas de Vinhais não deixaram de produzir, esse fato corrobora com nossa tese de que a produção de arroz em Vinhais era relevante.

O Inspetor da Fábrica da Villa de Alcântara me diz que já por lá se tem colhido muito arroz, porém que o não trazem à fábrica por saberem que não há dinheiro: à de Vinhaes já tem concorrido algum arroz novo, e do Velho fica no Armazém Carga para um bom Navio. Maranhão. 28 de julho de 1775. Joaquim de Mello e Póvoas. (MARANHÃO, 2009, p. 199).

Contudo, cabe aqui um parêntese em nossas reflexões acerca da experiência de Vinhais. A partir da análise que fizemos dessas fontes, nos parece que existia interesse dos envolvidos em dar adiantamento na produção de arroz. Lembrando que as vilas se tornaram unidades administrativas no mundo colonial, independentes, que deviam se sustentar e pagar dízimos à Fazenda Real. Ainda não temos a dimensão de como se davam as relações e os embates entre as lideranças indígenas o diretor de índios e os demais moradores dessa localidade.

No Diretório, os índios foram considerados insuficientemente “civilizados” e, por este motivo, incapazes de exercerem plenamente o governo de si mesmos, de suas famílias, de seus bens e de seu comércio. Com base nesse argumento, instituiu-se o cargo de diretor de índios para garantir a aplicação do Diretório, controlando-os enquanto não fossem considerados plenamente capazes. (MOREIRA, 2019, p. 152).

Não obstante, existem indícios que, pelo menos dentro do nosso recorte temporal, as coisas iam funcionando relativamente dentro do que o Diretório dos Índios⁹ definia ser o papel de uma vila de índios na economia colonial. Vale ressaltar, que a participação e o interesse dos Principais de Vinhais, que estavam nesse momento nos cargos de governança, se fizeram fundamental para o êxito da produção de arroz na vila. Temos essa impressão de interesse pelo empreendimento, pois, mesmo com a Companhia de Comércio deixando de cumprir suas obrigações coma vila de Vinhais, esta continuava produzindo um arroz de boa qualidade nesse período, e que se destacava dentre as fábricas de soque da capitania no Maranhão.

Ponho na presença as amostras de Arroz da Villa de Alcântara, da de Vinhaes, e desta Cidade para que vendo V. Ex.^a a perfeição com que nela se descasca deste gênero seja notório a Sua Majestade. Maranhão a 26 de outubro de 1755. Joaquim de Mello e Póvoas. (MARANHÃO, 2009, p. 210).

O Diretório determinava que os índios trabalhassem, fossem úteis e desenvolvessem a terra e o comércio, ou seja, fossem produtivos. A remuneração do trabalho realizado pelos indígenas era outra norma presente na lei pombalina, porém, a própria ordem colonial descumpria o que o Diretório determinava, dificultando o acesso dos indígenas aos seus jornais e salários, que já eram baixíssimos em relação à remuneração paga para outros trabalhadores coloniais¹⁰.

Como bem argumenta a pesquisadora Vânia Moreira, os portugueses vangloriavam-se por remunerar os serviços dos índios aldeados e por eles serem “livres”, mas a obrigação de trabalhar e os irrisórios valores praticados não melhorava em nada a condição desses indivíduos

⁹ Em seus 95 artigos o Diretório determinava a forma de governar os Índios, estipulando diretrizes, direitos e obrigações desses indivíduos em relação à sociedade colonial. Dessa forma, pretendia “[...] garantir a soberania do território para Portugal, afastando os religiosos e promovendo o desenvolvimento da agricultura e do comércio [...]” (ALMEIDA, 2010, p. 111). No geral, manteve as diretrizes básicas das leis indigenistas anteriores, principalmente do Regimento das Missões de 1648, e “[...] foi uma legislação construída à luz dos interesses internos da colônia [...]” (COELHO, 2005, p. 31).

¹⁰ A remuneração destinada aos índios por seu trabalho era considerada por ele mais um indício da exploração a que eram submetidos.

na sociedade colonial (MOREIRA, 2019). Ao não pagar pelo trabalho dos índios de Vinhais no descasque de arroz, a ordem colonial mais uma vez dificulta o acesso desse setor da sociedade colonial aos direitos que supostamente estariam garantidos pela Lei.

A Fabrica da Villa de Alcântara pouco tem trabalhado porque indo para ali unicamente seiscentos mil reis é o que empregou o Arroz; e os Lavradores que o tem Colhido nenhum só alqueire mais tem metido na fabrica pelo que não querem dar fiado, pelo preço porque ali se comprava de 3360 reis o alqueire com o que ficavam muito satisfeitos por terem ali o seu dinheiro e nisto perde a Companhia o avanço do menor preço porque lá o Comprava, perdendo se também a conveniência de se descascar naquela fabrica, que a de Vinhais, e a dessa Cidade não podem dar aviamento ao descasque de todo o arroz, e o pior é que nem para pagar os miseráveis índios há dinheiro que receio de desgostosos entrem a fugir. (MARANHÃO, 2009, p. 210).

Contudo, os povos indígenas agiam dentro de suas possibilidades e tentavam assim melhorar sua posição nessa sociedade. As articulações, ora coletivas ora individuais, que buscavam responder a esses abusos foram registradas em todos os momentos da nossa história, “[...] em relação aos índios e aos povos indígenas, as fronteiras entre independência, integração, assimilação e genocídio eram móveis e instáveis [...]” (MOREIRA, 2019, p. 209).

Durante o processo de tratamento das fontes encontradas no livro camarário de Vinhais, nós fomos percebendo que os abusos praticados contra os indígenas aldeados, de uma forma geral, eram os mesmos, independentemente da região onde se faça o estudo. Ficar de posse dos indígenas por mais tempo do que determinava a lei, não pagar seus salários e jornais e a aplicação de castigos físicos compõe a lista de descumprimentos mais citados por fontes e pela historiografia especializada. Fruto de uma sociedade que não considerava o indígena como semelhante e, apesar do Diretório dos Índios ter estabelecido a “igualdade” entre os vassalos, no caso dos índios essa condição era tutelada, como bem aponta Almeida (2010, p. 127):

Cabe, no entanto, lembrar que as distinções entre os índios e não índios permaneceram, principalmente, por interesse e iniciativa das próprias autoridades, conforme se pode verificar na legislação e nos documentos oficiais. O Diretório manteve os aldeados em posição subalterna, pois continuavam obrigados ao trabalho compulsório e sujeitos ao regime de tutela exercido pelo diretor.

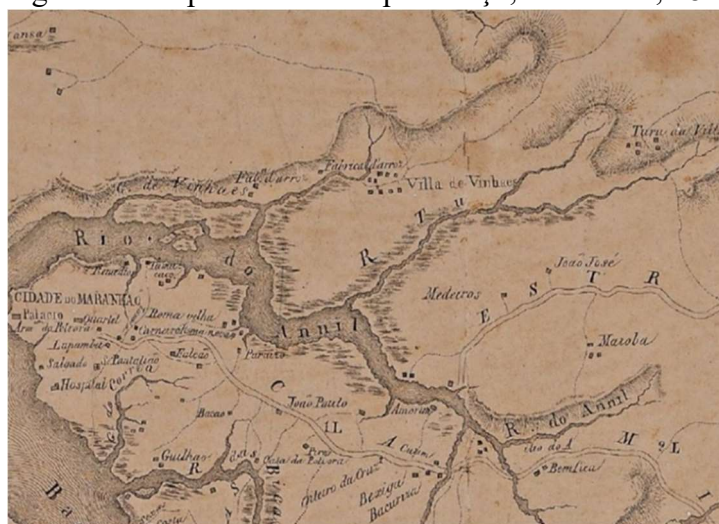
Quando fomos compulsando mais documentos do livro de Vinhais, encontramos recomendações do governo reforçando o cumprimento do Diretório, principalmente no que tange os abusos praticados por moradores citados no parágrafo passado. O governo de Mello e Póvoas terminou, depois de quase vinte anos no comando da capitania do Maranhão. No primeiro ano de governo de seu substituto, encontramos o seguinte requerimento na folha 29, dentro do livro da câmara de Vinhais,

Aos trinta dias do mês de junho de mil setecentos e oitenta eu escrivão por mim mandaram fazer acento escrivão Manoel de Jesus Termo de vereação q.se fez do juiz e do senado da câmara desta vila de Vinhais e nele houve o requerimentos dos povos desta dita Villa a que não haja o soque (descasque) do Arroz cá nesta vila Porquanto não poderem suportar o esforços de tal serviço porquanto Sua Majestade de não obriga a tal serviço e porquanto prometem que se cá houver tal serviço que se hão de se

ausentarem todos e despovoar a vila para assim constar mandaram lavrar este termo por mim escrivão em que todos assignarão com uma cruz [ILEGÍVEL] Manoel de Jesus escrivão q o escreve/O juiz Rocha o juiz do Rosário/O vereador Moraes o vereador/Monteiro o vereador Antunis/Procurador Montello. (MARANHÃO, [1780], p. 29).

No documento acima o senado da câmara de Vinhais expede um requerimento para o Rei de Portugal sobre a obrigatoriedade em relação ao serviço de beneficiamento do arroz. A constante falta de pagamento pode ter motivado essa atitude, já que os indígenas não estavam recebendo sua pífia remuneração e deveriam estar desacreditados no sistema no qual estavam inseridos. Não apenas os comuns submetidos ao trabalho compulsório, mas também os principais e a própria governança da vila de Vinhais. Cientes da importância da mão-de-obra para aquela sociedade esse núcleo de produção colonial, governo da capitania ameaçou com o pior desfecho, o abandono e o conseqüente esvaziamento da vila¹¹.

Figura 1 – Mapa da Ilha de Upaon-Açu, Maranhão, 1820



Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Guerra¹² (2020)

Nesse mapa temos a indicação de duas fábricas de arroz localizadas ao longo do igarapé de Vinhais. O documento está datado de 1820, lembrando que a vila de índios de Vinhais permaneceu como vila até o ano de 1835. Esse registro do mapa pode ser um indício da continuidade da produção de arroz em Vinhais, demonstrando ter sido uma cultura importante para essa localidade em diversas temporalidades. O Diretório dos Índios “[...] passou a regular a vida e as atividades dos aldeados [...]” (ALMEIDA, 2010, 37). As relações sociais entre indígenas e brancos no período colonial, desdobraram-se em procedimentos diversos, que iam se modificando, ora pela necessidade do momento, ora pela especificidade de uma localidade e

¹¹ As fugas não significavam, necessariamente, a rejeição dos índios a viverem nas povoações e a se integrarem no convívio dos brancos. Muitos deles perceberam as utilidades que podiam tirar desse convívio.

¹² Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/49906651188/in/album72157684516454803>. Acesso em: 1 nov. 2020.

dos diversos interesses dos envolvidos no processo. Buscamos trazer a experiência da vila de índios de Vinhais como protagonista na produção de arroz, dentro de um sistema mercantil que favorecia as elites, com um governo fortemente ligado à Corte, orientado pelas Reformas Pombalinas e a partir do que determinava o Diretório dos Índios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força motriz da sociedade colonial passava pelas mãos de trabalhadores comuns, que contribuíram para o avanço da agricultura de exportação e que davam condições direta ou indiretamente para o estabelecimento do comércio atlântico. Na capitania do Maranhão, a produção de excedentes alimentícios e conseqüente ampliação do comércio interno eram funções desempenhadas por esses agentes e razão de ser das novas vilas. Dentro desse processo, estavam as populações indígenas, que continuaram sendo necessárias para economia local, para o funcionamento do empreendimento colonial, para a povoação e a defesa do território. Mesmo assim, foram representados na história do Maranhão como pano de fundo e de forma generalizada, como aliados ou inimigos, como se irrelevante fosse o papel deles na constituição da sociedade colonial do Maranhão.

Contudo, as relações dentro da sociedade colonial eram bem mais complexas. A diferença entre o teórico e o praticado na realidade, cria parênteses dentro de parênteses, que uma leitura superficial das fontes e sem levar em conta o protagonismo indígena, não é capaz de dar conta. Sendo assim, trazer a experiência de Vinhais através de sua inserção na economia colonial como exportadora de arroz, deve gerar mais elementos interpretativos. Além disso, criar a possibilidade de mostrar os indígenas como “[...] agentes dos processos de mudanças por eles vividos [...]” (ALMEIDA, 2010, p. 25) e, assim, propor mais uma possibilidade interpretativa sobre um período interessantíssimo da história do estado Maranhão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Ideologia da Decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Casa 8; Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os Índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850.** São Paulo: Annablume, 2015.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos. O arroz de Veneza e os trabalhadores de Guiné: a lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770-1800). **Outros Tempos**, [s. l.], v. 8, n. 12, p. 108-127, 2011. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/55. Acesso em: 12 out. 2022.

CAIRES, D. R. Resenha: FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do Trabalho no Maranhão Oitocentista: Os descaminhos da liberdade.** **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 180-185, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/710>. Acesso em: 8 out. 2022.

CUNHA, E. M. C. O diretório dos índios como projeto de “civilização” portuguesa para os sertões pernambucanos. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 3, n. 12, p. 85-116, ago. 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/488>. Acesso em: 8 out. 2022.

D’EVREUX, Yves. **Viagem ao Norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614.** 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2002.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII.** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização.** Rio de Janeiro: ANPOCS: Paz e Terra, 1991. v. 1, 197 p.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão.** Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

HAWTHORNE, Walter. From “Black Rice” to “Brown”: Rethinking the History of Rice Culture in the Seventeenth- and Eighteenth-Century Atlantic. **The American Historical Review**, [s. l.], v. 115, n. 1, p. 151-163, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23302767>. Acesso em: 8 out. 2022.

LIMA, Lizânia de Souza; PEDRO, Antônio. Da revolução iluminista à Revolução Francesa. In: LIMA, Lizânia de Souza; PEDRO, Antônio. **História da civilização ocidental.** São Paulo: FTD, 2005, p. 247-250.

MARANHÃO. **Livro de Atas e Acordãos da Câmara de Vinhais.** APEM: São Luís, 28 jul. 1775. f. 80. 1758-1812.

MARANHÃO. **Livro de Atas e Acordãos da Câmara de Vinhais.** São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1780-. Livro n. 20, Série 1, 1757-1814. Documento impresso, armazenado no Fundo: Câmara Municipal de São Luís, pelo arquivo Público do Estado do Maranhão.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo Público-APEM. **Retratos do Maranhão Colonial: correspondências de Joaquim de Mello e Póvoas, governador e capitão-general do Maranhão, 1771-1778.** São Luís: Edições SECMAP, 2009.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão.** Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARQUES, César Augusto. Jerônimo de Albuquerque Maranhão: capitão-mor da conquista e descobrimento das terras do Maranhão. *In: SEMANÁRIO MARANHENSE*, 10. São Luís: Edições Sioge, 1979.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980. 426 p.

MEIRELES, Mário Martins. **Melo e Povoas – Governador e Capitão-General do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1974.

MONTEIRO, John Manuel. O escravo índio, esse desconhecido. *In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1992. cap. 5, p. 105-120.

MONTEIRO, John. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: ed. Cia das Letras, 1994.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822**. São Paulo: Ed. Humanitas, 2019.

MOTA, Antônia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: EDUFMA, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. *Afro-Ásia*, [s. l.], v. 48, p. 173-211, 2013.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão, 1612-1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

SOBRE O ORGANIZADOR

Lyndon de Araújo Santos

Possui Graduação em História Licenciatura pela UNESP-Franca, SP (1992), Mestrado em Ciências da Religião pela UMESP (1995) e Doutorado em História pela UNESP, Assis, SP (2005). Pós doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF (2014) e pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ (2021). Professor Titular do Departamento de História (UFMA) e da UFRRJ (IM-NI). Integra o quadro de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em História da UFMA. Coordena o REHCULT - Grupo de Pesquisa História, Religião e Cultura Material. Coordenador nacional do GT-ANPUH História das Religiões e Religiosidades.

SOBRE OS AUTORES

Alissoney dos Reis Diniz

Mestrando em História e Formações Sociais Atlânticas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão - PPGHIS/UFMA. Graduado em História Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: alissoney70@gmail.com.

Ana Beatriz Ferreira de Oliveira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História - História e Conexões Atlânticas: Cultura e Poderes na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Ensino de História do Maranhão pela Instituição de Ensino Superior do Maranhão (IESF). Graduada em História - Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 2020. Professora efetiva da educação do campo pela SEMED/Marabá - PA. E-mail: beatriz.ana.fo@gmail.com.

Darlene Rodrigues Area Silva

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas da Universidade Federal do Maranhão – PPGHIS/UFMA. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2021). E-mail: dra.silva@discente.ufma.br.

Elisandra Cantanhede Ribeiro

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlântica: culturas e poderes -PPGHis/UFMA. Licenciada em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UFMA). Especialista no Ensino de História do Brasil: culturas e sociedades. Especialista em Metodologia em Ensino de História. Especialista em Docência no Ensino Superior. E-mail: elisandra.cantanhede@discente.ufma.br.

Francisco Alves de Sousa Neto

Mestrando em História e Formações Sociais Atlânticas pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: fas.neto@discente.ufma.br

Janaina Carla Cantanhede

Mestranda em História e Formações Sociais Atlânticas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão - PPGHIS/UFMA. Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: janaina.carla@discente.ufma.br.

Jean Paulo Nascimento Silva

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas (PPGHis) da Universidade Federal do Maranhão. Graduado em Licenciatura Plena em História - UESPI, 2010. Bacharelado em Direito (2015). Especialista em História do Brasil pela Flated e especialização em História da Cultura Afro Brasileira pela UESPI. Professor efetivo da Prefeitura Municipal de Piripiri – PI. E-mail: jp-99@hotmail.com.

Karla Larissa da Silva de Jesus

Mestranda em História e Formações Sociais Atlânticas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão - PPGHIS/UFMA. Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: karlalarissa05@hotmail.com

Laura Santos Botelho

Graduada em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas da Universidade Federal do Maranhão–PPGHis/UFMA. Bolsista da Fundação de Amparo à

Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Psicopedagogia e Docência no Ensino Superior pela Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELV. E-mail: laura.botelho@discente.ufma.br.

Leonardo Barbosa Barros

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas - PPGHis da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (2019). Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão -UFMA/2015. Pós graduação em Marketing e RH – INESPO/2015. Pós graduação em Administração Pública e gerência de cidades. (2019). (UNINTER). E-mail: leobarroshistoriador@gmail.com

Lucas Rafael Cordeiro Meneses

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Conexões Atlânticas da Universidade Federal do Maranhão - PPGHis/UFMA. Bolsista CAPES. Graduado em Licenciatura em História – UPE- Campus Garanhuns. E-mail: lucasmenesesr10@gmail.com

Patrício Noé da Fonseca

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas da Universidade Federal do Maranhão – PPGHis/UFMA. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC-2003). Especialista em Estudos Clássicos pela Universidade Federal do Ceará (UFC-2004). Especialista em Direito Ambiental pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR-2009). Especialista em Direito Aplicado ao Ministério Público Federal pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU-2014). Membro do Ministério Público Federal. E-mail: patricio.da.fonseca@hotmail.com.

Ravenna Rodrigues Cardoso

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHis-UFMA). Bolsista CAPES. Graduada em História Licenciatura pela Universidade Regional do Cariri-URCA. E-mail: cardoso.ravenna@discente.ufma.br.

Tatiana Olegário da Silva

Mestranda em História pela Universidade Federal do Maranhão-PPGHIS/UFMA. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Especialista em História do Brasil pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA, 2020. E-mail: tatianaolegario12@gmail.com.

Welleson de Barros Ferreira

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) - História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Especialista em História do Nordeste Brasileiro (Unicap) e membro do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Goiana-PE (IHAGGO). E-mail: wellesonprof@gmail.com.